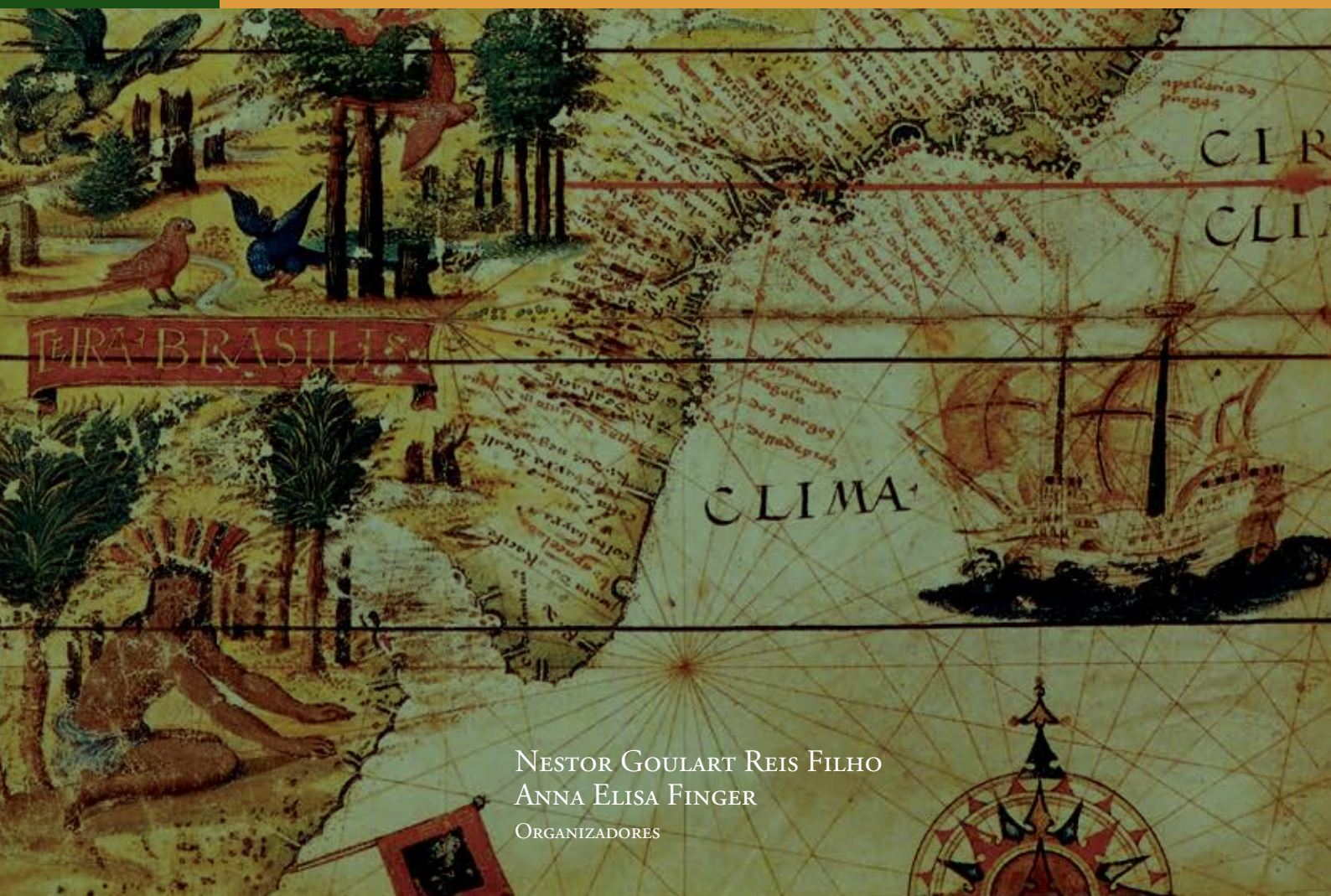


Pareceres do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural

Monumentos, Arquitetura, Paisagismo, Sítios Arqueológicos, Áreas de Terreiros e Antigos Quilombos



Nestor Goulart Reis Filho
Anna Elisa Finger
Organizadores

Pareceres do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural

Monumentos, Arquitetura, Paisagismo, Sítios Arqueológicos, Áreas de Terreiros e Antigos Quilombos

VOLUME II

Nestor Goulart Reis Filho
Anna Elisa Finger
Organizadores

Brasília | Iphan | 2017

Presidente da República do Brasil
Michel Temer

Ministro de Estado da Cultura
Roberto Freire

Presidente do Instituto do Patrimônio
Histórico e Artístico Nacional
Kátia Bogéa

Diretoria do IPHAN
Andrey Rosenthal Schlee
Hermano Queiroz
Marcelo Brito
Marcos José Silva Rêgo
Robson Antônio de Almeida

Coordenação editorial
Sylvia Braga

Edição e copidesque
Caroline Soudant
Gilka Lemos

Revisão e preparação
Gilka Lemos

Projeto gráfico, diagramação, pesquisa e edição de fotos
Cristiane Dias/Raruti Comunicação e Design

Fotos
Acervo Iphan/Creative Commons. Fotógrafos creditados nas fotos.

Os pareceres aqui reunidos foram editados e sofreram supressões apenas nas formalidades de praxe, de modo a facilitar sua leitura. Esta publicação pertence à Coleção Políticas de Preservação, vol. 2.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) | Biblioteca Aloísio Magalhães, Iphan

P227

Pareceres do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural : monumentos, arquitetura, paisagismo, sítios arqueológicos, áreas de terreiros e antigos quilombos / Nestor Goulart Reis Filho, Anna Elisa Finger, organizadores. – Brasília, DF : Iphan, 2017. (Políticas de Preservação, v. 2, t. 2)
255 p. ; 21x28 cm

ISBN : 978-85-7334-311-3

1. Processo de tombamento - Parecer. 2. Patrimônio Cultural. 3. Patrimônio material. I. Reis Filho, Nestor Goulart. II. Finger, Anna Elisa.

CDD 363.69

www.iphan.gov.br | www.cultura.gov.br

Pareceres do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural

Monumentos, Arquitetura, Paisagismo, Sítios Arqueológicos, Áreas de Terreiros e Antigos Quilombos

VOLUME II

Sumário

06 **APRESENTAÇÃO**

09 **NOTA INTRODUTÓRIA**

11 **A. MONUMENTOS**
13 I. Rio de Janeiro
13 Estátua do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro
19 Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial, no Rio de Janeiro

27 **B. ARQUITETURA**
29 I. Acre
29 Casa de Chico Mendes, em Xapuri

37 II. Bahia
37 Elevador Lacerda, em Salvador

49 III. Ceará
49 Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, em Fortaleza

57 IV. Goiás
57 Acervo Arquitetônico e Urbanístico ***Art Déco*** de Goiânia
61 Igreja de Nossa Senhora da Penha de França, em Corumbá

65 V. Mato Grosso do Sul
65 Complexo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em Campo Grande

73 VI. Minas Gerais
73 Igreja Matriz de Santo Antônio – Sobrado do Padre Taborda e Casario, em Itaverava
75 Praça da Matriz de São José, em Nova Era
77 Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, Santo Antônio de Pirapetinga, antigo Bacalhau, em Piranga

81 VII. Piauí
81 Ponte João Luís Ferreira, em Teresina

85 VIII. Rio de Janeiro
85 Edifício Dom Pedro II, Estação Dom Pedro II (Central do Brasil), no Rio de Janeiro
89 Estádio Maracanã, no Rio de Janeiro
93 Forte de Copacabana, atual Museu Histórico do Exército, no Rio de Janeiro

103 IX. Rondônia
103 Pátio Ferroviário da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em Porto Velho

115 X. Santa Catarina
115 Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina

129 XI. São Paulo
129 Edifício da Bolsa Oficial do Café, em Santos
133 Sede do Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi, ou Casa de Vidro, em São Paulo
139 Teatro Oficina, em São Paulo
151 Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira, em Registro e Iguape

163 XII. Conjunto da Obra do Arquiteto Oscar Niemeyer
163 Relatório
169 Adenda do Relator

175 **C. PAISAGISMO**
177 I. Amazonas
177 Encontro das Águas dos Rios Negro e Solimões, em Manaus, Iranduba e Careiro da Várzea

183 II. Bahia
183 Morro do Pai Inácio, em Palmeiras

187 III. Ceará
187 Conjunto Paisagístico dos Serrotes, em Quixadá

191 IV. Piauí
191 Floresta Fóssil do Rio Poti, em Teresina

195 V. Rio de Janeiro
195 Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro
201 Marina da Glória – Revitalização, no Rio de Janeiro
207 Sítio Roberto Burle Marx, no Rio de Janeiro

211 **D. SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE INTERESSE HISTÓRICO E ETNOGRÁFICO ESPECIAL**
213 I. Piauí
213 Parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, São João do Piauí e Canto do Buriti

215 II. Santa Catarina
215 Ilha do Campeche, em Florianópolis

219 **E. ÁREAS DE TERREIROS E ANTIGOS QUILOMBOS**
221 I. Bahia
221 Terreiro de Candomblé do Bate-Folha Manso Banduquenqué, em Salvador
225 Terreiro do Alaketo, Ilê Maroiá Láji, em Salvador
235 Terreiro do Gantois, Ilê Iyá Omin Axé Iyamassé, em Salvador

245 II. Maranhão
245 Terreiro Casa das Minas Jeje, em São Luís

253 III. Minas Gerais
253 Quilombo do Ambrósio, em Ibiá



Apresentação

O Iphan apresenta a segunda seleção de pareceres do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, órgão colegiado de decisão máxima no âmbito da instituição, para as questões relativas ao patrimônio brasileiro material e imaterial.

Se no primeiro volume o conjunto dos pareceres tratava do tombamento de cidades históricas e modernas e de conjuntos históricos e arquitetônicos, aqui estão reunidos pareceres que balizaram tombamentos com diferentes focos de interesse, por seu aspecto monumental, arquitetônico, paisagístico, arqueológico ou etnográfico. Assim, configura-se o amplo espectro de proteção que o Iphan estende aos mais diversos bens culturais e paisagísticos em todo o país, ilustrando a evolução das políticas de salvaguarda da instituição.

Vale dizer que a publicação desse novo volume insere-se entre os objetivos do Centro Lucio Costa (CLC), o Centro Regional de Formação em Gestão do Patrimônio do Iphan. Voltado para a capacitação de profissionais e para a difusão de conhecimentos, tem por escopo a ampliação das possibilidades de atuação de especialistas e instituições que lidam com a preservação de bens culturais, com destaque para a região formada pelos países de língua oficial portuguesa e espanhola da América do Sul, África e da Ásia. Para tanto, o CLC dá especial destaque à divulgação das estruturas, práticas e ideários institucionais do conjunto de países em questão, assim como ao conhecimento sobre eles produzido.

A presente edição tem essa perspectiva: dar a conhecer e contribuir com a análise crítica das práticas e princípios institucionais, culturais e sociais que vêm orientando, em anos mais recentes, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por intermédio do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em sua atribuição de defender os valores nacionais de nosso patrimônio, assim estimulando a cooperação entre pesquisadores, técnicos e instituições dos mais diversos países.

Kátia Bogéa
Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Março 2017

Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro. Foto: Lílian Simões, 2016.



Nota introdutória

Em maio de 2010, foi instalada a Câmara de Arquitetura e Urbanismo do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que entre os seus objetivos inclui o estudo dos critérios de tombamento de bens culturais. Para essa finalidade, é fundamental o exame dos processos correspondentes, em especial os pareceres conclusivos preparados pelos conselheiros, bem como as informações finais elaboradas pelos técnicos e pelos quadros jurídicos da Casa.

Esta publicação foi organizada a partir de pesquisa realizada entre 2011 e 2012, para agrupar documentos de alto interesse do ponto de vista histórico e cultural que a Presidência do Iphan decidiu divulgar. Com a colaboração eficiente da então secretária do Conselho, a historiadora Anna Maria Serpa Barroso, e da equipe do Arquivo Central do Iphan, foram reunidos os informes de todos os processos, que, dado o seu elevado número, estão sendo editados em dois volumes.

Neste segundo volume, apresentamos alguns pareceres sobre monumentos, arquitetura, conjunto de obras, paisagismo, espaços de interesse histórico e etnográfico especial, antigos quilombos e terreiros. São documentos fundamentais para todos os que se dedicam ao estudo da matéria. Permitem conhecer, na prática, os processos de trabalho do Iphan e os critérios de valor que presidiram as políticas de proteção, bem como as especificações e recomendações aplicáveis a cada caso.

Os que foram elaborados a partir da década de 1970, bem mais circunstanciados, incluem um número maior de informações úteis e mostram mudanças na legislação e nas práticas administrativas.

Com esta publicação, acreditamos ser possível ampliar o diálogo, em âmbito nacional, entre profissionais que atuam nas esferas administrativas federal, estadual e municipal, e esperamos atingir todos os interessados pelo estudo do patrimônio cultural do país.

Nestor Goulart Reis Filho
Conselheiro

Anna Elisa Finger
Arquiteta do Depam/Iphan

Sítio Roberto Burle Marx, Rio de Janeiro. Foto: Lílian Simões, 2016.

A. Monumentos



I. Rio de Janeiro

Rio de Janeiro – RJ | 2005

Estátua do Cristo Redentor

PROCESSO: 1.478-T-01

RELATOR: ÍTALO CAMPOFIORITO

REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 10 DE MARÇO DE 2005

Sou, há muitos anos, favorável ao tombamento da estátua do Cristo Redentor, no alto do Corcovado. Acresce que, pelo menos duas vezes, a questão atravessou-me, por assim dizer, a vida. No tempo em que coordenava o projeto e a implantação inicial da Casa França-Brasil, o então presidente do Conselho, o escritor Guilherme de Figueiredo, confiou-me estatueta em bronze com 42 cm de altura da primeira maquete, modelada em argila por Paul Landowski e enviada por seu filho, Mareei Landowski, presidente do Institut de France, ao seu colega brasileiro, em homenagem à nossa celebração da matriz francesa na cultura brasileira. Penso que chegou a hora azada, hoje, para ficar quite com a tarefa. Num segundo momento, quando secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e por omissão de que não me arrependo, deixei acreditarem (o ministro José Aparecido, o cardeal D. Eugênio e o doutor Roberto Marinho) que a escultura fora tombada. Não se perdeu, assim, tempo algum em restaurar o gigantesco manto de concreto, onde vazava e chovia entre os cacos de pedra-sabão, enferrujando perigosamente a armação de ferro que sustenta aquela enormidade de "argamassa armada"' – provavelmente raríssima no Brasil, mas patenteada em Paris por Conttancin, em final do século anterior. Associado agora ao tombamento definitivo, sinto-me quite também com Heitor da Silva Costa, Paul Landowski e *tutti quanti* – desde o papa, o núncio e os cardeais, Marconi, Gustavo Corção e Getúlio Vargas, até Carlos Oswald e Lélio Landucci –, esse mundo de gente que imaginou, construiu, iluminou e celebrou o excepcional símbolo de redenção e liberdade que o povo carioca nunca dissociou do gesto amigo de quem recebe de braços abertos. Permito-me, antes do parecer propriamente dito, mais uma pequena digressão. Pode parecer um jogo; não convencerá os naturalistas radicais; mas poderá tocar os mais dotados de visão "plástica". Estou juntando, em anexo, algumas reproduções da iconografia paisagística do Rio de Janeiro, antes do Cristo Redentor. E penso, seriamente, que o Corcovado, o acidente geomorfológico propriamente dito, era representado sem forma

Cristo Redentor, Rio de Janeiro. Foto: Isabella Henrique, 2013.

firme, à diferença evidente do Pão de Açúcar. Não preciso demonstrar que, após a implantação da estátua do Cristo Redentor, os pintores e fotógrafos nunca mais hesitaram: o penhasco passou a ser representado com o formato forte e afirmativo que todos reconhecem. Li com cuidado o processo, muito bem formado, até na franqueza com que percorre certas divergências espontâneas, para desaguar na mais simples e pura admiração pelo monumento. O processo em pauta, repito, é extremamente bem informado e eu deixo de referir-me às datas e protagonistas do evento, ou às dimensões das diversas partes da estátua, tanto para que seja forçosa a consulta aos demais despachos, como para frisar que o imaginário popular do Cristo, bem como as impressões e rememorações pessoais de cada um são suficientes para a compreensão deste parecer. Destaco especialmente a farta informação da arquiteta Joyce C. M. Kurrels Pena, que não poderia ser mais clara e completa e, também, as ponderadas e precisas considerações com que a arquiteta Jurema Arnaut examina as questões específicas deste tombamento. A problemática que se apresenta resume-se a meu ver em três aspectos principais: o valor com que a estátua no alto do Corcovado mereceria o tombamento em pauta; o Livro ou os Livros do Tombo mais adequados, conforme o interesse artístico, histórico, ou etnográfico e paisagístico que se lhe atribua; e, ainda, a autoria artística da estátua. Deste último aspecto, que não é relevante para o tombamento, trato rapidamente, como que para ventilar o assunto e para registro. Estão referidas no mencionado relatório de Joyce Kurrels as diversas ideias e propostas, todas as idas e vindas que antecederam a viagem de Silva Costa a Paris (1924), inclusive a hipótese grotesca de plantar o Cristo Redentor no Pão de Açúcar. Mas nenhuma configuração ou projeto chega aos pés do que foi finalmente acertado e realizado. Nem mesmo os traços artísticos do excelente gravador Carlos Oswald, na sua escritura delicadíssima e espiritualizada, parecem propensos a suscitar a sólida materialidade da obra definitiva. Paul Landowski foi *Prix de Rome* em 1900 e é autor de vários monumentos – a Reforma, em Genebra, e a Sun-Yat-Sen, em Nanquim, entre muitos que não conheço. Mas realizou também a Santa Genoveva da ponte de La Tournelle, diante da ilha de Saint Louis, e a Infantaria, na praça do Trocadéro – que são obras de arte medíocres a evidenciar formação e inspiração de ranço acadêmico. O modelo de 42 cm que trago comigo tem, entretanto, os traços essenciais da estátua do Corcovado, mas não esconde um quê de Saint-Sulpice (dizia-se, no Rio, "da Casa Sucena"') que absolutamente não existe na construção final, a rigor moderna e de graça suave e fina, sobretudo na geometrização do planejamento, num todo cuja principal qualidade é a escala certa, para ficar no penhasco e na paisagem. Talvez não importe quando nem quem. Mas, em algum momento, a influência subliminar de Oswald, a razão pragmática de Silva Costa e a competência de Landowski confluíram providencialmente para um sucesso indiscutível. Quanto a discutir-se, em termos de tombamento federal, o valor artístico e as dúvidas manifestadas pelo arquiteto Luiz Fernando Franco, entendi que um chamado "fio condutor das vanguardas", garantido pela "arte moderna considerada erudita", justificaria a desclassificação de "estiloides", alheios à "grande art', como por exemplo a obra *Art Nouveau* de Victor Horta e Gaudí, bem como a produção *Art Déco* à qual, com justiça aliás, não se filia o nosso Cristo. Achei que "o fio condutor" parece uma versão mofina do *mainstream* do qual Lucio Costa sempre excluiu com razão a mediocridade acadêmica, de vezo *Beaux-Arts.* Não conheço invenção ou imaginação arquitetônica mais evidente do que as que instauram e animam as criações admiráveis de Horta e Gaudí. Compreendo até que o bem em pauta fique aquém delas, em teor de invenção formal. O que, na minha opinião, justifica o tombamento do Cristo Redentor é um valor especial e flagrante que, na verdade, pode livrar-nos de escolher ou multiplicar os arrolamentos entre os três Livros do Tombo. Recorro a um livro precioso que nunca vejo citado em nossas lidas de preservação. Trata-se do *Der moderne denkmalkultus,* de Alois Riegl (1903), que li na tradução francesa *Le culte moderne des monuments.* O sábio filósofo e teórico da arte austríaco, célebre autor do conceito libertador do *kunstwollen* – vontade (ou pulsão) de arte, *will of form, vouloir artistique,* como prefiram –, nomeado, no fim de sua curta vida, presidente da Comissão dos Monumentos Históricos de Viena, propõe um desdobramento das categorias de valores históricos, como por exemplo, na distinção de um valor de *ancienneté* provindo do amarelamento de um pergaminho ou da pátina do tempo decorrido desde a construção original do que se transformou com o tempo nas ruínas de um castelo medieval ou de um templo pagão – tal valor sugerindo, além



Vista do Rio de Janeiro, com o Corcovado e a estátua do Cristo ao fundo. Foto: Isabella Henrique, 2013.

da evidente relatividade da valoração, certas necessidades, às vezes antitéticas, de preservação face ao interesse histórico de objetividade arqueológica. Não é o nosso caso, hoje, e sugiro que além da leitura do pequeno livro de Riegl, procure-se em Erwin Panofsky a preciosa noção de que o historiador e crítico deve saber dissociá-los quando se defronta com os dois valores em uma obra de arte: o que se atribui à beleza que a pátina do tempo e das intempéries conferiu às esculturas de Chartres e o outro valor, antitético, mas objetivo, original e artístico, de que as mesmas esculturas foram investidas por seus autores. Alois Riegl, para a nossa reflexão, pondera que, a rigor, todo valor artístico é histórico, concluindo que a distinção entre monumentos artísticos e monumentos históricos é não pertinente. Um século depois e prosseguindo no mesmo caminho, eu quero propor o reconhecimento de um valor emblemático[1] à estátua do Cristo do Corcovado. Valor que vejo como histórico e mundial. Valor que adere, para citar poucos e fortes exemplos, às Pirâmides do Egito, à Torre Eiffel em Paris, à Estátua da Liberdade de Bartholdi em Nova York, à "Cidade Destruída" de Zadkine em Rotterdam, às colunas do Alvorada de Niemeyer, em Brasília. As relações entre significante e significado são essenciais em cada caso, porque, afinal de contas, o Partenon não é o símbolo oficial de Atenas ou da Grécia, e, sim, a figura de Palas Atena; as colunas de Adriano e Marco Aurélio tampouco têm a pregnância que o assentimento social garante ao Castel Sant' Ângelo, com relação a Roma. Vê-se pelos exemplos citados que a força da simbolização, no caso do valor emblemático, não é sempre proporcional à beleza artística. E nem decorre, necessariamente, do interesse paisagístico, acrescento, lembrando as muralhas do Zimbábue que, ao serem reconhecidas cientificamente

1. Emblemático (referente a emblema), sendo emblema: ser ou objeto concreto consagrado pela tradição como representativo de uma coisa abstrata.

como autóctones e não mais como artefato de culturas colonizadoras, deram o seu nome à própria Nação, que antes chamávamos de Rodésia. Enfim, suponho que em certos casos o valor emblemático tenha natureza predominantemente artística; em outros, paisagística ou etnográfica. Por mim, a estátua do Cristo Redentor no alto do penhasco do Corcovado, de excepcional valor emblemático, seria arrolada no Livro do Tombo Histórico.

NOTA DOS ORGANIZADORES

Após a apresentação do seu parecer, o conselheiro relator fez a entrega ao presidente da Casa França-Brasil, conselheiro Marcos de Azambuja, de estatueta em bronze de 42 cm de altura, da primeira maquete, modelada em argila por Paul Landowski, para a estátua do Cristo Redentor. A obra oferecida por Mareei Landowski, filho do escultor, quando ocupava a presidência do Institut de France, a seu colega Guilherme de Figueiredo, na época da implantação do projeto da Casa França-Brasil, fora posteriormente colocada sob a sua guarda. O conselheiro Marcos de Azambuja pediu a palavra para fazer a seguinte observação:

> *Fui amigo de Mareei, filho do Paul Landowski, naquele momento presidente do Institut de France. Era uma pessoa com um interesse especial pelo Brasil, em virtude, essencialmente, da obra de seu pai. Um dia recebi dele uma correspondência em que a família reclamava direito de propriedade intelectual sobre todas as imagens do Cristo Redentor, julgando-se habilitada a perceber um tipo de comissão referente a todas as suas reproduções-imagens, estatuetas, vídeos etc. Dei uma resposta imediata, considerando inteiramente despropositada e sem fundamentação jurídica aquela reclamação. Mas, trago o fato hoje à nossa reflexão, porque penso recomendável constar em algum documento, de forma clara, o repúdio a qualquer tentativa de reconhecimento de algum direito sobre a imagem do Cristo, por julgarmos o escultor inteiramente remunerado pela sua obra. Recebo essa estatueta como uma benção. Muito obrigado.*

O conselheiro Ítalo Campofiorito retomou a palavra para a seguinte observação:

> *Permitam-me insistir. Esse oferecimento é de Mareei Landowski, quando estava vivo, a Guilherme de Figueiredo, quando estava vivo, para a Casa França-Brasil. A doação dessa imagem me parece anular completamente reivindicação dos descendentes com relação à obtenção de qualquer vantagem. Ela foi dada, claro, na segunda vez. A primeira foi encomenda, dessa vez foi um presente.*

A conselheira Suzanna Sampaio pediu a palavra para externar a sua surpresa ao perceber que a estátua do Cristo Redentor ainda não fora tombada. Informou que a analista da Unesco incumbida de avaliar a candidatura do Rio de Janeiro para figurar na Lista do Patrimônio Mundial atribuiu ao Cristo do Corcovado um caráter restritivo, por considerá-lo símbolo de uma confissão religiosa. Comunicou também a devolução do processo para a inclusão de diversos elementos emblemáticos da cidade. O conselheiro Thomaz Farkas tomou a palavra para informar o surgimento, na França, da pretensão dos autores de monumentos e prédios de auferir direitos autorais relativos às reproduções dos seus projetos, acrescentando que os iluminadores da Torre Eiffel também desejam um pró-labore. O presidente concedeu a palavra ao conselheiro Nestor Goulart, para as seguintes considerações:

> *Em primeiro lugar, me solidarizo totalmente com o relator. Em segundo lugar, considero a ideia da cobrança de tributos pela reprodução de imagens, esculturas, prédios, uma pretensão puramente interesseira. Os arquitetos poderiam aplaudir entusiasticamente porque passariam a receber tributos das fotografias das suas obras de arquitetura e urbanismo; seria altamente positivo para a classe, mas altamente desmoralizante em termos de cultura. Então, seguindo a generosidade do Mestre Silva Telles, acho isso inaceitável.*

Quanto ao parecer do relator, há um aspecto específico que me causa preocupação. Ouço com muito prazer o conselheiro Ítalo Campofiorito, mas suas palavras têm um defeito: elas ocultam a qualidade literária dos seus textos. Esse parecer, para mim pelo menos, traz um problema novo: o de pensar em tombar o parecer, além do Cristo. E me faz pensar na conveniência de sugerir à Academia Brasileira de Letras a busca de candidatos neste Conselho. Pelo que tenho acompanhado, certamente as escolhas seriam melhores que algumas feitas ultimamente naquele sodalício. Quero, portanto, cumprimentar o conselheiro, não só pelas ideias ali contidas, mas pela forma extremamente elegante com que defendeu os seus pontos de vista. Muito obrigado.

O Conselheiro Marcos Vilaça tomou a palavra para informar que, sem acolher a crítica, mas o elogio, levaria a proposição do conselheiro Nestor Goulart ao plenário da Academia de Letras, naquele mesmo dia. Lembrou ainda uma das músicas emblemáticas de Tom Jobim falando do Cristo Redentor de braços abertos sobre a Guanabara e concluiu solidarizando-se com o parecer do relator. O Conselheiro Paulo Affonso Leme Machado pediu a palavra para fazer as seguintes considerações:

Foi interessante lembrar aqui a parte ambiental. Em discussões antigas sobre área de preservação permanente, um advogado lembrava que a proteção dos morros, caso existisse na época, teria impedido a colocação do Cristo Redentor no Corcovado. Fazendo coro ao apreço a nosso preclaro relator, concordo com o tombamento. Tive agora ciência da atribuição da propriedade do Cristo Redentor à Mitra Arquidiocesana no Rio de Janeiro, e da sua inserção na área de proteção ambiental sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Considerando esse fato, parece-me que recentemente, no aniversário do Rio de Janeiro, foi instalado um novo sistema de iluminação. Houve, se não me engano, uma consulta a especialista do exterior. O tombamento dará ao Iphan o controle permitido pelo art. 17 do Decreto-lei n. 25/1937. Considero muito oportuna essa competência assegurada pelo tombamento; além das atribuições referentes à preservação do patrimônio cultural do país, o órgão participa também da gestão pública de um bem privado. Nesse sentido, voto favoravelmente, esperando ter a oportunidade de tecer novos comentários relativos ao alargamento das informações sobre as atividades do Iphan. Pretendo tratar também de um moderno princípio incluído na Constituição Ambiental, que a partir do dia 2 de março de 2005 passará a vigorar na França: o princípio da precaução, voltado inclusive para a parte artística. Então, julgo que esse entrosamento entre Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e o corpo técnico poderá resultar em feliz gestão desse bem privado, originariamente caracterizado por visão religiosa, que adquiriu gradativamente um sentido cultural, inclusive musical, como acentuou o conselheiro Marcos Vilaça. Recusando qualquer direito à percepção de royalty ou de qualquer outro tipo de comissão, como já fez o conselheiro Marcos Azambuja, lembro que o art. 215 da Constituição Federal assegura o acesso aos bens culturais. Muito obrigado.

Concluídos os debates, o presidente colocou em votação a proposta contida no Processo n. 1.478-T-01, acolhida por todos os conselheiros presentes, ficando aprovado, por unanimidade, o tombamento da estátua do Cristo Redentor, erigida no penhasco do Corcovado, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.



Rio de Janeiro – RJ | 2010

Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial

PROCESSO: 1.583-T-09

RELATOR: SYNÉSIO SCOFANO FERNANDES

REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 4 DE NOVEMBRO DE 2010

O MONUMENTO NACIONAL AOS MORTOS NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Localizado na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, o Monumento foi construído durante os anos de 1957 a 1960 e, em 5 de agosto de 1960, entregue ao governo federal. A iniciativa tinha por objetivo abrigar os restos mortais de ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), enviada ao Teatro de Operações da Segunda Guerra Mundial, na Europa.

A constituição da FEB, naqueles anos 1940, exigiu um grande esforço do nosso país, em que pesem os expressivos auxílios dos Estados Unidos da América. Esforço que, até hoje, não foi suplantado por nenhum outro, na área militar brasileira. O recrutamento, a seleção e o treinamento de mais de 25 mil homens, o equipamento desse expressivo contingente, a provisão do armamento necessário e das demais classes de suprimento, de toda ordem, a reunião ainda em território brasileiro, o deslocamento para o TO europeu são alguns aspectos das dimensões logísticas desse empreendimento militar. Um outro capítulo diz respeito à questão de combate, propriamente dita, desenvolvida em uma área operacional completamente desconhecida, com relevo e clima que exigiam uma adaptação prolongada do soldado.

Soldados que, na sua maior parte, haviam sido recrutados entre os reservistas, já integrados, há alguns anos, à vida laboral de cidades que se distribuíam pelas diferentes regiões do país.

O Monumento no Aterro do Flamengo, com o Pão de Açúcar ao fundo, Rio de Janeiro. Foto: Isabella Henrique, 2013.

As questões políticas, já amplamente debatidas e conhecidas, que motivaram a participação brasileira nesse esforço de guerra, passam, além dos acordos internacionais, pela necessidade de o Brasil demonstrar claramente uma atitude contrária aos países do Eixo e em defesa dos ideais democráticos que os aliados representavam. Nesse contexto, a FEB desembarcou na Itália em 16 de julho de 1944 e, nos 239 dias de operações, perdeu 462 homens, entre mortos e desaparecidos. Inicialmente, esses mortos foram sepultados no cemitério de Pistoia e, posteriormente, em 15 de dezembro de 1960, os seus restos mortais, trasladados para o Brasil, foram depositados no Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial. Na verdade, a perda de vida de brasileiros foi muito maior, se considerarmos os torpedeamentos de navios da nossa Marinha de Guerra e da Marinha Mercante. As baixas decorrentes desses incidentes, na sua grande maioria, não ocorreram no Teatro de Operações Terrestres, mas estão relacionados com as operações militares (deslocamentos de navios de guerra e da marinha mercante na costa brasileira), no transporte de tropas e de suprimentos; essas baixas atingiram o número de 1.121 homens.

É oportuna, a essa altura, referência à frase do marechal Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB e, posteriormente, chefe da Comissão de Repatriamento dos Mortos do Cemitério de Pistoia: "Eu os levei para o sacrifício, cabia-me trazê-los de volta". Portanto, o Monumento aos Mortos, além dos seus outros significados, encerra esse sentido de homenagem e exaltação dos soldados brasileiros, provenientes das camadas mais modestas do nosso extrato social, alguns deles oriundos do Serviço de Atendimento ao Menor (SAM), da cidade do Rio de Janeiro, e mortos no cumprimento de obrigações impostas em nome de toda a nação brasileira . Quando se analisa a motivação dos monumentos construídos, no Brasil, em homenagem à FEB, constata-se que a quase totalidade deles comemora o expedicionário em geral e não os soldados mortos, aspecto que confere singularidade ao monumento localizado na cidade do Rio de Janeiro.

O lugar escolhido para a construção do Monumento situava-se no Aterro da Glória, uma faixa litorânea, conquistada ao mar, e que se desenvolvia do Aeroporto Santos Dumont até ao Morro da Viúva, sob "o panorama deslumbrante da Baía de Guanabara". Posteriormente, esse espaço se converteria no atual Parque do Flamengo. Em 28 de junho de 1955, o então prefeito do Distrito Federal, Alim Pedro, assinou ato doando uma área de 10 mil metros quadrados para a construção do Monumento. Em seguida, foi aberta concorrência pública para a escolha de um projeto, na qual se inscreveram 36 concorrentes.

O projeto vencedor foi o de autoria dos arquitetos Marcos Konder Netto e Hélio Ribas Marinho, com obras dos escultores Júlio Castelli , Alfredo Cheschiati e do pintor Araújo Medeiros, com uma área total de 10 mil metros quadrados, dos quais 6,9 mil de área construída. As obras foram iniciadas em 24 de junho de 1957 e concluídas em 24 de julho de 1960. Na verdade, o Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial é um complexo constituído de um cemitério militar, um museu, o túmulo do soldado desconhecido, esculturas, painéis, jardins e espaços públicos destinados à realização de cerimônias cívicas. O Monumento se desenvolve em três planos: a plataforma, o patamar e o subsolo. A plataforma é uma estrutura de concreto armado em forma de L, colocada a três metros do solo. É pavimentada com placas de granito preto Tijuca, serrado, tem peitoris revestidos externamente de granito Juparanã apicoado e, internamente, parte de Juparanã apicoado, parte de granito preto Tijuca, lustrado. O acesso à plataforma faz-se por uma escadaria de trinta metros de largura, com 26 degraus revestidos de granito preto. Na plataforma estão o pórtico monumental, o túmulo do soldado desconhecido, a escultura metálica, o grupo escultórico e a pirâmide. O pórtico monumental é constituído de duas colunas e uma placa sobreposta simbolizando dois braços levantados com as mãos abertas, pedindo graças aos céus. As colunas têm 31 metros de altura e são revestidas de granito Juparanã apicoado e a placa que sustentam tem 220 metros quadrados de superfície, sendo toda em concreto aparente. O túmulo do soldado desconhecido está situado entre as duas colunas do pórtico monumental. Nele encontram-se os restos mortais de um soldado brasileiro, não identificado, morto em operações na Itália. O túmulo é revestido de granito preto Tijuca e traz a inscrição: " O Brasil ao seu Soldado Desconhecido". Nesse túmulo existe uma pira simbólica, em

bronze fundido, permanentemente acessa. A escultura metálica, de autoria do arquiteto e escultor Júlio César Catelli Filho, é uma homenagem à Aeronáutica. Possui dezenove metros de comprimento e seis toneladas de peso. Foi executada em perfis de aço soldados e pintados e está localizada sobre duas bases, uma de granito preto Tijuca e outra de granito Juparanã.

O grupo escultórico foi esculpido em granito Petrópolis. Tem cinco metros de altura e dezesseis toneladas de peso. Representa um marinheiro, um soldado e um aviador. É de autoria do escultor Alfredo Cheschiati, tendo sido executado por Tito Berucci. A pirâmide, feita em granito Juparanã lustrado, é uma homenagem à Comissão de Repatriamento dos Mortos do Cemitério de Pistoia. Nela se encontram inscrições diversas relativas à obra, inauguração e equipe responsável pelo projeto. O patamar está no nível da praça onde se encontram o museu, o jardim interior, o lago, os dois painéis de cerâmica e os mastros. O museu tem a forma de um quadrado e é fechado por painéis de vidro. No seu interior, há vitrines para exposição de acervo composto de armaria, indumentária, condecorações, fotografias da campanha da FEB na Itália. Dentro do museu encontra-se um afresco, executado sobre madeira, de autoria do pintor Anísio Araújo Medeiros. O jardim interior é retangular; tem, no centro, o roteiro estilizado da campanha da FEB na Itália; duas muretas retratando os rios Sercchio e Reno, oito triângulos em granito Juparanã polido com os nomes dos principais combates travados na Itália e três quadrados com os emblemas das Forças Armadas. O lago, com quatro espelhos d'água escalonados em degraus, tem setenta metros de comprimento e doze de largura. Os painéis de cerâmica estão localizados nas paredes externas da entrada do mausoléu. São dois e cada um tem três metros de altura por dezenove metros de comprimento. De autoria do artista Anísio Araújo Medeiros, foram executados em lajotas de cerâmica esmaltada e vidrada e são compostos por elementos estéticos que caracterizam as coisas e as atividades do homem do mar. Abaixo do painel estão gravados os nomes das belonaves brasileiras afundadas ou das que tiveram mortos a bordo. Os mastros ficam à frente do jardim, enviesados em relação ao conjunto arquitetônico do Monumento. Diariamente, em um deles, é içada a bandeira nacional. No subsolo, está localizado o mausoléu, com os restos mortais de quatro marinheiros, oito aviadores e 454 soldados, depositados em jazigos individuais com lápides de mármore Carrara branco. Numa das paredes, revestida de mármore branco Paraná e quartzito verde Bahia, estão gravados os nomes de 1.121 soldados e marinheiros das Marinhas de Guerra e Mercante, mortos em decorrência do afundamento de navios brasileiros.

Mensalmente, às dez horas do primeiro domingo, ocorre a rendição da guarda que, durante o mês, prestou honras militares junto ao túmulo do soldado desconhecido e guardou o Monumento.

Com muita frequência, durante o ano, autoridades e instituições, nacionais e estrangeiras, realizam homenagens e cerimônias, nas áreas externas do Monumento. De modo que o Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial, além de receber visitantes diariamente, tornou-se um espaço público em que são reforçados modelos de valores voltados para a responsabilidade social, o patriotismo e a identidade nacional.

O PROCESSO DE TOMBAMENTO

O doutor Adler Homero Fonseca de Castro, historiador dos quadros do Iphan, em 18 de agosto de 2009, encaminhou à coordenadora de Proteção, doutora Jurema Arnaut, pedido de abertura de processo de tombamento do Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial. Segundo parecer do doutor Adler, o referido Monumento deveria ser inscrito nos Livros do Tombo Histórico, das Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Em defesa de sua proposta, ele argumenta:

> quanto ao valor histórico:

> *O Monumento Nacional aos Mortos contém elementos que o relacionam diretamente ao processo histórico que ele celebra: o mausoléu aos mortos. Ou seja, independentemente dos eventos*



Vista do Monumento, com o Cristo Redentor ao fundo, Rio de Janeiro. Foto: Isabella Henrique, 2013.

relacionados ao que é comemorado no local não terem ocorrido no Brasil e serem anteriores à construção, há, no monumento, vestígios materiais que o relacionam diretamente aos fatos históricos por ele celebrados. E esses fatos, indubitavelmente, são relevantes ou memoráveis, no estrito sentido do Decreto-Lei 25/37, para a história nacional. Primeiro, por toda a questão da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, um processo que marcou fortemente toda a história recente do País. Em segundo lugar, numa visão mais específica, como um local de memória dos heróis nacionais;

> quanto ao valor artístico:

Apesar do valor de obra de arte erudita do modernismo ser evidente no monumento, não podemos esquecer também a questão da beleza, pois as já citadas linhas sóbrias e retas do monumento, dividido em planos vertical (os pilares) e horizontal (o patamar), associando-se à Baía de Guanabara que o emoldura, criaram uma verdadeira escultura na forma de uma edificação utilitária, enfatizada pela feliz coincidência de sua implantação no espaço (...). Certamente um bem de imenso valor nos termos mais estritos do Decreto-Lei n. 25/37, de ser uma obra erudita, mas que vai mais, além disso, incorporando outros aspectos da questão artística, como o impacto visual da construção e seu efeito evocativo nas emoções das pessoas. Sem sombra de dúvida um bem de excepcional valor para a arte brasileira;

> quanto ao valor etnográfico:

> *É no monumento, contudo, que esses ritos são mais evidentes, são praticados com maior regularidade e têm maior representatividade, devido ao mausoléu ali existente. São os casos das festividades cívicas com os veteranos da 2ª Guerra, das trocas de guardas cerimoniais, quando uma das Forças substitui outra no Monumento, das celebrações de chefes de estados estrangeiros homenageando o Brasil, dos hasteamentos de bandeiras ou até das festas cívicas com a participação de civis (escolas etc.), lembrando eventos da história nacional ali representados, como o Dia da Vitória.*

Como consequência do parecer do professor Adler e em atendimento à solicitação do diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, doutor Dalmo Vieira Filho, foi aberto, em 28 de agosto de 2009, o processo de tombamento do "Monumento aos Mortos, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro", que tomou o número 1.583-T-09. O referido processo foi submetido à apreciação da Superintendência do Iphan-RJ, que, por intermédio do excelente parecer da arquiteta Joyce Carolina Moreira Kurrels Pena, opina favoravelmente ao tombamento.

É oportuno referir-se à seguinte passagem desse parecer:

> *Inserido nesse contexto de ideias, aqui reencontramos mais uma vez nosso monumento, obra cujo partido e implantação, assim como os detalhes artísticos e construtivos complementam-se sutil e harmoniosamente sem nada dever a outras tantas beldades arquitetônicas que se produziram no período e à qual se pode, sem dúvida, tributar todas as homenagens.*

Prossegue a arquiteta Joyce Carolina:

> *Dito isto, parece-nos desnecessário permanecer enaltecendo as qualidades arquitetônicas ou enfatizando a relevância nacional deste Monumento, que, na verdade, já se faz corroborar pelo significado que a obra adquire em função de si própria – um monumento nacional –, ou, ainda, em razão de sua excepcionalidade formal e inteira adesão aos parâmetros conceituais que caracterizam a época de sua concepção e execução.*

Isto posto, acompanhou as palavras do professor Ricardo de Souza Rocha, quando este salienta:

> *Sendo praticamente o único a aparecer nos manuais sobre arquitetura moderna brasileira, o Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial é uma das obras, em relação ao tema do monumento, que alcançou maior repercussão no país.*

A coordenadora do Depam/Proteção do Iphan, doutora Jurema Kopke Eis Arnaut, manifestou-se também favoravelmente ao tombamento, sugerindo a inscrição do Monumento no Livro do Tombo Histórico, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo das Belas Artes, parecer aprovado pelo diretor do Depam.

Do mesmo modo, o procurador-geral do Iphan, doutor Antônio Fernando Alves Leal Neri, aprova o parecer de tombamento individual do Monumento e reconhece a existência, no processo, dos valores histórico, artístico e etnográfico, que ensejam a inscrição nos respectivos livros de tombamento.

CONCLUSÃO

Os monumentos são construções humanas dotadas de sentido político e capazes de integrar complexos significados. São concebidos e construídos para desempenhar funções simbólicas relacionadas a valores e à afirmação da identidade de um grupo social. A localização, a forma arquitetônica, a monumentalidade e a permanência em um mesmo espaço físico, elementos constitutivos dos monumentos, possibilitam a decodificação

dos seus significados. Portanto, não se constituem, apenas, em objetos estéticos, mas desempenham, também, o papel de poderosos agentes de difusão de crenças, valores e atitudes. Nesse sentido, são meios do que se poderia denominar uma pedagogia voltada para aqueles atributos da área afetiva, construtos relacionados à autoestima, à identidade, ao patriotismo, à cooperação, à responsabilidade social e outros, nos quais a componente emocional é bem nítida.

A exaltação de heróis, a mitificação dos sacrifícios realizados em benefício do grupo social, o registro de episódios importantes para a permanência da comunidade, a explicitação dos símbolos integradores do grupo, motivos que estão subjacentes à construção dos monumentos, são, na verdade, modelo descritivo daqueles atributos portadores dos elementos fundamentais da coesão grupal. Mas os monumentos abrigam, também, como toda a construção humana, a ambiguidade. Seja pelas suas localizações, seja pelos momentos históricos considerados, os monumentos podem ser percebidos de modos diferentes ou totalmente diferentes daqueles que ensejaram as suas concepções. Na História, os exemplos não são raros de monumentos concebidos e construídos com a finalidade de homenagear determinada figura ou de exaltar um acontecimento considerado como extremamente relevante para um grupo social, que passaram a ser percebidos sob uma perspectiva diferente, em decorrência de valores, crenças ou ideologias, diferente daqueles prevalentes no passado e que haviam ensejado as suas construções. Mas essa possibilidade de mudança de percepção não retira dos monumentos o seu caráter simbólico, ao contrário, reforça-o, realçando a sua polissemia e a sua função informacional. A propriedade de permanência física e os espaços interiores ou adjacentes ao monumento propiciam, também, condições para que rituais e outros tipos de manifestações – religiosas, artísticas, cívicas – reforcem os modelos descritivos dos atributos que o monumento, por sua destinação, sua configuração arquitetônica, pelos objetos que abriga, expõe ao espaço público, tornando-se, para a comunidade, um lócus para o exercício daqueles comportamentos sociais, que introjetam os valores e as crenças, que ele próprio representa e proclama. Não obstante, os monumentos são também objetos estéticos, em razão mesma dos cânones que orientam a sua estrutura e configuração e do olhar de quem os percebe. No caso específico do Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial, o referenciais que orientaram a sua concepção e construção, conforme os testemunhos dos próprios autores do projeto, foram: a unidade integradora - um monumento –, a adequação ao cenário do lugar, debruçado à Baia de Guanabara, e, por fim, a necessidade de marcar, simbolicamente, o local. Esses três elementos dão sentido e integram, à paisagem do lugar, os diferentes objetos que ocupam, harmoniosamente, o espaço do monumento. São inúmeras as manifestações, de estudiosos, de arquitetos renomados e de artistas sobre o valor artístico e arquitetônico do Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial. Yves Bruand se refere à «síntese impecável» entre a arquitetura e as artes plásticas que o Monumento irradia.

Le Corbusier ressalta, entre os exemplares da arquitetura moderna, no Rio de Janeiro, o Monumento aos Mortos, que lhe tomou a atenção e o interesse, quando da sua visita ao Brasil em 1962.

A obra de Konder Netto e Hélio Ribas Marinho aparece em manuais e é objeto de estudos em revistas especializadas, em razão do seu valor artístico e arquitetônico. Ainda suscita debater como um exemplar, no Brasil, de um novo conceito de monumentalidade dentro do Movimento Moderno. Portanto, é inquestionável o seu valor artístico o que indica a sua inscrição no Livro do Tombo das Belas Artes.

Mas, também, o Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial está totalmente envolvido pelos fatos históricos que proclama e representa: a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, episódio que marcou profundamente a história nacional, nos seus diversos campos – político, econômico, cultural, militar. Como bem disse o historiador Adler Homero Fonseca de Castro, o monumento "contém elementos que o relacionam diretamente ao processo histórico que ele celebra: o mausoléu aos mortos".

É um de "lugar de memória", não só do patrimônio material, mas também do imaterial, dimensão que se evidencia pela prática de cerimônias, comemorações, rituais fúnebres, lançamentos de biografias, conferências, elogios fúnebres, visitas, exposições comemorativas e até programas de televisão. É um local de evocação dos mortos, prática importante no mundo individualizado moderno, em que o ato de «lembrar os mortos» ocupa um papel importante para a referência dos vivos. Portanto, o valor histórico do mausoléu está intimamente relacionado com os atos constitutivos desse "lembrar dos mortos". Ele não só é histórico porque guarda restos mortais, mas também porque é o lugar em que são descritos e representados aqueles valores referidos à memória dos mortos. No caso específico do Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial, essa característica é evidente, pela frequência e peculiaridade com que esses rituais são praticados, assumindo uma singularidade dentro do panorama nacional. Portanto, os valores histórico e etnográfico do Monumento são inquestionáveis, o que recomenda a inscrição no Livro do Tombo Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. O fato de o Parque do Flamengo, lugar onde se situa o Monumento, já ter sido inscrito no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico não impede o tombamento individualizado do Monumento dos Mortos, em virtude dos valores que sustentariam essa decisão – o artístico, o histórico e o etnográfico –, que são diferentes daquele que ensejou a proteção ao Parque do Flamengo: o paisagístico.

É oportuno ressaltar que a Procuradoria do Iphan, em seu parecer, entende que um bem já tombado possa ser acrescido de outros tombamentos.

No entanto, torna-se desnecessário estabelecer uma poligonal do entorno específica para o Monumento, uma vez que ele já se encontra protegido pelo entorno do Parque do Flamengo, bem já tombado.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2010.

B. Arquitetura


0455
487

Xapuri – AC | 2008

Casa de Chico Mendes

PROCESSO: 1.549-T-07

RELATOR: ULPIANO TOLEDO BEZERRA DE MENESES

REUNIÃO DO CONSELHO: BELO HORIZONTE, 15 DE MAIO DE 2008

RELATÓRIO

A solicitação de tombamento, datada de 16 de agosto de 2006, foi encaminhada à 16ª SR (Rondônia/Acre) pela Fundação Chico Mendes e pelo Comitê Chico Mendes. O processo, aberto em 6 de novembro de 2007, propõe o tombamento da casa situada à rua Dr. Batista de Moraes, n. 10, em Xapuri (AC), na qual morou e foi assassinado o líder inconteste dos "povos da floresta" nas décadas de 1970 e 1980. Propõe-se, igualmente, a indispensável proteção do entorno, seja em virtude da derrubada de árvores nos fundos do imóvel, atribuída à Prefeitura, seja pela invasão urbana que já começou a alterar a paisagem existente. Mais tarde, acrescentaram-se os pertences da casa.

Para a tramitação do presente processo, que transcorreu com absoluta normalidade, reporto-me ao cuidadoso parecer do procurador-geral federal Antônio Fernando Alves Leal Neri, datado de 18 de janeiro de 2008. Cumpre apenas salientar a impossibilidade, devidamente registrada, de identificar com precisão a titularidade do imóvel, existindo apenas uma declaração da Prefeitura Municipal de Xapuri informando que o imóvel encontra-se inscrito no Setor de Cadastro em nome da Fundação Chico Mendes. Na circunstância, foi publicado no Diário Oficial da União, de 13 de fevereiro último, um Edital de Notificação a respeito do tombamento da casa, de seu acervo e da área de entorno, facultando a eventuais proprietários apresentarem-se para anuir ou impugnar a iniciativa.

A instrução do processo está completa e satisfatória. Vale distinguir os principais documentos e informações:

> Parecer, rico de informação, do arquiteto José Aguilera, do Depam/Iphan, que fornece um histórico do processo, menciona a categoria de "casas históricas" e lista aquelas já tombadas pelo Iphan, apresenta dados históricos (com referências ao processo de ocupação da Amazônia e à formação do estado do Acre,

Casa de Chico Mendes, Xapuri. Foto: José Aguillera/Acervo Iphan, 2006.

caracterização das comunidades indígenas e de seringueiros e sua relação com a floresta, dados biográficos e a trajetória de lutas de Chico Mendes). Apresenta, também, breve notícia sobre a casa e o respectivo perímetro de ambientação. O parecer conta com significativa ilustração.

> Memorando do diretor da 16ª SR, Fernando Figali Moreira Júnior, com planta de situação, plantas da casa e seu entorno e a lista dos bens a ela pertencentes.

> *Curriculum vitae* de Chico Mendes.

> Transcrição de depoimento (importantíssimo) dado por Chico Mendes à Associação dos Geógrafos Brasileiros, na USP, em maio de 1968 (DVD juntado ao volume de anexos).

> Coleção de fotografias de Chico Mendes em diversos momentos e situações, incluindo homenagens e honrarias recebidas (também *post mortem),* imagens da casa e de seu entorno.

> Cartas de denúncias a autoridades.

> Excertos de depoimentos no processo de julgamento dos assassinos de Chico Mendes.

> Parecer do procurador federal Antônio Fernando A. L. Neri.

> Resoluções apresentadas no l Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, Brasília, 1985.

> Entrevista de Chico Mendes durante o III Congresso Nacional da CUT, 1988.

> Matéria jornalística *18 Anos sem Chico Mendes*.

> Em volume anexo, textos de Elson Lima – *Movimentos ambientalistas*, de George Alex da Guia – *Correntes ecológicas e a construção de uma nova relação entre o homem e a natureza: povos da floresta e Chico Mendes* e abundante coleção de recortes de jornais sobre a atuação de Chico Mendes e a extraordinária repercussão de sua morte, além de dois DVDs (contendo a citada entrevista à AGB, 1988, *O sonho de Chico Mendes* e o documentário da TV Acre *Borracha para a vitória*).

Está, pois, o processo, em condições de se submeter à apreciação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

VOTO

Premissas

O art. 216 da Constituição federal estatui:

> *Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira...*

A referência à Constituição de 1988 como premissa não deriva de uma retórica das origens, mas do fato de que ela introduziu, na matéria, uma inflexão de 180º, o que ainda não conseguimos, talvez, absorver plenamente e, menos ainda, assimilar em nossa sistemática operacional.

Com efeito, como patenteia o art. 216, a Carta de 1988 deslocou do poder público para a sociedade o papel instituinte do valor cultural. Duas são as consequências radicais dessa nova postura, que representa benéfico avanço conceitual (e me limitarei aqui à consideração de bens materiais, pois se trata de um pedido de tombamento):

> Agora, o poder público tem um papel declaratório no reconhecimento dos valores gerados pelos diversos grupos formadores da sociedade brasileira. Assim, o tombamento provê de proteção o que em princípio já pertencia ao patrimônio cultural. Por certo o tombamento tem também uma função constitutiva, quanto ao regime jurídico em que ele intervém – mas não é matriz de valores e significados sociais: é nas práticas sociais que se encontra tal matriz.

> O valor cultural não é intrínseco aos bens, nem pode ser aferido tão somente por técnicos que disponham de um rol objetivo de atributos cuja presença identificaria o caráter cultural, mas depende do reconhecimento de que "grupos formadores da sociedade brasileira" se apropriaram culturalmente de certos bens, mobilizando-os como portadores de um potencial capaz de alimentar a memória social, a ação e a identidade.

Em suma, abriu-se caminho para conceituar e operar (estado e sociedade conjugados) o campo do patrimônio como "fato social".

Cumpre assim examinar se os bens aqui propostos ao tombamento – uma casa com seu entorno e seus pertences – têm sido mediadores sociais de memória, identidade e ação.

Esses três aspectos devem ser considerados separadamente para maior clareza, mas, sem dúvida se imbricam de forma profunda.

Memória

A memória social (que não se confunde com a História, processo cognitivo) não é uma simples rememoração coletiva de fatos passados, mas uma seleção das representações de fatos passados, compartilhados de maneira a estabelecer vínculos afetivos de pertencimento e solidariedade. Não se trata, para nós, de identificar um culto ao herói – embora Chico Mendes mereça, com toda justiça, a qualificação de herói –, mas de verificar se sua figura e trajetória, suas ações, seus efeitos e seus rumos e, sobretudo, se as transformações eventualmente produzidas na vida de uma comunidade, de um segmento social e, mais largamente, de uma sociedade (ainda que fragmentária e heterogeneamente), constituem uma referência que possa estabelecer os aludidos vínculos. A meu ver, as relações de memória que Chico Mendes tem suscitado preenchem facilmente tais requisitos.

Vale a pena, brevemente, lembrar alguns dados de sua biografia.

Nascido em Xapuri, em 15 de dezembro de 1944, Francisco Alves Mendes Filho, aos onze anos, inicia seu trabalho como seringueiro, que se estenderia até 1976. Somente aos 24 anos é que se alfabetizaria, mas aos 25 já inicia a luta do resto de sua vida em prol dos seringueiros, inspirado pelo militante de esquerda Euclides Távora.

A partir daí, ingressa em movimentos sindicais (ajudou a fundar a CUT e o PT), entra na política (foi vereador pelo MDB), organiza com os seringueiros e suas famílias movimentos pacíficos (os "empates") para ocupação de terras ameaçadas de devastação pela derrubada crescente e irresponsável da floresta e pelo aniquilamento da atividade extrativista. Combate não só a política governamental de favorecimento a empresas voltadas para o "progresso" a qualquer preço, assimétrico e concentrador, beneficiado por financiamentos e facilidades nacionais e internacionais, mas também as condições de trabalho semiescravo ainda vigentes na Amazônia.

Ao mesmo tempo, promove a reconciliação entre seringueiros, índios e colonos, por intermédio de uma grande frente, a União dos Povos da Floresta, em Brasília, em 1985, quando consegue realizar o I Encontro Nacional dos Seringueiros da Amazônia. Desse momento em diante, sua atuação passa a ser conhecida no exterior e a ONU logo lhe confere o Prêmio Global 500, em Londres, depois de visitá-lo em Xapuri, para apurar suas denúncias. Também a Sociedade para um Mundo Melhor, em Nova York, lhe concede uma medalha, no mesmo ano. Lança-se, então, numa febril atividade de viagens, entrevistas, participação em seminários, congressos,

conferências em universidades e outras instituições no país. Formula projetos de educação para os seringueiros e concebe as "reservas extrativistas".

No final de 1977 já começava a receber ameaças de morte por parte dos fazendeiros cujos interesses espúrios ele contrariava. Suas denúncias às autoridades, entre as quais as de sua morte anunciada, jamais obtiveram qualquer retorno. Em 22 de dezembro de 1988 – há, portanto, quase duas décadas –, quando mal completara 44 anos de idade, é assassinado em sua casa, o 97º trabalhador rural, em circunstâncias semelhantes, na Amazônia.

É sua morte trágica que vai, efetivamente, torná-lo conhecido em amplíssima escala nos diversos segmentos da sociedade nacional e reforçar, internacionalmente, sua aura de ícone na defesa dos extrativistas e da proteção ambiental.

O que precisamos, porém, é verificar se esta figura carismática deixou marcas na memória de sua sociedade. Os indícios são numerosos:

> na noite mesma de seu assassinato, cria-se o Comitê Chico Mendes, uma articulação de entidades não governamentais, sindicais e de estudantes que, entre seus vários objetivos, propõe-se a colaborar na manutenção da memória de seu patrono e a debater suas ideias. A Semana Chico Mendes tem sido realizada todos os anos, de 15 a 22 de dezembro;

> a casa, objeto do presente pedido de tombamento, transformou-se num memorial bastante visitado, hoje sede da Fundação Chico Mendes;

> seu nome tem sido dado a logradouros em várias cidades, a prêmios e honrarias (como a Medalha Chico Mendes, do Grupo Tortura Nunca Mais), a instituições (como o Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Socioambiental Chico Mendes, do Paraná, ou o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade, em que se desmembrou – não sei se convenientemente – o Ibama). Em 1990 é criada a Reserva Extrativista que leva seu nome;

> são incontáveis e diversificadas as homenagens que recebeu *post mortem.* Foi tema de uma minissérie da acreana Glória Perez, apresentada pela Rede Globo em janeiro de 2007 (*Amazônia: de Galvez a Chico Mendes*), e de alguns títulos estrangeiros, entre eles o de autoria de Andrew Revkin. Também foi objeto, entre nós, de muitos livros de autores como Márcio de Souza, Zuenir Ventura, Alex Criado, Edilson Martins, um deles, inclusive, dedicado ao público infanto-juvenil;

> se os registros do Google nem sempre expressam qualidade, são, ao menos, índice de popularidade e há 1.020 mil deles relativos a Chico Mendes.

Não há dúvida, portanto, que a figura de Chico Mendes tem peso na constituição e operação da memória de parte considerável e diversificada da sociedade brasileira.

Identidade

Também não há dúvida de que essa mesma parte considerável e diversificada da sociedade brasileira consiga reconhecer-se na imagem de Chico Mendes, catalisando sentimentos de resistência pacífica, porém contínua e intensa, na oposição à selvageria da predação econômica ao meio ambiente e às práticas de dominação que ela implica.

Inicialmente, pode-se dizer que o núcleo central dessa identidade era constituído pelas comunidades extrativistas da Amazônia e, principalmente, do Acre. Passados vinte anos da morte do líder, porém, os círculos se ampliaram, incluindo movimentos ambientalistas, religiosos, sociais e políticos.

"O Acre não é outro país, o Acre é Brasil", já insistia o próprio Chico Mendes, instando a articulação de seringueiros, índios, estudantes, intelectuais, professores, enfim, todos os segmentos da sociedade (entrevista à AGB). Em suma, tendo colocado a problemática da devastação da floresta e opressão de muitas camadas de seus habitantes numa agenda nacional (e internacional), a figura de Chico Mendes pode contar entre aquelas com as quais a sociedade nacional é capaz de representar-se nacional e internacionalmente.

Ação

A cultura não é um espaço de simples fruição passiva de significados e valores, mas um potencial de qualificação de todos e quaisquer segmentos de nossa existência. Ela inclui, portanto, a ação como um de seus frutos mais importantes. A vida cultural é ativa. Não vivemos num mundo de puras significações transcendentes que nos monitoram, mas conservamos, reciclamos e criamos significações e valores que possam qualificar "diferencialmente" as instâncias e circunstâncias de nossa existência, para lhes dar sentido e força.

O que se viu acima sobre a memória e a identidade facilita a compreensão de que não foi apenas por seu ideário, mas também por sua ação para concretizar esse ideário, que Chico Mendes deixou marca específica no imaginário brasileiro.

Enfim, são o seu modo de vida, conjugado com seu modo de luta e os efeitos capitalizáveis para efetivas mudanças, que servem, em nossos dias, de parâmetro, traduzidos como ideias-força. Sem dúvida, estamos ainda muito longe de uma relação sustentável com a floresta, com a Amazônia e com o meio ambiente em geral. Mas hoje não se pode mais ignorar tais questões.

Chico Mendes deu à problemática da Amazônia e à preservação do meio ambiente e dos direitos de seus mais humildes habitantes a visibilidade que muitos procuravam encobrir – ainda que persistam as distorções fundiárias, o desmatamento continuado e, com total carência de responsabilidade social, a pistolagem e os assassinatos impiedosos (haja vista o caso da Irmã Dorothy Stang, em 2005), a impunidade e o comprometimento do poder público etc. Infelizmente, a atualidade do imaginário de Chico Mendes resulta de uma tremenda dificuldade do país em mudar suas estruturas viciadas.

Ao mesmo tempo, porém, a imagem de Chico Mendes está associada a vários frutos de sua ação, que inspiram, por sua vez, a ação daqueles que comungam com seus ideais, fundamentados na percepção de que, quando se age com reta intenção, alguma semente sempre há de brotar. Assim, as reservas extrativistas hoje são realidade: há 59 delas e outras quatorze em desenvolvimento, com 45 novas unidades em processo de criação, em várias regiões do país.

No campo normativo, a ação de Chico Mendes também deixou heranças: a Portaria Incra n. 627, de 30 de julho de 1987 (que instituiu o modelo de ocupação dos Projetos de Assentamento Extrativista – PAEs, respeitando a distribuição natural das espécies); a Lei n. 7.804, de 18 de julho de 1989 (que dispõe precisamente sobre as reservas extrativistas); a Lei n. 11.284, de 2 de março de 2006 (que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para ação sustentável); e planos integrados, como o PAS (Plano da Amazônia Sustentável), que não pode correr o risco de se desfigurar.

Para concluir, Chico Mendes transformou-se em bandeira de luta.

A casa, seus pertences, seu entorno

O que vem dito acima demonstra a importância da figura de Chico Mendes para a memória, a identidade e a ação dos grupos formadores da sociedade brasileira, para reproduzir os termos da Constituição de 1988. No entanto, o que ainda resta por ver é se a casa e seus pertences são também reconhecidos pela sociedade como portadores de referência para as mencionadas funções. Afinal, não se tombam processos de memória, processos identitários ou pragmáticos, mas se tombam casas e seus pertences se os diversos segmentos da sociedade brasileira nisso reconhecerem valores de referência. Não basta, portanto, substituir o indispensável exame da mediação desses bens materiais na alimentação e sustento da memória, identidade e ação por uma cômoda declaração de "bens simbólicos"! Como se houvesse bens mobilizados para expressar valores que não fossem simbólicos! A natureza de um bem cultural é, essencialmente, em todos os casos, uma questão de significação, sentido, visão de mundo – simbólica, portanto.

Também me parece insuficiente considerar a valoração por simples contágio. Com efeito, a Constituição de 1988 permite ir-se além do critério de "vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil", como consta do art. 1º do Decreto-Lei n. 25/1937, critério às vezes transformado nesse fenômeno virótico de contaminação cultural automática – para níveis mais profundos e adequados. O Decreto-Lei n. 25, norma fundadora, não merece derrogação, por sua solidez e consistência e impecável técnica legislativa; é necessário, porém, tomá-lo agora à luz das novas diretrizes introduzidas pela Constituição.

Pretender-se que está em causa uma memória descarnada, etérea, sem lugar, sem balizas neste mundo concreto em que vivemos, simples fantasmagoria semiótica, flutuando num vácuo indiferente, seria dispensar o conhecimento acumulado nos últimos sessenta anos, sobre o tema, pela psicologia social, antropologia, história, estudos de cultura material (para não mencionar a neurofisiologia e as ciências da cognição).

Os lugares e as coisas, em sua "materialidade", constituem obrigatórios gatilhos, pautas, guias, ordenadores, condensadores e legitimadores de memória. Memórias, imagens de si, projetos de ação que constituem meros fatos psíquicos ou mentais engaiolados na subjetividade dos indivíduos, enquanto não se socializarem, enquanto não passarem a atuar no mundo social – socialização, atuação no mundo social que só pode ocorrer por essa mediação do universo físico, material, sensorial. Só assim estarão presentes as condições de "partilha" de memórias, de identidades, de projetos e ações.

Ora, uma casa e seu lugar podem apresentar potencial para tal mediação sensorial de ideias, significados, valores, ideologias, expectativas, representações. Acredito, aqui também, que a casa de Chico Mendes com seus pertences (plantada em um lugar específico de Xapuri e não no panteão da memória) contenha esse potencial.

As informações de que disponho para avaliar a casa e seu entorno são aquelas fornecidas pela breve descrição e pelas fotografias do parecer do arquiteto Aguilera e demais fotografias (incluem pertences). Preliminarmente, vale registrar que a casa, hoje sede da Fundação Chico Mendes, foi objeto de restauração pelo estado do Acre e também, em 2006, de tombamento estadual.

A casa se situa numa rua de terra batida, na ponta da cidade que ocupa o espaço côncavo formado por uma curva do rio Acre, logo depois de nele desaguar o rio Xapuri (conforme planta urbana de 2006 da cidade de cinco mil habitantes), mas ela não está na beira d'água e sim a respectivamente uma e três quadras, conforme o desenho sinuoso do rio.

A casa não destoa absolutamente das que lhe estão vizinhas, nem nas dimensões da estrutura, configuração do lote e implantação no terreno, nem na aparência externa e materiais de construção – é uma como as outras.

Pequena, compõe-se de uma sala, dois quartos, cozinha e corredor, que não devem ultrapassar 52,50 m². O banheiro fica em edícula externa, contando o terreno com pequenos recuos na fachada principal, nas laterais; há um quintal ao fundo. Toda feita de madeira é fruto de um processo construtivo simples, mas eficaz e econômico, testemunhando um "saber-fazer" longamente depurado pela experiência. O telhado (em ângulo acentuado) e a ausência de forro, além de propiciar melhor arejamento, de certa maneira relativizam as vedações internas; acrescentando-se que as inúmeras janelas, sem vidraças, devem ficar abertas grande parte do tempo para iluminação, pode-se dizer que é uma casa exposta, por dentro e de fora. A única decoração, além de discretas guarnições, se resume à pintura (azul turquesa para o exterior, portas, janelas, cercaduras e tabeiras em rosa, quarto do casal em azul, demais peças em bege).

Para resumir, é uma casa despojada, quase monástica – mas acolhedora e sobretudo digna, nessa simplicidade, justa medida das necessidades: é cômoda sem desperdício. O acervo dos pertences (com fotografias) está em perfeita simbiose com os atributos salientados: são móveis, equipamentos e utensílios do dia a dia, incluindo uma pequena biblioteca, o conjunto expressando as condições de vida que serviram de plataforma para a luta pacífica, digna, desinteressada e sem qualquer estrelismo, movida ao longo da vida por seu morador. Por fim, a casa foi palco do assassinato que condensou e cristalizou uma trajetória inteira e a legitimou teatralmente para sempre. Por assim dizer, esse episódio sangrento tornou sensível, prolongando a mediação das demais referências acima apontadas, a imagem, o ideário e o curso das intenções e atos de Chico Mendes.

Nessas condições, não é de estranhar que a casa seja foco de visitação por verdadeiros romeiros cívicos e tenha sua imagem projetada para outros e amplos setores da sociedade nacional. Cumpre, portanto, reconhecer que ela e seus pertences são portadores das referências previstas na Constituição para declaração de seu valor cultural e base para medidas de proteção pelo poder público.

Quanto ao entorno, a proposta de delimitação está claramente definida (encaminhada pelo arquiteto José Aguilera, endossada pelo memorando da gerente de Proteção Jurema Kopke Eis Arnaut e reproduzida, afirmativamente, no parecer do procurador-geral federal Antônio Fernando Neri). Reconheço que a proposta me parece à primeira vista aceitável, mas faltam análise e justificativas e mesmo uma breve caracterização paisagística, para um julgamento conclusivo.

CONCLUSÃO

À luz do exposto, não hesito, pois, em recomendar vivamente ao Conselho Consultivo a anuência ao pedido de tombamento da casa de Chico Mendes em Xapuri e seus pertences, devendo a inscrição proceder-se no Livro do Tombo Histórico. Sou favorável, em princípio, à delimitação proposta do entorno, mas não dispus, até aqui, de elementos suficientes para avaliar a pertinência dos parâmetros sugeridos – que poderão ser explicitados na reunião do Conselho Consultivo ou pelos órgãos pertinentes do Iphan.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2008.



Salvador – BA | 2006

Elevador Lacerda

PROCESSO: 1.497-T-02
RELATOR: PAULO ORMINDO DE AZEVEDO
REUNIÃO DO CONSELHO: SANTOS, 7 DE DEZEMBRO DE 2006

INTRODUÇÃO

Para se avaliar a importância do tombamento do Elevador Lacerda é preciso compreender o que ele representa dentro de um sistema de ascensores públicos formado a partir do início do século XVII, articulando pequenos portos da praia e o sistema viário da cidade alta de Salvador. Sistema que, com pequenas interrupções, se mantém muito vivo, como demonstram a construção do Plano Inclinado Liberdade/Calçada em 1981 e o Elevador do Iate Clube da Bahia de 1992.

A cidade, fundada sobre uma falha geológica, dependia em tudo da Metrópole e do Recôncavo da Baía de Todos os Santos para seu abastecimento. A ligação entre o porto e a cidade alta, 65 m acima do nível do mar, deve ter sido um dos problemas mais complicados da logística de construção e abastecimento de Salvador até pelo menos a metade do século XIX, quando se constrói a ladeira da Montanha.

Levar as mercadorias do porto por escadarias e ladeiras íngremes e escorregadias até a cidade alta era tarefa extremamente penosa. A construção de um guindaste para puxar e descer essas cargas deve ter sido uma das primeiras preocupações dos dirigentes da cidade. Não se sabe em que data teria sido instalado o primeiro, mas é provável que tenha sido ainda no final do século XVI. O que se sabe é que a primeira iniciativa nesse sentido seria da Coroa, com o Guindaste da Fazenda, localizado na praça do Conselho, atual Thomé de Souza ou Municipal, para servir à alfândega da cidade, que ficava naquela praça.

Depois surgiriam outros ligados às ordens religiosas, que os construíram para facilitar a edificação de seus conventos. Mas a persistência de alguns deles por séculos sugere que também serviam a particulares na construção de suas casas e sobrados, como, aliás, reza um documento do Convento de São Bento, do início do século XVIII, que veremos adiante. Assim, pode-se afirmar que esses equipamentos tiveram um papel importante na expansão

O elevador junto ao casario da cidade baixa, Salvador. Foto: Luiz Philippe Torelly, 2013.

de bairros como o da Sé, Santo Antônio Além do Carmo, São Bento e Sodré, bem como no abastecimento dos mesmos. Eram monta-cargas, mais que elevadores para passageiros, e ligavam sempre um pequeno porto natural a um desses conventos.

OS PRIMEIROS GUINDASTES

O primeiro registro da existência de um guindaste na cidade do Salvador é de Pyrard de Lavai, *apud* Silva (1953), que esteve na Bahia em 1610 e que fala de

> *certa maquina destinada ao transporte de cargas (...) alam-se (sic) pela maquina as mercadorias, à medida que se distribuem e vendem, pois custa vinte vinténs subir uma pipa e vinho e outro tanto para descê-la, de modo que o preço de cada viagem, é de 40 vinténs, porque para subir uma pipa ou qualquer outra coisa pesada desce outra do mesmo peso, na mesma ocasião, tal qual dois baldes que sobem e descem no mesmo poço.*

Sua localização e natureza ficam evidentes em uma gravura da mesma época intitulada *Perfil da Cidade de Salvador da Bahia de Todos os Sãtos q. Mostra a Altvra do Mar a Ella,* cujo original se guarda no Algemeen Rijksarchif, em Haia, Holanda, datada do período 1609-12. Tratava-se do primeiro plano inclinado da cidade e estava situado na praça do Conselho, atual Thomé de Souza, descendo até o porto. Vê-se claramente os dormentes e um cabo em meio a eles (Reis Filho, 2000).

Cerca de quatro anos mais tarde ele é assinalado na *Planta da Cidade do Salvador* que ilustra o *Livro que dá razão do estado do Brasil,* códice atribuído a Diogo Campos Moreno de ca. 1616. Assinalado com as letras PP, reza a legenda "o guindaste das fazendas". Vê-se a rampa e uma enorme roda, em cujo eixo devia ser enrolada a corda que tracionava o carro. Quando da ocupação holandesa da cidade, entre 1624 e 1625, o Guindaste da Fazenda já tinha a companhia do Guindaste dos Padres, situado muito próximo. Ou seja, os jesuítas haviam criado um elevador próprio, provavelmente para facilitar a construção da segunda igreja do seu colégio, cujas obras haviam sido retomadas em 1616. Esse guindaste ainda funciona e desde o final do século passado foi transformado no Plano Inclinado Isabel, que, desbancada a princesa com instituição da República, passou a se chamar Gonçalves, em homenagem ao Comendador Manuel Francisco Gonçalves, então proprietário do equipamento.

Diversas gravuras desse período assinalam os dois guindastes. Uma delas é uma bela panorâmica a voo de pássaro da tomada da cidade pelos holandeses, denominada de *S. Salvador/Baya de Todos os Santos*, de autoria de Claes Jansz Visscher e Hessel Gerritsz, 1624 (Reis Filho, 2000). Nela se vêm, no alto dos planos inclinados, casinhas com duas grandes rodas laterais. Seu funcionamento pode ser mais bem apreciado na gravura holandesa *S. Salvador Reys-Boeck van het rijcke Brasilien*, 1624. Ali se vê em detalhe os trilhos geminados, a corda e a caçamba de um deles (Reis Filho, 2000).

Os guindastes são conhecidos desde a Antiguidade. Vitrúvio os descreve nos dez volumes de seu tratado *De Architectura libri decem,* escrito há cerca de 2 mil anos. Eles eram, como são hoje, uma torre com cabos, roldanas e contrapesos destinados a levantar grandes massas. Esses guindastes deram origem, em meados do século XIX, aos elevadores. Os planos inclinados são uma variante dos guindastes, também usados para arrastar cargas em rampas como nos estaleiros, portos, minas e em algumas construções. Eles consistem em duas caçambas ligadas às extremidades de um mesmo cabo que dá a volta em uma grande roldana ou polia localizada no alto de uma rampa, funcionado como uma gangorra, quando uma sobe a outra desce. Existem ainda os funiculares, equipamentos para transporte horizontal ou elevatório, que consistem em um cabo de sustentação com um carrinho pênsil que é puxado por um segundo cabo de tração. Destes se tem as primeiras notícias em gravuras do século XIV. Esses três tipos de ascensores, que usam cabos de tração, são amiúde confundidos. A única evolução

que sofreram tais equipamentos foi a substituição da força manual pela força motriz, inicialmente o vapor e, a partir do começo do século XX, a eletricidade.

O engenheiro militar francês Amédée Frézier, *apud* Silva (1953), que esteve na Bahia em 1714, nos dá uma descrição pormenorizada do funcionamento de nossos guindastes:

> *As três máquinas que estão sempre em serviço para o transporte de mercadorias da cidade baixa à cidade alta apresentam grandes rodas de tambor montadas num mesmo eixo comum, sobre o qual passa um cabo amarrado a um trenó ou carrinho que transporta os fardos de mercadoria. Estas rodas são porém movimentadas pelo peso de escravos, num trabalho extenuante, sobem continuamente pelos degraus da roda, correndo então o carrinho numa espécie de linha de trilhos de madeira.*

Onde existia uma fonte de água na parte superior, o movimento das caçambas podia ser feito aumentando a tara de um dos carros com água, que era despejada na parte baixa para pode subir carregado de mercadorias, puxado pelo outro. Nos Alpes, onde há água de degelo em grandes alturas, existiam muitos planos inclinados desse tipo. Por essa razão a Suíça é o país que ainda hoje tem o maior número de planos inclinados e funiculares no mundo, basicamente nas áreas rurais. Essa condição não existia em Salvador, com exceção, talvez, de Santa Teresa, que possuía uma fonte de água corrente.

Em 1925, quando os holandeses são expulsos pela esquadra portuguesa e espanhola, o Guindaste da Fazenda havia sido duplicado. Essa melhoria só poderia ter sido feita pelos holandeses e pode ser observada na gravura de Benedictus Mealius Lusitanus que representa a retomada da cidade (Guerreiro, 1625, *apud* Reis Filho, 2000). Uma outra gravura sobre o mesmo evento militar mostra três guindastes, ou planos inclinados, naquele local. É a *Planta da restituição da Bahia,* de João Teixeira Albernaz, publicada em 1631[1]. Esse terceiro guindaste chegava ao topo da ladeira da Misericórdia e formava com os demais uma única rampa de terra. Os três guindastes podem ser vistos na gravura *Desenho das fortificaçoes q. se fizeraõ em deffença do inimigo*, de 1638, existente no Algemeen Rijksarchief, de Haia (Reis Filho, 2000). Como outras instituições religiosas, a Santa Casa de Misericórdia, aparentemente, também teve seu guindaste.

Tal gravura apresenta uma outra novidade: o aparecimento de mais um plano inclinado, o do Convento do Carmo. Tal guindaste ainda existe e foi recentemente recuperado pela Prefeitura de Salvador. Por ligar originalmente o convento ao portinho do Pilar, é conhecido como Plano Inclinado do Pilar. Ele aparece também em um prospecto do porto de Salvador denominado *St. Salvador/Ville Capitale du Brésil,* que ilustra o livro do francês François Froger, descrevendo a visita de um capitão de navio francês à Bahia, em 1695 (Froger, 1698). Mas já não se vê o Guindaste da Misericórdia.

Alberto Silva, com base em atas da Câmara, nos conta de um guindaste pertencente a Pedro Gonçalves, tio de Euzébio de Matos, "junto à ladeira da Praia", reconstruído em 1643, que foi embargado "por dois pilares fora dos liseses da casa sobre se fez vistoria"(sic). Esse guindaste da Praia devia ficar na Preguiça, onde estava localizado o Trapiche de Baltazar Ferraz, e "pode ser que este guindaste fosse o que compraram os Frades Bentos em 1698" (Calderon, 1970, p. 37).

No final do mesmo século, dois viajantes se referem aos guindastes. Francisco Coreal, em 1685, se refere a "espécie de guindastes para transporte de mercadorias" e, em 1699, Dampier, *apud* Silva (1953, p. 118-20), comenta que "nem todas as cargas subiam as ladeiras baianas no dorso dos escravos, dispondo os negociantes bahianos de uma boa talha em que havia polias e cordas, subindo uma ponta destas, à medida que a outra descia".

1. Original manuscrito do códice *Estado do Brasil coligido das mais sertas noticias q. pode aivntar D. Jeronimo de Ataíde,* pertencente à Mapoteca do Itamarati, Rio de Janeiro (Reis Filho, 2000).



Vista do Elevador Lacerda, a partir da praça Cairu, Salvador. Foto: Isabella Henrique, 2013.

Na transição do século XVII para o XVIII, mais precisamente em 1701, o Mosteiro de São Bento decide construir o seu guindaste e para isso compra terreno onde "se fés guindaste pera acomodação, e agasalho dos materiais das obras do Mosteiro fabricando cazas de sobrado por asima". Esse guindaste seria demolido em 1813 por ordem do Senado (Olivera Hernandez, 2004, p. 247/248). Como já vimos, este poderia ser o mesmo Guindaste da Praia. Três registros iconográficos do século XVIII dão conta dos guindastes da cidade.

O primeiro, do engenheiro militar Amédée Frézier intitulado *Vue de la ville de St. Salvador du coté de la Baye/ Plan de la Ville de St. Salvador/Capitale du Brésil,* de 1714, publicado em livro de 1716. Apesar da qualificação de seu autor, a planta da cidade tem erros grosseiros, o que não impediu que ele registrasse os Guindastes dos Padres e da Fazenda (Monnaye) com a letra N e a anotação "*Machine pour monter et descendre de Merchansises*" (Reis Filho, 2000).

O segundo, de um também engenheiro militar, é de uma precisão notável. José Antônio Caldas assinala, em seu *Prospecto pela marinha da Cidade do Salvador*, de 1759, quatro guindastes, assim dispostos de norte para sul: o do Convento do Carmo, que chegava até o porto do Pilar; o dos Padres, articulado ao Cais da Farinha ou do Lixa, atual Plano Inclinado Gonçalves; o de São Bento, que ligava o monastério ao "Porto e prainha da Preguiça" e o novo de Santa Tereza, ligado ao "Porto das Pedreiras" (Caldas, 1951). Este "ia das Pedreiras até o fundo da

estreita ruela que nasce na rua do Sodré e corre paralela ao muro do convento, morrendo violentamente em cima da abrupta pendente por onde sobe atualmente a rua do Mauá" (Calderon, 1970, p. 37). Era o único guindaste de Salvador que poderia ter funcionado com contrapeso de água, pois o convento possuía um aqueduto que trazia água por gravidade, continuamente, de uma nascente subterrânea. Os dois últimos guindastes já não existem. Nesse mesmo prospecto já não aparece o guindaste da Fazenda, ou Casa da Relação, que daria lugar, depois de um hiato de mais de um século, ao Elevador Lacerda.

No final do século XVIII, o sistema de guindastes da cidade devia estar muito arruinado, pois Luis dos Santos Vilhena, autor de *Recopilação de noticias soteropolitanas e brasílicas,* publicado em 1799, na parte dedicada à cidade do Salvador, capítulo "Comunicação entre os dois andares da cidade", não faz referência aos guindastes, mas a apenas sete ladeiras que ligavam as duas cidades. Ele apresenta também o *Prospecto que pella parte do mar faz a Cidade da Bahia*, uma atualização do panorama de Caldas, onde não assinala nenhum dos planos inclinados mencionados. Isso pode significar que os guindastes tenham se arruinado ou perdido importância para as ladeiras, mas ele mesmo adverte que a ladeira da Conceição, que chegava até às Portas de São Bento, atual praça Castro Alves, era o "único caminho por onde com bastante risco podem subir, e descer, seges da cidade para a Praia" (Vilhena, 1969).

Em meados do século XIX, muitos fotógrafos registram a fachada portuária de Salvador confirmando o desaparecimento temporário dos guindastes. Exemplo disso é a magnífica panorâmica de Benjamim Mudock de 1860, tomada do Forte de São Marcelo, onde não se vê vestígios de guindastes. Mas suas rampas devem ter permanecido em meio à vegetação tropical, o que possibilitou seu ressurgimento a partir do início da década de 1870, com tração a vapor, e no início do XX, com elétrica.

Para esse ressurgimento dos ascensores contribuíram dois fatores, um de natureza internacional, a segunda Revolução Industrial, e outro local, o afã de modernização de Salvador. No passado, a grande dificuldade desses sistemas de transporte baseados em cordas eram a fragilidade e a fadiga desses cabos, trançados com fibras vegetais e crinas animais. Mesmo assim, já em 1840 se cria em Londres, entre Minories e Blackwall, numa extensão de 6.035 m, um sistema de bondes urbanos tracionados por uma corda de cânhamo que se enrolava, alternativamente, em dois grandes tambores movidos a vapor nas estações inicial e terminal. Esse sistema transportou 2,5 milhões de passageiros, no ano de 1844, mas seria substituído, quatro anos depois, por uma ferrovia urbana.

Com a Revolução Industrial, a fragilidade dos cabos de fibras naturais vai sendo superada com a produção de cordoalhas de aço, cabos flexíveis formados por miríades de fios de aço trançados, que passaram a ser utilizados em 1829, em minas subterrâneas na Inglaterra. Mas seu aperfeiçoamento se deve, entre outros, ao inglês Andrew Smith, que começa a estudar as suas propriedades em 1828 e obtém uma patente para a sua fabricação em 1835. No outro lado do Atlântico, em Pittsburg, John Roebling inicia, em 1831, a instalação de uma fábrica desses cabos, comercializados a partir de 1840. Entretanto, só com a descoberta do processo Siemens-Martins e adoção do forno aberto, em 1868, foi possível produzir fios de aço flexíveis e resistentes como os demandados na fabricação de cordoalhas. Por isso, os sistemas de ascensores modernos e confiáveis só se difundem a partir de 1875 (Bucknall & Hilton, 1977).

A Revolução Industrial modificaria também os meios de transporte horizontais, com os motores a vapor. Mas os primeiros motores eram muito grandes e poluentes só podendo ser instalados em veículos pesados, como barcos e locomotivas, ou estacionários, em fábricas. Sua aplicação ao transporte urbano era muito difícil. São os norte-americanos os grandes difusores de um tipo novo de plano inclinado urbano, que não exigia uma via exclusiva, os chamados *cable cars*, liberando os burros e cavalos de puxar os pesados *street cars*. Seus cabos de tração, de movimentação contínua, ficavam numa vala com uma estreita fenda no piso e os bondes eram enganchados e desacoplados ao cabo através de uma espécie de quilha com pinças. O mais conhecido deles e ainda em

funcionamento é o de São Francisco, funcionando desde 1873 e concebido por Andrew Smith Hallidie. Ali existiram oito companhias desses bondes, seis em Kansas City, cinco em Seatle e três em Nova York, Chicago, Los Angeles, Cincinnati. Mas, antes de San Francisco, desde 1812, havia propostas e pedidos de patente de sistemas muito semelhantes de *cable cars* nos Estados Unidos e Inglaterra (Milton, 1982).

De outra parte, a partir de 1870, Salvador se moderniza, com a instalação dos primeiros bondes puxados a burro e redes de serviços urbanos. É dentro da preocupação de integração de redes fragmentárias de bondes de tração animal que alguns guindastes dão lugar a elevadores ou planos inclinados, inicialmente acionados por vapor e mais tarde por eletricidade. O Elevador Hidráulico da Conceição (1869-73), também conhecido como "parafuso", se deve à capacidade empreendedora do engenheiro Antônio de Lacerda, considerado na época um visionário, que literalmente enterrou toda a sua fortuna nos dois túneis, um vertical e outro horizontal, escavados na rocha para permitir o funcionamento de duas primeiras cabines.

Em 1896, o nome oficial do "parafuso" foi mudado para Elevador Antônio Lacerda, em homenagem a seu idealizador e construtor. Na época, além de ser o mais alto, era também o primeiro elevador público do mundo. Com a chegada da eletricidade, seu mecanismo hidráulico foi substituído por elétrico, em 1906. Quando o serviço de bondes e ascensores passa ao controle de uma empresa norte-americana, no final da década de 1920, essa concessão é condicionada à melhoria dos serviços. Decide-se, em 1927, a construção de mais duas cabines por sobre a ladeira da Montanha. A torre de 73,5 m de altura em concreto armado e a ponte de acesso em aço de 71 m de vão foram construídas em apenas um ano e inauguradas em 1° de janeiro de 1930.

A empresa encarregada das obras foi a dinamarquesa Christian-Nielsen, uma das pioneiras no emprego do concreto armado em grandes estruturas em todo o mundo. A empresa convida o também arquiteto dinamarquês Fleming Thiesen para realizar o projeto, em concordância com a Otis Company norte-americana. O projeto foi, porém, adaptado no Brasil pelo escritório de arquitetura Prentice & Floderer, do Rio de Janeiro. O novo elevador Lacerda parece inspirado no movimento Futurista, que buscava uma estética da máquina e da velocidade. A visita do poeta italiano Marinetti ao Brasil, exatamente em 1927, provocou um grande rebuliço no Sul e em especial no Nordeste, onde os recém-lançados ônibus passaram a ser conhecidos como marinetes. O tratamento *Art Déco* dado à torre, inspirado nos princípios aerodinâmicos dos aviões, expressa bem a velocidade do elevador, que fazia o percurso de 60 m em apenas dezessete segundos.

Mas uma Panorâmica de Marc Ferrez, de 1875, assinala o primeiro elevador hidráulico da cidade, depois denominado Elevador Lacerda, em homenagem a seu idealizador e construtor.

Foto de Guilherme Gaensly, de 1880, assinala linha de bonde puxado a cabos que conduzia ao Farol da Barra, semelhante aos *cable cars* americanos (Ferrez, 1988, p. 124). Na mesma ladeira da Barra, uma antiga fábrica de chalés possuía um plano inclinado que, em 1936, com a criação do Iate Clube da Bahia, foi eletrificado, incorporado ao clube. Esse *mini-charriot* ainda hoje funciona e em 1992 ganhou a companhia de um elevador, réplica do Lacerda.

Em 1988, eu escrevia:

> *O Elevador Lacerda, construído pela Construtora Chistiani-Nielsen durante o ano de 1929, é provavelmente a primeira obra de arquitetura moderna construída na Bahia. Seu projeto, de autoria do arquiteto Fleming Thiesen, com assessoria da Otis Company, foi detalhado pelo escritório Prentice & Floderer do Rio de Janeiro, que não obstante a formação historicista de seus titulares mantém as características originais do traço. Tratava-se de um projeto arrojado, o maior elevador de passageiros para fins comerciais do mundo que logo se transformaria no marco visual mais importante da cidade.*
>
> *O Elevador Lacerda parece ter se inspirado nos ideais do Movimento Futurista e até mesmo em certos desenhos do arquiteto Sant'Elia, da série Cittá Nuova. A exaltação da velocidade das*

circulações vertical e horizontal e do monumental estão aí, claramente expressos na esbelta torre (3,55 x 7,48 m) de concreto de 73,5 m de altura e ponte de 28,71 m de vão, que servem de pórtico gigante à ladeira da Montanha. No seu interior, o usuário vê a paisagem se transformar, enquanto lhe foge o piso da cabine vencendo os 60 m de desnível em 17 segundos.

Salvador estava, aliás, preparada para essas ideias, pois tiveram ampla repercussão as conferências realizadas por Marinetti, coautor com Sant'Elia do Manifesto Futurista *(1914), três anos antes, a ponto de os Velozes ônibus recém-inaugurados serem apelidados de marinetes.*

OS ASCENSORES NO MUNDO

Muitas cidades em todo o mundo têm um ou dois planos inclinados para conduzir moradores e turistas a pontos elevados, como Paris, Nápoles e Braga na Europa, ou Santiago do Chile e Rio de Janeiro na América do Sul. Mas poucas cidades possuem sistemas de ascensores integrados a outros sistemas de transporte coletivo. Além de Salvador, que possui provavelmente o mais antigo deles, com cerca de quatro séculos, podemos citar San Francisco nos Estados Unidos, Lisboa, Shimla na Índia e Valparaíso no Chile, todos do final do século XIX.

Lisboa, com seu Bairro Alto e outras elevações em seu sítio urbano, possui três planos inclinados ainda em funcionamento: o do Lavra de 1884, o da Glória de 1885 e o da Bica de 1892. Alguns eram planos inclinados movimentados por contrapesos de água acumulada em tanques inferiores. Este sistema foi depois substituído por máquinas a vapor e finalmente por motores elétricos. Possui ainda o Elevador do Carmo, ou de Santa Justa, com torre e ponte, semelhante ao Lacerda, ligando a Baixa Pombalina com o Bairro Alto, em funcionamento desde 1902. Todo em ferro fundido com decoração neogótica, foi construído pelo engenheiro Raul Mesnier du Ponsard, aluno de Eiffel (Estrela, 1986).

Valparaíso é provavelmente a cidade no mundo com mais ascensores em funcionamento. Com desníveis semelhantes aos de Salvador, o sítio especial dessa cidade, que foi o porto mais importante do Pacífico Sul no século XIX, fez com que Valparaíso se desenvolvesse como uma mão. A palma, onde está o centro comercial e o porto, e os dedos, formados por bairros que sobem as encostas, separados por "quebradas" ou grotões. Cada um desses bairros tinha um ou dois planos inclinados. A cidade já possuiu trinta ascensores, mas pela concorrência com outros meios de transporte, táxis e vans, quatorze deixaram de funcionar. Dos dezesseis em funcionamento, quinze são do tipo plano inclinado e um do tipo elevador, o Polanco, muito semelhante ao Parafuso da Conceição, com túneis vertical e horizontal.

O mais antigo data de dezembro de 1883 e ainda hoje funciona no Cerro Concepción. Mais três seriam construídos no final do século XIX. Todos os demais são do século XX, sendo que o último, já fechado, data de 1932 (Migone & Pirozzi, 2001). Os primeiros funcionavam a vapor, com mecânica alemã ou inglesa. Um deles porém, o Rainha Vitória, de 1903, funcionava com contrapesos de água, armazenada em tanques localizados na base dos carros, que eram esvaziados quando o carro chegava à estação baixa. Mais tarde, a mesma água era bombeada para a um tanque superior e reutilizada. A eletrificação dos ascensores de Valparaíso só começaria em 1909.

A conformação em anfiteatro de Valparaíso, sua estrutura urbana e seu especial sistema de transporte público foram decisivos para a inclusão de Valparaíso na Lista dos Sítios Patrimônio da Humanidade, da Unesco, em 2003. Mas é preciso considerar que os ascensores de Valparaíso, como os de Lisboa e de San Francisco, têm pouco mais de cem anos, enquanto os de Salvador têm quatro séculos. Com a expansão da cidade e o triunfo do carro privado, na segunda metade do século XX, o sistema de ascensores de Salvador ganha um único adendo, o Plano Inclinado Liberdade/Calçada, inaugurado em 1981.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Paulo Ormindo. "Crise e modernização, a arquitetura dos anos 30 em Salvador". In: SEGAWA, Hugo (org.). *Arquitetura brasileira*, anos 80. São Paulo: Projeto, 1988.

BUCKNALL SMITH, J.; HILTON, George, W. *A Treatise upon cable and rope traction*. 2 ed. Philadelphia: Owlswick Press, 1977.

CALDERON, Valentin. *Biografia de um monumento*: o antigo convento de Santa Tereza da Bahia. Salvador: UFBA, 1970.

CALDAS, Antônio. *Noticia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*. Edição Fac-similar. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda., 1951.

ESTRELA, Edite. *Lisboa, a cidade dos elevadores*. Lisboa: Companhia Carris de Ferro de Lisboa, 1986.

FERREZ, Gilberto. *Bahia, velhas fotografias* – 1858/1900. Rio de Janeiro: Kosmos Ed.; Salvador: Banco da Bahia Investimentos S.A., 1988.

FROGER, François. *Relation d'un voyage fait en 1695, 1696* & *1697*... Paris, 1698. Exemplar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

GUERREIRO, Bartolomeu. *Jornada dos vassalos da coroa de Portugal*. Lisboa, 1625.

MILTON, George W. *The cable car in America.* A treatise upon cable and rope traction as applied to the working of street and other railways. 2 ed. Califórnia: Howell-North Books, 1982.

MINGONE RETTIG, Jaime; PIROZZI VILLANUEVA, Antonino. *Ascensores de Valparaíso.* Valor de um patrimônio olvidado. Santiago do Chile: Compal-Chile, 2001.

MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil* – 1612. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1968.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. *Antônio de Lacerda*. Salvador: Prefeitura M. de Salvador, 1974.

OLIVERA HERNANDEZ, Maria Hermínia. *Beneditinos na América Portuguesa* - Tradição e contemporaneidade na administração dos bens temporais da Arquiabadia de São Sebastião da Bahia - Séc. XVI ao XX. (Tese de doutorado na UFBA). Salvador: PPG-AU, UFBA, 2004.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: VW; Banespa, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil 1500/1720.* São Paulo: Pini, 2000.

SAMPAIO, Consuelo Novaes. *50 anos de urbanização*. Salvador da Bahia no século XIX. Rio de Janeiro: Odebrecht; Versai, 2005.

SANTOS REIS, Felippe dos. Elevador Lacerda. *Concreto* (12). Rio de Janeiro: set. 1938, p.84-86.

STIEL, Waldemar Corrêa. *História do transporte urbano no Brasil*. Brasília: EBTU; S. Paulo: Pini, 1984.

SILVA, Alberto. *A cidade d' El Rei* (Aspectos seculares). Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1953.

SILVA TELLES, Pedro C. *História da Engenharia no Brasil* - Século XX. Rio de Janeiro: Clavero; Clube de Engenharia, 1993.

TRINCHÃO, Gláucia. *O Parafuso*: de meio de transporte a cartão postal. Dissertação de mestrado. Salvador: Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1999, mimeo.

VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapoã, 1969. 3 v.



O elevador junto ao casario da cidade baixa, Salvador. Foto: Luiz Philippe Torelly, 2015.

O PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 1.497-T-02

Em 18/12/2001, a Congregação da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia e o Docomomo-Brasil solicitaram à 7ª SR do Iphan o tombamento do Elevador Lacerda, na cidade do Salvador, por seu valor excepcional tecnológico, social, artístico e estético. Tal pedido foi endossado, em 30/02/2002, pelo Núcleo de Desenho e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana. Os requerentes forneceram praticamente toda a documentação que embasa o processo de tombamento, constituída de um memorial justificativo, levantamentos arquitetônicos, fotos e anúncios de época, bibliografia, artigos e um CD com *slides* contendo legendas e fotos antigas e atuais da obra.

No breve histórico as autoras do pedido recordam que o Elevador Lacerda se chamava originalmente Elevador Hidráulico da Conceição, concebido pelo engenheiro Antônio de Lacerda em 1869, construído por seu irmão engenheiro Augusto Lacerda e concluído em 1873. Edificado em parte enterrado na rocha e parcialmente com estrutura metálica, seu nome foi mudado em 1896, em homenagem ao seu idealizador. Acionado por uma bomba a óleo movida originalmente por uma máquina a vapor, teve o seu sistema modificado para

tração elétrica em 1906. Em 1927, a empresa concessionária do elevador, Companhia Linha Circular de Carris da Bahia, passa a ser controlada pela General Electric e os novos proprietários decidem ampliar o elevador, construindo uma nova torre em concreto armado (73,5 m) com mais duas cabines e ponte superior de acesso em estrutura metálica revestida de pré-moldados de concreto. A construtora foi a dinamarquesa Christiani-Nielsen e seu projeto confiado ao arquiteto também dinamarquês Fleming Thiesen, com assessoria da Otis Company.

Na justificativa para o tombamento, é arrolado o seu excepcional valor tecnológico, por ser um marco da engenharia, tanto em 1873 quanto em 1930, sendo considerado o mais alto elevador público do mundo em sua época; o seu caráter social como transporte público, que articula os dois níveis de transporte urbano de Salvador e o seu valor artístico e estético, por ser considerado o primeiro edifício público modernista do Brasil inspirado no Movimento Futurista italiano e em particular na obra do arquiteto Sant'Elia.

O processo administrativo n. 01502.000406/2001-93 é encaminhado pela 7ª SR do Iphan, em 19/02/02, ao Diretor do Deprot, solicitando abertura de processo de tombamento, que recebeu o n. 1.497-T-02 no Arquivo Noronha Santos, em 28/08/02. Retorna o processo a Salvador para complementação e atualização, em face às intervenções realizadas no primeiro semestre de 2002 pela Prefeitura Municipal de Salvador. Em informação de 18/05/02, o arquiteto Nivaldo Vieira de Andrade Junior esclarece que o projeto da reforma de autoria do arquiteto Daniel Colina, que criava uma janela fita em toda a altura da torre, para melhor visão da baía, foi submetido ao Colegiado de Bens Imóveis da 7ª SR do Iphan, que em Parecer n. 0673/01, de 27/11/2001, considerou que o projeto "descaracteriza o Elevador Lacerda, naquilo que ele possui de mais valioso - sua imagem exterior".

Mas, em 22/03/2002, a Secretaria Municipal de Transportes Urbanos apresentou novo projeto mantendo a aparência e volumetria da obra, embora alguns detalhes como esquadrias, corrimãos, claraboia e revestimentos internos tenham sido alterados. O parecerista, contudo, concorda que esses aspectos são irrelevantes, considerando a melhoria do conforto dos usuários, maior resistência dos pisos e revestimento ao desgaste da circulação de pessoas e melhor resistência das novas esquadrias às intempéries. O arquiteto conclui: "consideramos que este recente conjunto de intervenções, nos moldes que foi realizado, não interfere, de maneira geral, na espacialidade interna do Elevador Lacerda, nem tampouco na leitura de sua volumetria, sendo ainda pertinente, no nosso entender, o seu tombamento". Anexa ao processo plantas da reforma e fotos atuais do edifício.

Retornando o processo à Diretoria Nacional do Iphan, o gerente de Patrimônio Arquitetônico o encaminha à arquiteta Fátima Macedo, pedindo parecer sobre o mérito do tombamento. Esta, depois de bem-fundadas considerações teóricas sobre se a obra é modernista ou protomoderna (*Art Déco),* emite parecer em 3/12/2004 em que conclui: "Assim, o tombamento do Elevador Lacerda justifica-se pela sua historicidade e pelo valor artístico do seu aspecto atual, que, devido ao diálogo que se estabelece com o entorno imediato, colabora para a diversidade de um espaço no qual várias épocas estão representadas".

O gerente de Patrimônio Arquitetônico, arquiteto José Leme Galvão Júnior, na ficha de tombamento, justifica a proteção, anotando: "São destacados os seus valores: a) Estético, dada a sua caracterização como arquitetura moderna ou protomoderna – *Art Déco;* b) Simbólico, pela vocação e consolidação como referência urbana e símbolo local e nacional; e c) Histórico, dado o seu percurso histórico como equipamento urbano de uso intensivo e continuado, cumprindo funções socioeconômicas únicas".

O mesmo gerente solicita comprovação da titularidade do imóvel, o que é atendido pela Secretaria da Fazenda do Município de Salvador, mediante cópia de escritura pública que comprova, ainda, a propriedade do Município de outros equipamentos que formam o sistema de ascensores da cidade, como os planos inclinados Gonçalves, do Pilar e o Elevador do Taboão.

O processo é então encaminhado ao arquiteto José Antônio Nonato Duque Estrada de Barros para dar parecer final. Este, depois de fazer uma minuciosa revisão de todo o processo, demonstrando um grande equilíbrio e sensibilidade, em parecer datado de 16/10/2005, opina que o valor arquitetônico não é o principal mérito a ser destacado no tombamento:

> *Nosso parecer, portanto, conclui pela inscrição do Elevador Lacerda no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico a que se refere o artigo 4° do Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, por considerá-lo merecedor de figurar entre "os sítios e paisagens que importe preservar e proteger" nos termos do parágrafo 2° do artigo 1° desse mesmo diploma legal.*

Em judicioso memorando de 13/10/2005, dirigido ao diretor substituto do Depam, a arquiteta Jurema Kopke Arnaut, gerente de Proteção do Depam, pondera:

> *O elevador ampliado em 1930, em concreto armado, em composição com aquele de 1893 (sic), se destaca como marco significativo da vanguarda baiana, para a história da engenharia e como iniciativa do poder público dotar a cidade de equipamento de grande impacto social, o que, no meu entender o habilita à inscrição no Livro do Tombo Histórico como, por semelhança, foi o Cristo Redentor na cidade do Rio de Janeiro.*

Por último, em 31/10/2005, a procuradora-chefe substituta, Dra. Teresa Beatriz da Rosa Miguel, opina que o processo está suficientemente instruído no que se refere à legalidade do ato administrativo e recomenda a expedição de notificação de tombamento para o município de Salvador, o que foi feito em 28/11/2005. Adverte ainda que não é necessário definição de entorno por estar o imóvel dentro do perímetro tombado do Centro Histórico de Salvador.

VOTO

Não há a menor dúvida quanto ao mérito do tombamento do Elevador Lacerda, independente de sua classificação estilística, mesmo porque seu principal valor, como procurei demonstrar, é histórico. O Elevador Lacerda é a mais ousada expressão de um sistema de transporte urbano, de cargas e passageiros, que tem quatro séculos e que não parou no tempo, pois em 1981 e 1992 são construídos outros dois equipamentos do tipo, que, seguramente, não serão os últimos.

Ele é o único monumento brasileiro, e um dos poucos em todo o mundo, com uma escala verdadeiramente urbana, na medida em que sintetiza e expressa de forma elegante a urbe de dois andares. Desde a sua implantação, no início do século XVII, passando pela duplicação realizada em 1625, transformação em elevador hidráulico em 1873 pelo engenheiro Antônio de Lacerda e sua ampliação em 1930, com uma torre de concreto de 73,5 metros de altura e ponte de acesso de 28,71 metros de vão livre, ele é uma das melhores demonstrações da capacidade de invenção e empreendimento do povo brasileiro em vencer os desafios da natureza.

Pelo caráter eminentemente histórico desse sistema quadricentenário, do qual ele é apenas um elo, e pela elegância com que se projeta no espaço para ligar duas cidades superpostas, recomendo que o Elevador Lacerda seja inscrito simultaneamente no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo das Belas Artes desse Instituto e goze do reconhecimento de toda a nação como um monumento que é, de fato e de direito.

Santos, 7 de dezembro de 2006.


COMANDO
10ª DA REGIÃO MILITAR
CAC/10
BB 11194

Fortaleza – CE | 2008

Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção

PROCESSO: 0651-T-62

RELATOR: SYNÉSIO SCOFANO FERNANDES

REUNIÃO DO CONSELHO: SALVADOR, 15 DE JULHO DE 2008

INTRODUÇÃO

A história da posse e da manutenção do território que, ao longo do tempo, foi constituindo a base física do nosso país confunde-se, nos seus primórdios, com a história das fortificações construídas por brasileiros, portugueses, holandeses e franceses.

Não foram essas fortificações, na sua grande maioria, elementos de um planejamento estratégico mais amplo (ou de uma ação tática mais restrita), nem mesmo se limitaram às intenções políticas que, porventura, as tivessem concebido. Grande parte das posições defensivas – fortalezas, apenas algumas poucas, fortes, fortins ou "baterias" – construídas, em diferentes épocas, em nosso território, extravasaram das motivações e dos objetivos que possibilitaram as suas existências. Esses entes de pedra e cal ou de madeira, faxina e terra, independentemente de suas funcionalidades, dos rigores de seus traçados arquitetônicos, das suas singularidades, ganharam vida, atravessaram o tempo e desempenharam muitos outros papéis imprevistos.

No campo estritamente militar, a fortificação está inscrita nas operações do combate defensivo, se bem que pode, também, desempenhar uma função dissuasória, mas, mesmo nesse papel, o seu caráter defensivo é evidente. A cidadela, a fortaleza, o forte, o fortim se contrapunham ao ataque, o elemento substantivo do combate, pelo qual se atinge o principal objetivo da operação militar: aniquilar o inimigo ou tirar-lhe a vontade de lutar. Portanto, as características de uma posição fortificada, sua disposição espacial, seu estilo arquitetônico, os materiais empregados em sua construção, seu artilhamento decorrem do estado da arte do ataque, da sua tática e da tecnologia empregada.

A natureza defensiva das fortificações, principalmente no período colonial de nossa história, era essencial na luta pela posse e manutenção do território, quando o inimigo, de pouca massa e com ataques fortuitos, tentava desbaratar a defesa, quase sempre localizada em posições dominantes na costa marítima ou fluvial.

As fortificações ofereciam, também, proteção, contrapondo-se às incursões de corsários, de piratas, de contrabandistas, de expedições militares de outros países e de índios hostis e, algumas vezes, abrigo para os poucos habitantes iniciais que chegavam aos locais em que se situavam.

Detalhe do atual Quartel da 10ª Região Militar, Fortaleza. Foto: Claudney Neves, 2015. (CC BY-SA 4.0).

Esses pioneiros eram atraídos pelas possibilidades econômicas da região e pela segurança que esses fortes ou fortins poderiam lhes proporcionar. Nesse sentido, fortes e fortins eram estimuladores da atividade econômica e do adensamento demográfico.

Algumas dessas posições defensivas fortificadas, não poucas, foram o núcleo central do processo de urbanização local, irradiando as linhas de penetração para o exterior daquele ambiente original protegido em que se estabeleciam, progressivamente, as relações interpessoais, o comércio incipiente, as manifestações religiosas, construindo-se a história e, portanto, a cultura que expressava a adaptação humana àquele *habitat*.

Desse passado remoto, sobreviveram pouquíssimos exemplares, transfigurados fisicamente, algumas vezes transladados de suas fundações, mas marcados profundamente pelo olhar do outro, que, no tempo, lhes emprestou diferentes significações. As lendas, muitíssimas, circulam no imaginário das comunidades, ao lado da história subjetiva oficial que dignifica e contextualiza o sítio histórico.

Mas essas lendas não são de menor significação do que o resultado do esforço interpretativo, da pesquisa documental ou arqueológica; ao contrário, muitas vezes, rompendo com a racionalidade, descrevem acontecimentos fantásticos e inverossímeis que, de algum modo, criaram as condições para a superação da realidade.

Os fortes ou as fortalezas, ao lado da igreja ou da sede do poder político local, quando este não mais se confundia com o militar, eram edificações que dignificavam a comunidade, mesmo quando a sua função puramente militar já não era mais necessária. Não são poucos, no Brasil, os municípios ou bairros de cidades cujos nomes derivam ou estão associados à fortificação que abrigavam ou que lhes abrigou.

Portanto, o caráter físico da localização, que, necessariamente, a fortificação tem de preencher, não reduz o seu valor nacional, quando se percebe a fundamental importância do conjunto de quase todos os fortes construídos no Brasil.

A preservação desse riquíssimo patrimônio cultural, que não só é material, mas também é subjetivo, decerto, encontra no instituto do tombamento um importante amparo, mas não o bastante.

Os esforços que as Forças Armadas Brasileiras, e particularmente o Exército, têm realizado para manter e tornar públicos os fortes sob sua responsabilidade, também, são insuficientes, em razão da carência de recursos, que, de longe, já não atendem às suas atividades finalísticas.

O Iphan, em prosseguimento aos estudos que já vinha realizando, promoveu recentemente, nas instalações do Forte Copacabana, um simpósio com o objetivo de delinear uma política para a preservação e o uso dos fortes brasileiros, iniciativa que, no nosso entendimento, merece o apoio de todos aqueles que se dedicam, de algum modo, a essa missão enobrecedora de cuidar do nosso patrimônio cultural.

A experiência que temos tido nessa área, muito mais modesta do que a de todos os presentes, tem conduzido, no caso particular dos fortes, ao entendimento de que a solução a ser encontrada, no sentido de construir condições e instrumentos para dar autossustentabilidade aos sítios históricos em que os fortes e as fortalezas se situam, tem de afastar, de início, a possibilidade de degradação do próprio bem cultural, já bastante afetado pelo entorno em que geralmente está localizado.

A solução de transformar a edificação em sede de empreendimentos com uma finalidade marcadamente empresarial, para obter ganhos pecuniários, conduz ao desvirtuamento do patrimônio, não só pela intervenção na sua estrutura física, mas também pela agressão ao valor que expressa como bem cultural. Não têm sido poucas, nem tímidas, as tentativas, motivadas por interesses apenas empresariais, de transformar alguns desses sítios, da maior importância cultural – mesmo já tombados – em hotéis, restaurantes, centro comerciais e de lazer.

Torna-se absolutamente necessário prosseguir nos processos de tombamento e, ao mesmo tempo, construir condições que permitam a ação continuada de preservação desses exemplares, de grande significação para a nossa história.

O PROCESSO DE TOMBAMENTO

Em 15 de janeiro de 1962, portanto, há pouco mais de 46 anos, o então Diretor do Iphan, professor Rodrigo Melo Franco de Andrade, enviou ao Dr. Amaury de Araújo e ao Dr. José Liberal de Castro, atualmente nosso companheiro no Conselho Consultivo, o Ofício n. 87, pelo qual lhes solicitava pronunciamento sobre a conveniência e a oportunidade do tombamento da Casa da Câmara e Cadeia de Icó, dos remanescentes da Fortaleza da Assunção, do Teatro Municipal de Fortaleza e da Igreja de Amofala, todos localizados no estado do Ceará. Em decorrência, foi aberto o processo n. 651-T-62, Forte de N. Sra. da Assunção (remanescentes), Fortaleza (CE). Por variadas razões, o pleito ficou sobrestado até 1973, como indicam os autos do processo.

Em junho de 1973, o professor Liberal de Castro enviou ao então Diretor do Iphan, carta manifestando a sua preocupação quanto aos prejuízos visuais para o monumento advindos da possível construção de um viaduto, empreendimento noticiado na época.

Em 31 de dezembro de 1996, o historiador Adler Homero Fonseca de Castro, integrante do quadro técnico do Iphan, dentro do programa de estudos de fortificações, solicitou vistas do processo, para "dar conclusão ao mesmo". No entanto, naquela mesma época, a Coordenadoria Técnica da 4ª Superintendência Regional do Iphan expressou o interesse em conduzir o assunto (página 76 do processo n. 651-T-62), o que determinou o desenvolvimento de novos estudos.

Em 21 de julho de 2005, o conselheiro professor José Liberal de Castro, "no uso de uma prerrogativa legal, como simples cidadão brasileiro" – de acordo com esclarecimento do próprio peticionário constante da página 132 do referido processo –, reiterou o pedido de tombamento a ele encaminhado 43 anos antes. Esse pedido veio acompanhado de magistral estudo, realizado pelo professor Liberal, sobre o tema em si, mas que aborda, também, outros aspectos importantes e pouco conhecidos da história da região do Siará, desde 1612, bem como relevantes informações sobre a história da arquitetura militar de defesa. Posteriormente, em outubro de 2006, o professor Liberal complementou o já profundo e minucioso estudo realizado em 2005, com outras análises e informações da maior valia.

No meu entendimento, o trabalho do professor Liberal, em razão da sua excepcional qualidade, deveria ser considerado pelo Iphan para uma possível publicação.

Como se expressou, na folha 207 do processo, a gerente de Proteção do Depam, Dra. Jurema Kopke Eis Arnaut, "o processo é riquíssimo, em razão das reflexões suscitadas no Iphan", nas quais sobressai a contribuição do professor Adler Homero Fonseca de Castro, historiador da Gerência de Proteção do Depam e pesquisador de construções e armamentos militares.

Ressalte-se, também, a participação extremamente relevante da 4ª SR, pelas pesquisas e análises realizadas.

Das reflexões acima referidas, surgiu a proposta de estender o tombamento às instalações do Quartel da Guarnição do Ceará, atual Quartel da 10ª Região Militar, e às peças de artilharia numeradas de 1 a 6, conforme consta do processo.

No que se refere à poligonal de entorno, há duas posições:

> a primeira, apoiada pelo Depam, consiste em adotar a poligonal sugerida pela 4ª SR, com a possibilidade de ampliação posterior, de modo a conter no seu interior a região do rio Pajeú;

> a segunda, de acordo com a proposta do professor Adler e o endosso da Procuradoria Federal do Iphan, expresso na folha 244 do processo pelo procurador-geral substituto do Iphan, Dr. Antônio Fernando Alves Leal Neri, no sentido de se estabelecer a poligonal do entorno após um estudo mais meticuloso da referida área.

O processo está muito bem fundamentado e obteve parecer favorável do Depam e da Procuradoria Jurídica do Iphan.

O comandante do Exército foi notificado e foi dada ciência do tombamento ao governador do estado do Ceará, à prefeita da cidade de Fortaleza e ao comandante da 10ª Região Militar, responsável pela área.

A ANÁLISE DO MÉRITO

A região do Ceará começa a ter significação econômica, mínima que seja, após o assentamento das fazendas de criação de gado, já no último quartel do século XVII. Mas somente no final do século XVIII, com a instalação da cultura do algodão, é que tem início o seu período de ascensão realmente relevante, em decorrência das possibilidades de exportação desse produto para a Inglaterra.

As condições fisiográficas impuseram à região, no começo do processo de colonização, restrições que dificultavam o transporte e o desenvolvimento de atividade econômica mais expressiva.

Assim é que a região do Ceará, até os anos seiscentos, desempenhava o papel principal de ligação entre a «costa norte-sul" e a "costa leste-oeste" (que iria do Cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte, até o Norte do Brasil), como consequência das dificuldades do tráfego marítimo, submetido às fortes correntes, que se dirigiam para o Oeste, e aos regimes de ventos, paralelos às correntes marítimas. Essas condições adversas dificultavam, sobremaneira, o retorno para as costas ocidentais do Ceará, ponto de apoio para o prosseguimento em direção a Pernambuco e à Bahia. Portanto, essa vocação natural de apoio ao tráfego marítimo impunha àquela região uma importância estratégica.

Era natural, em vista disso, que holandeses e franceses pretendessem o seu domínio para instalarem-se e, em seguida, estabelecerem, em melhores condições, a articulação ao longo da costa.

Ao contrário, interessava ao português a manutenção da posse daquela área não só para impedir a incursão indesejável, mas, também, para garantir o elo de integração marítima entre a "costa norte-sul" e a "costa leste-oeste".

É com esse pano de fundo de natureza estratégica que, até os anos setecentos, a história dessa região se desenvolveu. Mesmo após a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, dissociando, administrativamente, essa parte do território brasileiro e permitindo as rotas diretas Belém-Lisboa-Belém e São Luís-Lisboa-São Luís, essa importância estratégica permaneceu.

Na região do Ceará, em diferentes momentos, se estabeleceram: o Forte de São Tiago, na barra do rio Ceará, possivelmente em 1603; o Forte de São Lourenço, na foz do rio Jaguaribe, em 1604; o Forte São Sebastião, à margem do rio Ceará, em 1612; o Forte Schoonemborch, fundado pelos holandeses, em 1649, na colina situada na margem esquerda do rio Pajeú.

A partir de 1654, com a capitulação dos holandeses e a retomada da capitania do Ceará pelos portugueses, o Forte de Schoonemborch passou a se chamar Forte de Nossa Senhora da Assunção.

A fortificação herdada dos holandeses era pequena e precária; construída com troncos de carnaúba, tinha forma pentagonal, exigindo constantes reparações e modificações. Essa situação permaneceu, seguramente, até o final do século XVIII.

Em 1812, o forte estava reduzido a um reduto de terra batida e revestido de madeira. Contudo, no decorrer dos anos setecentos, foram apresentadas diversas propostas para construir, no mesmo local ou nas suas proximidades, "uma fortaleza de pedra e cal", projeto que na época não prosperou em razão do argumento baseado na desnecessidade de uma de fortificação de "pedra e cal" para defender a costa.

No entanto, a autonomia administrativa da capitania do Ceará, ocorrida em 1799, modificou os fundamentos motivacionais da construção de uma fortaleza, de pedra e cal, de médias ou grandes dimensões, agregando ao interesse puramente militar um outro elemento, agora de natureza política, voltado para as aspirações da comunidade. Pelo ato de concessão de autonomia, a capitania do Ceará passou a ser dirigida por governadores diretamente ligados ao poder real, emancipando-se, portanto, da subordinação ao governo geral de Pernambuco.

A construção da Fortaleza passou a ter uma significação muito mais ampla que a puramente militar, pois materializava um desejo coletivo que se originava em diferentes setores da população da vila e, mesmo, da província. A edificação, como estava sendo concebida, iria dignificar a região do Ceará, emprestando-lhe o requisito simbólico necessário à sede da capitania autônoma.

Os antigos bastiões de defesa, por não terem deixado vestígios ou por precariedade, não tinham a representatividade necessária a uma sede de capitania autônoma, embora o nome da aglomeração urbana, ao longo do tempo, sempre estivesse relacionado a uma fortificação sem muita importância militar: povoado do Forte, vila do Forte, vila da Fortaleza do Ceará, vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

Cabe, nesse ponto, transcrever passagens do estudo do professor Liberal:

> *Mais que qualquer outra realização, torna-se, portanto, perfeitamente compreensível que, nos dias dos primeiros governadores da Capitania, a edificação de uma fortaleza de pedra, tijolos e cal, evidenciando e justificando a origem do nome da própria vila, figurasse como marco superior de uma magnitude e de uma hegemonia urbanas aspiradas por todos, embora de realização quase impossível. O fato de, até então, a vila apenas haver conhecido meros fortins, construídos de terra, às vezes, reforçada por faxina, explicava o açodamento.*

Mais adiante, consta do estudo o seguinte:

> *Há de se dizer que, apesar das mudanças, a vila de Sampaio continuava bem pequena. Na verdade, não passava de um diminuto aglomerado humano, fisicamente inferior ao Aracati, ora mencionado apenas para efeito de comparação. Não possuía sobrados, já então numerosos na vila jaguaribana, ao longo da Rua Grande, tipologia arquitetônica com exemplares que também se destacavam no Icó e no Sobral.*

Ainda segundo o professor Liberal, por tais razões, exatamente nesse contexto, a construção da nova fortaleza surgia, entre outras, como um marco simbólico dos desejos e da própria confiança depositada pela população no futuro da vila-capital. A construção da nova fortaleza materializava, pois, como nenhuma outra realização, o duplo significado de *arx* e de *fortitudo*, de defesa física e de força moral, patentes nas proporções agigantadas de uma obra arquitetônica única, com suas características programáticas específicas, irreproduzíveis nas outras vilas da capitania.

Na verdade, o interesse militar na construção da nova Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção já não era mais o prevalente.

A construção da nova Fortaleza da Assunção iniciou-se em 1812, no governo de Manuel Ignácio de Sampaio, o grande promotor da obra. O Projeto foi idealizado pelo coronel engenheiro Antônio da Silva Paulet, do Real Corpo de Engenheiros. Paulet desempenhou papel importante na vida cearense, seja na elaboração da sua mapografia marítima e terrestre, seja no delineamento da forma urbana da capital cearense.

Não há registros sobre o término (ou paralisação) das obras. Provavelmente no início de 1822 encerraram-se os trabalhos construtivos.

A planta de Paulet previa que a fortaleza, a ser acomodada às circunstâncias do terreno, seria edificada em um quadrado com noventa metros de cada lado, contando com quatro baluartes e guarnecida com 27 peças, que cruzariam seus fogos em condições de baterem o ancoradouro e o porto. Ressalte-se que, no contexto europeu do final do século XVIII, o sistema abaluartado de fortificações isoladas, que o projeto de Paulet reproduzia, começou a ser superado pela defesa em profundidade, constituída por linhas de defesas fortificadas, em razão das novas táticas de ataque baseadas no conceito de massa.

Contudo, no Brasil, continuava a ser um sistema perfeitamente aceitável em razão das ameaças possíveis e das condições econômicas existentes.

A despesa com a obra foi custeada, em parte, pela Fazenda Real, pouco mais de vinte contos de réis; dezesseis contos de réis foram arrecadados junto à comunidade; o material foi fornecido, espontaneamente, por particulares e os serviços, prestados pela população em geral.

Na verdade, o Projeto de Paulet não foi integralmente concluído, apenas a frente norte (do mar) e a oeste foram construídas; mais da metade da construção projetada não se realizou.

Não obstante, a Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção ocupou o seu papel, de extrema relevância, no imaginário da comunidade da Fortaleza, hoje em dia um das mais importantes metrópoles brasileiras. Em 1817, cinco anos após o provável início da construção da fortaleza, a vila da Fortaleza e seu porto eram, ainda, uma pequena aglomeração, disposta ao redor do local da nova construção que se empreendia. Desse *locus* irradiou-se toda a atual cidade de Fortaleza.

Os mapas dos velhos caminhos da antiga vila, que saindo da região da fortaleza demandavam a periferia, reproduzem, praticamente, o traçado das vias radiais da cidade de Fortaleza atual: estrada da Pacatuba, estrada de Arronches, estrada de Maranguape, estrada de Soures, estrada de Messejana e outras.

Uma lápide, escrita em latim e aposta em 1817 na fortaleza, permite perceber o prestígio da edificação para a comunidade:

> *Anno de 1817 /As naus escarneciam de mim quando eu era um monte informe; agora sou uma grande fortaleza, de longe tomam-se de respeito. Aqui, reinando João VI, Sampaio me fundou bela: o engenho de Paulet resplandece. Os donativos dos cidadãos me tornam forte pelas muralhas e os dispêndios reais me fazem forte pelas armas / Costa Barros Fez.*

Esse testemunho histórico, mas ao mesmo tempo espacial, demonstra concretamente o valor da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, valor que não é apenas local, interessando unicamente a uma das maiores cidades brasileiras, nem só regional, mas, seguramente nacional, pois, consideradas as especificidades do caso, decorre do papel que as fortificações desempenharam na posse e na manutenção do nosso território. Valor histórico de valor nacional, porque a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção é um monumento que registra, pela sua ascendência e localização, o longo processo de conquista da base territorial, que permitiu a colonização do Meio-Norte e do Norte brasileiros. Fatos não privilegiados em nossa historiografia geral, mas que são de interesse de todos os brasileiros pelo valor nacional que encerram.

Na verdade, o pleito de tombamento, no que diz respeito à fortaleza propriamente dita, refere-se à muralha composta de duas ordens de baterias, com dois baluartes interligados por cortinas duplas, complementada por pequeno trecho de cortina, a nascente, além da parte remanescente do terrapleno.

O processo trata, também, do tombamento do atual Quartel da 10ª Região Militar, localizado na cidade de Fortaleza, e do material de artilharia consubstanciado nos canhões de números 1 a 6.

O Quartel da 10ª Região Militar, remanescente do quartel do meio batalhão do Ceará e edificado entre 1846 e 1857, está inserido no complexo da área da fortaleza e é um exemplar raro de edificação utilitária dos meados do século XIX, período do qual não há nenhum quartel tombado. Tem, incontestavelmente, um valor histórico, pois foi sede da Escola Militar do Ceará, no período de 1889 a 1898 e palco de acontecimentos de repercussão nacional.

Dentre eles, a rebelião de Sena Madureira, que, no final do século XIX, como comandante da guarnição, não permitiu que os seus soldados exercessem atividades de repressão aos movimentos de libertação de escravos; o episódio envolvendo o tenente-coronel João Nepomuceno de Medeiros Mallet, comandante da Escola Militar do Ceará, que foi demitido de suas funções e preso, por ter se insurgido contra a nomeação, por motivação política, de um instrutor da escola, o que constituiu um dos acontecimentos da Questão Militar, dentro do processo da Proclamação da República; e o movimento dos cadetes, que contribuiu, no início da República, para a queda do governo de Clarindo de Queirós.

Naturalmente que a edificação, ao longo do tempo, sofreu inúmeras intervenções, principalmente no seu interior, o que aconselha apenas a preservação de sua forma exterior.

Quanto ao material de artilharia, mais especificamente os canhões que guarneciam a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, persistem dúvidas a respeito da existência, ainda, dessas peças. Gustavo Barroso, citado pelo professor Liberal em *À margem da historia do Ceará*, (Fortaleza: IUC, 1962, p. 108), refere-se do seguinte modo aos canhões:

No início da primeira guerra mundial, venderam seus canhões [da Fortaleza] de bronze brazonados com as quintas e a coroa imperial. Os de ferro, menos valiosos, foram derretidos na Fundição Cearense, que os adquirira. Salvaram-se dois, guardados no Museu Histórico do Estado.

Por outro lado, existem duas relações de canhões do Ceará, uma de 1800 e outra de 1863, ambas do conhecimento do Iphan. Entretanto, não se tem informações precisas sobre as suas localizações, o que exigirá um trabalho de pesquisa. De modo que o auto de tombamento dos canhões deve referir-se à constatação de que a peça, de fato, pertenceu à Fortaleza.

Há que se considerar, também, as imagens da capela existente no complexo da Fortaleza, construída, possivelmente, por volta de 1675. Considerada, por alguns, a primeira construção religiosa do Ceará, foi várias vezes modificada e, finalmente, demolida, nos últimos anos do século XIX. Sabe-se da existência, ainda, de imagens e ornamentos religiosos pertencentes a essa capela primitiva, sem contudo estar precisamente identificada a sua localização.

Propõe-se, analogamente ao procedimento adotado para o material da artilharia, o tombamento desses objetos religiosos.

Quanto à poligonal do entorno, sugere-se adotar o posicionamento da Procuradoria Jurídica do Iphan, com base na argumentação do professor Adler Homero Fonseca de Castro, do Depam/Iphan, propondo que a poligonal do entorno seja estabelecida após um estudo mais minucioso da área.

CONCLUSÃO

Proponho, portanto, a este Conselho Consultivo, o seguinte:

> O tombamento do conjunto constituído pelo Forte de Nossa Senhora da Assunção, pelo antigo Quartel da Guarnição do Ceará e pelo acervo móvel e integrado, o qual deverá ser inscrito no Livro de Tombo Histórico, em razão da sua importância para a história nacional.

> O tombamento refere-se às muralhas do forte e à parte externa do edifício do Quartel da 10ª Região Militar, excluídas todas as demais construções.

> O acervo móvel e integrado a ser tombado é constituído dos canhões que guarneciam o Forte de Nossa Senhora da Assunção, até 1863, e pelas imagens e ornamentos religiosos pertencentes à primitiva Capela de Nossa Senhora da Assunção, erigida no interior do forte por volta de 1675 e demolida em meados do século XIX.

> A poligonal tem início no ponto A, no cruzamento do eixo da rua Floriano Peixoto com o eixo da rua João Moreira; segue por este, no sentido noroeste-sudeste, até encontrar o ponto B, no eixo da avenida Alberto Nepomuceno; segue por este no sentido sudoeste-nordeste, até encontrar o ponto C, no cruzamento com o eixo da avenida Presidente Castelo Branco; segue por este, no sentido sudeste-noroeste, até encontrar o ponto D, no prolongamento do eixo da rua Barão de Rio Branco; segue por este, no sentido nordeste-sudoeste, até encontrar o ponto E, situado na rua Rio Branco; segue em linha reta no sentido noroeste-sudeste, por aproximadamente sete metros, até o ponto F, na aresta do gradil do Passeio Público; segue junto ao gradil do Passeio Público até encontrar o ponto G, no cruzamento do prolongamento da linha imaginária desta aresta com o eixo da rua Floriano Peixoto; segue por este, no sentido nordeste-sudoeste, até encontrar o ponto de origem – ponto A.

> A poligonal de entorno será estabelecida após estudo minucioso sobre a definição da referida área.

Salvador, 15 de julho de 2008.



Goiânia – GO | 2002

Acervo Arquitetônico e Urbanístico *Art Déco* de Goiânia

PROCESSO: 1.500-T-02

RELATOR: PAULO BERTRAN WIRTH CHAIBUB

REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Às vezes nos parece que os "centro-oestinos" vieram ao mundo para criar cidades. Longe da imagem de um Brasil central rural, o que nos impulsiona na história são as cidades. No século XVIII, assim que uma região mostrava seu ouro, plantava-se um acampamento durável que logo recebia uma capela e tornava-se a referência, o ícone urbano da região. O urbano precede o rural e para o sempre depois fará sua mediação histórica.

Com o século XVIII maduro, cidades fronteiriças ou aldeamentos indígenas em Mato Grosso e Goiás pulam das plantas do engenheiros coloniais para pousar, quadráticos e estratégicos, em antigos ermos selvagens. Se o núcleo citadino original é caótico, logo dão-lhe um plano de expansão em polígonos planejados, retificados, como por duas vezes aconteceu com Vila Boa de Goiás, em 1739 e em 1781.

Dessa forma surgiu como que uma introjeção compulsiva nos goianos rumo à geometria regular, seja na medição da data mineral, do talhão de roça ou da corrutela sertaneja.

Conheci analfabetos que sabiam calcular com exatidão a alqueiragem de uma área ou a extensão de um caminho ou o peso de um objeto, desde que com os parâmetros coloniais de alqueires, arrobas e léguas. Século XX afora, agrimensores que mediam novas glebas de colonização (sempre em alqueires) eram os mesmos que demarcavam as cidadezinhas surgentes à margem das estradas de terra.

Haviam aprendido seu urbanismo elementar com o grande impacto inovador que representou a construção de Goiânia na década de 1930. E a partir dela passava a viger de fato, em Goiás, o sistema métrico universal, instituído no Império. O tempo dos relógios e dos juros, ferrovias e automóveis. A prescrição da economia sertaneja de abundância.

Goiânia, porém, representava mais. A mudança da capital esgarçara de súbito o tecido cultural goiano. Sob os rigores do Estado Novo surgiram dois estados de Goiás. O novo goianiense, bolsa coletora da discutível

Detalhe da fachada de edifício *Art Déco*, Goiânia. Foto: Acervo Iphan.



Fachada de edifício *Art Déco,* Goiânia. Foto: Acervo Iphan.

modernidade predadora da Marcha para o Oeste; o antigo, representado por Goiás Velho, a bicentenária capital rebaixada, com esse apelido, a traste desprezível. E, no entanto, nos tempos que correm, eleita Cidade Patrimônio Mundial – para certa complicação da crise de identidade bipolar que acomete a goianidade desde a fundação de Goiânia.

Os goianienses agora, com suas justas razões e grande importância, acordam para a grave questão de sua historicidade, até aqui tratada de forma vaga. Como por um sinal do inconsciente coletivo, transcorriam setenta anos das origens de Goiânia e ocorreu o necessário surto de uma busca de signos e raízes, que é a forma humana definitiva da posse do espaço. A posse emotiva, amorosa da sua paisagem urbana. "Antes que o tempo passe tudo a raso", como dizia Cora Coralina.

Este é o sentido mais subjacente ao tombamento desses marcos goianienses, muito bem embasado por diversos livros que acompanham este dossiê, principalmente os estudos dos arquitetos Celina Manso e Wolney Unes. Diversas instituições e pessoas da mais alta representatividade do estado de Goiás apoiaram e acompanharam a constituição do caprichado dossiê em meio ao clima de instalação da 14ª SR em Goiânia, seguindo-se os intensos trabalhos de preparação da Cidade de Goiás para o recebimento do título de Patrimônio Mundial. Depois, a catastrófica enchente que tantos prejuízos causou à mesma cidade e ainda o incêndio arrasador da Matriz de Pirenópolis. Tudo isso enfrentado, até mesmo ameaças contra sua integridade física, por esta brava senhora Salma Saddi Waress de Paiva, consagrando a legenda histórica de valor das mulheres goianas.

O *Art Déco*, por mais que se rarefaça hoje, é a efígie tutelar de Goiânia, enquanto existir a praça Cívica, com o Palácio do Governo e seus edifícios administrativos, o conjunto urbanístico basal que hoje aqui apreciamos,

a que se acrescem outros edifícios isolados de igual partido arquitetônico, ao todo vinte, todos pertencentes a alguma esfera de governo.

Haveremos de nos surpreender quando levantamentos mais amplos nos mostrarem a importância e a amplitude que o *Art Déco* teve em todo o Brasil – e em todas as Américas –, como um símbolo que unia a noção de modernidade ao mais profundo tradicionalismo nacionalista pan-americano.

A primeira exposição *Art Déco* ocorreu em Paris em 1925, tendo mostrado em alguns prédios certa parecença com os zigurates assírios e babilônicos escalonados (nenhum deles subsistira ao tempo), que se inspiravam em hipotéticas reconstituições feitas por arqueólogos no atual Iraque.

Ora, tornaram-se moda na Europa, mas o que ocorria nas Américas desde fins do século XIX era o descobrimento das antigas civilizações dos Maias, Astecas e Incas, algumas encobertas por florestas, culminando em 1920, com a revelação da cidade perdida de Machu Pichu e, no decorrer desse tempo, pela revelação das culturas Marajoara e Tapajônica na Amazônia brasileira.

Nossos rapazes arquitetos, como Atílio Correia Lima, de Goiânia, estudaram em Paris, mas o que tinham aqui em mãos para se afirmarem superiormente era o legado de autênticas pirâmides escalonadas americanas e hieróglifos do Novo Mundo. O ideal para países como o Brasil e os Estados Unidos, que então rebatizavam suas cidades com nomes indígenas, sufixos gregos e latinos e, nesse exercício patriótico, esculpiam fachadas com motivos *Art Déco* pan-americanos. Nos Estados Unidos, Miami Beach. No Brasil, Goiânia.

Na Europa, o *Art Déco* era modismo. Nas Américas, identidade. Por isso, digno de melhor avaliação e alto respeito.

E o Iphan tem muito o que fazer ao abrir agora a porta do século que recente se fechou sobre esses acervos. E peço que tal tome como um cumprimento o doutor Carlos Heck ao encerrar sua prolífica gestão no Iphan.

O homem do cerrado – o cerratense – é essencialmente um construtor de cidades e de capitais, refletindo a intensidade de transfigurações com que a história nos tratou. Pela ordem, três capitais planejadas: Goiânia, Brasília e Palmas, alterando a gravimetria do país e consolidando de vez sua territorialidade.

Talvez não tenha chegado ainda a hora da tomada simbólica de posse amorosa dos brasilienses e palmenses, apenas iniciando e consolidando suas gerações. Mas é o que já nos apontam aqui os goianienses ao pedirem o tombamento federal do plano pioneiro de Goiânia e do seu bairro predecessor, Campinas.

Passaram-se setenta anos de vertiginoso crescimento urbano e lá está quase intacto o plano original, por sua excelência e fluência que convida o *flaneur* a passar e fundir-se à paisagem. O velho plano radial do carioca Atílio Corrêa Lima, depois implantado por Armando de Godoy e pelos infatigáveis irmãos Coimbra Bueno, estes logo correndo pela consecução de Brasília.

E eis que, por razões já examinadas, reencontram-se o *Art Déco* e o plano diretor de Goiânia, unidos, tomados na tatuagem que salta aos ares, além da compreensão ou intenção de qualquer planejamento urbano, sua transformação em símbolos sedimentados da história e razão do nosso parecer afirmativo.

Goiânia, 10 de dezembro de 2002.



Edifícios *Art Déco,* Goiânia. Foto: Acervo Iphan.



Corumbá – GO | 2000

Igreja de Nossa Senhora da Penha de França

PROCESSO: 1.269-T-88

RELATOR: AUGUSTO CARLOS DA SILVA TELLES

REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 8 DE JUNHO DE 2000

RELATÓRIO

O processo em causa originou-se de solicitação feita pela 14ª CR do Iphan (na época, 8ª DR), com data de 20 de março de 1988, para o tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Penha de França, matriz de Corumbá de Goiás (GO).

O pedido é acompanhado de um conjunto de elementos elucidativos sobre a igreja matriz: histórico, descrição arquitetônica e construtiva, documentação fotográfica e planta baixa, cortes e fachadas. O entorno da matriz também é descrito e acompanhado de planta baixa e de fotos das edificações e logradouros nele compreendidos.

O processo, encaminhado ao Departamento de Proteção, recebeu o parecer n. 018/97, da museóloga Gláucia Cortes Abreu. Esse parecer, minucioso, analisa a igreja sob seu aspecto histórico e compara-a às edificações da região. Descreve a situação atual da igreja, em bom estado de conservação, mas modificada nos seus elementos de piso, forros e algumas esquadrias, inclusive alteração de pinturas, principalmente nos retábulos. Refere-se à indicação de que a comunidade local está interessada em restaurá-la, uma vez tombada, utilizando o Pronac. Conclui a museóloga desaconselhando o tombamento da igreja, por julgá-la sem valor em nível nacional.

Em parecer subsequente, n. 335/97, a arquiteta Cláudia M. Girão Barroso, chefe da Divisão de Proteção Legal, concorda com o parecer acima referido e sugere que o chefe da 14ª Coordenação Regional procure as autoridades estadual e municipal, a fim de analisarem a possibilidade de ser a igreja em questão protegida por legislação local ou regional.

Nessa etapa, o processo me foi encaminhado para estudo. Sugeri, então, que se pedisse à 14ª Regional que fornecesse elementos elucidativos do aspecto atual do conjunto urbano que se dispõe a pouca distância do rio Corumbá, em um aclive em cujo topo se assenta a igreja matriz. Pois que, tendo estado, há cerca de quinze anos,

Igreja Matriz Nossa de Senhora da Penha de França, Corumbá de Goiás. Foto: Marcos Vinicius Ribeiro dos Santos, 2009. (CC-BY-3.0).



Igreja Matriz Nossa de Senhora da Penha de França, Corumbá de Goiás. Foto: Marcos Vinicius Ribeiro dos Santos, 2009. (CC-BY-3.0).

em Corumbá de Goiás, muito me interessei, na ocasião, por esse acervo urbano que ladeia a igreja e no qual ela constitui elemento marcante. A documentação fotográfica enviada de trechos dos logradouros mostra estar o conjunto edificado semelhante ao que indicam as fotos de 1988 e ao que conheci; a única alteração é o edifício da casa paroquial, localizada à esquerda e atrás da matriz.

VOTO

O conjunto urbano constituído pela Igreja de Nossa Senhora da Penha de França, matriz de Corumbá de Goiás, e pelo conjunto edificado que a envolve, é o núcleo mais antigo e íntegro da cidade, e apresenta interesse arquitetônico importante. Fato curioso é que algumas dessas edificações, residenciais e comerciais, guardam proporções e utilizam detalhes arquitetônicos e sistema construtivo característicos do século XVIII e início do XIX, apesar de datarem da primeira metade do século XX, como nos ensina Ramir Curado, em seu livro *Corumbá de Goiás – Estudos Sociais* (Brasília: Editora Ser, 1997, 2ª ed., p. 62-82).

Em Goiás, estão preservados pelo Iphan os acervos urbanos e paisagísticos de Goiás (antiga Vila Boa), de Pirenópolis (antiga Meia Ponte), de Pilar e de Natividade (esta última, atualmente, no estado de Tocantins). A igreja matriz de Pirenópolis, tombada individualmente, é, de todas as igrejas goianas, indubitavelmente, a mais íntegra e de maior valor arquitetônico. Lamentavelmente, as cidades de Goiás e de Pilar perderam suas primitivas matrizes, que foram substituídas, no final do século XIX, por novas edificações de menor valor.

Deve-se assinalar que a matriz de Corumbá de Goiás é uma edificação do final dos setecentos e oitocentos, obedece ao sistema construtivo dos primeiros anos da colonização de Goiás e se apresenta com destaque na paisagem urbana, conservando, no interior, os retábulos primitivos.

Julgamos, assim, que esse conjunto urbano deva ser inscrito nos Livros do Tombo, definidos pelo Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, como um acervo de arquitetura vernacular da região central do Brasil, do estado de Goiás, nele incluída a igreja matriz.

Desse conjunto que propomos seja tombado, com os limites que estão definidos no processo como área a ser considerada de entorno, deverá ser excluído o edifício recentemente construído para a casa paroquial, localizado aos fundos e à esquerda da matriz. Deve ficar igualmente definida a conveniência da substituição do piso da igreja, a retirada da barrada que envolve a igreja, assim como da restauração da pintura dos retábulos.

Em 4 de junho de 2000.



V. Mato Grosso do Sul

Campo Grande – MS | 2009

Complexo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

PROCESSO: 1.536-T-06
RELATOR: SYNÉSIO SCOFANO FERNANDES
REUNIÃO DO CONSELHO: SÃO JOÃO DEL-REI, 3 DE DEZEMBRO DE 2009

INTRODUÇÃO

As cogitações iniciais sobre a construção de uma ferrovia que ligasse o sul de Mato Grosso ao litoral brasileiro remontam a 1851.

A necessidade desse empreendimento decorria, segundo os mais destacados estudiosos, de três fatores principais:

> político – a ocupação e integração dos vastos territórios despovoados situados no sudoeste do Brasil, região suscetível de ações separatistas em relação ao poder central;

> econômico e de desenvolvimento – o encurtamento das "distâncias" leste-oeste e progresso-atraso, favorecendo o deslocamento de pessoas, o transporte da produção, particularmente a do café, o surgimento de núcleos urbanos;

> geopolítico – estabelecimento de um polo de atração da Bolívia e do Paraguai e dos extensos territórios do sul mato-grossense que dependiam da via fluvial do rio Paraguai e da bacia do Prata.

Portanto, as motivações que conduziram à concepção dos projetos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) tinham uma dimensão nacional, de integração política, de desenvolvimento e de defesa, extravasando do quadro regional ou local.

O encontro, em Campo Grande, dos trilhos que vinham de Boa Esperança (no corte do rio Paraguai, a sudeste de Corumbá) com o ramal proveniente de Bauru, em São Paulo, ocorreu em 31 de agosto de 1914, nove anos após o início dos trabalhos de implantação da NOB. No entanto, somente em 1952, a Noroeste chegou a Corumbá, após o término da construção, em 1947, da ponte Barão do Rio Branco, sobre o rio Paraguai.

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Foto: Acervo Iphan/Superintendência do Mato Grosso do Sul.

Mas, os resultados alcançados por esse empreendimento já começaram a surgir à medida que os trilhos eram lançados: trechos do itinerário ficavam liberados ao tráfego e as estações ou paradas ferroviárias eram instaladas. Na verdade, a Noroeste era uma ferrovia de penetração, desbravando novos territórios e oferecendo melhores condições para o desenvolvimento da atividade econômica em geral, a cultura do café em particular, para a ocupação urbana, para a imigração de italianos, espanhóis, portugueses, eslavos, sírio-libaneses e japoneses, que demandavam àquelas regiões vazias do noroeste paulista e do sul de Mato Grosso, "o grande estado do Oeste".

No noroeste de São Paulo, a população, em 1900, era de 7.815 habitantes e, em 1930, alcançava o número 619 mil. A produção cafeeira, em 1905, era de 94 mil arrobas e, em 1934, de 13,2 milhões de arrobas. As estações instaladas ao longo da ferrovia, a oeste de Bauru, deram origem a povoados que se transformaram em cidades: Avaí, Presidente Alves, Cafelândia, Lins, Promissão, Avanhandava, Penápolis, Glicério, Birigui, Araçatuba e muitas outras.

Para o sul de Mato Grosso, a NOB foi um fator decisivo de integração daquela região à costa leste, permitindo condições para a interligação de Corumbá, Porto Esperança, Campo Grande, Três Lagoas e Ponta Porã (por intermédio do ramal Campo Grande-Ponta Porã) com Bauru e daí para Santos, atenuando a atração natural da bacia platina, estimulada pela ligação fluvial do rio Paraguai. Desempenhou, também, um papel preponderante na ocupação de extensos espaços geográficos, dando origem a povoados e a inúmeras cidades que floresceram ao longo do traçado sinuoso da linha férrea. O caminho do trem era o caminho do progresso, desbravando o futuro.

A dimensão histórica nacional da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil é incontestável. Em todo o processo de conceção, de realização operacional e de construção simbólica da NOB, Campo Grande tem um papel prevalente. Foi o ponto de encontro do traçado que se originava a Oeste, em Porto Esperança (posteriormente em Corumbá) com aquele que, a Leste, partia de Bauru, concretizado em 1914, quando as duas frentes de trabalho de construção da linha, a de Porto Esperança e a de Bauru, se reuniram na cidade de Campo Grande.

Campo Grande também abriga um conjunto de características formais e de natureza histórica que lhe emprestam representatividade em todo o significado alargado da Noroeste do Brasil. Com a ferrovia, passou a desempenhar um papel de extrema importância na articulação dos fluxos econômicos que procediam de Corumbá, de Cuiabá e da zona cafeeira de São Paulo. Reproduziu, com maior precisão e em maiores dimensões, o processo de planejamento urbano que, em linhas gerais, foi adotado em todas as cidades que nasceram quase no leito da via férrea. A configuração urbana de Campo Grande, até 1905 um povoado dedicado principalmente ao comércio de gado, segue, a partir de 1914, ou um pouco antes, o traçado sugerido pelos técnicos da Companhia de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil: um centro, onde se localizam o comércio, as residências, os órgãos públicos, os órgãos do complexo ferroviário, e, na periferia, alguns bairros residenciais.

De modo que o registro histórico da NOB, do seu patrimônio cultural, material e imaterial, os trilhos, as máquinas, as edificações, as tecnologias empregadas, a compreensão de sua importância no desenvolvimento econômico e social, regional e nacional, o modelo da sua configuração urbana, reproduzido em inúmeras cidades, esse registro, de grande importância para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, tem, na cidade de Campo Grande, particularmente no seu Complexo da Estrada de Ferro Noroeste, a mais expressiva representatividade.

O PROCESSO DE TOMBAMENTO

Em 5 de setembro de 2005, a superintendente da 18ª Regional do Iphan, doutora Maria Margareth Escobar Ribas Lima, encaminhou ao presidente do Iphan, por intermédio do memorando n. 173/05/GAB/18ª SR/Iphan, o Dossiê para Instrução de Processo de Tombamento da Rede Ferroviária S/A, que consistia na "documentação de

edifícios e traçado urbano implantado pela Rede Ferroviária no Oeste do Brasil", acrescentando que o "bem tem características e valor inestimável para a população sul-mato-grossense, bem como para a população brasileira".

O dossiê foi submetido à apreciação do Departamento de Patrimônio Material (Depam). Análises e avaliações da documentação foram realizadas pela gerente de Proteção, doutora Jurema Kopke Eis Arnaut, e pelo historiador Adler Homero Fonseca de Castro. Após esclarecimentos e a apresentação de outros documentos por parte da 18ª Superintendência Regional do Iphan, foi constituído o Processo n. 1.536-T-06.

O processo está muito bem instruído em decorrência dos estudos, das vistorias e das pesquisas desenvolvidas, não só no âmbito da 18ª Regional, mas também no Depam.

Os pareceres emitidos pela Procuradoria Federal do Iphan são muito esclarecedores e trazem dados a serem considerados na apreciação do assunto.

Mas, eis que, em decorrência do Edital de Notificação publicado no DOU de 16 de abril de 2009, o procurador-geral do município de Campo Grande, em nome da Prefeitura, apresentou, em 30 de abril de 2009, impugnação ao tombamento em andamento.

Em resumo, a impugnação invocou o interesse público que estaria sendo alcançado caso o tombamento fosse consumado, pois estariam já em desenvolvimento projetos (denominados Orla Morena e Orla Ferroviária) em benefício da comunidade que colidiam ou mesmo tomavam inócuas, em certos locais, as medidas de proteção decorrentes da área de tombamento indicada no referido processo de tombamento.

Após trocas de correspondência e reuniões entre técnicos da 18ª Regional do Iphan e da Prefeitura de Campo Grande, foi assinado, na semana de 27 a 31 de julho de 2009, um Termo de Compromisso entre o Iphan e a Prefeitura de Campo Grande. Em seguida, o prefeito dessa cidade, por intermédio do ofício n. 1687/GAB/PMC/2009, de 7 de agosto de 2009, comunicou a retificação da impugnação anteriormente apresentada, circunscrevendo-a a três áreas específicas da Área de Tombamento.

Assinale-se que, em 12 de junho de 2009, foi aberto, pela Polícia Federal, Inquérito Policial (n. 643/2009-SR/DPF/MS) para averiguação de danos ao patrimônio na área do Projeto Orla Morena.

A ANÁLISE DO MÉRITO

O complexo ferroviário da antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, situado na cidade de Campo Grande, tem um conjunto de características que o tornam, ao mesmo tempo, singular e representativo de fatos históricos de amplitude nacional que se deram no século passado. Primeiro, como já foi mencionado, ocorreu em Campo Grande, em 1914, a junção das duas frentes de trabalho, a que, do Oeste, procedia de Porto Esperança e a que vinha de Bauru, a Leste, concretizando, portanto, o Projeto de construção da linha férrea que iria ligar o litoral com o Oeste brasileiro, criando um novo eixo alternativo ao que vinha do Norte: Cuiabá-Corumbá-rio Paraguai-bacia do Prata.

Campo Grande, na sua configuração espacial, ficou marcada pela estrada de ferro, seja pelo próprio traçado do leito dos trilhos, que assume o papel de referência na cidade , seja pelas diretrizes urbanas, emanadas dos técnicos da Noroeste do Brasil, que orientaram aspectos sociais e arquitetônicos da cidade. Mas, a dimensão técnico-operacional tem importância particular, pois, em Campo Grande, acha-se razoavelmente preservada toda uma estrutura ferroviária: a estação, os trilhos, a gare, os armazéns, os galpões e uma meia-rotunda de manutenção ferroviária (que seria um exemplar único desse tipo entre todos os bens tombados pelo Iphan).

Ressalte-se, reproduzindo passagem do excelente estudo realizado pelo doutor Fábio Guimarães Rolim, da 18ª SR do Iphan:

> *(...) há alguns aspectos do complexo que são reveladores da natureza das estruturas sociais relacionadas ao per*íodo *histórico e ao mundo de trabalho ferroviário de então. A divisão espacial no complexo e a distinção de padrões construtivos e espaciais das habitações nos contam das diferenciações entre diversas camadas sociais de trabalho dentro da ferrovia. Assim, as residências administrativas, destinadas aos funcionários mais graduados, possuíam melhor padrão construtivo e espacial, eram inspiradas numa arquitetura europeia ecletizante, isoladas em amplos lotes situados além do limite frontal do complexo ferroviário fornecido pela rua Calógeras – poder-se-ia dizer, portanto, que se situavam "na cidade" da época, integradas à sua sociedade; por sua vez, as moradias dos trabalhadores braçais – os operários – possuíam padrões construtivos e espaciais mais simples, eram geminadas e de implantação posterior ao complexo. Como que internalizadas a ele e afastadas do convívio com a cidade de então – evidenciando um aspecto de controle social que era característico dos projetos de habitação fabril daquele período no Brasil. Assim, componentes da esplanada da NOB, em Campo Grande, expressam hoje, cada qual à sua maneira, modos de vida e trabalho daquelas primeiras décadas até a interrupção de seu funcionamento: a estação e a gare, as oficinas, a rotunda, a vila dos ferroviários, as residências administrativas etc., são testemunhos físicos tanto das aspirações iniciais para com a ferrovia como das transformações técnicas de operacionalização dos transportes ferroviários, além dos modos de construir e de morar relacionados àquela estrutura – que tiveram influência no restante da Campo Grande de então, que iniciava um ciclo contínuo de desenvolvimento.*

Diz, ainda, o doutor Fábio Guimarães Rolim:

> *(...) no caso do complexo da antiga Noroeste do Brasil em Campo Grande, a manutenção do todo é decisiva por nele se espelhar um transcorrer histórico da técnica e da arquitetura, além dele próprio ser o testemunho construído de um período emblemático da formação do Estado brasileiro e da ocupação do Centro-Oeste. Um entendimento daquele elemento como patrimônio cultural do Brasil e do estado do Mato Grosso do Sul e que somente pode se dar por meio da preservação física de seus edifícios, trilhos e de seu envoltório.*

O Complexo Histórico proposto para tombamento compreende:

> o espaço ocupado pelo conjunto ferroviário, que inclui a Estação Ferroviária, os armazéns, as oficinas, a meia-rotunda de manutenção, as edificações administrativas e a vila dos ferroviários com suas residências. Esse conjunto ocupa uma área aproximada de 22 hectares, com 135 edifícios em alvenaria e madeira;

> o espaço compreendido entre 3,5 metros de cada lado dos trilhos ferroviários, numa extensão aproximada de 1.500 metros pelo leito da linha ferroviária, incluindo os viadutos existentes nesse trecho.

Fica excluída desse complexo a Feira Central, uma tradicional feira livre de Campo Grande instalada em uma estrutura resultante de uma intervenção inadequada no espaço da esplanada ferroviária, mas que não chega a afetar, profundamente, a unidade do conjunto a ser tombado.

De acordo com as vistorias técnicas realizadas, o complexo, como um todo, apresenta estado regular de manutenção. Alguns elementos do conjunto dão sinais de risco pontuais, ainda que não sejam iminentes.

No que se refere à impugnação ao tombamento apresentado pela Prefeitura da Cidade de Campo Grande, três pontos da área de tombamento proposta são atingidos:

> um trecho da via férrea, de aproximadamente 1.100 metros de extensão, compreendido entre a Estação Ferroviária e a avenida Antônio Maria Coelho;

> o viaduto ferroviário localizado na avenida Ernesto Geisel;

> uma faixa de aproximadamente 25 metros, paralela à rua Eça de Queiroz, entre os marcos 15 e 14 da poligonal de tombamento proposta.

Quanto ao primeiro item acima indicado, acontece que obras em andamento, decorrentes de projetos de revitalização ou reabilitação urbana, empreendidos pela Prefeitura de Campo Grande com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), concretamente já retiraram os trilhos do mencionado trecho da linha férrea (1.100 metros), como se constatou na inspeção realizada pela 18ª SR. Ocorre também que, no todo, é possível conciliar o tombamento pretendido com a diminuição do trecho da linha férrea (de 2.600 metros para 1.500 metros), sem que seja desfigurado o sentido geral da preservação proposta. Nesse aspecto, são concorrentes os pareceres da 18ª SR e do Depam.

Quanto aos demais itens, referem-se a questões a serem consideradas posteriormente, quando forem estudados os projetos específicos para a ampliação da avenida Ernesto Geisel e do trecho paralelo à rua Eça de Queiroz, entre os marcos 14 e 15 da poligonal de tombamento proposta. A manutenção desses pontos dentro da área de tombamento possibilitaria melhores condições para orientar as intervenções que porventura pudessem desfigurar a preservação pretendida e não se constituiriam, preliminarmente, em óbices incontornáveis aos projetos de revitalização da área levados a efeito pela Prefeitura de Campo Grande.

Assim, quanto à impugnação parcial ao tombamento proposto, apresentada pela Prefeitura de Campo Grande, sugiro que seja acolhida apenas no que se refere à exclusão do trecho da linha férrea do qual os trilhos foram efetivamente retirados.

CONCLUSÃO

Proponho, portanto, a este Conselho Consultivo, o seguinte:

> o tombamento do Complexo Histórico da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, localizado no município de Campo Grande, estado do Mato Grosso do Sul, inscrevendo-o nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em razão da sua importância histórica, em nível nacional, e de seu valor etnográfico de registro de um aspecto social de nossa cultura;

> acatar a impugnação parcial interposta pela Prefeitura de Campo Grande apenas no que se refere ao segmento ferroviário compreendido entre a avenida Antônio Maria Coelho e a rua Plutão, excluindo, portanto, do tombamento, esse trecho da linha férrea;

> excluir da área de tombamento a Feira Central de Campo Grande;

> a poligonal de tombamento com início na interseção do eixo da rua dos Ferroviários com o eixo da rua Antônio Maria Coelho (Marco l), segue em sentido anti-horário pelo eixo da rua Antônio Maria Coelho até encontrar um ponto imaginário situado a 3,5 metros do eixo da linha ferroviária (Marco 2), onde flexiona no sentido sul acompanhando o leito da via, sempre a 3,5 metros de seu eixo (passando sobre as ruas Antônio Maria Coelho e Maracaju por viadutos ferroviários incluídos no tombamento), até atingir um ponto situado a 3,5 metros da extremidade sul do viaduto localizado sobre a rua Maracaju (Marco 3), de onde flexiona no sentido leste, seguindo por uma distância de 7 metros, até um ponto imaginário (Marco 4), onde flexiona no sentido norte, acompanhando o leito da via, sempre a 3,5 metros de seu eixo, até atingir o eixo da rua Antônio Maria Coelho (Marco 5), de onde flexiona para o leste, seguindo pelo eixo da rua Antônio Maria Coelho, até a interseção com o eixo da avenida Calógeras (Marco 6), de onde flexiona para o norte e segue pelo eixo da avenida Calógeras, até a interseção com o eixo da avenida Mato Grosso (Marco 7), de onde flexiona para o

leste e segue pelo eixo da avenida Mato Grosso, até o cruzamento com a linha imaginária que passa no limite dos fundos do lote 5 da quadra 053301 (Marco 8), de onde flexiona para o norte e continua seguindo pela mesma linha definida pelos fundos dos lotes 4 e 3 e pela lateral do lote 1 da mesma quadra 053301, cruzando a rua Temístocles e seguindo ainda em linha reta pelas laterais dos lotes 11 e 1 da quadra sem número localizada entre a avenida Calógeras e as ruas Temístocles e General Mello, cruzando a rua General Mello e seguindo por esta linha reta imaginária, passando pelos fundos dos terrenos com testadas para a rua Dr. Ferreira, lotes 31 a 3 (em ordem decrescente), até encontrar a linha de divisa entre os lotes 3 e 2 (Marco 9), de onde flexiona para o leste até encontrar o eixo da rua 14 de Julho (Marco 10), de onde flexiona para o norte e segue pelo eixo da rua 14 de julho até encontrar um ponto imaginário situado a 3,5 metros do eixo da linha ferroviária (Marco 11), acompanhando o leito da via sempre a 3,5 metros do seu eixo, empreendendo uma grande curva nos sentidos oeste (passando sobre a avenida Ernesto Geisel por viaduto ferroviário incluído no tombamento) e sul, até atingir um ponto situado no eixo da rua Plutão (Marco 12), onde flexiona no sentido leste seguindo o eixo da rua Plutão por 7 metros até atingir um ponto imaginário (Marco 13), de onde flexiona no sentido norte, acompanhando o leito da via férrea sempre a 3,5 metros de seu eixo, em movimento de retorno, empreendendo grande curva a leste e ao sul, até a interseção com o eixo da rua Eça de Queiroz (Marco 14), onde flexiona a oeste seguindo pelo eixo desta rua até a interseção com o eixo da rua dos Ferroviários (Marco 15), de onde flexiona no sentido sul e segue pelo eixo da rua dos Ferroviários até a interseção com o eixo da rua Antônio Maria Coelho, ponto no qual fecha o perímetro no Marco 1;

> que sejam incluídos no tombamento os seguintes bens:

a) os imóveis localizados nas quadras situadas entre as vias públicas denominadas rua dos Ferroviários, rua Antônio Maria Coelho, avenida Calógeras, avenida Mato Grosso, rua 14 de julho e rua Eça de Queiroz, sendo eles:

- os imóveis e edificações localizados na rua dos Ferroviários, em toda a sua extensão;

- os imóveis localizados na rua Antônio Maria Coelho, entre a rua dos Ferroviários e a avenida Calógera;

- os imóveis de números 2.960, 2.980, 3.002 e 3.018, localizados na avenida Calógeras, entre a avenida Mato Grosso e a rua Temístocles, em frente à Estação Ferroviária;

- os imóveis de números 15, 35, 49, 67 e 64, localizados na rua Temístocles;

- os imóveis de números 3.100, 3.117, 3.128 e 3.142, localizados na avenida Calógeras, entre a rua Temístocles e a rua General Mello;

- os imóveis de números 23, 40, 50 e 64, localizados na rua General Mello;

- os imóveis localizados na rua Dr. Ferreira, de ambos os lados;

- os imóveis localizados na rua 14 de julho, entre a rua Eça de Queiroz e a rua Dr. Ferreira;

- os imóveis que compõem a Esplanada (Estação Ferroviária, armazéns, oficinas, rotunda, edificações administrativas e vila de ferroviários);

b) os viadutos ferroviários localizados nas ruas Maracaju e Antônio Maria Coelho e avenida Ernesto Geisel;

c) que a poligonal da área do entorno tenha início na interseção do eixo da avenida Presidente Ernesto Geisel com o eixo da avenida Afonso Pena (Marco A), siga por este eixo no sentido anti-horário, até a interseção com o eixo da rua 14 de Julho (Marco B), de onde flexione no sentido



Casa do engenheiro-chefe, Campo Grande. Foto: Acervo Iphan/Superintendência do Mato Grosso do Sul.

norte e prossiga pelo eixo da rua 14 de Julho, até a interseção com o eixo da rua Marechal Rondon (Marco C), de onde flexione no sentido leste, seguindo pelo eixo desta rua, até o cruzamento com o eixo da rua 13 de Maio (Marco D), de onde flexione no sentido norte, seguindo pelo eixo da rua 13 de Maio, até a interseção com o eixo da avenida Euler Azevedo (Marco E), de onde flexione no sentido oeste e prossiga por este eixo, até o encontro com o eixo da rua 14 de Julho (Marco F), onde o eixo da avenida Euler de Azevedo flexiona 108° no sentido noroeste e prossiga no eixo desta avenida, até a interseção com o eixo da avenida Presidente Ernesto Geisel (Marco G), de onde flexione no sentido sudoeste, num ângulo total de 81°, e siga pelo eixo da avenida Ernesto Geisel, até um ponto situado a 10 metros do eixo da linha férrea (Marco H), de onde flexione no sentido oeste e siga sempre a uma distância de 10 metros do eixo da via férrea (correspondendo à faixa de domínio da referida linha férrea), seguindo até a interseção com o eixo da rua Plutão (Marco I), de onde flexione no sentido leste e siga pelo eixo da rua Plutão por 20 metros (Marco J), de onde flexione no sentido norte e siga sempre a uma distância de 10 metros da via férrea (correspondendo à faixa de domínio da referida linha férrea), até a interseção com o eixo da avenida Ernesto Geisel (Marco L), de onde flexione no sentido sul e siga pelo eixo da avenida Ernesto Geisel, até a interseção com o eixo da avenida Afonso Pena, fechando o perímetro no Marco A.



VI. Minas Gerais

Itaverava – MG | 1985

Igreja Matriz de Santo Antônio – Sobrado do Padre Taborda e Casario

PROCESSO: 1.088-T-83

RELATOR: JOSÉ E. MINDLIN

REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 18 DE NOVEMBRO DE 1985

Este processo completa o tombamento da Igreja Matriz de Santo Antônio[1], em Itaverava. Naquela oportunidade, disse que considerava um privilégio ser o relator do processo, dada a excepcional qualidade daquela igreja. Na mesma ocasião sugeri que o entorno da igreja, principalmente, mas não exclusivamente, o Sobrado do Padre Taborda, também deveria ser objeto de estudo pormenorizado para fins de tombamento, que me parecia essencial, de modo a se conseguir recriar um conjunto expressivo e harmonioso.

Com satisfação verifiquei que o assunto teve andamento e, com satisfação, recebo a incumbência de relatar o novo processo, sobre o tombamento do conjunto. Já naquela ocasião pude louvar a qualidade de documentação preparada pela Diretoria Regional e pelo Setor de Pesquisas do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Neste caso, também merece destaque a proposta de tombamento formulada pela equipe de trabalho sob a chefia de Susana Leal Santana, que produziu uma documentação de excelente nível.

A informação elaborada por Dora M. S. de Alcântara, coordenadora do Setor de Tombamento da DTC/Sphan, contém todos os esclarecimentos que poderiam ser necessários e, ao limitar o tombamento ao sobrado e a apenas parte do entorno, dá ao assunto uma solução criteriosa. De fato, o destaque de uma parcela da cidade se justifica pela circunstância de boa parte do conjunto urbano arquitetônico já ter perdido muitas de suas características originais.

A proposta, tal como vem formulada, com a aprovação do doutor Augusto Carlos da Silva Telles, diretor da DTC/Sphan, merece a aprovação deste Conselho. Com o tombamento do Sobrado do Padre Taborda e do casario fronteiro e ao redor dele, composto de grupo de casas térreas assobradadas que formam a moldura indispensável à matriz, atende-se à necessidade de se recriar o conjunto expressivo e harmonioso a que acima aludi. Cabem, por outro lado, entendimentos com o Iepha e o governo de Minas Gerais para as obras de restauração do sobrado, pois este corre perigo.

Aproveito a oportunidade para renovar a sugestão feita por ocasião do tombamento da igreja, no sentido de que seja restaurada a fachada da Matriz de Santo Antônio, pois foi ela totalmente descaracterizada neste século, mas existe documentação fotográfica da primitiva fachada.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1985.

1. Nota dos organizadores: O tombamento da Igreja Matriz de Santo Antônio, processo n. 1.087-T-83, foi aprovado na 107ª Reunião do Conselho, realizada em Belo Horizonte, no dia 13 de abril de 1984. O parecer pertinente, também do conselheiro José E. Mindlin, não está copiado na ata da citada reunião.

Igreja Matriz de Santo Antônio, Itaverava. Foto: Acervo Iphan, 2009.



Nova Era – MG | 1973

Praça da Matriz de São José

PROCESSO: 0880-T-73

RELATOR: GERARDO BRITO RAPOSO DA CÂMARA

REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 14 DE DEZEMBRO DE 1973

Este processo se inicia com o ofício n. 48/CM/73, de 1º de agosto de 1973, em que o prefeito municipal de Nova Era solicita ao diretor do Iphan o tombamento da Praça da Matriz de São José, a fim de permitir a preservação do conjunto de edificações do século XVIII, bem como a utilização dessa área para fins culturais e artísticos.

O Grupo de Arte Experimental, através do ofício n. 04/GAR/73, sem data, solicita ao diretor do Iphan o tombamento:

> da sede do Museu Municipal de Arte e História, situado nessa mesma Praça da Matriz; e

> das áreas desse logradouro necessárias ao "prolongamento ambiental do museu".

Finalmente, em ofício n. 39/73, de 14 de agosto, dirigido ao diretor do Iphan, a Diretoria do citado museu, através do seu presidente e do seu diretor, solicita "o tombamento do Museu e das áreas e imóveis de interesse, ou seja, todo o complexo arquitetônico e paisagístico da Praça da Matriz".

Das referidas solicitações, infere-se que entidades representativas da esfera administrativa e cultural de Nova Era estão altamente sensibilizadas com:

> a salvaguarda do conjunto arquitetônico do século XVIII – o único da região –, no qual se inserem, entre outras modificações, a Matriz de São José, já tombada por iniciativa do renomado homem de letras Carlos Drummond de Andrade, em 1955, e a sede do Museu Municipal de Arte e História;

> o aproveitamento, consoante plano já elaborado, da Praça da Matriz e áreas adjacentes (que o processo menciona e que as plantas baixas que lhe estão anexadas indicam), para a criação de uma Praça da Cultura, que constituirá o centro cívico, cultural e desportivo do município.

PARECER

À luz da documentação juntada e considerando a pertinência da matéria, as elevadas preocupações dos solicitantes com a defesa e conservação do único conjunto de arquitetura do século XVIII no município, a fim de evitar a quebra da sua unidade e a oportuna criação do seu centro de integração das áreas cultural e social (Praça da Cultura), destinado às atividades culturais e cívicas da comunidade, este parecer é no sentido de que seja acolhida a presente solicitação de tombamento.

Praça da Matriz de São José, Nova Era. Foto: Acervo Iphan.



Piranga – MG | 1995

Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, Santo Antônio de Pirapetinga, antigo Bacalhau

PROCESSO: 1.223-T-87

RELATOR: ANGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS

REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 11 DE SETEMBRO DE 1995

O conjunto do Santuário do Bom Jesus do Bacalhau, como ainda hoje é denominado na região, impressiona pelas notáveis qualidades arquitetônicas e artísticas, bem como pela beleza da paisagem na qual se inscreve, para dominá-la de modo expressivo. O clima de simplicidade *naïve* é entrecortado pela elegância e requinte de numerosos detalhes da ornamentação e estatuária existentes no interior do templo. A singeleza das casas que abraçam a capela, destinadas aos romeiros do portentoso jubileu ainda celebrado, não diminui a força plástica da obra, mas enfatiza a conjugação de fatura popular e erudita, num esforço integrado de realização maior.

A devoção ao Bom Jesus de Matozinhos, trazida dos arredores da cidade do Porto, onde se localiza o templo original dessa invocação tão recorrente nas comunidades setecentistas do ouro, produziu em Minas Gerais diversas construções de porte extraordinário: o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo, tombado pelo Iphan e pela Unesco; o Santuário do Bom Jesus do Matozinhos de Conceição do Mato Dentro, de cuja primitiva igreja só restam três altares tombados pelo Iphan; a Capela do Bom Jesus do Matozinhos de Itabirito, recentemente restaurada, contendo excelente pintura, igualmente sob a proteção do Iphan; e o Santuário do Bacalhau. Ora este é o único, entre os quatro grandes centros mineiros de romaria agraciados pelo papa Pio VI, no final do século XV, com a licença de Jubileu Pontifício, não inscrito pelo Iphan nos respectivos Livros do Tombo.

Apesar do pedido do doutor Cleveland Maciel, cidadão de Piranga que escreveu ao doutor Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1959, nesse sentido, o processo aberto naquele ano não foi adiante. Nele acrescentava-se também recomendação sobre a Igreja Matriz de Piranga, infelizmente demolida no início dos anos 1970, para fazer a fortuna de antiquários e ensejar a construção da nova matriz, em forma de disco voador.

Em 1986, a arquiteta Selma Melo Miranda, então a serviço do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/MG), concluiu importante estudo sobre o conjunto do Bacalhau, tanto para

Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, Piranga. Foto: Patrício A. S. Carneiro, 2000.

recomendar sua proteção oficial quanto para definir o melhor partido, visando a restauração da arquitetura e da ornamentação da belíssima capela.

Durante estes últimos nove anos, procedimentos burocráticos retardaram o desfecho do assunto, que agora se processa, a fim de que Bacalhau tenha a merecida inclusão entre os bens tombados pelo Iphan. Felizmente, porém, as obras demandadas conseguiram ser concretizadas. O padre José Julião, pároco de Piranga e responsável pelo santuário, coordenou pessoalmente as iniciativas necessárias, valendo-se de doações, leilões, renda de barraquinhas e festividades locais. É assim, aliás, que vem ele sustentando a realização de obras definidas e orientadas por técnicos do Iepha e do Iphan, tais como a Igreja do Rosário, em Piranga, a Matriz de Santo Antônio, no Bacalhau, e o Santuário do Bom Jesus, entre outras, além de haver criado um espaço museológico para os bens móveis da paróquia.

Quando ministro da Cultura, o doutor José Aparecido de Oliveira visitou o Bacalhau para conhecer não só valioso conjunto como ainda o trabalho exemplar do pároco na conservação dos bens culturais.

É fundamental que prossigam os estudos sobre o Bacalhau, onde fatores diversos fizeram reunir artistas renomados como os pintores Manuel da Costa Ataíde e Francisco Xavier Carneiro e o escultor padre Félix Antônio Lisboa, irmão do Aleijadinho.

Os estudos de Myriam Ribeiro, do Iphan, sobre os aspectos gerais do santuário e de bens móveis ali encontrados, indicam vários caminhos a serem devidamente percorridos. Poderão levar-nos à identificação do legendário Mestre de Piranga, anônimo do final do século XVIII que legou a Minas um dos seus maiores tesouros artísticos. Ao Mestre de Piranga pode-se atribuir o Crucificado do consistório do Santuário do Bacalhau.

O Inventário de Bens Móveis e Integrados de Minas Gerais, promovido pelo Iphan e coordenado por Myriam Ribeiro, testemunha sua grande importância neste momento, quando fornece subsídios imprescindíveis à análise do Conjunto do Bacalhau.

Vale reiterar que ali está a melhor pista para as pesquisas que possam levar à revelação do Mestre de Piranga, pelo que os estudos iniciados no referido Inventário devem agora ser incentivados através de ação conjunta do Iphan e do Iepha.

Por outro lado, é imprescindível que o tombamento abranja o Conjunto do Santuário (templo e casario dos romeiros), o sítio em que se implantaram as edificações e um raio de entorno que proteja a parte central da localidade de Santo Antônio de Pirapetinga e sua matriz.

Essa igreja, cuja foto se vê inclusa no processo de tombamento em foco, foi recentemente restaurada sob a coordenação do padre José Julião, sendo igualmente notável em seu aspectos arquitetônico, artístico e histórico.

A ampliação do polígono de proteção contribuirá para a salvaguarda de um dos últimos arraiais mineradores do século XVIII que ainda guardam as características originais. A questão pede essa abrangência.

É meu parecer, portanto, que o tombamento se processe segundo os documentos anexos, mas que o Iphan reestude a linha do polígono, visando a inclusão da matriz.

A caracterização de um tombamento urbano virá, por certo, incentivar o município de Piranga a zelar com mais atenção pelo Bacalhau, na certeza de que ali se acha um dos bens valiosos do patrimônio brasileiro.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1995.



Interior do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, Piranga. Foto: Acervo Iphan.



Teresina – PI | 2008

Ponte João Luís Ferreira

PROCESSO: 1.300-T-89

RELATOR: SABINO MACHADO BARROSO

REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 11 DE SETEMBRO DE 2008

Por convite formal do presidente do Iphan, apresento este parecer tendo em vista a documentação avaliada, a ser submetido a este Conselho Consultivo, para a decisão quanto ao tombamento da obra de arte que constitui a Ponte João Luís Ferreira, construída sobre o rio Parnaíba, na divisa dos estados do Piauí e Maranhão. A ponte liga a capital do Piauí, Teresina, ao município de Timon, no Maranhão.

SOBRE A PONTE

As transformações provocadas em vastas regiões interioranas do Brasil pela implantação das vias férreas foram tais que bem se pode afirmar hoje a impossibilidade de avaliar suas dimensões.

No litoral, bem ou mal, o mar permitia uma ligação que, mesmo precária, viabilizava amplos deslocamentos, passíveis de realização em poucos dias de viagem.

No interior, viajava-se no lombo de mulas, em cavalos, a pé ou em canoas, em percursos intermináveis, repletos de obstáculos, de serras, de travessias fluviais, contados em dias e até semanas, quando não em meses.

Como num passe de mágica, distâncias enormes passaram a ser vencidas em horas, logo depois da inauguração das estradas de ferro.

Não foi somente a diminuição das distâncias que mudou radicalmente a concepção de vida e de tempo, verdadeiramente, para centenas de milhares de pessoas.

Nos aspectos construtivos e formais, os trilhos de ferro e as pontes suportavam esforços inimagináveis, além de oferecer facilidades antes impensáveis.

Avalie-se a construção da Ponte...

Assim, as formas delicadas da Ponte João Luís Ferreira logo se tornaram símbolo da cidade de Teresina, bem como os gradis também de ferro que cercaram a praça principal; os ornamentos mudaram a arquitetura e seus contornos modernos logo se tornaram presentes.

Ponte João Luís Ferreira, Teresina. Foto: Acervo Iphan, 2006.

HISTÓRICO

A ponte foi idealizada no início da década de 1920, com propostas mais definidas entre 1922 e 1923, sendo sua localização escolhida pelo engenheiro da então Ferrovia São Luís-Teresina, João Luís Ferreira. A equipe de técnicos responsáveis pela obra era dirigida pelo alemão Germano Frank. A fiscalização dos serviços foi feita pela ferrovia São Luís-Teresina, tendo sido encarregado, pelo diretor da estrada Norberto Paes, o engenheiro Ramiro Ferreira.

"A obra teve início tardio, em 1922, e prolongou-se em ritmo lento, sendo concluída somente em 1939". A morosidade no andamento das obras chegou a ser comentada pelo jornal *O Piauhy*, ainda em junho de 1925, quando da visita do Governador Mathias Olímpio de Mello.

À época da sua conclusão, os governadores do estado do Piauí, Leônidas Melo, e do Maranhão, Paulo Ramos, sugeriram que seu nome fosse o do ministro da Viação e Obras Públicas, general Mendonça Lima, pelo fato dos serviços terem sido intensificados durante sua gestão. O mesmo recusou a homenagem e sugeriu que esta fosse feita ao eminente piauiense, antigo engenheiro de 1ª classe da Inspetoria Federal de Estradas de Ferro, que tanto se dedicou à sua construção, João Luís Ferreira, falecido antes de seu término.

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Conforme correspondência do engenheiro Pedro Wellington ao senhor Carlos Augusto Vasconcelos, datada de 24 de setembro de 1996:

> *Trata-se de uma ponte ferroviária, metálica, com sistema estrutural em viga GERBER com três vãos de 75 m-120 m-75 m. As articulações ficavam a 30 m dos apoios centrais, o que dava aos consolos um comprimento de 105 m e ao vão suspenso um comprimento de 60 m. Posteriormente, no final da década de 1970, a mesma ponte passou por reformas em seu tabuleiro, passando a ser rodoferroviária e também em seu sistema estrutural. A reforma acrescentou quatro apoios à estrutura – dois no vão central, sob as articulações, e mais dois, cada um em um vão extremo. Atualmente a obra tem sete vãos e o mesmo comprimento: 270 m.*

À caixa ferroviária, de 5,60 m de largura, foram acrescentadas as passarelas para pedestres, com balanços laterais de 1,3 m de largura cada uma, o que em nada prejudicaram sua beleza plástica.

JUSTIFICATIVAS PARA O TOMBAMENTO

A documentação da proposta para efeito do tombamento é extremamente detalhada e justificada. O processo de tombamento contém alto nível de qualidade e farto material encaminhado pela 1ª Sub-Regional do Iphan, atual Superintendência Regional do Piauí, sendo concluído com total aprovação em todos os pareceres, dos quais destacamos:

> Parecer emitido em 14 de abril de 1997 pela arquiteta e então diretora da 2ª Sub-Regional do Iphan, Diva Maria Freire Figueiredo

> *(...) analisando-a sob o aspecto estético, conserva ainda sua forma original, decorrente de seu sistema estrutural, em viga Gerber, mesmo tendo perdido a "verdade estrutural", como comentou o professor Dr. Sr. Augusto Carlos de Vasconcelos, engenheiro especialista em pontes, com duas obras publicadas sobre o tema, ao sofrer reforços que lhe acrescentaram quatro pilares e a transformaram em duas vigas contínuas e um tramo simplesmente apoiado;*

> *(...) a intervenção da década de 70, fartamente documentada, passa a integrar a história da ponte, que é a própria história das transformações da sua utilidade e das funções de caráter social e cultural que assumiu ao longo do tempo, além do caráter econômico que sempre teve;*

> *finalmente, segundo o julgamento de um especialista, o Dr. Vasconcelos, a reforma empreendida satisfez as condições de segurança, de comportamento em serviço e de durabilidade, essenciais ao seu uso, à sua sobrevivência e à sua permanência por mais um longo tempo sobre o Parnaíba.*

> Parecer do Coordenador Técnico de Proteção, José Leme Galvão Júnior, em 20 de maio de 2003

Destaco os valores fundamentais que orientaram nosso parecer favorável à apresentação do processo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural:

1. Construída como ponte ferroviária, hoje tem uso misto com o rodoviário, permanecendo em boas condições de conservação. Não há questionamento quanto à integridade do objeto de tombamento.

2. Estando íntegro em suas características de obra de engenharia, estas são em si mesmo valores que representam técnicas, materiais, funções e estética, mormente se consideradas em perspectiva histórica local e macrorregional.

Permanece com valor de uso próprio bastante relevante para as cidades e estados que une.

3. O fator de maior relevância para o tombamento é, ao nosso juízo, sua representatividade no processo de consolidação de enorme e eficiente sistema de comunicação e transporte, que permitiu o desenvolvimento agroindustrial de imensa região brasileira. Efetivamente, os acervos ferroviários de fins do século XIX e do início do século XX são os melhores testemunhos físicos dos esforços nacionais e regionais de modernização e integração ao processo mundial de industrialização.

> Parecer do procurador federal Antônio Fernando Alves Leal Neri

Assim, em relação ao valor histórico, tem-se que a importância da Ponte João Luiz Ferreira, está diretamente ligada ao conjunto de obras ferroviárias construídas no Brasil no primeiro meado do século XX, as quais assumiram posição de relevo para o deslocamento de pessoas e bens.

(...) É válido assinalar que a proposta de tombamento do bem em comento converge com as medidas apontadas pelo III Seminário sobre Preservação Ferroviária, realizado em setembro de 1999, no Rio de Janeiro, que ressaltou a relevância do transporte ferroviário para o Brasil e seu povo, especialmente sob os aspectos econômico, cultural e social, o que ensejaria uma atuação conjunta, tanto por parte do Ministério dos Transportes como do Ministério da Cultura e dos órgãos de preservação, dentre outros, para a defesa desse patrimônio nacional.

(...) Ressalte-se, ainda, que a Medida Provisória n° 353, de 22 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o término do processo de liquidação e a extinção da Rede Ferroviária Federal AS-RFFSA, altera dispositivos da Lei n. 10. 233, de 05.06.01 e dá outras providências, atribuiu ao IPHAN o dever de receber, administrar e zelar pelos bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RRFSA (...)

(...) Em razão especialmente dos aspectos históricos e paisagísticos relacionados à Ponte João Luiz Ferreira, a mesma merece proteção federal pelo veio do tombamento, devendo ser inscrita no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, consoante estabelece o art. 4°, incisos I e II do Decreto-Lei n. 25, de 30.11.1937.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, em vista da significativa obra, submetemos a este Conselho Consultivo a proposta de tombamento, como monumento nacional, da Ponte João Luís Ferreira, sobre o rio Parnaíba, que liga Teresina, capital do Piauí, ao vizinho município de Timon, no Maranhão, propondo seja a mesma inscrita (como proposto pelos pareceres aqui transcritos, das autoridades que se manifestaram) no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2008.



VIII. Rio de Janeiro

Rio de Janeiro – RJ | 2005

Edifício Dom Pedro II, Estação D. Pedro II (Central do Brasil)

PROCESSO: 1.285-T-89

RELATOR: NESTOR GOULART REIS FILHO

REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 10 DE NOVEMBRO DE 2005

O processo refere-se ao pedido de tombamento do conjunto da estação da antiga Estrada de Ferro Central do Brasil, no Rio de Janeiro.

A proposta inicial foi apresentada em dezembro de 1988 pela Associação de Engenheiros da Estrada de Ferro Central do Brasil. O processo recebeu um parecer extremamente minucioso, elaborado pela arquiteta Joyce Carolina Moreira Kurrels Pena, da 6ª Superintendência Regional do Iphan. A informação esclarece as várias mudanças de propriedade e responsabilidades pelo edifício, bem como o andamento do processo em quase vinte anos de tramitação.

De início é feito um histórico das ferrovias no Brasil, pondo em destaque a importância da antiga Central e de suas estações no centro da cidade do Rio de Janeiro, em um dos lados do antigo Campo de Santana. Esta é uma parte que fundamenta o valor histórico do edifício. De fato, encontra-se no local em que existiu a estação anterior um edifício com características neoclássicas, da antiga Estação do Campo (de Santana), construída no local da antiga igreja de mesmo nome.

A Central do Brasil foi a mais importante ferrovia do país. Segundo o parecer de Joyce Pena, em 1920 "era responsável pelo transporte de cerca de 80% de tudo o que entrava e saía do Rio de Janeiro".

A ferrovia foi também fundamental para o desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro. O parecer técnico inclui uma parte importante referente a esse papel desempenhado pela ferrovia, na história da então capital do país, seguindo de perto os estudos de Maurício de Abreu em *Evolução urbana do Rio de Janeiro*.

Outro aspecto importante da análise técnica é o que se refere ao papel destacado conferido à obra, como afirmação de modernidade e, simultaneamente, de símbolo da importância do Estado, durante o período do Estado Novo. Essa análise exige preliminarmente o registro de alguns dados sobre a elaboração do projeto e as características do edifício.

Edifício da Central do Brasil, Rio de Janeiro. Foto: Halley Pacheco de Oliveira, 2012. (CC).

HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO

O primeiro projeto para o novo edifício da estação e para os escritórios da Central, com linhas racionalistas, foi elaborado em 1935, por Roberto Magno de Carvalho, arquiteto da Central, e por Décio de Carvalho. Pela imagem que consta do processo, podemos observar que, com três pavimentos e com um corpo pouco mais alto, apresentava monumentalidade muito contida. O segundo projeto, com seis andares além do térreo e uma torre bem mais alta entre dois corpos de linhas curvas, apresentava características evidentes de monumentalidade.

Depois de iniciadas as obras – pelo que nos relata o parecer técnico – foi contratado o escritório de Robert Prentice para, juntamente com os arquitetos da casa, ampliar o projeto. Essa participação envolveu os arquitetos húngaros Adalberto Szilard e Geza Heller. A forma final seguiu em boa parte o partido que havia sido adotado por Roberto de Carvalho, com uma diferença fundamental: o aumento da torre. Na versão inicial, com base mais reduzida, ela serviria basicamente como suporte para o relógio. Na solução proposta pelos arquitetos da Prentice, o espaço da torre passou a ser utilizado pelos escritórios da ferrovia, mas ganhou dimensões monumentais, atingindo 29 pavimentos e 135 metros no total. Os últimos seis pavimentos servem de apoio para o relógio, cujos ponteiros medem 7,50 m e 5,35 m.

A QUESTÃO DA MONUMENTALIDADE

O edifício da Central ocupa uma posição de destaque na parte central da avenida Presidente Vargas e em relação a quase todos os bairros que o cercam. É uma dupla monumentalidade. Em primeiro lugar porque se destaca no eixo da avenida, a principal obra urbanística do período Vargas (1930-1945) no Rio de Janeiro. Resultado da demolição de toda uma quadra, entre a Igreja da Candelária e o Canal do Mangue, margeada por edifícios com 22 pavimentos (na parte inicial) e doze metros na maior extensão, a avenida é em si mesma uma obra de caráter monumental. Em sua parte central, com caráter igualmente monumental, à frente do espaço aberto da praça da República, o remanescente do Campo de Santana, erguem-se os edifícios do antigo Ministério da Guerra e da Central do Brasil, este com sua torre mais alta, de linhas modernas. É, portanto, parte importante em um projeto de caráter monumental.

Essas características levaram a autora do parecer técnico a propor a inscrição do edifício no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, "considerando para tanto o valor da edificação enquanto relevante marco na paisagem da cidade, especialmente sua torre e relógio...".

Ao mesmo tempo, o edifício é, em si mesmo, uma obra de caráter monumental. Isolado, com sua grande torre, é uma referência visual na paisagem da cidade e na avenida Presidente Vargas.

A relação entre as duas iniciativas é evidente. O edifício da estação teve suas obras iniciadas em 1936 e inauguradas em março de 1943. A construção da avenida foi decidida em 1938; as obras foram iniciadas em 1941 e inauguradas em 7 de setembro de 1944.

Trata-se, portanto, de edifício que caracteriza uma forma de arquitetura que buscava uma afirmação de poder do Estado, durante uma fase de centralização política.

Ao mesmo tempo, é um exemplo significativo de afirmação da modernidade técnica desse mesmo Estado. Construído em concreto armado, foi uma das primeiras obras de grande porte e de grande altura na cidade, chamando a atenção do público para essa forma de modernização.

A linguagem arquitetônica aponta para algumas outras questões. As mudanças introduzidas pelos dois arquitetos austríacos não alteraram as características estabelecidas no projeto inicial pelo arquiteto brasileiro. Este revelou plena consciência dos critérios plásticos que estava adotando, combinando, com elegância, partes curvas com partes retangulares, a verticalidade da torre com a horizontalidade do corpo principal, reforçada pelo jogo

de faixas claras da alvenaria com as faixas escuras das partes envidraçadas. Essas linhas foram todas acentuadas pelos austríacos, conferindo ao edifício características mais próximas da arquitetura alemã de Mendelsohn, por certo bem conhecidas por eles.

Essa arquitetura tem sido frequentemente classificada entre nós como *Art Déco*, o que nos parece inadequado. Suas características mais ligadas à modernização dos processos construtivos e das condições técnicas, como o uso da iluminação elétrica, envolviam preocupações bem mais do que decorativas e, no caso da arquitetura expressionista, antecederam à Exposição de Artes Decorativas de Paris, que introduziu os formalismos geometrizantes do moderno estilizado correspondentes ao *Art Déco*.

Em qualquer hipótese, as linhas simples dessa arquitetura, pela relação com o uso do concreto armado e pela geometrização abstrata, eram associadas à modernização técnica da construção civil, com um caráter simbólico que foi incorporado rapidamente pelo Estado ditatorial da época getuliana como capital político.

Por todos esses motivos, o parecer da arquiteta Joyce Pena termina por propor a inscrição do edifício da Central no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, proposta com a qual nos solidarizamos.

Cabe acrescentar, finalmente, que o edifício se encontra em área com numerosos outros bens culturais, razão pela qual foi proposto um perímetro de proteção que se harmoniza com os demais ali situados.

É importante registrar também que, tendo sido elaborado um laudo sobre o estado do bem cultural, constatou-se que a empresa concessionária detentora do uso do edifício está introduzindo algumas alterações em partes de acesso público, as quais devem ser revertidas pela ação fiscalizadora dos órgãos técnicos.

São Paulo, 7 de novembro de 2005.



Detalhe da torre do Edifício da Central do Brasil, Rio de Janeiro.
Foto: Acervo Iphan.



Rio de Janeiro – RJ | 2000

Estádio Maracanã

PROCESSO: 1.094-T-83

RELATOR: NESTOR GOULART REIS FILHO

REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 13 DE ABRIL DE 2000

O processo teve origem em 1983, por proposta do professor Marcos Vinicios Vilaça, secretário da Cultura do então Ministério da Educação e Cultura.

Considerando o ineditismo do assunto, foi desenvolvida no Iphan a etapa preliminar de uma pesquisa sobre os grandes estádios do Brasil, cujos resultados, mesmo incompletos, oferecem subsídios para uma avaliação da importância do Maracanã.

Com data de 14 de março de 1984, há um conjunto de informações técnicas sobre o projeto. Com data de 4 de fevereiro de 1997, há um parecer, de Adler Homero Fonseca de Castro e Regina Coeli Pinheiro da Silva, propondo um perímetro para tombamento que inclui outros prédios, além do estádio, e outro, da mesma data, recomendando o tombamento, com registro nos Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no Histórico e no de Belas Artes.

Outro parecer, de 6 de fevereiro de 1997, da arquiteta Claudia M. Girão Barroso, chefe da Divisão de Proteção Legal, propõe a preservação do Maracanã como patrimônio histórico e artístico nacional, com o perímetro indicado na ficha técnica da folha seguinte.

Os aspectos jurídicos foram verificados em parecer da Projur, de 28 de dezembro de 1997, assinado por Tereza Beatriz da Rosa Miguel, destacando que, sendo o imóvel estadual, inadmite-se no caso o oferecimento de impugnação ao tombamento, cabendo apenas notificação para conhecimento dos efeitos produzidos pelo ato de tombamento.

O exame da documentação apontada apenas confirma o que é de conhecimento público: a extraordinária monumentalidade do estádio Mário Filho e o seu valor simbólico para a quase totalidade do povo brasileiro, de todas as regiões, e não apenas para os habitantes do Rio de Janeiro.

Maracanã. Foto: Daniel Basil, 2014. (CC/ https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Maracan%C3%A3_2014_f.jpg)



Maracanã. Foto: Pedro Lopez, 2008.(CC).



Vista interna do Maracanã. Foto: Érica Ramalho/Governo do Rio de Janeiro, 2013. (CC).

O urbanismo e a arquitetura (sobretudo as obras de uso coletivo) têm dimensão simbólica, que ultrapassa os limites dos aspectos utilitários. Mas, poucas vezes, a monumentalidade reúne qualidades simbólicas de caráter democrático. Em geral, as obras monumentais são afirmações de poder sobre o povo. Neste caso, ocorre o contrário. O Maracanã tem a monumentalidade da massa que o utiliza, que ele representa. Não deve ser descaracterizado.

No Brasil, dada a fragilidade das instituições democráticas e da cidadania, é comum os monumentos e espaços de uso popular serem abandonados e descaracterizados.

A dimensão simbólica das grandes obras e dos grandes espaços de uso popular e a manutenção de um nível elevado de qualidade nessas obras e nesses espaços são objetivos culturais relevantes.

Manifesto-me pela aprovação, congratulando-me com o povo do Rio de Janeiro pelo valor simbólico de seus monumentos.

São Paulo, 12 de abril de 2000.



Rio de Janeiro – RJ | 2004

Forte de Copacabana, atual Museu Histórico do Exército

PROCESSO: 1.307-T-90

RELATOR: SYNÉSIO SCOFANO FERNANDES

REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 20 DE MAIO DE 2004

O CONTEXTO

O Conjunto Histórico do Forte de Copacabana está situado no pontal do extremo sul da praia de Copacabana, ocupando uma área aproximada de 200 mil metros quadrados. Essa área, de pouquíssimas construções, se insere em um espaço urbano com características de variabilidade e de exaustão, próprias do bairro de Copacabana: elevada densidade demográfica, cercada por um conjunto de elevações e submetida a um processo de apropriação agressiva e desordenada.

Não obstante, Copacabana ainda possui limites geográficos e sociais que lhe preservam vestígios de sua extrema beleza natural e garantem condições para que seus habitantes mantenham uma peculiar e intensa interação, que se processa tanto no território ilimitado da praia, em torno das redes de vôlei, nos grupos de ginástica e de caminhadores como também nos bares e em alguns espaços culturais.

O Forte de Copacabana é uma dessas áreas. Abriga o Museu Histórico do Brasil e do Exército, salas de exposições, um arquivo riquíssimo em que se destaca o acervo dedicado ao marechal Rondon, com documentos e peças inéditos. É, também, um mirante da ainda exuberante beleza de Copacabana e palco de inúmeras apresentações musicais ao ar livre. Todo esse complexo está à disposição do público diariamente.

A identidade do bairro de Copacabana está na praia, que era conhecida, juntamente com a atual praia do Leblon e a lagoa Rodrigo de Freitas, como "sacopenapan", ou seja, o caminho dos socós, *ardea brasiliensis*, ave pernalta que habita as lagoas.

A denominação Copacabana (em quíchua, mirante azul) veio com o culto a Nossa Senhora de Copacabana, santa venerada, originalmente, no entorno do lago Titicaca e cuja devoção chegou ao Brasil provavelmente no início do século XVII. No século XVIII, o bispo D. Antônio do Desterro mandou construir, em 1746, no

Forte de Copacabana, atual Museu Histórico do Exército, Rio de Janeiro. Foto: Mônica Zarattini/Acervo Iphan, 2005.

pontal sul da agora praia de Copacabana, uma igreja em homenagem a essa santa. Até aproximadamente 1850, a paisagem desse local era formada pela praia, por casas de pescadores, pelos devotos de Nossa Senhora de Copacabana, pelas pitangueiras, pelos cajueiros, pelos jambeiros e pelas plantações de ananás. No final do século XIX, a igreja foi reformada e fundada a Irmandade de Nossa Senhora de Copacabana.

A DEFESA MILITAR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O planejamento da defesa militar da Baía do Rio de Janeiro começou a configurar-se a partir de 1565, com as primeiras fortificações, construídas inicialmente de madeira, taipa e de pedra, constituindo o reduto de São João, com quatro baterias separadas: São Martinho, São Diogo, São Teodósio e São José, no morro Cara de Cão. Em seguida, aproveitando e reformando baluarte já estabelecido pelos franceses, Salvador de Sá organizou a Bateria de Nossa Senhora da Guia, que,em 1632, passou a ser denominada Fortaleza de Santa Cruz da Barra. De modo que, até meados do século XVII, a defesa militar da Baía do Rio de Janeiro contra um provável inimigo estava, obviamente, orientada para a costa e tinha o objetivo de barrar a sua progressão pelo mar, desdobrando-se em duas linhas de defesa fortificadas, com instalações fixas que cruzavam fogos. Na entrada da barra, a Fortaleza de Santa Cruz e o Forte de São João. No interior da baía, o Forte de São Sebastião e a Bateria de Santiago da Misericórdia, ligados por uma muralha e, ambos, instalados na base do Morro do Castelo.

Esse sistema foi se adensando e, ao mesmo tempo em que se aprofundava para o interior, procurava fortalecer a primeira linha de defesa. Assim, já na primeira década do século XVIII, a defesa litorânea do Rio de Janeiro tinha a seguinte configuração:

> Na entrada da barra: Bateria da Praia de Fora, próxima à Fortaleza de Santa Cruz; Bateria da Praia Vermelha, construída no início do século XVII; Fortaleza de Santa Cruz; e Forte de São João.

> No porto: Bateria de Villegagnon, construída em 1695, em uma das pontas da ilha de Villegagnon; Bateria da Boa Viagem, na colina que domina a praia das Flechas, em Niterói; e Bateria da Ilha das Cobras.

> Na cidade: Forte de São Sebastião; Reduto de São Januário, construído na parte sul do Morro do Castelo, entre 1710 e 1711; Reduto de Santiago; Reduto de Santa Luzia, construído no início no século XVIII, na Ponta do Calabouço; Reduto da Prainha, construído entre os morros de São Bento e da Conceição; Entrincheiramento do Morro do Convento de São Bento; e Entrincheiramento do Morro da Conceição.

Progressivamente, essas fortificações foram reformadas e outros pontos de defesa foram implantados: Forte de Lages, em 1717, cobrindo a distância São João-Santa Cruz; Forte do Vigia, no Morro do Leme, elevação que domina a vertente esquerda da entrada da baía; e Forte do Pico, na elevação que domina a vertente direita da entrada da baía, anteriormente sob o domínio da Fortaleza de Santa Cruz.

Esse sistema se estendeu até o litoral sul do atual estado do Rio de Janeiro, com fortificações em Cabo Frio, Macaé, Sepetiba, Angra dos Reis e Parati.

A necessidade do artilhamento da ponta sul da praia de Copacabana passou a ser, a partir do início do século XIX, um fator constante em todas as análises sobre a defesa costeira do Rio de Janeiro.

Entre 1808 e 1818, o comerciante inglês John Luccoch, em um relatório sobre sua viagem ao Brasil, indicou que "na entrada de Copacabana (sic) acha-se vantajosamente colocada uma bateria na ponta saliente de um rochedo, dominando a praia desse lado, mas está muito desleixada".

Nessa mesma época e talvez estimulado pela observação de John Luccoch, D. João, o Príncipe Regente, determinou a elaboração de um anteprojeto para fortificar o local, empreendimento que não se realizou à época.



Aspecto do antigo Forte de Copacabana, Rio de Janeiro. Foto: Mônica Zarattini/Acervo Iphan, 2005.

Posteriormente, já no início da República, o marechal Floriano Peixoto deu início a um planejamento para instalar Bateria de Obuses na ponta da Igrejinha, mas, novamente, a iniciativa foi interrompida.

Somente no governo de Afonso Pena, com o apoio decisivo do marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra, é que o projeto foi retomado e implementado.

A importância de existir uma fortificação artilhada nas elevações sul que dominam a praia de Copacabana era evidente, pois avançava para o sul a defesa litorânea da cidade do Rio de Janeiro, aumentando a capacidade de alcance permitida pelo Forte do Vigia, instalado na praia do Leme, ao norte da praia de Copacabana.

A análise dessa questão é permanente em todos os estudos relativos à defesa da cidade do Rio de Janeiro a partir de 1890.

O relatório do marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet, ministro da Guerra do governo Campos Salles (1898-1902), aborda o assunto em diversas passagens.

Diz o então marechal Mallet, filho do Marechal Emílio Mallet, patrono da Artilharia do Exército:

> *Para completar a defesa estudada e projetada deste porto, é preciso iniciar-se, sem demora, as alvenarias para o assentamento das cúpulas que serão colocadas na ponta de Copacabana, fechando-se, deste modo, o triângulo principal, de acordo com estudos já feitos em relação à defesa do porto da cidade.*

Prossegue o marechal Mallet: "A linha marítima ou linha de combate avançada exige a fortificação de dois pontos – Copacabana, pela esquerda, e Imbuí, pela ala direita –, ambos dispondo de baterias altas auxiliares". Em outro trecho do relatório, se refere ao assunto do seguinte modo:

> *Concluídas as fortalezas de Imbuí e das Lages, não ficaria completa a defesa desta parte do litoral e não se poderia evitar eficazmente um desembarque de tropas na praia Vermelha, Copacabana, Marambaia e Sepetiba, enfim, na parte sul da costa desta capital, sem que fosse construído, pelo mesmo sistema, um forte em Copacabana, na ponta da Igrejinha e terminados os trabalhos de Imbetiba.*

Em 1908, foi lançada a pedra fundamental da construção do Forte de Copacabana e, em 28 de setembro de 1914, ele foi inaugurado.

O FORTE DE COPACABANA

É um exemplar singular na história da arquitetura militar brasileira e, na época, era o mais avançado no panorama sul-americano, seja pela sua construção arrojada, seja pela potência de fogo. Trata-se de uma fortificação implantada na rocha, o que exigiu o desbastamento dessa rocha até uma profundidade de vinte metros. Sustenta peças de artilharia, com um peso de quase oitenta toneladas cada uma; são canhões Krupp com calibre de 305 mm, 23 km de alcance máximo, colocados em cúpulas ogivais, do tipo Gussen Werke. A obra utilizou 36 mil metros cúbicos de concreto ciclópico, diferentemente da grande maioria dos fortes brasileiros, que são de cantaria. A sustentação desse aparato exigiu complexos trabalhos de engenharia, com a construção de muralhas com doze metros de espessura que se debruçam sobre o mar.

Sob as peças e dentro do espaço interno da fortificação, existe um complexo sistema de apoio:

> instalações da câmara de tiro;

> uma central termoelétrica para atender às necessidades de iluminação e ventilação de todo o espaço interno da fortificação e fornecer energia para o sistema de recuo das peças. Na época da construção, essa termoelétrica poderia suprir toda a demanda de energia do bairro de Copacabana;

> paióis para projéteis, que pesavam, cada um, cerca de 400 kg; e

> alojamentos, refeitórios, enfermarias, depósitos de víveres para atender à guarnição das peças.

Toda a fortificação ocupa um volume de 40 mil metros cúbicos.

O artilhamento, em quatro cúpulas, na época, utilizava a tecnologia mais avançada: dois canhões Krupp de 305 mm, instalados em uma cúpula, dois canhões Krupp de 109 mm, em outra cúpula, e dois canhões Krupp de 75 mm de calibre, instalados, cada um, em uma cúpula.

De certo modo, esse sistema, que integrava plataformas de lançamento de projéteis e um dispositivo de proteção constituído de concreto e blindagens metálicas, reproduzia experiências realizadas na Bélgica, pelo general Brialmert, na França e na Alemanha, onde as pesquisas eram coordenadas pelo tenente-coronel Schumann. O modelo em desenvolvimento preconizava construir cúpulas resistentes, com silhuetas baixas e artilhadas com peças de grosso calibre e longo alcance: procurar atingir o inimigo na mais afastada distância e, ao mesmo tempo, minimizar os efeitos do seu ataque. Na verdade, trazia-se para uma posição, estaticamente estabelecida no terreno, uma das regras fundamentais do combate em movimento: atacar e garantir a possibilidade de defesa.

Hoje em dia, a artilharia de costa perdeu, em decorrência dos avanços tecnológicos, a sua importância estratégica. Os sistemas defensivos atuais exigem grande mobilidade e capacidade de interceder os vetores de ataque ainda durante as suas trajetórias, concepção que se contrapõe à existência de fortificações fixas e com possibilidade de serem artilhadas com peças de alcance reduzido, tendo em vista as atuais capacidades das plataformas de lançamento de projéteis.

Mas, certamente, os quase quatrocentos fortes e fortalezas, construídos por brasileiros e portugueses no Brasil, a grande maioria desaparecidos e apenas presentes em alguns breves registros de nossa historiografia, representam esforço gigantesco, inscrito na vontade de estabelecer e manter a posse de nosso território, cuja origem remete ao século XVI. Esses sítios extrapolam a importância puramente militar. Configuram uma expressão cultural da nossa vontade, da nossa capacidade de conceber uma estratégia de defesa, de construir exemplares preciosíssimos da arquitetura militar. Esses exemplares pontilham nossa costa de Norte a Sul, invadem a Amazônia, estão no Centro-Oeste, no leito dos rios perdidos no extremo Oeste, alguns a mais de 4 mil km da costa ou a 2mil km do rio navegável mais próximo.

O Forte de Copacabana é uma dessas relíquias.

Nesse sítio, ocorreram fatos importantes de nossa História: acontecimentos relacionados ao Movimento dos Tenentes, em 1922, quando as peças do Forte de Copacabana atiraram contra o Forte do Vigia, no Leme, e o episódio central dos "18 do Forte".

Mas a importância histórica do Forte de Copacabana decorre, também, do fato de que integrava um sistema de defesa da cidade do Rio de Janeiro, concebido e construído desde a primeira metade do século XVI.

Merecem destaque, também, as instalações dos quartéis de paz, que foram edificados em 1940 e 1941 em áreas adjacentes à fortificação propriamente dita, mas que passaram a integrar aquele sítio histórico. Atualmente, esses espaços abrigam o Museu do Exército, instalações da Biblioteca do Exército, salas de exposições de obras de arte e toda a estrutura de apoio.

O HISTÓRICO DO PROCESSO

As motivações iniciais desse processo decorreram de expediente do Instituto de Arquitetura do Brasil/ Departamento do Rio de Janeiro, datado de 21 de agosto de 1989, dirigido ao Diretor da 6ª Diretoria Regional da Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Diz o citado expediente:

> *Compreendemos a necessidade de conservação e proteção desta área litorânea impregnada de forte valor emocional, cultural, histórico e político à memória dos cidadãos cariocas brasileiros, sítios de relevantes acontecimentos, monumento natural carioca, patrimônio símbolo dos cidadãos brasileiros.*
>
> *Assim sendo, nos dirigimos a esta Diretoria na certeza de um estudo atento com a nossa "Arpoador", no sentido de seu tombamento enquanto Monumento Natural e Cultural.*

Em 13 de outubro de 1989, em reunião do Conselho Consultivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o conselheiro Gilberto Ferrez tomou a palavra para expressar a sua preocupação com o projeto de construção de hotéis na área do Forte de Copacabana. Propôs o tombamento do Forte e de toda a faixa marítima que vai dele ao Arpoador, pelo seu significado histórico e paisagístico. Após discussão, foi decidida a abertura urgente do processo de Tombamento.

Em 31 de outubro de 1989, o Diretor da 6ª DR do Sphan encaminhou ofício à coordenadora de Proteção, solicitando manifestação quanto ao pleito do Departamento Regional da IAB. Nesse documento, o Diretor da 6ª DR expressou-se da seguinte forma: "Deve-se levar em conta a inexistência de uma postura municipal sobre a área, que, a nosso ver, seria suficiente para definir a preservação deste importante monumento natural do Rio de Janeiro".

Em 13 de fevereiro de 1990, o Forte de Copacabana e as Pontas de Copacabana e do Arpoador são tombados provisoriamente no âmbito estadual. O tombamento definitivo, em nível estadual, dar-se-ia em 2 de setembro de 1991.



Vista do Forte de Copacabana, Rio de Janeiro. Foto: Mônica Zarattini/Acervo Iphan, 2005.

No dia 2 de março de 1990, a Coordenadoria de Proteção de Bens Culturais e Naturais encaminhou expediente à Coordenadoria de Patrimônio Natural em que comunica a abertura do Processo de Tombamento n. 1.307-T-90 e se refere aos aspectos histórico-culturais do Forte de Copacabana e ao conjunto paisagístico em questão como um "patrimônio natural de significativa importância, sendo esse, ao nosso entender, seu maior apelo à preservação". Diz ainda o referido expediente: "É nesse sentido, portanto, que vimos solicitar à Coordenação de Patrimônio Natural parecer sobre o assunto, tanto das características do objeto em questão quanto da viabilidade do seu Tombamento como patrimônio natural".

A partir dessas providências, a Coordenadoria de Bens Culturais e Naturais desenvolveu um conjunto de estudos, com a participação de variados especialistas sobre a questão. Esses estudos conduziram à compreensão, no âmbito da Coordenadoria de Proteção, que o tema não se referia apenas aos aspectos paisagísticos, mas trazia em si um expressivo conteúdo de natureza histórica e arquitetônica, sem perder a sua conotação ambiental, naquele momento, uma percepção mais ampla do que uma visão apenas paisagística. De modo que a motivação inicial de preservação nitidamente de um bem natural, a partir daquele momento, passaria a se estender, progressivamente, a aspectos apenas ligeiramente abordados nos estudos e providências preliminares desenvolvidas até meados de 1990.

Em 30 de setembro de 1992, a Diretora do Departamento de Proteção, na Informação n. 006/92, afirmou que o processo n. 1.307-T-90 encontrava-se devidamente instruído para apreciação do Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC).

Em 30 de outubro de 1992, o chefe de gabinete do IBPC solicitou ao Departamento de Proteção, que fosse consultada a 6ª DR "quanto à pertinência do Tombamento, considerada a existência de ato similar pelo estado".

Em resposta, a 6ª Coordenadoria Regional disse textualmente: "A referida área já está sob proteção de tombamento pelo estado do Rio de Janeiro, por intermédio do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), não se justificando, portanto, o mesmo tombamento ao nível nacional".



Detalhe do antigo Forte de Copacabana, Rio de Janeiro. Foto: Mônica Zarattini/Acervo Iphan, 2005.

Diante dos fatos, o Deprot, em 6 de janeiro de 1993, solicitou ao presidente do IBPC o arquivamento do processo, obtendo essa autorização, porque já existia a proteção da área em nível estadual.

Mas, eis que o processo n. 1.307-T-90, em vez de caminhar para o arquivamento, retornou ao Deprot em 26 de agosto de 1993, o que possibilitou a sua redistribuição.

A partir daí a questão reabriu-se em novo ciclo, recebendo competentes análises e avaliações do arquiteto Pedro Alcântara e do historiador Adler Homero Fonseca de Castro, que, após um profundo e excelente estudo do tema, propõe a inscrição do sítio em debate nos livros do Tombo das Belas Artes, no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Histórico, além de recomendar o tombamento dos bens de natureza móvel.

No entanto, o processo não prosseguiu, até que, em 2001, o Deprot/RJ reiterou a necessidade de encaminhamento do processo ao Conselho Técnico Consultivo.

Após novos estudos, foi entendido pelo historiador Adler Homero Fonseca de Castro que o tombamento deveria se restringir ao aspecto histórico, uma vez que o tombamento, sob o ponto de vista paisagístico, já era objeto de outro processo que tratava da orla marítima do Rio de Janeiro.

Essa nova e consistente abordagem do tema conduziu a que a denominação do processo passasse a ser «Conjunto Histórico do Forte de Copacabana, atual Museu Histórico do Exército e seu acervo móvel e integrado», proposição aceita pela Procuradoria do Iphan.

Com os competentes pareceres daquela Procuradoria e a realização dos ajustes necessários no processo, o assunto encontra-se, após quinze anos de encontros e desencontros, pronto para ser apreciado pelos senhores conselheiros.

CONCLUSÃO

Portanto, o exame minucioso do processo n. 1.307-T-90 e as análises e avaliações realizadas por inúmeros especialistas consultados nos conduzem a propor aos ilustres conselheiros o tombamento do Conjunto Histórico do Forte de Copacabana, atual Museu do Exército, e o seu acervo móvel e integrado, situado na praça Coronel Eugênio Franco, s/n, no município do Rio do Janeiro, com sua inscrição no Livro do Tombo Histórico.

O perímento de tombamento será assim definido: imóveis e terrenos abrangidos pela poligonal que começa no ponto formado pelo encontro do prolongamento do limite oeste do lote situado na rua Francisco Otaviano n. 5, onde hoje se situa o Hotel de Trânsito de Oficiais do Comando Militar do Leste, com o eixo central da referida avenida (Ponto 1). Prossegue pelo prolongamento do limite oeste do referido lote, no sentido geral sul, até atingir a linha de baixa mar no Oceano Atlântico (Ponto 2). Deste ponto, inflete na direção geral leste, passando a acompanhar a linha costeira que define a península onde se encontra o Forte, até atingir um ponto situado na praia de Copacabana, no prolongamento do eixo da rua Joaquim Nabuco (Ponto 3). Prossegue por este eixo até atingir o eixo central da avenida Atlântica (Ponto 4). Deste ponto, a linha inflete na direção do Forte, acompanhando o eixo da avenida Atlântica, até atingir o prolongamento do eixo da avenida Francisco Otaviano (Ponto 5). Deste ponto, segue até encontrar o ponto inicial desta descrição.

Ficam excluídos do tombamento os prédios e as instalações da Colônia dos Pescadores Z-13, na avenida Atlântica s/n, do Corpo de Bombeiros do Posto 6, na avenida Atlântica s/n, do Clube dos Marimbas, na praça Coronel Eugênio Franco n. 2, da Vila dos Oficiais e da garagem adjacente, situados à direita da rua que, saindo da praça Coronel Eugênio Franco, tem acesso ao pórtico de entrada do Forte.

A poligonal de entorno fica definida da seguinte forma: inicia-se no ponto de encontro do eixo central da avenida Francisco Otaviano com o prolongamento da avenida Nossa Senhora de Copacabana (Ponto A). Deste ponto, segue pelo eixo da avenida Francisco Otaviano na direção geral de Ipanema, até encontrar o prolongamento da linha divisória dos lotes do Parque Garota de Ipanema e do n. 131 da avenida Francisco Otaviano – Colégio Isa Prates (Ponto B). Deste ponto, a poligonal, acompanhando a linha imaginária definida pela citada linha divisória, segue até atingir o limite da isóbata de 10 metros no Oceano Atlântico, fronteira à praia do Arpoador; prossegue, acompanhando a referida isóbata e os contornos das penínsulas que formam a Ponta do Arpoador e a do Forte de Copacabana, até alcançar a praia de Copacabana, no prolongamento do eixo da avenida Rainha Elizabeth (Ponto C). Daí prossegue na direção do Forte, acompanhando o eixo da referida avenida até atingir o eixo da avenida Nossa Senhora de Copacabana (Ponto D), de onde novamente inflete, buscando o ponto inicial desta poligonal.

O acervo móvel e integrado a ser tombado é composto das peças que formam a listagem o lado.

O tombamento dos prédios, dos terrenos e do acervo móvel e integrado, acima descritos, não deve impedir, mas facilitar as condições para que o Museu Histórico do Exército e seus espaços adjacentes permaneçam como um centro cultural em favor da comunidade.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2004.

ITEM	QUANT.
Fragmentos de bandeira nacional dividida entre os “18 do Forte”, quando estes iniciaram sua marcha contra as forças do governo, resultando na morte da maioria dos participantes	4
Fragmento de granada de 12”, disparada pelo couraçado São Paulo contra o Forte de Copacabana, em 1924	1
Ata de inauguração do Forte de Copacabana	1
Torre couraçada para dois canhões Krupp 305 mm	1
Torre couraçada para dois canhões Krupp 190 mm	1
Torres retráteis para canhão Krupp 75 mm	2
Acumuladores a óleo para sistema hidráulico	2
Bombas de óleo para sistema hidráulico	2
Grupos geradores diesel (inaugurados por Getúlio Vargas)	2
Painéis de controle elétrico	2
Equipamento de ar condicionado	1
Painel de controle para ar condicionado	1
Grupo gerador de emergência	1
Oficinas de reparos gerais com ferramentas e maquinário	2
Enfermaria com mobiliário médico	1
Granadas de madeira para exercício do canhão de 305 mm	4
Estojos para carga de projeção do canhão de 305 mm	107
Carrinhos para carga dos canhões de 305 mm	6
Escovões para carga dos canhões de 305 mm	2
Projéteis (granada lastrada 305 mm)	11
Projéteis (granada explosiva 305 mm)	23
Projéteis (granada de perfuração coifada)	112
Carrinhos de munição para carga dos canhões de 190 mm	2
Granadas de canhão de 190 mm	3
Soquetes para carga do canhão de 305 mm	6
Suportes de madeira para granadas de 305 mm	9
Fixa-projétil para granadas de 305 mm	1
Talhas de transporte de munição	2
Estojos de madeira para treinamento dos canhões de 305 mm	3
Corretores de direção Mil n. 3 EAC	2
Pranchetas de observações	2
Corretores de alcance MI com gráfico	2
Totalizadores das correções secundárias MI com gráfico	2
Pranchetas de tiro M3 com mapa	2
Mesas de adaptação com alcance	2
Central telefônica (Testboard) US Army BD101	1
Teletipo	1



IX. Rondônia

Porto Velho – RO | 2005

Pátio Ferroviário da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré

PROCESSO: 1.220-T-87

RELATOR: LUIZ PHELIPE DE CARVALHO CASTRO ANDRÈS

REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 10 DE NOVEMBRO DE 2005

Foi com satisfação que recebi do presidente do Iphan, doutor Antônio Augusto Arantes Neto, através da professora Anna Maria Serpa Barroso, a tarefa de examinar e opinar sobre o processo de tombamento da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, no estado de Rondônia, e em especial pela oportunidade de estar colaborando para a afirmação de uma política de maior diversidade na proteção a bens culturais originários de outras vertentes, neste caso especial, no contexto de grandes obras que marcaram a vida nacional, pelo reconhecimento de sua valiosa contribuição na consolidação do que, em última análise, é o maior patrimônio, o nosso extenso território, morada dos brasileiros e continente de todas as riquezas naturais.

O presente processo é apenas o segundo, no âmbito do Iphan, que trata do tombamento de uma ferrovia tradicional. Sendo que o primeiro e único caso até agora registrado foi a aprovação do tombamento do Complexo Ferroviário de São João del-Rei, que há quase duas décadas, no ano de 1986, mereceu parecer favorável do então conselheiro Max Justo Guedes.

A tarefa do relator não é das mais simples. Cabe-nos neste momento transmitir uma síntese, com fidelidade e isenção, aos senhores conselheiros, naturalmente impossibilitados de ler toda a informação processual ou mesmo de conhecer *in loco* o bem que está sob avaliação. Este processo, em três volumes, possui 735 páginas e foi aberto em julho de 1987, portanto, tem dezoito anos e um acúmulo de informações. Trata de um bem de dimensões territoriais e o tombamento federal corresponde a um antigo anseio da população rondoniense e de Porto Velho.

Assim é que, após receber o convite para ser relator deste processo, manifestei a necessidade de conhecer de perto o sítio histórico. Prontamente atendido pelo Iphan, nos dias 20 e 21 de outubro, realizei uma visita a Porto Velho e não pude deixar de me emocionar com o valor, a grandiosidade do acervo e o deplorável estado de abandono em que se encontra.

Pátio Ferroviário da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, Porto Velho. Foto: Acervo Iphan/Superintendência de Rondônia.

Devido ao pequeno prazo, no entanto, pude fazer o reconhecimento apenas dos bens que são objeto da presente proposta, diante da impossibilidade de percorrer o total dos 366 quilômetros de ferrovia. Assim, fomos ao Pátio Ferroviário, incluindo quatro grandes galpões, a estação, o Museu Ferroviário já instalado num dos galpões, as oficinas paralisadas, a rotunda e girador. Visitamos as três caixas d'água metálicas cuja silhueta marcante se tornou símbolo da cidade de Porto Velho. Em seguida, o cemitério da Candelária e trechos da ferrovia, até a localidade de Santo Antônio, sempre guiado pelo Superintendente da 16ª Regional, arquiteto Luiz Leite de Oliveira, e pelo historiador e professor doutor Edvaldo Bezerra de Freitas, que proporcionaram todo o apoio necessário ao êxito da missão.

Durante a visita, ainda mantive contato com diversos integrantes da Associação dos Amigos da Ferrovia Madeira-Mamoré que se encontravam no pátio ferroviário trabalhando entusiasticamente para viabilizar uma nova viagem do trem no dia 2 de Novembro, por um curto trajeto de três quilômetros. Um gesto simbólico daqueles que lutam sem esmorecer para lembrar que a ferrovia ainda respira e que pode voltar ao funcionamento.

Para apresentar-lhes o processo, vou seguir o mesmo roteiro que percorri ao entrar em contato com o tema, começando pela História.

Por volta de 1846, a Bolívia, sem saída para o mar, precisa seguir a rota do rio Amazonas para chegar ao Oceano Atlântico, mas logo no início desse caminho líquido encontra-se o longo trecho encachoeirado do rio Madeira impedindo a navegação. Surgem as primeiras ideias para superar esses obstáculos. Em 1861, um general boliviano Quentin Quevedo defende a construção de uma ferrovia ao lado do rio. Tal ideia é compartilhada pelo engenheiro brasileiro João Martins da Silva Coutinho. Em 1865, a Guerra do Paraguai faz isolar o Mato Grosso do restante do país e o Brasil, sentindo a necessidade da saída pelo rio Madeira, une-se à Bolívia nesse intento e D. Pedro II assina tratado de amizade com aquele país para livre utilização dos rios fronteiriços.

A Bolívia contrata um engenheiro ferroviário, o coronel do exército americano George Earl Church, que também é vice-presidente da Real Sociedade Geográfica de Londres, e este, com seu prestígio, obteve do Brasil a concessão para construir a ferrovia, através de empresa especialmente fundada para esta finalidade, a Madeira and Mamoré Railway. Para tanto, subcontratou a construtora britânica Public Works e contraiu empréstimos europeus com aval do governo boliviano.

Em 1872, operários e engenheiros trazidos pela companhia desembarcaram na localidade de Santo Antônio do Rio Madeira, com grande quantidade de material, mas logo se depararam com as dificuldades de uma região insalubre e muitos não resistiram, morrendo vitimados pelas febres, alimentação inadequada, ataques de índios e condições climáticas adversas. Dez meses depois, todo o pessoal arregimentado para tocar a obra abandonou o local, deixando para trás o material e uma locomotiva Baldwin (hoje em exposição no museu e batizada de "Coronel Church"), sem implantar sequer um quilômetro de trilhos.

Em 1877, após contratar outra empresa, a P&T Collins, para dar seguimento à realização da obra, Church declarava na imprensa americana que:

> *(...) é com a intenção de revelar ao mundo região tão bela quanto o paraíso terrestre, que dois engenheiros da Filadélfia vão contornar as cachoeiras do rio Madeira. Não sou nenhum visionário, ao contrário, sei bem o que digo. Ao terminar essa obra monumental, as riquezas da Austrália e da Califórnia empalidecerão ante a produção aurífera das montanhas e riachos bolivianos, bem assim ante as safras abundantíssimas das planícies e dos vales que lhes ficam de permeio.*

Em 1° de janeiro de 1878, partia do porto de Filadélfia o vapor Mercedita, com a equipe da P&T Collins abarrotado de material para a obra e 227 pessoas, entre operários, técnicos e engenheiros, e o *New York Herald* publicava a seguinte nota:

> *A viagem deste vapor é de interesse nacional, pois, pela primeira vez, na história americana, daqui parte uma expedição equipada com material norte-americano, financiada com dinheiro nosso e dirigida por patrícios, para executar no estrangeiro obra de grande vulto. Ao que constam, os 54 engenheiros que integram o corpo técnico constituem o mais fino grupo de profissionais que jamais se conseguiu reunir em condições semelhantes.*

Todo esse entusiasmo foi substituído, logo após a chegada, por um verdadeiro pânico causado pelas rápidas mortes e desentendimentos entre operários de nacionalidades diversas, submetidos a condições no limite da sobrevivência na selva amazônica e à mercê das picadas de mosquitos transmissores de febres e doenças fatais.

Mesmo assim os americanos, desta feita, conseguem assentar sete quilômetros de trilhos e inauguram esse pequeno trecho no dia 4 de julho de 1878. No entanto, a festa é prejudicada pelo acidente que fez capotar a primeira locomotiva a transitar por ali. E os Collins também abandonam a obra em 1879, com um saldo de mais de quinhentas mortes.

Outras tentativas ainda no final do século XIX resultaram em fracassos pelas mesmas causas, deixando milhares de mortos.

Somente após a assinatura do Tratado de Petrópolis entre o Brasil e a Bolívia, em 1903, pondo fim a um litígio de fronteira entre os dois países, é que a ferrovia de fato chegou a ser construída. Era o compromisso assumido pelo governo brasileiro de fazê-lo, em troca da anexação definitiva das terras que correspondem ao atual estado do Acre.

É aberta concorrência pública, vencida pelo empresário brasileiro Joaquim Catramby, que repassa o contrato para o norte-americano Percival Farqhuar. Este funda uma nova empresa com o nome antigo de Madeira Mamoré Railway Co.

Novamente as doenças atacam engenheiros e operários, mas Farqhuar constrói um hospital de selva e promove ações de saneamento básico para combater a causa principal de falência das experiências que o antecederam. O trecho inicial do projeto é deslocado de Santo Antônio para sete quilômetros rio abaixo, no local que mais tarde viria a ser a cidade de Porto Velho. O empresário recruta trabalhadores em todo o mundo, renovando sempre o plantel de seus operários. Assim vieram mais de 20 mil homens, entre gregos, alemães, portugueses, espanhóis, italianos, indianos, negros das Antilhas e do Caribe, que ficaram conhecidos como "os barbadianos", e conseguem, em 1912, concluir e inaugurar a ferrovia em toda a sua extensão.

Em 1930 o governo brasileiro assume a administração da ferrovia. Em 1966 ela é desativada por decreto e seus bens são desmembrados como justificativa para a construção de uma rodovia pelo Ministério da Guerra, através do Batalhão de Engenharia e Construção – 5° BEC.

Em 1979 a opinião pública é despertada por um movimento popular movido contra um edital do Ministério dos Transportes que anunciava um leilão público para a venda do acervo da ferrovia como «sucata». Ou seja, para ser "desmanchado". Esse protesto da comunidade rondoniense, que conseguiu na justiça impedir a realização do leilão, acabou despertando a atenção do país e suscitando o surgimento da Associação dos Amigos da Madeira-Mamoré, tendo como desdobramento, no ano seguinte, a realização em Porto Velho do Seminário Madeira-Mamoré, numa promoção conjunta Sphan/Pró-Memória, então sob o comando de Aloísio Magalhães e do governo do Território de Rondônia, resultando entre outras coisas na reativação de um trecho de oito quilômetros e na proposta de preparação de processo de tombamento que, por sua vez, reuniu estudos e pesquisas que já revelavam interesse mundial pelo acervo.

Cabe aqui um parêntesis para ressaltar que o exame de um processo longo como este também nos permite compreender melhor, através dos trâmites das correspondências e comunicados diversos, a trajetória, muitas vezes sofrida, percorrida pelo Iphan ao longo destes últimos dezoito anos e valorizar ainda mais o trabalho

abnegado de seus técnicos e funcionários, no esforço para desempenhar tarefas superando precárias condições e limitações de toda ordem, ocasionadas entre outras coisas por uma crônica falta de recursos, sucessivas mudanças na estrutura da instituição, que no período de 1988 a 1991 mudou de nome três vezes, incluindo a extinção do próprio Ministério da Cultura, além de coordenações, diretorias, cargos e as consequentes recriações com nomes diferentes, gerando graves descontinuidades, mudanças e transferências de arquivos e acervos, além do exíguo quadro de profissionais, fatores estes que sobrecarregam ainda mais as equipes remanescentes. Tudo isso transparece também nas páginas deste comovente processo que me veio às mãos, destacando-se ao longo dele o trabalho das equipes regionais de Brasília, de Manaus e de Goiás.

Ao mesmo tempo, ao examinar os autos, pude confirmar que o mesmo está bem instruído e atende às normas exaradas pelo Iphan para a preparação dos processos de tombamento.

Aqui encontramos os seguintes itens técnicos exigidos:

> O processo se origina com a solicitação formal para as providências de tombamento que, neste caso, é o ofício datado de 9 de julho de 1987 e dirigido ao então ministro da Cultura, doutor Celso Furtado, assinado pelo arquiteto Luiz Leite de Oliveira, naquela época já ocupando a função de presidente do Movimento Pró Reativação e Preservação da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Seguem-se ofícios do mesmo signatário, período e teor, dirigidos ao então presidente da República José Sarney e ao ministro dos Transportes José Reinaldo Tavares. Estes são acompanhados de um extenso abaixo-assinado com 1.329 assinaturas, que vão desde garimpeiros a doutores e professores da universidade, seringueiros, ferroviários, jornalistas, operários, artistas, donas de casa, estudantes, numa ampla e diversificada gama de segmentos representativos da sociedade rondoniense. E aí já temos uma boa indicação de que existe um excelente nível de comprometimento da comunidade local, no que tange a futuras ações em prol da preservação deste bem cultural.

> Documentos datados de 1986 da Fundação Pró-Memória, com a síntese da História da Ferrovia, bem como Exposição de Motivos e Justificativa para o Tombamento que, naquela época, se recomendava fazer sobre toda a extensão da ferrovia, protegendo os 366 quilômetros e a totalidade dos bens móveis e imóveis.

> O volume 1 do processo nos traz ainda cópias de boletins do Iphan dando conta da realização em Porto Velho, de 26 a 29 de novembro de 1980, do abrangente Seminário Madeira-Mamoré, numa promoção conjunta Sphan/Pro-Memória e governo do Território de Rondônia. Foi constituído nessa ocasião um Grupo de Coordenação Técnica para implementar as recomendações do seminário.

> Datado ainda de 1979, o processo traz uma consistente contribuição da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária, na forma de um estudo denominado *Sugestões para Recuperação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré,* contendo minucioso memorial descritivo do acervo e do seu respectivo estado de conservação, com recomendações de providências cabíveis para cada caso.

> Cópia de um projeto datado de 1980, denominado *Memória Histórica da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*, de Marcos Braga e CNRC/Fundação Nacional Pro-Memória.

> Relatório de atividades realizadas pelo Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura do Governo de Rondônia, que demonstra uma visão abrangente das questões culturais locais, não se restringindo aos aspectos da ferrovia.

> O segundo volume do processo se inicia com a documentação de rotina, mas chama a atenção o teor do Decreto n. 58.501, de 25 de maio de 1966, que dispõe sobre a transferência da responsabilidade do tráfego da E. F. Madeira-Mamoré, da Rede Ferroviária Federal para a Diretoria de Vias e Transportes do Ministério da Guerra.

Examinar os termos desse decreto me foi muito útil para a compreensão das causas que levaram quase à destruição um acervo tão valioso. Não foram somente a falta de manutenção e a alegada "inviabilidade econômica" do empreendimento que causaram o seu sucateamento. Foi também uma decisão política do governo federal à época, que determinou o esquartejamento daquele imenso e sólido patrimônio.

Referido decreto se inicia com os seguintes termos:

> *CONSIDERANDO que a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, por ser linha férrea antieconômica, deverá ser suprimida tão logo se construa a rodovia federal substitutiva.*
>
> *(...)*
>
> *Art. 1º Entra em processo de erradicação, a partir da publicação do presente decreto, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.*

Segue-se a cópia do convênio que determinava a utilização do acervo patrimonial e do pessoal da EFMM durante o período necessário à "erradicação" daquela ferrovia.

Também está aí nomeada a comissão para executar a transferência dos bens para o Ministério da Guerra, através do Batalhão de Engenharia de Construção (BEC).

O arrolamento completo e detalhado dos bens móveis e imóveis da ferrovia, casa por casa, terreno por terreno, equipamentos, mobiliários, máquinas, locomotivas, vagões, até as agulhas de seringas do setor de enfermaria, rigorosamente relacionados ao longo de 366.485 metros de ferrovia, incluindo o leito da mesma, e destinados por decreto à "erradicação".

Acredito eu que, na medida em que se difundirem os valores indiscutíveis desse acervo na consciência nacional, o decreto em questão será reconhecido dentre as páginas que mais envergonham a inteligência e a cultura brasileiras. Um decreto federal textualmente destinado a "suprimir" e "erradicar" um patrimônio dessa magnitude, como se fosse ele uma verdadeira ameaça à nação, um câncer, uma grave doença a ser erradicada do país, muito embora desde então já fosse sobejamente reconhecido, não só pela população rondoniense, como motivo de orgulho da capital a que dera origem, mas também respeitado pelos representantes de nações que fizeram parte de sua construção.

A ferrovia estava lá, no meio da selva, funcionando por mais de sessenta anos; custara o sacrifício de milhares de vidas, investimentos de muitos milhões de dólares; era reconhecida internacionalmente. É verdade que não salvara o país de suas imensas dívidas, se é isto que esperavam dela, mas atendia como única forma de transporte das populações de um vasto território duramente conquistado, bem como se mantinha como canal de escoamento da produção agropecuária regional e servia de apoio a diversas pequenas localidades isoladas no meio da Amazônia. Era sólida, possuía máquinas e equipamentos pesados, testemunhos de uma era tecnológica que ficou na história da humanidade. Era uma instituição com organização administrativa, quadro de pessoal, sustentava milhares de empregos. Mas na letra do decreto deveria ser "suprimida" e "erradicada".

Conforme nos lembra o parecer final de José Leme Galvão, que estudou e acompanhou este processo desde o seu início:

> *A estrada de Ferro MM, além de ter sido elemento básico da ocupação de Rondônia, integrou-se plenamente aos costumes e necessidades da região. Ela representou, entre outros fatores, um empreendimento técnico e econômico internacional e de grande vulto, um fator sociocultural da maior importância para a vida brasileira e boliviana, pois, ao desbravar a região, alterou a condição de vida da população que se deslocou para aquele ponto distante da Amazônia Ocidental.*



Pátio Ferroviário da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, Porto Velho. Foto: Acervo Iphan/Superintendência de Rondônia.

> *Representando uma das mais importantes obras de engenharia do início do século, o seu acervo hoje permite caracterizar não só aquela tentativa inédita de ocupação da Amazônia como, também, a transferência para a região da mais avançada tecnologia da época, representada pela energia a vapor.*

Suponho ser relevante a oportunidade que temos, através deste Conselho Consultivo, graças ao privilégio de ter acesso a informações históricas (a que a maior parte dos cidadãos brasileiros não tem), de fazer uma reflexão crítica a respeito de episódios como esses, que, entre outras coisas, determinaram um modelo desenvolvimentista para o Brasil, abandonando as alternativas de transportes ferroviários, marítimos e fluviais em favor de uma política que privilegiou somente o transporte rodoviário.

Ainda na primeira metade do século XIX, países como os do Reino Unido, criadores das ferrovias, além da França, Alemanha, Bélgica e Itália, adotaram-nas como seu principal meio de transportes. Foi nos Estados Unidos, porém, que sua expansão atingiu níveis mais espetaculares. Em 1840, esse país já contava com 4,5 mil quilômetros de trilhos e, em 1914, dois anos após a inauguração da nossa heroica Madeira-Mamoré, ultrapassavam a marca impressionante de 415 mil quilômetros. De fato, as ferrovias permitiram a colonização dos territórios do oeste dos Estados Unidos com rapidez e eficiência. Na índia, o sistema foi implantado em 1853 e em 1910 já somava 51 mil quilômetros de linhas. Na Rússia, a construção de vias férreas começou em 1836 e elas foram essenciais para a colonização da Sibéria. A moderna rede ferroviária da antiga União Soviética tem as linhas mais extensas do mundo, como a Transcaucasiana e a Transiberiana, que tem 9.313 quilômetros.

Ou seja, em todo o mundo, países que possuíam uma malha ferroviária não só as mantiveram como as expandiram e aperfeiçoaram a tal ponto que hoje se pode viajar sobre trilhos a velocidades de mais de 360 km horários (na França, Canadá e Japão), competindo com aviões a preços muito inferiores e com segurança. O impacto das ferrovias nas sociedades que as adotaram foi semelhante a uma revolução social. Aí os agricultores, industriais, comerciantes e viajantes puderam dispor de um transporte terrestre pouco influenciado por condições climáticas e que era ao mesmo tempo barato e capaz de movimentar volumes crescentes de mercadorias e passageiros. Somente o Brasil, não obstante a visão pioneira do barão de Mauá, abandonou essa modalidade de transporte e ainda, neste episódio, decreta a erradicação de um dos mais caros equipamentos ferroviários que chegou a possuir.

Mas, voltemos ao nosso dossiê:

> Segue-se uma Descrição do Objeto do Tombamento, documento realizado pela Fundação Nacional Pro-Memória e datado ainda da época em que se cogitava o tombamento de toda a extensão da ferrovia.

> Novo ofício assinado pelo arquiteto Luiz Leite de Oliveira, na qualidade de presidente da Associação de Amigos da Ferrovia Madeira-Mamoré, datado de 4 de maio de 1995 e dirigido ao ministro da Cultura Francisco Wefort, solicitando a retomada do processo de tombamento.

> Documentos que registram a tentativa do Ministério da Marinha de construir um muro de concreto em torno do Pátio da Ferrovia, em Porto Velho, e como a questão foi combatida através de denúncia feita pela Associação de Amigos da Ferrovia Madeira-Mamoré ao Ministério Público, considerando tratar-se de uma área tombada pelo governo de Rondônia através da Lei Estadual n. 341, de 4 de dezembro de 1991. A Ação Popular daí decorrente resultou em liminar determinando a paralisação dos trabalhos de edificação do muro.

> Novas correspondências entre aquela Associação e o Iphan a respeito do andamento do processo de tombamento. Fato que denota um constante interesse da comunidade local.

> Relatórios de viagem, demonstrando que a partir do ano de 1995 intensificam-se as visitas de técnicos do Iphan ao local.

> Documento de avaliação do Projeto de Restauração e Revitalização da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, elaborado pela Fundação do Estado de Cultura e Turismo (Funcetur) no ano de 1996, que visava a recuperação de 25 quilômetros da ferrovia, através de convênio com o Ministério da Cultura no valor de 1 milhão de reais.

> Generosa documentação fotográfica em cores, com amostragem visual do acervo. Locomotivas em restauração, do trecho Porto Velho/Santo Antônio, de 7,5 quilômetros, Galpão Oficina e Pátio Ferroviário.

> Diversas correspondências atestando que, no período de 1992 a 1998, redobraram-se os esforços por parte dos órgãos locais e do Iphan no sentido da retomada do processo de tombamento, até então prejudicado pela falta de algumas informações exigidas na Portaria n. 11, de 1986.

> Correspondências internas demonstram que vários técnicos das regionais envolvidas se mobilizam para resgatar e reunir informações que se encontravam dispersas. Em 17 de novembro de 1999, o arquiteto José Leme Galvão Júnior, da 14ª Superintendência Regional, encaminha proposta com resumo das providências ainda pendentes para instrução do processo.

> Em 2003, a Associação de Amigos da Ferrovia Madeira-Mamoré e a Universidade Federal de Rondônia voltam a dirigir apelo ao Iphan, na pessoa de sua presidente Maria Elisa Costa, no sentido de impor maior agilidade ao processo de tombamento. Intensifica-se a colaboração com as

entidades de Rondônia, que fornecem a base cartográfica necessária e documentos de propriedade e regularização fundiária.

> Documentação de transferência do patrimônio da Estrada de Ferro ao governo do estado de Rondônia, que ainda não se consumou de fato.

> O segundo volume do processo se encerra com a cópia da Lei Estadual n. 341, de 4 de dezembro de 1991, sancionando o tombamento, por parte do estado, da totalidade do acervo da Ferrovia MM.

Como mencionei antes, na avaliação de um processo longo e trabalhoso como este veem-se outros aspectos. É legítimo reconhecer, por exemplo, como o próprio esforço para realizar o tombamento se constitui numa atividade enriquecedora. Muitas ações positivas foram realizadas na busca de reunir informações. Pesquisas, inventários, relatórios, pareceres e avaliações, visitas ao local; documentações de diversas fontes foram juntadas e comparadas. Mapas, fotografias, filmes, livros, textos avulsos, novos dados e documentos vieram à tona. No caso em tela, foi notável a localização de acervo fotográfico com cerca de quatrocentas imagens, tomadas na época da construção da ferrovia, de autoria do fotógrafo americano Dana Merryl, que documentou as diversas etapas da obra de 1905 a 1911. Seminários e reuniões técnicas foram realizados, atraindo novos atores, motivando a comunidade envolvida, promovendo a divulgação do bem que se pretende proteger, aduzindo contribuições de parceiros não institucionais, representantes da sociedade civil. Dúvidas e equívocos foram esclarecidos e no final um esforço de consolidação de toda a informação faz deste e de outros processos de tombamento um novo acervo que certamente merece um destino mais bem compartilhado com o restante da sociedade do que as prateleiras de um arquivo técnico.

Enfim, o processo em si enseja uma oportuna reflexão sobre o tema, cotejando-o às exigências da portaria que regula o ato de tombamento, fazendo amadurecer critérios e juízos de valor. Neste caso especial percebe-se que a instituição evoluiu da ideia de tombar toda a extensão da ferrovia para uma opção menos ambiciosa, mas plausível, como forma de evitar que a demanda de uma quantidade imensa de estudos necessários ao instituto do tombamento acabasse protelando ainda mais a sua conclusão.

E assim, rezou o bom senso que o tombamento incidisse sobre apenas uma parte daquele imenso acervo. Aquela que é a mais expressiva, mais densa e que, dessa forma, venha a servir de módulo inicial para futuras ações de proteção da parte restante.

> O terceiro volume é alvissareiro, pois traz em seu documento de abertura o título de Argumentação Final. Trata-se do minucioso parecer do coordenador técnico de Proteção do Iphan, arquiteto José Leme Galvão Júnior, que analisa com objetividade o conjunto de edificações e bens móveis a ele associados.

De fato, a partir daí estão arrolados de forma bem organizada os documentos que faltavam para fundamentar o ato de tombamento. A Exposição de Motivos, a nova Justificativa e o Histórico, além de uma Análise Morfológica. O Objeto do Tombamento, descrevendo objetivamente as partes integrantes do Pátio Ferroviário de Porto Velho, que está à margem direita do rio Madeira, com 120 mil m^2, destacando as estações e oficinas originais da época da construção da ferrovia. São quatro galpões em estrutura metálica de fundição inglesa, a estação ferroviária propriamente dita e as oficinas, que compreendem a oficina de máquinas, rotunda e girador. Além destes inclui-se o trecho de linha férrea de oito quilômetros que se estende de Porto Velho a Santo Antônio e o Cemitério da Candelária, onde estão os jazigos dos operários e outros construtores que faleceram durante as obras.

> Toda a base cartográfica, que inclui: o mapa da América do Sul contextualizando o episódio e a área geoeconômica de influência da EFMM; o mapa de Rondônia mostrando a extensão da ferrovia

ao lado e ao longo dos rios Madeira e Mamoré, desde Porto Velho até a localidade de Guajará-Mirim; a planta da cidade de Porto Velho que mostra a posição relativa do sítio proposto para tombamento e o restante da malha urbana, identificando o perímetro de tombamento e a definição das áreas de entorno.

> Relatório de Vistoria dos bens imóveis. Arrolamento dos bens imóveis na área de entorno e relatório de vistoria e arrolamento do acervo museológico, acompanhados por detalhada documentação fotográfica.

> O Memorial Descritivo que define a poligonal da área a ser tombada pelo Iphan, bem como aquele que delimita a área de entorno.

> O competente e detalhado parecer da doutora Tereza Beatriz da Rosa Miguel, procuradora-chefe substituta do Iphan, nos dando conta de que os requisitos técnicos e a correta condução jurídica do processo estão atendidos, bem como foram devidamente publicados os editais de notificação aos proprietários e as demais comunicações que se fizeram necessárias para prevenir qualquer possibilidade de contestação.

Verifica-se que, do ponto de vista formal, os requisitos técnicos, jurídicos e burocráticos exigidos pela regulamentação do Iphan, mais especificamente pela Portaria n. 11, de 11 de setembro de 1986, foram bem atendidos e estão presentes neste processo.

Consideramos oportuno firmar o reconhecimento de que o estudo desta obra poderá ensejar um melhor entendimento sobre a formação do território brasileiro. A epopeia de construção da Madeira-Mamoré é hoje tema de livros, teses, documentários, vídeos, filmes e sempre será uma inesgotável fonte para compreensão da ocupação da Amazônia. Temos às mãos uma respeitável bibliografia, suficiente para não deixar dúvidas sobre o valor do acervo para a cultura nacional. É expressivo o número de pesquisadores que se dedicaram a comprovar a importância social, cultural, antropológica e etnográfica da Ferrovia. Trata-se de um patrimônio histórico, material, humano e social de âmbito nacional e internacional. Dentre as mais conhecidas, devemos citar as seguintes obras: *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré,* de Neville B. Grace, datado de 1907; *A Ferrovia do Diabo,* de Manuel Rodrigues Ferreira, sem dúvida o maior pesquisador do assunto; *The Jungle Route,* de Frank W. Kravigny; *Trem fantasma,* de Francisco Foot-Hardmann; *Reminiscências de Mad Marmrly,* de Hugo Ferreira, 1969; e ainda a *Djaevelens Jernbasne,* de Christian Kaarsberg, 1995; *Nas selvas amazônicas,* também de Manuel Rodrigues, 1961; *Na planície amazônica,* de Raimundo Moraes, 1936 e *MadMaria,* de Márcio Souza.

De fato, além das pesquisas já realizadas, temos todo um campo aberto a estudos no âmbito da história da ciência, como a história da tecnologia, através dos exemplares diversos de equipamentos e máquinas pesadas movidas a vapor que foram trazidos de navio dos EUA e da Inglaterra no século XIX. De capítulos importantes da história da engenharia, como da mecânica dos solos, uma vez que em condições totalmente adversas, engenheiros da época tiveram que desenvolver soluções muito especiais para fazer instalar os dormentes e trilhos em longas extensões de terreno pantanoso, realizando impressionantes obras de aterros estabilizados e contenção de taludes, assim como fundações para assentamentos de pesadas estruturas de ferro das pontes e pontilhões ao longo da estrada.

Também poderá vir a ser um laboratório para estudos sobre a história dos meios de transporte e comunicação; sobre a ocupação da floresta amazônica, ou, ainda, sobre as relações internacionais entre os povos da América Latina. De toda forma, foi a Guerra do Paraguai que motivou o Brasil a compartilhar os interesses da Bolívia em buscar uma comunicação daquela região com o Oceano Atlântico através do rio Amazonas. Outros estudos de natureza antropológica, etnológicos, uma vez que vieram milhares de representantes de vários povos, com sonhos de fortuna, para trabalhar nas obras e aqui se encontraram com os índios e nordestinos que haviam se deslocado para a fronteira atraídos pelos seringais.



Pátio Ferroviário da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, Porto Velho. Foto: Acervo Iphan/Superintendência de Rondônia.

E sobre o tratamento de doenças tropicais parasitárias e infecciosas. Sabe-se que Oswaldo Cruz, o grande sanitarista do início do século no Brasil, foi contratado e visitou a localidade para orientar a construção de um grande hospital de selva pela empresa contratada, que desejava evitar a repetição das milhares de mortes que haviam causado o fracasso das experiências anteriores.

Enfim, a Madeira-Mamoré é um legado que transcende em muito o patrimônio material que aqui se propõe tombar. Na verdade, o sentido mais amplo de se proteger do desaparecimento esta porção material é que a experiência de construir uma estrada de ferro em meio à natureza incongênere da Amazônia, no período que vai da segunda metade do século XIX às primeiras duas décadas do século XX, se tornou uma das grandes aventuras do homem sobre a terra e, como tal, é rica para a história, não só do Brasil, mas dos outros povos envolvidos e da humanidade.

No caso particular da Ferrovia, é possível, através da observação do seu desenho no mapa atual, ampliar a compreensão acerca dos limites que determinaram a linha de nossas fronteiras. A construção dessa ferrovia deu origem direta à belíssima cidade de Porto Velho, com seu urbanismo moderno de ruas largas e avenidas arborizadas, malha retangular de grandes quadras orientadas no sentido dos pontos cardeais. Pela qualidade desse traçado urbano, a capital rondoniense está longe ainda de enfrentar congestionamentos de automóveis, o que nos dias de hoje é um atestado de qualidade de vida.

Além disso, a ferrovia MM deu razão de existência ao estado de Rondônia, por ter sido responsável pelo surgimento da maior parte dos seus municípios. Só às margens do leito da estrada, em seus 366 quilômetros,

contavam-se 48 pontos de parada que se tornaram localidades e povoamentos e foi graças ao compromisso aceito pelo governo da Bolívia, nos termos do Tratado de Petrópolis, que o Acre foi oficialmente incorporado ao Brasil em troca da sua construção. São dois grandes estados que ampliaram nossa fronteira oeste, numa extensão de 391.663 km^2, ou seja, um território equivalente a mais de quatro vezes o tamanho de Portugal de terras tomadas pela rica floresta amazônica e banhada por centenas de quilômetros de rios. De forma muito semelhante, a ferrovia se construiu em plena selva amazônica de maneira peculiar, em função da necessidade de vencer obstáculos de outra forma instransponíveis. A disposição espacial da linha, acompanhando o trajeto do rio, queria ser um rio de ferro, sem as cachoeiras, como um modelo que procurava reproduzir a facilidades e os baixos custos do transporte fluvial para grandes cargas.

É válido ainda reiterar neste parecer o que já afirmáramos antes. Aqui também os feitos do homem sobre a terra não só se tornaram repositórios de conceitos tecnológicos, sociais, antropológicos e disponíveis ao melhor entendimento de nossa cultura, mas arquivos em que os estudiosos poderão ler a trajetória do nosso povo ou pelo menos da parcela que coube aos habitantes da Amazônia na expansão das fronteiras do país.

À luz dessa vasta e generosa documentação, ficam evidentes as fortes razões pelas quais a Ferrovia Madeira-Mamoré se afirma como uma das mais antigas conquistas sobre a natureza indomável da floresta. Reconhecer a importância e valor dessa obra, que abriga em sua história toda a luta dos povos amazônicos, é, portanto, trabalhar, ainda que de forma modesta, para a sua proteção e, assim fazendo, cumprir uma obrigação constitucional de defesa da cultura do país. Tão expressiva é a importância da nossa dimensão territorial para o Brasil de hoje, que o ato deste tombamento assume, também, a plenitude de seus múltiplos significados.

Reiteramos aqui a nossa crença de que o ato de proteção, que está implícito na figura do tombamento, vai muito além do que sugere a materialidade da questão, ele incide também sobre a autoestima da comunidade envoltória, ele não atribui apenas o poder de coerção, de vigilância, de fiscalização, mas também confere valor. E como valoriza, ele eleva e estabelece uma aura de respeito sobre o bem que se pretende preservar. O tombamento não é somente um ato jurídico e burocrático, mas uma estratégia de distinguir, de divulgar, de fortalecer argumentos de defesa e, portanto, um caminho para consolidar as perspectivas de continuidade para o futuro[1].

Acervos como o da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, estado de Rondônia, não só tem relevância para esse estado e para o país, mas se revestem de um valor universal, como lição de humanidade. E concluindo assim, sou de parecer favorável ao tombamento como patrimônio cultural do Brasil, para que seja inscrito nos Livros do Tombo Histórico e do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, denominando-se Pátio Ferroviário da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, Bens Móveis e Imóveis, Porto Velho, Rondônia.

São Luís, 10 de novembro de 2005.

1. Parecer sobre o Terreiro Casa das Minas Jeje, São Luís (MA). Processo n. 1.464-T-00.



X. Santa Catarina

Santa Catarina – SC | 2007

Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina

PROCESSO: 1.548-T-07

RELATOR: SUZANNA DO AMARAL CRUZ SAMPAIO

REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 6 DE DEZEMBRO DE 2007

O PEDIDO

Trata o pedido do tombamento federal de bens materiais testemunhos do processo de imigração de cidadãos de origem alemã, italiana, polonesa e ucraniana ocorrido desde os meados do século XIX (Blumenau e Joinville) até as primeiras décadas do século XX, no estado de Santa Catarina. Situados ao longo dos vales dos rios Itajaí, Itajaí-açu, Timbó, Benedito, Negro, do Testo, da Luz e uma rede de afluentes, especificamente córregos e riachos formadores de excepcional paisagem de vales e colinas, com características marcantes de esmerados conglomerados rurais e conjuntos urbanos que apresentam singularidade construtiva funcional, estética e paisagística.

Os autores agruparam em oito categorias os bens distribuídos para análise: arquitetura religiosa; arquitetura comercial; pequenas propriedades rurais; arquitetura residencial; arquitetura escolar; arquitetura recreativa e institucional; conjuntos rurais e paisagem cultural; conjuntos urbanos e obras de infraestrutura e transporte.

No primeiro item – arquitetura religiosa –, sete igrejas são apresentadas para tombamento:

> Igreja Evangélica Ribeirão Liberdade – Alto Liberdade, município de Benedito Novo. Propriedade da comunidade evangélica (caminho Ribeirão da Liberdade);
>
> Igreja Luterana do Espírito Santo – Blumenau;
>
> Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – Warnow Alto, Indaial. Comunidade católica;
>
> Igreja São Pedro e São Paulo – Itaiópolis. Comunidade católica ortodoxa da localidade de Moema;
>
> Igreja de São Gervásio e São Protásio – Rio Maior, Urussanga. Cúria Metropolitana, comunidade italiana, católica;

Exemplar da arquitetura existente no Roteiro Nacional de Imigração, Santa Catarina. Foto: Marina Canas.

Igreja de Santo Estanislau Bispo e Mártir – Alto Paraguaçu, Itaiópolis. Comunidade católica polonesa. Sociedade de Cristo;

Igreja de São Judas Tadeu – Vargem.

No segundo item – arquitetura comercial –, foram selecionados nove exemplares:

Casa Conrad, Heinz Carl (Casa Haco) – Blumenau;

Conjunto Zimdars – Blumenau;

Comercial Husadel – Blumenau;

Casa Polaski, David – Itaiópolis;

Comércio Haut – Pomerode;

Comércio Weege – Pomerode;

Conjunto Irmãos Stoltenberg – Vidal Ramos;

Depósito Breithaupt – Jaraguá do Sul;

Casa Neumann – São Bento do Sul.

No terceiro item – pequenas propriedades rurais e arquitetura residencial –, foram selecionadas 36 dentre as setecentas propriedades cadastradas na região:

Casa Buzzi – Ascurra;

Casa Bauer – Blumenau;

Casa Hoerning – Blumenau;

Casa Hein – Blumenau;

Museu da Família Colonial – Blumenau;

Casa Ulrich – Guabiruba;

Casa Duwe – Indaial;

Casa Hersing – Indaial;

Casa Schroeder – Indaial;

Casa Ristow – Indaial;

Casa Rux, Erwin – Jaraguá do Sul;

Casa Schiochet – Jaraguá do Sul;

Casa Fleith – Joinville;

Casa Krüger – Joinville;

Casa Schwisky, Otto – Joinville;

Casa de Pedra da Família Bratti – Nova Veneza;

Casa Barzan – Orleans;

Casa Arndt (Casa da Crista) – Pomerode;

Casa Sievert, Ovídio – Pomerode;

Casa Siewert, Wendelin – Pomerode

Casa Lümke (Casa de Taipa) – Pomerode;

Casa Raduenz – Pomerode;

Casa Voigt – Pomerode;

Casa Wacholz – Pomerode;

Casa Hardt – Pomerode;

Casa Wunderwald – Pomerode;

Sítio Tribess – Pomerode;

Casa Eichendorf – São Bento do Sul;

Casa Schlagenhaufer – São Bento do Sul;

Casa Strük – São Bento do Sul;

Casa Ewald – Timbó;

Casa Radoll – Timbó;

Casa Reinecke – Timbó;

Casa Zimath – Timbó;

Propriedade Bez Fontana – Urussanga;

Casa Cancelier – Urussanga.

No quinto item estão selecionados exemplares de arquitetura escolar:

Antiga Escola n. 1 – Blumenau;

Escola e Casa do Professor – Timbó.

No sexto item são apresentadas obras de arquitetura recreativa e institucional:

Beneficência Misericórdia (Maternidade) – Blumenau;

Salão Primavera – Blumenau;

Salão Hammermeister – Timbó.

No sétimo item foram selecionados exemplares de conjuntos rurais e paisagem cultural:

Conjuntos de Testo Alto/Pomerode e Rio da Luz/Jaraguá do Sul, em localidades contíguas, separadas pelo divisor de águas.

No oitavo item foram selecionados conjuntos urbanos e obras de infraestrutura e transporte:

> Núcleo de Alto Paraguaçu/Itaiópolis, espaço configurado no ponto mais elevado da topografia, onde o elemento central – a Linha Polônia (antiga) – marca o ponto de partida das Linhas São João e Moema;
>
> Ponte Coberta de Madeira em Warnow, Indaial;
>
> Estação Ferroviária de Joinville.

Os 63 bens imóveis são apresentados em dois volumes, intitulados Roteiros Nacionais de Imigração: Santa Catarina, mais cinco volumes encadernados com farta documentação fotográfica, organizados pela 11ª SR do Iphan, sediada em Florianópolis (SC), sob a supervisão e coordenação do professor Dalmo Vieira Filho e da arquiteta Maria Regina Weissheimer. Adequadamente, a denominação da equipe técnica vem impressa nos citados volumes 1 e 2, apresentando a autoria dos textos, das fotografias e de todas as etapas de trabalho, que classifico como "monumental", pela sua abrangência e magnífica qualidade técnica. Os autores pedem a inscrição de 63 bens no Livro do Tombo Histórico, sendo trinta a inscrever também no Livro do Tombo das Belas Artes e dez também no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

O excelente e minucioso parecer jurídico do procurador federal doutor Antônio Fernando Alves Leal Neri traz, cuidadosamente transcritos, os endereços, os nomes dos municípios e dos proprietários e ainda a indicação dos Livros do Tombo onde devem ser registradas as inscrições dos bens em estudo, tornando, portanto, desnecessária a sua inclusão neste relatório. Todos os proprietários dos bens em análise foram notificados.

A ANÁLISE

Atendendo sugestão inserida no texto, acredito ser pertinente um esboço histórico do período.

O Brasil no século XIX

As guerras napoleônicas que mudaram o mapa europeu do século XIX, cujas alterações foram consolidadas em parte no Congresso de Viena (1814/1815), forçaram a mudança do centro do reinado português para o Brasil, em 1808. Com a chegada da corte, surgiu uma série de mudanças fundamentais, principalmente a do *status* político do país, que passou de colônia a Reino Unido a Portugal e Algarves em 1815. A instalação de institutos administrativos e serviços públicos, embora persistisse a proibição da criação de indústrias, motivou o desenvolvimento do país e permitiu o crescimento de ideias de independência, que veio a ser proclamada pelo próprio príncipe herdeiro em 1822.

Consequência da Revolução Liberal do Porto (1820), o país teve mais de duas décadas de rebeliões locais: a Revolta dos Cabanos no Pará, a Balaiada no Maranhão e a Revolução Liberal em Pernambuco. Mesmo reprimidas, forçaram o Ato Adicional que promulgou a maioridade de D. Pedro II em 1840 e, a criação de diferentes leis que, paulatinamente, levaram à abolição da escravidão negra, em 1888.

A República estabeleceu-se em 1889 e, com a mudança do sistema produtivo, aumentou a necessidade de contratar mão de obra de imigrantes, sobretudo para o sul do país, ainda com grandes espaços inaproveitados para povoamento e produção agrícola. Essa necessidade carreou para Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul as levas de imigrantes originários da Alemanha, Itália, Ucrânia e Polônia, aqui estudadas.

O surgimento do mundo moderno no século XIX e a situação política, econômica e social dos países europeus, origem dos grupos migratórios: Alemanha, Itália, Ucrânia e Polônia

Entre os fatores determinantes das mudanças essenciais ocorridas nos sistemas políticos e no modo de produção econômica ao término da Revolução Francesa e do Império Napoleônico, citamos a revolução ideológica que se realizava na Europa, ocasionando a maior transformação social que o mundo conheceu desde a Antiguidade. A queda do Absolutismo Monárquico, que teimosamente pretendeu-se manter no Congresso de Viena, acelerou a expansão da Revolução Industrial Inglesa, que desde o final do século XVIII favorecia o crescimento da burguesia industrial. Foi por excelência o fator para o desenvolvimento da ideia de unificação da Alemanha e da Itália, que se constituíram como países independentes, com fronteiras e língua própria.

Em decorrência do fortalecimento do poder dos países capitalistas, molde econômico para todo o século XX e o incipiente XXI, assistimos ao aprofundamento das diferenças socioeconômicas, condenando à miséria total populações inteiras e elevando a níveis antes inimagináveis a riqueza dos detentores do capital. Insanável, essa desigualdade está na origem das guerras de mercado que infelicitam o mundo contemporâneo.

Diversas revoluções alteraram o quadro político, econômico e social da Prússia, Áustria, Silésia, Polônia, Rússia, Hungria e Itália, fazendo sentir a prepotência dos reis, que ainda acreditavam no princípio absolutista do direito divino. Em 1848, entre os países que buscavam regimes constitucionais, a Pomerânia – parte da atual região entre a Alemanha e a Polônia – foi submetida à Prússia e, sendo de origem eslava a sua população, só foi considerada alemã depois da unificação, em 1870.

Os primeiros imigrantes suíço-alemães chegaram ao Brasil em 1818, estabelecendo-se em Nova Friburgo (RJ). Depois, em 1824, em São Leopoldo (RS); em 1850, em Blumenau (SC). Hermann Blumenau e Ferdinand Hackradt, dirigentes das Companhias Privadas de Imigração, em conjunto com a Cia. Hamburguesa), também fundaram, em 1851, Joinville (nome advindo do Príncipe de Joinville, esposo da Princesa D. Francisca, irmã de D. Pedro II). A maioria maior parte da imigração alemã para Santa Catarina ocorreu no século XX, transformando esse estado no mais alemão do Brasil, onde as marcas na arquitetura são persistentes, a língua alemã é extensamente mantida e as festas (como a Oktoberfest) são celebradas com multidões de participantes. A atividade agropecuária de subsistência foi gradativamente assumindo escala comercial, sendo o leite e seus derivados comercializados em todo o estado. Calcula-se que 6,6% da população brasileira sejam de ascendência alemã (12 milhões de indivíduos) e, embora a presença teutônica seja visível em outros estados brasileiros, está em Santa Catarina a cidade com maior concentração dessa etnia, Pomerode, onde até jornais em língua alemã são publicados diariamente.

Os italianos imigraram para o nosso país desde a década de 1870, fixando-se principalmente em São Paulo e Rio Grande do Sul. Em 1888 começou o fluxo migratório programado, que atingiu em 1947 o numero de 1.513.451 cidadãos italianos provenientes das regiões do Veneto, Friuli e Trentino, que tinham estado sob dominação austríaca até a unificação. Na década de 20, já no século XX, imigrantes dessas origens estabeleceram-se em Santa Catarina. Os napolitanos estabeleceram-se na cidade de São Paulo e os vênetos, agricultores, no interior do estado, no Espírito Santo e principalmente na Serra Gaúcha – Bento Gonçalves, Caxias, Antônio Prado, onde conservam a arquitetura de pedra e madeira, típica de suas regiões de origem.

Em Santa Catarina, na região apresentada para tombamento, a concentração de italianos vênetos, é visível em Nova Veneza, Nova Trento, Urussanga, Orleans, embora estejam também presentes, em menor escala, em Timbó e outras cidades da região. As espécies vegetais mais cultivadas pelos descendentes de italianos, além do arroz, são as uvas, de todos os tipos, para o fabrico do vinho, e frutas regionais como maçãs, peras e o trigo, para uso doméstico.

Os imigrantes poloneses vieram para o Brasil e fixaram-se principalmente no Paraná e em Santa Catarina, depois da devastação a que foi submetido o seu país, não apenas por causa da ocupação de 123 anos pela

Rússia czarista, bem como e pela desastrosa revolução de 1830/1832, que manteve separadas as regiões do país. Sempre invadida e sempre lutando por sua liberdade, a Polônia, que havia alcançado excelente desenvolvimento cultural em centros como Cracóvia e Varsóvia, se viu dispersa e economicamente fraca ao final da Primeira Guerra Mundial. A crise agrícola e a consequente fome de 1921/1923 provocaram intensa onda migratória para a América, tendo o Brasil recebido nesse período cerca de 300 mil poloneses, que se fixaram principalmente no Paraná e em Santa Catarina, na região de ltaiópolis, ao norte do estado, estabelecendo-se às margens dos afluentes da região, cultivando nos campos – como ao longo do rio Vistula, em seu país natal – o trigo, o milho e outros grãos, bem como hortaliças e frutas. De religião católica, mantiveram sempre convívio pacífico com pomeranos protestantes (alemães de origem eslava) e ucranianos eslavos, de fé ortodoxa, também com origens étnico-históricas bastante próximas. São hoje cerca de 1,5 milhões, descendentes dos primeiros 60 mil poloneses que chegaram ao Brasil em duas levas: 1869 e 1920.

A Ucrânia, república soviética até 1991, foi parte importante da economia da URSS, pela formação geológica do solo da região de terra preta, *tchernozion* (massapé), extremamente rico para a agricultura, existente nas bacias do Dniepper e Donnetz. Antigo Ducado de Kiev, sua capital é uma das mais famosas cidades históricas da Europa, assim como Odessa, no Mar Negro, celebrizada no cinema pelo filme *O encouraçado Potemkin*. Por ter sido a sede do Exército Branco, durante a Revolução de 1917, foi bastante devastada, empobrecendo a agricultura e conduzindo à ruína parte de sua população de camponeses, que imigraram em busca de sustento e melhores condições de vida. Cerca de 400 mil, em duas levas, chegaram em 1895/1896 e 1920. Julga-se que podem ser hoje mais numerosos os descendentes de ucranianos, pois, estando submetidos à Polônia e ao Império austro-húngaro, viajavam com passaportes daqueles países. Chegando ao Brasil, estabeleceram-se ao norte de Santa Catarina, no distrito de Moema, em Itaiópolis, constituindo a comunidade ortodoxa proprietária e responsável pela Igreja de São Pedro e São Paulo. Também são muito apreciados os bordados em ponto cruz, no estilo tradicional, do artesanato local.

São numerosos os casamentos entre todas as etnias, desde a abertura das colônias. Com a proibição do ensino escolar na língua de origem, os descendentes dos europeus, embora guardando tradições e traços hereditários, são verdadeiramente brasileiros.

Depois da unificação ocorrida na Itália e na Alemanha, em 1870/1871, do estabelecimento obrigatório do alemão prussiano e do italiano da Toscana como línguas oficiais de cada um dos países unificados, os idiomas nacionais não afastaram o uso de outros, consagrados por uso secular. Foram estes reduzidos à condição de dialetos, alguns transplantados e ainda vivos no sul brasileiro – como o *Hunsruckish Riograndenser* e o *Pommersh,* alemães , e o *Talian,* nas regiões de imigração italiana –, alvos do interesse de modernos linguistas das universidades alemãs e italianas, que seguidamente visitam a região para pesquisas. Em nível familiar, fala-se o polonês *Slowolinguistika* e o *Ükrainagabarít,* dialeto russo da Ucrânia (Itaiópolis).

Há entre os teutos e os ítalo-brasileiros, entretanto, o cultivo do *Hochdeutsch*, padrão culto alemão, e do italiano acadêmico, por estímulo dos modernos cursos universitários de línguas, porém, a população com mais de cinquenta anos só fala o alemão, não escreve, resultado da proibição decretada em 1942/1945, durante a Segunda Guerra Mundial, pela posição política do governo brasileiro, que se alinhou contra o eixo Alemanha/Japão/Itália.

Embora difícil e tormentosa a chegada dos imigrantes em Santa Catarina, os imigrantes alemães, italianos, poloneses e ucranianos foram gradativamente assimilados, depois da obrigatoriedade de frequentar escolas brasileiras e as associações culturais mistas, terminando o isolamento e evitando a existência dos chamados "quistos raciais". Em Santa Catarina, uma em cada três pessoas tem ascendência alemã, o que determinou a prevalência da construção em estilo enxaimel em cidades como Pomerode, Timbó, Jaraguá do Sul, Indaial, São Bento do Sul e, um pouco menos, em Blumenau e Joinville, onde o crescimento urbano determinou um

estilo que imita o modelo original, não valorizado por falta de autenticidade (Estudo do professor Udo Bauman 1986/1987).

A cultura original dos imigrantes é mantida pelos descendentes, que cultivam nas escolas e associações centros de dança folclórica, canto coral e grupos de instrumentistas populares e eruditos de qualidade inegável. A história dessa cultura musical está magnificamente exposta nos museus locais, especialmente o Museu da Família Colonial, constituído por três casas-museus (Blumenau), e o Museu de Instrumentos Musicais em Pomerode, ambos com exemplares magníficos, alguns ainda em uso, este último com *podium* para concertos e ensaios.

A manutenção da culinária, dos trabalhos artesanais em tecido bordados, calçados e trajes típicos, merece estudo constante que é feito pela Fundação Catarinense de Cultura.

ARQUITETURA

O primeiro grupo de edificações proposto para tombamento federal é composto por sete igrejas, de confissões luterana, católica e ortodoxa, todas merecendo a classificação por representarem formas autênticas do culto religioso dos imigrantes em sua origem:

> A igreja da comunidade evangélica de Ribeirão da Liberdade em Benedito Novo constitui um monumento em enxaimel – palavra de provável origem árabe (Houaiss, Aurélio, Caldas Aulete, Britânica) que designa arcabouço de madeira para conter a taipa, no caso, tijolos de barro. Imponente, a construção terminada em 1927 está situada em plano alto, constituindo, com o cemitério ao lado, um marco paisagístico de grande plasticidade. Algumas fotografias mostram intervenções que ocorreram entre 1980 e 2006. De notar-se a inscrição que recebe os fiéis: "*EIN FEST BURG IS UNSER GOTT*" (Um firme castelo é o nosso Deus);

> A Igreja de Santo Estanislau, em Itaiópolis, da comunidade católica polonesa Sociedade de Cristo. Construída em alvenaria autoportante, em forma de cruz, com nave central e duas sacristias, uma de cada lado. Com altura de quatorze metros, admiram-se as pinturas que sobem do chão às ogivas do teto em vários padrões e bela escala cromática, descritas minuciosamente no projeto, assim como os pisos hidráulicos. As pinturas murais associam padrões geométricos e florais e os vitrais, antes de vidro branco, hoje coloridos, são posteriores à construção. Admirável é o trabalho em madeira dos bancos do púlpito e das escadas que levam ao coro. Visível desde longe, antes da chegada ao Alto Paraguaçu, bairro de Itaiópolis, é um elemento dominante na paisagem e é considerada a mais importante igreja polonesa da América Latina;

> A Igreja São Pedro e São Paulo da comunidade ortodoxa ucraniana de Itaiópolis. Precioso exemplar de arquitetura bizantina em madeira, que foi cortada e serrada pelos paroquianos em 1931. Tem dezessete metros de comprimento, nove metros de largura, três cúpulas bizantinas, tendo a maior 21 metros de altura. Como em todas as igrejas ortodoxas, apresenta um *íkonostas* de madeira entalhada de grande qualidade artística, representando cenas da vida de Nossa Senhora e atos dos Apóstolos. A planta interna tem formato de cruz e a torre central é octogonal fechada, com cúpula que ocupa a parte central da construção. O conjunto, com o cemitério onde cruzes ostentam nomes ucranianos, forma com a paisagem envoltória um conjunto harmônico de beleza cênica indiscutível e deve constituir um fator a mais de valorização pela comunidade, em que algumas vozes apelam por uma igreja de alvenaria.

> A Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em Warnow Alto, da comunidade católica, teve sua construção aprovada em 1902, entretanto, iniciada apenas em 1924. Três módulos compõem o conjunto religioso: a capela em tijolos portantes aparentes que, com grande esmero, desenham cimalhas, vergas e pilastras. Acima do portal central, um nicho com a imagem da padroeira e, logo abaixo, uma cruz em tijolos mais escuros impressiona pela singeleza e beleza do detalhe; no fundo, a sacristia e, do lado posterior, o campanário em forma piramidal de madeira abriga um único sino.



Exemplar da arquitetura existente no Roteiro Nacional de Imigração, Timbó, Santa Catarina. Fonte: Acervo INRC/Iphan.

A capela surpreende por suas pinturas, que procuram reproduzir as pedras e o mármore das igrejas italianas. O imaginário popular revela-se na profusão de cores e, nos pilares torneados, lambrequins e guarda-corpos recortados. O entorno imediato que circunda a capela e a separa do ribeirão ao fundo compõe uma paisagem de plasticidade acolhedora. É considerada um exemplar único na tipologia, volumetria e técnica construtiva cuidadosa, aliada à sua incomparável pintura interna.

> A Igreja de São Gervásio e São Protásio, propriedade da Cúria Metropolitana de Urussanga, construída em 1912 com o auxílio dos irmãos Cancelier, exímios pedreiros e carpinteiros. Com nave central que termina em altar de arenito e dá à construção um ar rústico que se contrapõe ao grande requinte na sua composição estética e nos acabamentos, revelando a maestria de seus construtores. A igreja possuía painéis pintados com formas geométricas e florais, comuns nas igrejas de Indaial, Nova Trento e Rio dos Cedros, hoje cobertos por grossas camadas de tinta branca. Típica das igrejas italianas é a situação do campanário ao lado externo do corpo principal da construção religiosa. Localizada no núcleo de Rio Maior, entre Urussanga e Orleans, à beira da estrada SC-446, vale a pena assinalar que a estrada nova desconsiderou o caminho original e, atualmente, estão de costas a igreja de pedra e a torre sineira.

> A Igreja Luterana do Espírito Santo, situada em Garcia, no município de Blumenau, foi a primeira igreja da confissão em Santa Catarina e originou-se no primitivo galpão onde o Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau reunia os colonos para informações e acompanhamento de sua instalação. Em 1877, os luteranos inauguraram a igreja construída no alto de uma colina, em face do rio Itajaí e do centro histórico. É uma referência importante, vista de vários pontos da cidade. Atrás da igreja, o cemitério

com lápides que trazem gravados os nomes dos primeiros imigrantes chegados à cidade. O interior da igreja de madeira, octogonal em estilo neogótico, teve a torre como acréscimo para abrigar o sonoro sino, fabricado em Bochum (Alemanha) em 1873 e instalado em 1929. Os vitrais foram doados por diferentes famílias. Um órgão de refinada confecção faz parte do coro da igreja e pode ser ouvido durante as cerimônias religiosas.

> A igreja de São Judas Tadeu, situada no município de Vargem, pertence à Mitra Diocesana de Joaçaba. Não encontrei descrição no contexto dos impressos do tombamento.

CONJUNTOS RURAIS E PAISAGEM CULTURAL

Os conceitos de Paisagem Cultural e Itinerários Culturais se aproximam e se confundem, ocasionando estudos especiais no foro internacional – Comitês Científicos do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos). Assim, por exemplo, O Caminho de Santiago de Compostela, que atravessa regiões francesas e principalmente espanholas, com trecho português expressivo, inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, tem cerca de trezentos bens, entre igrejas, hospitais, capelas e pousadas; a Rota do Incenso, que sai da Arábia Pétrea (atual Jordânia), atravessa todo o Deserto de Neguev, em Israel, também a ser inscrita na Lista da Unesco, tem uma centena de marcos romanos e vários caravançarai (pousadas de caravanas) testemunhos dos nabateus, que comerciavam incenso desde a mais remota antiguidade e que, para tanto, domesticaram o camelo.

É objeto do Comitê Científico de Itinerários Culturais a necessidade de manter a especificidade de estudar estradas e caminhos, sempre detalhando a paisagem cultural a eles ligada, mas discute-se a meu ver inutilmente a independência entre um e outro tema.

Considera, entretanto, o procurador federal, na douta manifestação nos autos do processo, no item 53 do parecer jurídico, sobre a indicação das localidades de Testo Alto (Pomerode) e Rio da Luz (Jaraguá do Sul):

> *Em virtude da complexidade do tema que envolve paisagem cultural e pelo fato da minuta que visa regulamentá-la ainda se encontrar em exame, sugere-se que o reconhecimento da paisagem cultural proposto para os Núcleos Rurais de Testo Alto (Pomerode) e Rio da Luz (Jaraguá do Sul) somente seja apreciado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural quando o mesmo estiver devidamente regulamentado.*

Ora, como também em nível internacional aguarda-se a aprovação da Carta dos Itinerários Culturais, decido acompanhar o parecer jurídico na sua prudente observação, julgando que não serão os conjuntos em tela prejudicados, pelo fato dos bens que os compõem estarem contemplados em diferentes categorias no presente pedido de tombamento.

CONJUNTOS URBANOS

O Núcleo de Alto Paraguaçu situa-se no topo de uma colina do município de Itaiópolis, que pertenceu ao Paraná e cuja região foi palco da Guerra do Contestado. Durante as cruentas batalhas ali travadas, ocorreram os fatos ligados ao Milenarismo em nosso país, estudados sob o ponto de vista da sociologia da religião na notável tese de doutoramento *Os errantes do novo século*, do professor Duglas Teixeira Monteiro, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Paulo.

As três estradas que se encontram na Igreja de Santo Estanislau – as linhas Moema, Polônia e São João –, pela sua condição topográfica, permitem visualização da igreja a longa distância. Nesse belo conjunto urbano, destacam-se casas de madeira com varanda central e trabalhados lambrequins apresentando pinturas a estêncil. Dentre as casas, destacam-se as que agregam funções comerciais: Casa Pasternak, Andrezjewski e Polaski.

Destacam-se também residências de alvenaria, como as casas Bartiniak, Buba, Narloch, Piekzerka, e outras duas de madeira, atrás do cemitério – as casas Jankowski e Slonina. Como atração turística, a casa de comidas típicas de Dona Zenita, na residência Narloch. Funciona na rua principal o antigo moinho de farinha, ainda com peças legítimas trazidas da Alemanha e Polônia.

Vizinhas à igreja, as casas com dupla função – residencial e comercial – Schneider e Pasternak, bem como o Salão Paroquial, exemplo de *Art Déco* polonês tardio, que abriga peças antigas da igreja, livros, batinas com bordados em fios dourados. Em Moema e Iracema, funcionam cursos para formação de restauradores, cujo trabalho foi inserido no volume 5 deste dossiê.

Por representar o mais importante conjunto polonês da América do Sul, pela sua integridade e unidade, é pedido o tombamento desse singular núcleo urbano.

ARQUITETURA COMERCIAL

A seleção de bens com funções de comércio teve como principais critérios o caráter exemplar das tipologias, as soluções técnicas e estéticas, a condição de preservação dos imóveis e a relação com os conjuntos urbanos e rurais.

Essas construções exerceram papel fundamental no desenvolvimento urbano e nas relações sociais, pois acumulavam as funções de prestadoras de serviços de hospedagem e de microindústrias locais. Os mais destacados estabelecimentos de comércio em núcleos rurais à beira de estradas indicados para o tombamento federal assim localizam-se: três em Blumenau – casa Conrad (Haco), casa Zimdars e casa Husadel; duas em Pomerode – Comércio Haut e Comércio Weege; e, nos municípios de Itaiópolis, São Bento do Sul, Jaraguá do Sul e Vidal Ramos, respectivamente, as casas David Polaski, Neumann, Breithaupt e Stoltenberg.

A casa Haco em Blumenau é uma elegante construção em enxaimel, além de fazer parte de importante conjunto, com o Salão Social Primavera e a Maternidade, todos no bairro de Itoupava. Também em Blumenau, a Casa Husadel, de construção originalíssima, na rua principal da cidade, apresenta características de chalé rural na empena emoldurada por grandes beirais e balcões com precioso trabalho de madeira. Desde a sua construção, nela funciona a ótica da família que dá nome à casa e, pelo seu rico acabamento, exemplar único da arquitetura da imigração, é destinada a nobilitar a cidade e preservar um ofício ainda vivo: a ótica.

As construções comerciais Haut e Weege no bairro de Testo Rega, em Pomerode, precedem o sistema de comércio dos atuais *shopping centers*. Ambas são construções teuto-brasileiras em técnica enxaimel e marcam o início do caminho rural para Testo Alto, constituindo modelo para pontos de parada e abastecimento de variados produtos. A família Haut era produtora de queijos, nata e manteiga, mas a queijaria foi demolida. A edificação tem dois anexos: um em enxaimel ao fundo e outro em alvenaria rebocada, onde funcionava o açougue, hoje loja de roupas. O comércio Weege possui volumetria semelhante à de sua vizinha, tendo, porém, o pano frontal do telhado interrompido por duas fachadas simétricas. A parte que era moradia da família, com o crescimento da atividade comercial, teve todas as divisórias em enxaimel suprimidas. Ambas formam, nos cantos da praça onde se localizam, um esplêndido logradouro, com posicionamento estratégico característico das regiões de imigração.

A casa Polaski, praticamente abandonada, apresenta-se em mau estado, necessitando de restauro urgente, como desejado pela população de Itaiópolis.

A casa Neumann, em São Bento do Sul, é uma das construções mais significativas da região, em que diferentes funções foram se alternando a partir do uso familiar a que se destinou no início. Exemplar único de construção em alvenaria autoportante de tijolos aparentes trabalhados com esmero, o salão térreo abrigou a primeira sociedade rural de colonos alemães, conhecida como Boa Fortuna, fundada em 1881, com 24 associados. Utilizada atualmente como depósito, encontra-se em estado um pouco precário, porém, com a vistoria adequada

da Fundação Catarinense de Cultura (que com o Iphan tem exercido constante e competente atuação), más intervenções têm sido evitadas.

A casa depósito Breithaupt, em Jaraguá do Sul, é a maior construção em enxaimel existente em Santa Catarina. Construída em 1936, é hoje um supermercado. Apresenta detalhes em "X" nas peças diagonais, que também são visíveis em Guabiruba, na casa Ulrich, e também na casa Milda Krieser, em Indaial. O interesse em seu tombamento deve-se à excepcionalidade tipológica, volumétrica e construtiva.

O Conjunto Irmãos Stoltenberg, implantado no entroncamento das estradas de Botuverá, Vidal Ramos e Brusque, ocupa uma área onde está o comércio enxaimel e uma grande construção em madeira que era uma pousada para viajantes. A sede da empresa da família, que imigrou de Kiel, na Alemanha, tem o corpo do fundador enterrado sob frondosa araucária, que simboliza a força do imigrante contra a adversidade. A loja no térreo é encimada por pavimento onde se encontra um gabinete de dentista, em que um profissional atendia a população. No sótão estão guardados livros de registros, notas fiscais e outras anotações que podem revelar dados da evolução econômica da população local.

ARQUITETURA REACREATIVA E INSTITUCIONAL

Apontam os autores do projeto de tombamento a importância das instituições dessa ordem, propondo o tombamento de dois exemplares: o Salão Primavera, em Blumenau, e especialmente o Salão Hammermeister, em Timbó.

A Maternidade da Beneficência Misericde Blumenau, por ter sofrido importantes modificações na sua estrutura, segundo os autores, só deve ser inscrita no Livro do Tombo Histórico, enquanto as outras duas devem ser tombadas também no Livro das Belas Artes. Existem na região estudada numerosos bens de arquitetura recreativa e institucional, tais como clubes de tiro e caça, que necessitam estudos mais detalhados para inscrição nos Livros do Tombo.

ARQUITETURA ESCOLAR

Dois prédios são propostos nesse item, que foi característico na implantação das colônias de imigrantes: a antiga Escola n. 1, em Blumenau, e a Escola e Casa do Professor, em Timbó. São os mais característicos, entre quase uma centena de outros construídos para fins educativos da imigração alemã, pois, entre os imigrantes italianos e poloneses, as escolas funcionavam ao lado da igreja católica e as dos ucranianos, em salas ou sacristias das igrejas ortodoxas.

A antiga Escola n. 1 foi construída em 1870, em tijolos aparentes com estruturas horizontais duplas e telhas originais, ambos os detalhes raramente encontrados. Foi restaurada entre 1992/2001, pela Fundação Cultural. Abriga hoje um museu-escola, infelizmente sem bens móveis que representem o modelo escolar seguido. Seu tombamento é proposto por ser o mais importante edifício escolar da área.

Situado na rua Pomeranos, do município de Timbó, os edifícios da Escola e Casa do Professor, também chamada Nardelli, foram construídos no início do século XX, tratando-se de uma elaborada construção que demonstra a importância dada à educação para manutenção dos costumes e da língua de indivíduos afastados de seu país de origem. As construções são elevadas do solo por embasamento de tijolos e colocadas no centro urbano de Timbó, que pelo posicionamento forma um conjunto de excepcional valor estético. Numerosas são as escolas rurais que perderam seu valor arquitetônico por alterações essenciais. O tombamento dessas que mantêm a integridade é simbólico para toda a região.



Ponte de Madeira de Warnow, Santa Catarina. Fonte: Acervo Iphan.

OBRAS DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA

Os autores apresentam, como padrão dessa modalidade, a Ponte de Madeira de Warnow e a Estação Ferroviária de Joinville. As pontes cobertas dos vales de Santa Catarina eram comuns e completavam o transporte nas estradas, especialmente do Vale do Itajaí. O exemplar em estudo compõe de maneira singular a paisagem da estrada do rio Itajaí-açu e do seu afluente, o rio Warnow. A estrutura em treliça e notável e única, parte das bases laterais do arrimo de pedra, servindo de contenção e guarda-corpo. Engenhoso, o sistema de apoio vem descrito no volume 2 do já elogiado projeto.

A estação ferroviária de Joinville, que conserva originalidade e excepcionalidade, exigidas para tombamento federal, enriquecerá sem dúvida a memória da técnica construtiva de imigrantes no Sul do país.

ARQUITETURA RESIDENCIAL E PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS

Dos 63 bens selecionados para tombamento, 36 são residências que conservam, na sua arquitetura vernacular, talvez a forma mais expressiva do patrimônio cultural do imigrante. Pequenas casinhas construídas ao longo dos caminhos, estradas e trilhas, tendo ao lado os barracões (ranchos), configuram a ocupação linear e situação dentro do lote, representando a harmonia entre construções e a paisagem natural de pequenos vales, riachos e vegetação cuidadosamente tratada.

Dos setecentos bens apresentados, procurou-se delimitar, ao longo dos vinte anos de pesquisa e seleção, o universo especial que as 36 construções representam: uma edificação em Ascurra, quatro casas em Blumenau,

quatro em Indaial, duas em Jaraguá do Sul, três em Joinville, a casa de Bratti em Nova Veneza, a casa Barzan em Orleans, dez casas em Pomerode, três em São Bento do Sul, cinco em Timbó e duas em Urussanga.

Para as casas em enxaimel da colônia alemã – existentes em bom estado em Pomerode, Timbó, Indaial –, e as casas de alvenaria e madeira de poloneses ucranianos e, principalmente, italianos, que associavam quase sempre a pedra, às suas construções, o instituto do tombamento representa a garantia de preservação, pela assistência e manutenção.

Visitando a região em quatro ocasiões diferentes, entre 1991/1993, e recentemente no mês de agosto, constatei que os moradores proprietários reconhecem, no Iphan e seus técnicos, os protetores de seu patrimônio ameaçado, não por fragilidade inerente à técnica construtiva, mas por apelos da "mídia", sempre a proclamar melhorias em nome de uma pretensa modernização portadora de conforto urbano utópico.

Conversei com proprietários das casas Duwe, Lumke e Hardt, no interior de sua casas cuidadas e decoradas com artesanato de manufatura própria e, no sítio Tribess, com esplêndidos dançarinos alemães e poloneses, cantores italianos e jovens ucranianas de impressionante beleza e delicadeza de gestos.

Em Pomerode, com colegas do Iphan, visitamos os comércios Haut e Weege. Fazia frio e no campo sentia-se a atmosfera dos descendentes, acostumados ao clima, preocupados em nos oferecer abrigo à beira do fogão de lenha, que em seus países constitui o centro da casa.

O detalhado estudo de todos os imóveis residenciais apresentado no projeto torna desnecessária, por parte desta relatoria, a função repetitiva de descrevê-los novamente. Afirmo que a leitura atenta do capítulo da arquitetura da técnica construtiva, dos materiais empregados nas diferentes áreas de Santa Catarina, cria expectativa de que os técnicos do Iphan envolvidos durante o longo período de estudo podem e devem publicar livros que, enriquecidos com as imagens fotográficas, serão o guia referencial máximo da região.

Verdadeiro dicionário, indispensável para a preservação e restauro dos imóveis e manutenção contínua da fonte afetiva dos descendentes que vivem na área, todos afeiçoados pela alta ideia que os especialistas desenvolveram com eles e para suas famílias. Essencial para evitar a destruição que ameaça oferecendo ilusórias "melhorias" é conhecer, amar e cultuar a memória edificada de nossa história pretérita.

CONCLUSÃO

Analisados os autos, concluo neste relatório que: pelo mérito indiscutível, da pesquisa de campo e da doutrina, pela devoção demonstrada na incansável jornada de longos vinte anos, os Roteiros da Imigração em Santa Catarina devem ser inscritos nos Livros do Tombo Histórico, todos os apresentados, no Livro das Belas Artes, as igrejas e as residências emblemáticas de cada etnia, as casas do comércio e as de recreação, os museus e as escolas, as pontes sobre os rios, inscrevendo a paisagem circundante como elemento notável nos termos da legislação que primeiro criou em todas as Américas, em 1937, as primorosas normas que garantem a salvaguarda dos testemunhos do trabalho humano em todas as épocas.

Peço e recomendo a este Conselho Consultivo a inscrição dos bens apresentados nos Livros do Tombo da nação.

NOTA DOS ORGANIZADORES

Em dezembro/2007, durante a 55ª Reunião do Conselho Consultivo, aprovou-se o tombamento de 42 dos 63 bens que compunham o processo. Na reunião de maio/2011, a conselheira Rosina Parchen encaminhou o tombamento de outros vinte bens e, durante a reunião de setembro/2014, o processo foi finalmente concluído, com a aprovação de mais um bem, conforme parecer do conselheiro Eugênio Ávila Lins. Tais documentos estão transcritos nas respectivas atas das reuniões, disponíveis no *site* do Iphan.


BOLSA OFFICIAL
DE CAFE

XI. São Paulo

Santos – SP | 2006

Edifício da Bolsa Oficial do Café

PROCESSO: 1.514-T-03
RELATOR: ÍTALO CAMPOFIORITO
REUNIÃO DO CONSELHO: SANTOS, 7 DE DEZEMBRO DE 2006

É uma oportunidade especialmente vantajosa esta de pensar o tombamento da Bolsa de Santos, no interior do próprio bojo do imóvel em pauta. Desvantagem ocorreria se houvesse constrangimento em discuti-lo diante da comunidade mobilizada pelo evento e cuja admiração orgulhosa pelo prédio, por seu porte e representatividade, é coisa firmada e indisfarçável. Mas, à vantagem de estar o Conselho, além das palavras deste parecer, a ver a construção original – por fora e por dentro – e suas linguagens e expressões plásticas, estilísticas e mitológicas, a esta vantagem óbvia, repito, junta-se a expectativa de um valor cultural já reconhecido pelos tombamentos estadual (Condephaat, 1981) e municipal (Condepasa, 1991).

E mais ainda: o presente processo de tombamento foi iniciado pela Associação de Amigos do Museu dos Cafés do Brasil, com justificativa farta, objetiva e convincente, assinada pelos arquitetos Gino Caldatto Barbosa e Jaqueline F. Alves, coautores com três outros especialistas, do admirável livro O Palácio do Café, que eu não conhecia quando estudei o processo, mas que hoje, ao alcance de todos nós, respalda definitivamente as credenciais históricas e artísticas do edifício cujo espaço principal é o Salão do Pregão, lugar deste encontro.

O tombamento em âmbito nacional é pedido – com clara e firme aquiescência da 9ª Superintendência Regional e da Diretoria do então Departamento de Proteção – invocando a "imponência arquitetônica", a notável localização urbana e o caráter simbólico que a sua linguagem arquitetural confere a este Palácio da Bolsa de Santos. Perdoem-me, agora, uma curta digressão: lembro que era comum falar na Itália e na França, ao consolidar-se a história dos sucessivos períodos neoclássicos (incluindo-se, naturalmente, o Maneirismo e o Barroco que, a seu modo, celebravam a antiguidade), falar-se, eu dizia, em *"architectureparlante"*. Tal hipótese, bem posterior ao "Renascimento" de Florença e Roma, referia-se à dimensão semântica, ou existencial, das edificações e vinha juntar-se à dimensão sintática das relações puramente formais, às quais se deviam a proporção e a harmonia, responsáveis pela beleza artística. São ideias como essas que alimentam a erudição de dois séculos de academias, quando, à imagem da École des Beaux-Arts, de Paris, formavam-se os profissionais e engendravam-se os estilos que, em parte, resultariam no ecletismo dominante em toda a Europa do século XIX e nas culturas subsidiárias

Edifício da Bolsa Oficial do Café, Santos. Foto: Acervo Iphan.

e retardatárias das Américas – como no caso de hoje, neste típico, eloquente e vigoroso exemplo da Bolsa de Santos e Museu do Café.

Permiti-me voltar a tais pressupostos teóricos por duas razões:

> a justificativa inicial garante a este processo uma respeitável informação histórica e socioeconômica sobre o Brasil, país do café, e quanto às modificações e modernizações da sociedade brasileira até o *zenith* da opulência burguesa do café, no início do século XX, com um último surto de riqueza após a Grande Guerra de 1914-1918, quando justamente foi construída e funcionou a Bolsa, até "o desenlace fatal" do Craque de Nova York em 1929;

> a oportunidade, já referida, de os companheiros do Conselho terem a possibilidade de ver e avaliar diretamente a arquitetura em questão parece eximir-me de mais detalhadas descrições do edifício, repetidamente qualificado ao longo do processo como "eclético" e "monumental".

Ora, não havendo para mim dúvida alguma de que o bem cultural Bolsa de Santos é monumento impressionante, de valor histórico nacional evidente, restaria reconhecer-lhe, ou não, valor artístico para inscrição no Livro das Belas Artes. Mais uma pequena digressão, desta vez mais intimamente ligada à vida do Iphan. Quero referir-me, embora rápida e superficialmente, à querela que opõe a preferência de tantos técnicos jovens da Universidade e do Iphan à opinião dominante nesta Casa, até a década de 1970, contra qualquer valorização artística da arquitetura agora chamada geralmente de eclética e severamente definida por Lucio Costa, no texto *Problema mal posto* (19 de novembro de 1972), como constituída de produtos marginais à linha da "evolução arquitetônica verdadeira" e, como tais – "não obstante o seu apuro acadêmico" – artificiosas manifestações de falsa arquitetura, pejorativamente tachada como *beaux-arts*. Nesta manifestação tão importante, da qual fiz citação inevitavelmente truncada, falava a voz da "arquitetura moderna brasileira", como já tinham atacado, e com virulência, o ecletismo arquitetônico de Paris, entre outros grandes nomes, Victor Hugo, Delacroix, Théophille Gauthier e Renan. Como teriam dito, a seu tempo, Erwin Panofsky, Lionello Venturi, Ernst Gombrich e, até mesmo, o proteico e sempre *up to date* Giulio Carlo Argan, antes de 1980. Porque com a profecia do "neo-ecletismo-radical" de Philip Johnson, os projetos "complexo-contraditórios" de Robert Venturi e a Bienal de Veneza "Presença da História", em 1980, uma nova crítica, com Kenneth Frampton e Portoghesi, soprou sobre uma geração – pelo menos no Brasil – academicamente despreparada em matéria de história. Digamos que o dogmatismo e até o sentido imediato do pós-moderno tenham arrefecido, ou que, por culpa mesmo do que se desejava decorativo e maneirista, a arquitetura que ganhou aquele nome tenha passado de moda. Ou, ainda, como penso eu, que a boa arquitetura supere os rótulos, pretextos e sobretudo as classificações coletivas que mascaram a sua inexorável insularidade. De qualquer forma, há que lembrar mais uma vez que Lucio Costa – quanto aos remanescentes da avenida Central/avenida Rio Branco – não poupou respeito pelo Teatro Municipal, ou pelo «belo prédio da Caixa de Amortização», pelo «magnífico edifício da antiga Escola Nacional de Belas Artes», ou pela composição impecável do Derby Club. Enquanto, na mesma ocasião, menosprezava o Palácio Monroe (cuja fundamental presença urbana não teve a generosidade de preservar...) e o Palácio Pedro Ernesto, a "Gaiola de Ouro do Couchet". Por fim, neste meu estudo à *vol d'oiseau,* recorro ao professor Paulo Santos, reintrodutor erudito do Ecletismo em nossa história, quando diz claramente, no prefácio do *Álbum da avenida Central,* de Marc Ferrez (1983): "Alguns edifícios da avenida Central merecem referências particulares. A maioria, no seu descomedimento estilístico, não justifica destaque especial como arquitetura".

Impõe-se ao Iphan, penso eu, o estudo da história e reavaliação da arquitetura do Ecletismo novecentista no Brasil. Confesso que me surpreendeu a qualidade deste Palácio da Bolsa de Santos. De longe, vendo no processo a imagem do peristilo que dá acesso ao pregão, julguei que era arquitetura muito menor, ainda que popularmente integrada ao cotidiano da rua XV de Novembro. Depois, já a vista vertiginosa da Torre do Relógio a subir pela *loggia* que abre para a Frei Gaspar, permitiu-me a intuição favorável que vim confirmar *in loco.* A composição

geral e sua nobre compostura, o rosto principal do prédio voltado para o porto, o granito tão delicado quanto forte em sábia estereotomia – tudo, de fato, confere com as referências do livro ao embasamento rusticado, como o inventara Bramante e os séculos o foram trazendo; tudo permite exaltar a "ordem clássica" e o discurso racional-humanista alcançado pelos arquitetos (que é preciso identificar com mais certeza) da Companhia Construtora de Santos, dirigida por Roberto Cochrane Simonsen. O prédio foi projetado e construído entre 1920 e 1922. Antes de conhecer o livro, pareceu-me distinguir traços de Borromini (1599-1667) a acentuar o Barroquismo, que é a tendência mais natural do Eclético, quando mais inventivo e desembaraçado. Surpreendeu-me, então, a concordância de Gino Caldatto, durante a visita há quinze dias, porque ainda não lera em seu livro "a torre borrominesca" (p.81). Para comemorar aquele momento, junto imagens da Torre de Sant'Andrea delle Frate de Francesco Borromini (1665) e do *campanile* de Anselmo Lurago (1775) para a Igreja de São Nicolau, em Praga, como a pontuar a disseminação barroca pela Bavária, até a longínqua Boêmia. Peço que incluam neste relatório toda a análise "morfo-iconológica" descrita no livro, para os estudos de Ecletismo aqui preconizados.

Proponho que o entorno conveniente à proteção do imóvel em pauta siga a delimitação desejada pela Superintendência. E, também, que se incluam na preservação os bens móveis e integrados, a saber: o mobiliário deste Salão e os três painéis pintados por Benedito Calixto – simples e despojados de retórica acadêmica –, bem como o vitral tão típico e luminoso. Devem-se ainda juntar as estátuas mitológicas e decorativas, tanto as dispostas sobre a robusta cornija do peristilo circular quanto as empoleiradas no alto belvedere da torre, como se acentuassem com suas falas – da agricultura, do comércio, da indústria e da navegação – as fortes linhas côncavas que supomos oriundas da Roma seiscentista.

A estes comentários e às ilustrações hipotéticas de tão ilustres ancestrais, junto o meu parecer final de tombamento, sugerindo em caso de aprovação a inscrição do Palácio do Café, antiga Bolsa de Santos, nos Livros do Tombo Histórico e das Belas Artes.

Santos, 7 de dezembro de 2006.



São Paulo – SP | 2007

Sede do Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi, ou Casa de Vidro

PROCESSO: 1.511-T-03

RELATOR: PAULO ORMINDO DE AZEVEDO

REUNIÃO DO CONSELHO: RECIFE, 9 DE FEVEREIRO DE 2007

RELATÓRIO

O tombamento pelo Iphan da residência de Lina Bo e Pietro Maria Bardi esteve desde o princÍpio envolvido em polêmicas, como a própria atuação em vida dos autores e proprietários do imóvel. Em 23 de junho de 1981, em carta dirigida ao presidente do Condephaat, doutor Modesto Carvalhosa, Lina Bo Bardi afirma: "queria muito, muito que a casa fosse tombada". A chamada Casa de Vidro (1950-1951) foi tombada por unanimidade do Conselho do Condephaat em 1986. Satisfeito esse desejo, o casal cria o Instituto Quadrante (1990), "sociedade sem fins lucrativos, destinada à divulgação da história da arte e da arquitetura", depois denominado Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi, em homenagem a seus fundadores. Após a morte de Lina Bo Bardi, em 1992, seu marido e único herdeiro doa ao mesmo instituto, para servir de sua sede, a residência situada no centro dos lotes 5 e 6 da quadra 8 do Jardim Morumbi, na cidade de São Paulo, com área de 4.725 m². Doa também, no mesmo ato, o lote contíguo, de n. 4, com 2 mil m², conforme documentos transcritos neste processo. O documento esclarece que o referido instituto foi constituído com capital inicial de R$ 4,5 milhões em dinheiro, títulos e valores mobiliários, com encargos de manter a casa o doador e sua cunhada, enquanto vivessem. Em carta datada de 29 de outubro de 1985, dirigida ao presidente do Condephaat, Pietro Maria Bardi afirma:

> *Permita-me completar a ideia de minha esposa, Lina, relativa à possibilidade de destinar nossa casa e objetos de arte a uma fundação que possa transformá-la num curioso exemplo de moradia de emigrados, os quais contribuíram para a divulgação das artes no Brasil, tanto no setor da arquitetura (...), como no setor museográfico (...), no campo jornalístico (...) e no editorial. Penso que a Casa do Morumbi, uma vez restaurada, às nossas custas, com seu jardim-florestal, poderia ser ambientada com uma série de obras de arte de um certo valor, para um dia ser visitada por um público interessado em conhecer um trecho da história da renovação da museografia nacional.*

Casa de Vidro, São Paulo. Foto: Acervo Iphan.



Casa de Vidro, São Paulo. Foto: Acervo Iphan.

O tombamento pelo Iphan foi solicitado após a morte dos proprietários por um colaborador da arquiteta, André Vainer, ex-conselheiro do Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi. Instaurado o processo n. 1.511-T-03 na 9ª SR do Iphan, foi o mesmo relatado pelo arquiteto Marcus J. Carrilho, que, ao invés de caracterizar o bem a ser tombado e avaliar o mérito de uma das mais importantes realizações da arquitetura modernista brasileira, faz comentários não de todo elogiosos ao projeto. Lina, em um dos desenhos, descreve a casa como uma grande área coberta em estrutura de ferro e vidro, forrada com placas moduladas. "*II resto con natura in vista*", ou seja, "o restante com texturas naturais à vista". Um equívoco na tradução desta frase conduziria a apreciações inexatas, repetidas pelos demais pareceristas:

> *A impressão (de evocar as formas primordiais da habitação) se acentua com a referência à "*natura in vista*", a sugerir uma maneira franca e desprevenida de relacionar o edifício com a vegetação e a paisagem (...) A possibilidade de conter todas as dependências sob um único volume, com jardins internos, ou o contraponto entre o volume principal, em contraste com uma ala de desenvolvimento linear, deu lugar a uma solução intermediária, na qual não se afirma nem uma nem outra alternativa. Tal solução, aliás, apresenta em alguns de seus aspectos um resultado paradoxal, se considerado o propósito inicial de franca integração do edifício com a paisagem. Toda a ala correspondente aos quartos ficou confinada em um pátio de dimensões reduzidas, privada de amplas vistas que se oferecem às três faces principais do terreno (...) Finalmente, chama a atenção a solução um pouco acanhada do acesso principal da residência (...) Trata-se de sua primeira obra construída. Nessa circunstância, é razoável supor que as respostas técnicas a determinados problemas construtivos ainda não fossem de seu inteiro domínio.*



Casa de Vidro, São Paulo. Foto: Acervo Iphan.

Ora, ou se aceita a obra como a concebeu o artista, ou se rejeita como um todo. Mas o arquiteto reconhece que "o sítio escolhido não deixa dúvidas que a presença da paisagem é tema fundamental dessa residência". E que "se a matriz espacial teve origem no ascetismo radical das tendências mais depuradas do Movimento Moderno, no ambiente em que se implantou tal rigor parece ter sido contaminado por um incontrolável componente local (...)". Constata ainda que a casa despertou na época e continua a despertar na atualidade o interesse de importantes revistas especializadas, nacionais e internacionais. "Porém, mais que o respeito adquirido no exterior, passados cinquenta anos, portanto com o devido distanciamento, é chegada a hora de reconhecer oficialmente o seu valor pelo tombamento".

Instada a se pronunciar, a Profer/Iphan se manifesta em 1º de dezembro de 2003 solicitando esclarecimentos sobre: 1) proprietário do bem; 2) quais valores deveriam fundamentar o tombamento; 3) se os bens móveis deveriam integrar o tombamento; 4) se o tombamento do imóvel envolveria o terreno, conforme a escritura; 5) qual o perímetro do entorno. O coordenador técnico de Proteção do Depam, arquiteto José Leme Galvão Jr., responde em parte aos quesitos no Memorando 203/03, de 1º de dezembro de 2003. Citando o arquiteto Marcus Carrilho, afirma ser o imóvel de interesse não só arquitetônico como paisagístico. Em uma ficha assinada pelo mesmo, de igual data, afirma ser a Casa de Vidro, e seu terreno de 6.713,61 m² (lotes 4-6), de interesse arquitetônico e paisagístico. Não faz referência aos bens móveis e exclui do tombamento construções menores, como garagem, escritório e casa de serviço. O entorno seria o mesmo definido pelo Condephaat. Três páginas adiante no mesmo processo, existe uma segunda ficha com o mesmo autógrafo e data que contradiz a anterior, incluindo no tombamento as construções menores e "os bens móveis e integrados, vinculados ao projeto e ao uso da família Bo Bardi". E é com base nesta última que a procuradora do Iphan, doutora Sista Sousa dos Santos, em despacho de 23 de dezembro de 2003, solicita que seja feito o inventário dos bens móveis.

O processo é então paralisado. Em 4 de novembro de 2004, o arquiteto José Leme Galvão Jr. esclarece, em anotação manual, que havia uma divergência entre a 9ª SR e o diretor do Depam, Maurício Chagas, sobre se os bens móveis deveriam entrar ou não no tombamento. Mais uma vez, ele muda de posição e concorda com a 9ª SR no sentido de que os bens móveis não deveriam ser incluídos, inclusive para destravar o processo. Nova paralisação, e o processo é encaminhado ao Geprot e Depam no início de abril de 2006. Fica evidente que tais paralisações se devem à dificuldade de realização do inventário da coleção de arte do casal Bardi. Nessa oportunidade, a gerente de Proteção do Depam, arquiteta Jurema Arnaut, designa o arquiteto Luiz Fernando Franco para relatá-lo. Seu parecer extenso e erudito, datado de 25 de outubro de 2006, é, contudo, pouco conclusivo: "Por outro lado, afastada qualquer analogia com a versão vernácula da casa rural brasileira (sugerida por parecerista do Condephaat), sua singularidade estaria na modernidade da relação com o ambiente e na inserção na paisagem". Depois de considerações sobre arquitetura como obra de arte e arquitetura como simples abrigo utilitário, enfatiza "as dificuldades conceituais que levanta um tombamento de residência no Livro das Belas Artes". Sobre o caráter assumidamente polêmico da residência de Lina Bo, pergunta:

> *No final do processo, não seria polêmica, ainda, no contraste gritante entre, de um lado, a assepsia cristalina do organismo arquitetônico que concebeu e realizou e, de outro, a coleção heteróclita e multitudinária, quase regressiva, dos objetos que a povoam? À vista de alguns destes, vem à mente a função que Adorno atribuiu ao kitsch junto com a razão pela qual este atrai para si tanta hostilidade. É que "sua mentira não se limita a fingir a realidade", é também porque "cochila em público o segredo da arte e alguma coisa acerca da finalidade da cultura com os selvagens". O que pode deixar entreaberta a possibilidade de uma próxima transcrição da Casa de Vidro no Livro Etnográfico.*

Encaminhando o processo ao diretor do Depam, a Arq. Arquiteta Jurema Arnaut procura sintetizar tudo o que foi dito sobre este tombamento e conclui que o registro do tombamento deve ser feito no Livro das Belas Artes, como propõe Luiz Fernando Franco, e restrito à Casa de Vidro, pois as demais construções "se enquadrariam na categoria metafórica de Paul Valèry dos 'edifícios mudos' porque foram projetados e construídos para atender a 'necessidades imediatas' de seus moradores". Contrariando todos os pareceristas anteriores, não vê valor paisagístico no imóvel. "Trata-se de um jardim doméstico, crescido, aparentemente, sem intenção que não fosse a de ser deixado livre para que aos poucos pudesse ser recomposta uma paisagem 'natural', como a preexistente à ocupação da área". Concorda mais uma vez, com o arquiteto Luiz Fernando Franco, que os bens móveis poderão no futuro, quando estiver concluído o inventário que vem sendo realizado pela Fundação Lina Bo e Pietro Bardi, ser inscritos no Livro do Tombo, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Confirma, por outro lado, o entorno definido pelo Condephaat, para concluir:

> *Do nosso ponto de vista, os critérios de conservação dessa área, nos termos do artigo 18, do Decreto-Lei n. 25/1937, deverão resguardar as relações da casa e o "mato". Feito assim, não haverá o que opor à construção de uma área para biblioteca e auditório, como prevista no tombamento estadual realizado em 1º de setembro de 1986 pelo Condephaat.*

O processo foi então encaminhado à Procuradoria Jurídica, que em parecer n. 02/2007-PF/IPHAN/AF de 26 de janeiro do corrente o considera perfeitamente instruído para seu encaminhamento a este Conselho.

O VOTO

Vale ressaltar que o presente tombamento deve ser entendido menos como uma medida acautelatória de preservação da Casa de Vidro que de reconhecimento nacional da sua importância cultural, já que o imóvel se encontra tombado em maior extensão e inclusão, desde 1986, pelo Condephaat. Este fato levanta a questão, antiga, da superposição de dois tombamentos e possível sombreamento de um deles, com o agravante, neste caso, do recorte proposto no tombamento federal ser mais restrito que o estadual. Recorde-se que a declaração de Patrimônio da Humanidade de um monumento nacional pela Unesco está condicionada a compromissos da nação no que se refere à sua conservação e gestão.

Causa no mínimo estranheza que a doação feita do imóvel, há quinze anos, não tenha até hoje sido registrada em cartório de imóveis e que a coleção de arte do matrimônio Bardi, razão da criação da Fundação que leva seu nome, não apareça nos relatórios e fotos tomadas desde que se iniciou este processo. "A existência de um acervo de obras de arte, de mobiliário, de *design*, de objetos que são parte da vida da casa" foi um dos motivos do tombamento estadual. Ao invés de coleção de arte, as vistorias e fotos recentes retratam apenas "uma vasta e extravagante população de objetos (...), ou "a coleção heteróclita e multitudinária, quase regressiva, dos objetos que a povoam". Estranhável também que, contrariando o disposto na escritura de doação do imóvel, a casa não fosse desocupada em prazo de 120 dias após a morte do doador e continue sendo usada, Deus sabe até quando, como residência da senhora Graziella Bo Valentinetti, sua cunhada. É explicito o desejo de Pietro Maria Bardi de sua transformação em um centro cultural:

> *Penso que a casa, uma vez restaurada, às nossas custas, com seu jardim-florestal, poderia ser ambientada com uma série de obras de arte de certo valor, para um dia ser visitada por um público interessado em conhecer um trecho da história da renovação da museografia nacional.*

Uma casa não é um objeto móvel e não pode ser desvinculada do terreno em que se ajusta e legalmente se integra. Especialmente neste caso em que a casa mantém uma estreita relação com seu "jardim-florestal". Não fosse pela paisagem, sua autora não faria uma Casa de Vidro. Concordo, portanto, com todos os pareceristas, à exceção da arquiteta Jurema Arnaut, que "o sítio escolhido não deixa dúvidas que a presença da paisagem é tema fundamental dessa residência". O Lote 4 desse mesmo loteamento, aparentemente adquirido posteriormente, poderia sim integrar o entorno do bem tombado e portanto serem no mesmo construídos a biblioteca e o auditório anunciados.

Sou também favorável a que o tombamento inclua os bens móveis que atestam a riqueza e diversidade dos interesses artísticos do casal. Dadas as circunstâncias de ocupação do móvel e a impossibilidade de realização de um inventário isento do acervo de um dos maiores colecionadores de arte do país, sugiro que se faça de imediato uma documentação exaustiva de todos os ambientes da casa e suas dependências, registrando os objetos existentes.

Pelas razões expostas, recomendo que se inscreva o imóvel pertencente ao casal Bardi, incluindo a Casa de Vidro e seu jardim (lotes 5 e 6 da quadra 8 do Loteamento Morumbi), com 4.725 m², e o acervo de obras de arte, de mobiliário, de *design* e de objetos, que são parte da vida da casa, no Livro do Tombo das Belas Artes e, ao mesmo tempo, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. O perímetro de entorno do bem tombado deve ser o mesmo definido pelo tombamento do Condephaat, como todos concordam.

Recife, 9 de fevereiro de 2007.



São Paulo – SP | 2010

Teatro Oficina

PROCESSO: 1.515-T-04
RELATOR: JUREMA DE SOUSA MACHADO
REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 24 DE JUNHO DE 2010

Trata-se de processo de tombamento de edifício teatral, sede do Grupo Teatro Oficina, situado à rua Jaceguay, 520, em frente ao viaduto Júlio de Mesquita Filho (Minhocão), no Bairro Bela Vista – o Bexiga –, em São Paulo.

O edifício em questão, de 9 x 50 m (450 m²), ocupando todo o terreno, tem projeto concebido entre 1982 e 1983 pelos arquitetos Lina Bo Bardi e Edson Elito, executado a partir de 1986. De um dos lados do Oficina encontra-se um prédio de escritórios e, do outro, terreno vazio correspondente a quase metade da quadra, utilizado como estacionamento, de propriedade do Grupo Silvio Santos Participações SC Ltda., resultante da demolição de uma série de pequenas edificações.

O processo é instruído por elementos suficientes para que se possa alcançar a dimensão e a complexidade do objeto proposto para tombamento. Opto, de início, por apenas relacionar sucintamente essa documentação, com o intuito de assegurar aos conselheiros a sua suficiência e adequação.

Sobre os pareceres técnicos nele contidos, contrários e favoráveis ao tombamento, ou contrários e favoráveis ao registro do Teatro Oficina como patrimônio imaterial, irei discuti-los ao longo da descrição do bem e da avaliação sobre a pertinência do tombamento ou do registro.

Passo, então, apenas a enunciar o conteúdo do dossiê:

> O processo tem início em ofício do diretor do Teatro Oficina, José Celso Martinez Corrêa, de março de 2003, em que solicita "o tombamento federal do Teatro Oficina e seu entorno, como obra de arte urbana".

> Segue documentação da 12ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, relativa ao Agravo de Instrumento interposto pelo Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi, sendo requerido o Grupo Silvio Santos Participações SC Ltda. e a Fazenda Pública de São Paulo. O Agravo solicita o cancelamento da aprovação, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do

Teatro Oficina, São Paulo. Foto: Acervo Iphan.

Estado de São Paulo (Condephaat), de construção de edifício de autoria do arquiteto Júlio Neves, pretendida pelo Grupo Silvio Santos, alegando que o tombamento estadual do imóvel condiciona a construção a uma distância de trezentos metros do edifício tombado. O recurso é negadopor unanimidade dos desembargadores no final de 2002.

> Segue parecer técnico do arquiteto Vítor Hugo Mori, da 9ª SR do Iphan, de 1° de dezembro de 2003, contrário ao tombamento federal.

> Em fevereiro de 2004, o processo é formalmente aberto sob o número 1.515-T-04.

> São acrescidos novos documentos ao processo, reiterações do autor da solicitação inicial, inclusive trazendo dados sobre novo projeto proposto pelo Grupo Silvio Santos para edifício a ser construído nos lotes contíguos, desta vez de autoria dos arquitetos Francisco Fanucci, Marcelo Ferraz e Marcelo Suzuki.

> Segue parecer técnico de Claudia Marina Vasques, do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan, contrário ao registro e argumentando pela rediscussão do tema e consideração de aplicação de instrumento – no caso, o tombamento – que possa ter efeito de proteção sobre a materialidade do bem.

> Segue deferimento de liminar por Juíza da 3ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, datado de 15 de janeiro de 2007, suspendendo os efeitos da aprovação pelo Condephaat de construção nos imóveis vizinhos ao Teatro Oficina, de modo a propiciar o contraditório.

> Segue informação, de 13 de julho de 2006, da concessão de permissão de uso do imóvel do Teatro Oficina, por 99 anos, dada pelo estado de São Paulo à Associação Uzyna Uzona, mantenedora do teatro. A permissão é confirmada pelo Legislativo estadual em 2007.

> Após novas reiterações, abre-se o 2° volume do processo, com parecer técnico de José Antônio Duque Estrada, do Depam, de fevereiro de 2008, manifestando-se favorável ao registro do Teatro Oficina como patrimônio imaterial.

> A gerente de Proteção do Depam, Jurema Arnaut, encaminha o parecer mencionado ao diretor do Depam, sugerindo o arquivamento do processo e sua reanálise pelo DPI, com vistas ao registro.

> Seguem reiterações do proponente, inclusive com novos elementos relativos ao uso que considera adequado ao seu entorno, ou seja, projeto de equipamento cultural de ampla utilização pública, a que denomina Teatro de Estádio. Dentre esses novos elementos, figuram pareceres em defesa da proteção do teatro e da utilização pública dos terrenos contíguos, de autoria do geógrafo Aziz Ab Saber, do músico José Miguel Wisnik e do arquiteto Guilherme Wisnik.

> Segue parecer do diretor do Depam, Dalmo Vieira Filho, favorável ao tombamento e inscrição no Livro do Tombo Histórico, contendo diretrizes de critérios de intervenção e seguido de proposta de delimitação do entorno.

> Segue parecer jurídico e notificação ao proprietário do lote do teatro, no caso, o estado de São Paulo.

Com esse conteúdo, o processo me foi encaminhado para análise e parecer. A esses elementos, acrescentei visita ao local e extensa consulta a fontes bibliográficas, não apenas referentes ao teatro, sua arquitetura e sua história, mas também ao bairro do Bexiga, território do qual é indissociável, de forma a melhor compreender a sua história, valores e significados, assim como a trajetória de sua proteção.

É o que passo a relatar.

O TEATRO OFICINA

A história da Cia. Teatro Oficina, seus métodos, linguagens e experimentos, o edifício da rua Jaceguay, 520, São Paulo e o Bexiga são indissociáveis. A compreensão desse todo vai se descortinando de maneira não hierárquica e não linear, o que faz da tentativa de retroceder e apresentar cada um desses elementos de forma segmentada uma tarefa difícil e, por vezes, empobrecedora. No entanto, esse é um esforço necessário para que se possa sedimentar a reflexão que dará sustentação ao ato administrativo que deverá decorrer da análise deste Conselho. É necessário – e é sobretudo estimulante – descortinar, com cuidado e precisão, o que dá consistência e unidade a esse denso tecido.

A História do Oficina

Em 1958, é criada a Cia. Teatro Oficina, por José Celso Martinez Corrêa e um grupo de estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. Nessa primeira fase, que antecede à profissionalização, José Celso atua em duas peças de sua autoria, *Vento forte para papagaio subir* (1958) e *A incubadeira* (1959). Sob a direção de Amir Haddad, em 1960, simultaneamente à passagem do autor pelo Brasil, o Oficina encena *A engrenagem,* texto de Jean Paul Sartre adaptado por José Celso e Augusto Boal, e, em 1961, *As boas,* uma releitura de *As criadas,* de Jean Genet.

O ano de 1961 marca o inicio da profissionalização do Grupo, com a criação da empresa teatral que tem como sócios Renato Borghi, José Celso Martinez Corrêa, Ronaldo Daniel, Jairo Arco e Flexa e Paulo de Tarso. Para a montagem da casa de espetáculos, é alugado o imóvel da rua Jaceguay, 520, local onde se encontra o atual edifício teatral objeto deste parecer, então de propriedade do senhor Luiz Cocozza.

Nesse mesmo ano, a casa é adaptada conforme projeto de Joaquim Guedes, falecido em 2008, arquiteto e urbanista de vasta e importante obra, professor da FAU/USP e crítico ferrenho do formalismo. A solução de Guedes para o primeiro Oficina, a que se convencionou chamar de teatro-sanduíche, tinha palco no meio de duas arquibancadas que se defrontavam, separadas pela cena. Esse interior foi destruído por incêndio em 1966, como se verá adiante. A inauguração da sede do Oficina é também a estreia de José Celso como diretor com *A vida impressa em dólar,* de Clifford Odetts, com Eugênio Kusnet, Fauzi Arap, Renato Borghi e Etty Frazer, montagem que acabou premiada como revelação de diretor pela Associação Paulista de Críticos de Teatro. Um dia depois da estreia, a censura do governo Jânio Quadros proíbe a exibição da peça e o funcionamento do prédio como teatro.

Em 1962, é montado *Um bonde chamado desejo,* de Tennessee Williams, com direção de Augusto Boal, cenografia de Flávio Império, tendo Maria Fernanda, Mauro Mendonça e Célia Helena como atores. Ainda em 1962, com *Quatro num quarto,* o Oficina experimenta, sob orientação de Eugênio Kusnet, atores profissionais mostrando cenas de difícil interpretação para estudantes de teatro, entre os quais estava, por exemplo, Dina Sfat. Segundo José Celso, esse era um "tempo em que o ego dos atores era superado pela paixão pela Arte da Interpretação e por colocar-se como um Objeto-Sujeito de Estudos pra si e pra todos os colegas".

Em 1963, *Pequenos burgueses,* de Máximo Gorki, enfocando a burguesia russa às vésperas da Revolução Socialista – peça em que não faltavam conexões com o momento que antecedeu o golpe militar de 1964 –, teve montagem primorosa, com Eugênio Kusnet e Raul Cortez no elenco e cenários de Anísio Medeiros. A peça, embora retirada por alguns meses de cartaz depois de 1964, foi apresentada mais de mil vezes e rendeu a José Celso todos os prêmios de melhor direção do ano. É mencionada como a melhor montagem realista do teatro brasileiro e, com ela, o Oficina ingressa definitivamente no rol de um dos mais importantes grupos teatrais do país.

Com a encenação de *Toda donzela tem um pai que é uma fera* e *Andorra,* de Mark Frish, em 1965, cenografia de Flávio Império, Renato Borghi premiado com Molière de Melhor Ator e participação especial de Madame

Morineau, encerra-se o que corresponderia, segundo alguns autores, à segunda fase do Grupo, onde predominou uma linguagem ainda baseada na experiência cênica internacional, com espetáculos de grande qualidade e textos em sua maioria estrangeiros.

Um incêndio no teatro, em maio de 1966, segundo José Celso, provocado "por grupos paramilitares" obrigaria a uma interrupção temporária, origem da sua reconstrução conforme projeto de autoria de Rodrigo Lefebvre e Flávio Império. Flávio Império, arquiteto, pintor, cenógrafo e professor da FAU/USP, falecido em 1985, é considerado um dos melhores cenógrafos do teatro brasileiro. Foi um dos fundadores do Teatro de Arena, onde criou cenografias importantes, além de várias mencionadas para o Oficina. O projeto de Império e Lefebvre apresentava a mesma solução de fachada que permanece no edifício atual – pequena caixa ocupando os nove metros de frente, com porta central de aço e platibanda projetada por fora – e, no interior, aproveitava-se do aclive do telhado em direção ao centro da edificação para ter nesse centro um palco italiano, com mecanismo giratório, para onde convergia a plateia.

A primeira montagem no espaço reformulado por Flávio Império é *O rei da vela,* de Oswald de Andrade. "*O Rei da Vela* lota o Oficina*",* é a manchete da Folha de São Paulo de 30 de setembro de 1967:

> O Rei da Vela*, peça inédita de Oswald de Andrade, estreou oficialmente, ontem à noite, para um grande público que lotou o Teatro Oficina e que aplaudiu as interpretações de Renato Borghi, Francisco Martins, Fernando Peixoto, Liana Duval, Ítala Nandi, Etty Fraser, Dirce Migliaccio e outros atores do elenco.*
>
> *O diretor de* O Rei da Vela*, José Celso Martinez Corrêa, entusiasmou-se com a receptividade e a boa acolhida que o grande público ofereceu à peça (...) ele diz que "o Oficina procurava um texto para a inauguração de sua nova casa de espetáculos que, ao mesmo tempo, inaugurasse a comunicação ao público de toda uma nova visão do teatro e da realidade brasileira. Eu havia lido o texto há alguns anos e ele permanecera mudo para mim. (...) Depois de toda a festividade esgotar suas possibilidades de cantar a nossa terra, uma leitura do texto em voz alta para um grupo de pessoas fez saltar, para mim e todos os colegas do Oficina, todo o percurso de Oswald na sua tentativa de tornar obra de arte toda a consciência possível do seu tempo.(...)*
>
> *E Oswald nos deu, em* O Rei da Vela*, a "forma" de tentar apreender, através de sua consciência revolucionária, uma realidade que era e é o oposto de todas as revoluções.* O Rei da Vela *ficou sendo uma revolução de forma e conteúdo para exprimir uma não revolução. De sua consciência utópica e revolucinária, Oswald reviu seu país, e em estado de criação quase selvagem captou toda a falta de criatividade e de história desse mesmo país. (...)*
>
> *O diretor conclui dizendo que sua geração apanhará a bola que Oswald lançou com sua consciência cruel e antifestiva da realidade nacional e dos difíceis caminhos de revolucioná-la. "Ela não está, ainda, totalmente conformada em somente levar sua vela. São os dados que procuramos tornar legíveis nesse espetáculo".*

Sobre sua participação na peça, Renato Borghi dizia, então:

> *A dramaturgia bombástica me fazia sentir atuando dentro da raiz e da alma brasileira. Nesta peça, o Oswald falava do Brasil de uma forma antropofágica, devorando o que a gente tinha de bom e de péssimo. O Oswald pegou o Brasil por todos os lados, devorou-o e depois o cuspiu no palco. E eu assinei embaixo, com sangue, suor e lágrimas (...).*

O rei da vela, escrito por Oswald em 1933 e traduzido para o palco pelo Oficina, acaba, segundo alguns autores, dando origem, ou forma, ao Tropicalismo, que teria repercussão nas artes plásticas, na música, no cinema e na literatura.

Em 1968, estréia *Roda viva,* de Chico Buarque de Holanda, com direção de José Celso, cenários e figurinos de Flávio Império. Sobre esse espetáculo, José Celso afirma ser a "descoberta de todo espaço cênico como área de atuação e retomada do contado físico com o público, como no Carnaval, no Candomblé e na Umbanda".

Em 13 de dezembro de 1968, instaura-se o AI-5 e o Teatro Oficina estreia *Galileu Galilei,* de Bertolt Brecht. A encenação apresenta o coro preso atrás de grades, sem olhar para plateia. No coro, misturam-se trechos de *Roda viva* e *O rei da vela,* o Oficina fazendo novas leituras de seu próprio trabalho. "O melhor Brecht também é dele", seja *Galileu Galilei,* seja *Na selva das cidades,* é o que diz Aimar Labaki.

Em 1969, com *Na selva das cidades,* de Brecht, acontece a primeira parceria de Lina Bo Bardi com o Oficina, justamente sobre a relação entre o teatro e a cidade, mais precisamente entre o teatro e o Bexiga. A construção do Minhocão, logo em frente ao Teatro, que seccionaria o Bexiga, numa espécie inauguração do processo de descaracterização que se abateu sobre o bairro, toma conta do espetáculo. Ossos e lixo dos seus escombros e uma betoneira de cimento entram no cenário e Lina traz para o palco os troncos de árvores derrubadas pela construção. Essa cena teria inspirado Caetano Veloso para a expressão "oficina de florestas", na letra de Sampa, "Da força da grana que ergue e destrói coisas belas / Da feia fumaça que sobe, apagando as estrelas, Eu vejo surgir teus poetas de campos, espaços / Tuas oficinas de florestas, teus deuses da chuva", e seria incorporada pelo Oficina nas suas várias representações de São Paulo.

Os anos seguintes são de retração do Grupo, que inicia clandestinamente a circulação pelo nordeste brasileiro, até a estreia, em 1972, de *Gracias, Señor,* com cenografia também de Lina Bo Bardi. A peça é suspensa depois de polêmica entre os censores e a Polícia Federal, que insistia em mantê-la em cartaz para estudar o que chamava de "hipnotismo, aprendido da revolução chinesa pelos atores do Oficina", tal como publicado em um dos *Como eles agem,* série de boletins oficiais de esclarecimento que os jornais da época transcreviam como matéria anticomunista.

Em 21 de abril de 1974, a polícia invade o Teatro Oficina, José Celso é preso, junto com o cineasta Celso Lucas, e posteriormente mantido sob liberdade vigiada. O diretor acaba tendo de deixar o país e conduz vários trabalhos no exílio em Portugal. O Teatro reabre somente em 1979, no mesmo 21 de abril, quando começa sua aproximação com novos públicos, especialmente de migrantes, do Movimento Negro, de sambistas de São Paulo e da região do Bexiga. Em 1982, *Mistérios gozosos,* de Oswald de Andrade, marca o retorno.

Nesse mesmo ano de 1982, com homologação em 1983, o Teatro Oficina é tombado pelo Condephaat. A solução do espaço interno quando do tombamento era aquela projetada por Flávio Império em 1966, com palco italiano, e onde havia estreado *O rei da vela.* Essa solução foi totalmente alterada, anos mais tarde, com base em projeto de Lina Bo Bardi, que é como se encontra hoje o teatro objeto de análise. Nesse fato – alteração após tombamento estadual – tem origem a polêmica com o Condephaat, relatada pelo parecer do arquiteto Vitor Mori, da 9ª SR do Iphan. Com base na documentação do processo do Condephaat, analisada no citado parecer, Flávio Império afirmava que o Teatro Oficina representava um documento de como se deu o "surto de pesquisa de linguagem teatral que influenciou até hoje o Teatro Moderno no Brasil". O parecer para tombamento do então conselheiro do Condephaat, Ulpiano Bezerra de Meneses, valorizava a solução de adaptação do prédio antigo para o Teatro, que não teria perdido "as características originais que permitem identificá-lo como um casarão do Bexiga". O Grupo Oficina tem sua solicitação indeferida pelo Condephaat, com base na constatação de que não se poderia comprometer "as características materiais de um suporte físico cujo mérito foi reconhecido". Já o diretor do Teatro alega que o tombamento, de cunho sobretudo histórico, comportava, com total anuência do próprio Flávio Império, autor do projeto original, a possibilidade de alteração do interior para dar lugar ao projeto de Lina Bo Bardi, almejado pelo grupo, que queria abandonar de vez o Palco Italiano. O fato concreto é que esse interior foi demolido e a solução que se encontra em análise é a que lhe sucedeu, de autoria de Lina Bo Bardi e Edson Elito e cujas obras foram,

em grande parte, financiadas pelo próprio Ministério da Cultura, por meio do então Sphan/Pró-Memória (1986), como informa Vitor Mori. Entendo que não cabe, independente do juízo que se possa fazer dos fatos, opinar sobre tombar ou não o edifício com base numa eventual crítica à condução desses acontecimentos. A análise deverá se basear, como procurarei fazer adiante, nos valores do edifício existente em si e dele como testemunho da história do teatro no Brasil.

Retornando à cronologia, em 1984, o imóvel foi desapropriado pelo governo de São Paulo (governador Franco Montoro) e cedido ao Oficina, situação que iria tornar-se definitiva apenas em 2006, quando o Estado (governador Cláudio Lembo) assinou comodato de 99 anos com o Grupo.

Seguem-se, em 1991, *As boas;* em 1993, Hamlet; em 1996, *Para dar um fim no juízo de Deus* e *As bacantes;* em 1997, *Ela;* em 1998, *Cacilda!* (quatro peças previstas, duas a partir de 2010) e *Taniko, o rito do vale* (adaptação de Teatro Noh); em 1999, *Boca de ouro.*

A partir do ano 2000, iniciam-se as leituras e oficinas de *Os sertões*, de Euclides da Cunha. A aproximação com camadas mais populares da cidade, iniciada em décadas anteriores, implica agora a proximidade com os grupos mais excluídos do processo de desenvolvimento urbano de São Paulo, que nesse período vê recrudescerem os movimentos por moradia na sua região central, ocupações dos Movimentos dos Sem Teto, movimentos de catadores de papel, de defesa dos moradores de rua. *Os sertões é* transformado em metáfora da cidade e especialmente do Bexiga; crianças e jovens da região passam a atuar nas leituras e posteriormente nas encenações. Essa metáfora parece ter sido premonitoriamente vista por Lina Bo Bardi na sua solução para o interior do Teatro, porque, além de tratá-lo como continuidade e penetração da rua – como corso, cortejo, desfile, procissão, romaria –, deixa a parte central do piso sem revestimento, para que ali possa aflorar a Terra, o lugar, suporte da vida e das encenações.

Assim como no livro, as encenações de *Os sertões* se dividem em três partes, que resultam em cinco: *A terra, O homem* (I e II) e *A luta* (I e II). Em 2002, estréia *A terra;* em 2003, *O homem;* em 2005, *A luta;* em 2006, a segunda parte de *A luta* e, finalmente, a obra completa em 2007. Em 2004, *Os sertões* viaja para a Alemanha e *Boca de ouro* é encenada em Moscou. Inicia-se a filmagem de um longa metragem de *Os sertões,* processo que já vinha sendo realizado com outros trabalhos do Grupo.

Em 2008, o Oficina comemorou seus cinquenta anos de existência, hoje são 52 anos, e em 2011 serão cinquenta anos na rua Jaceguay, no Bexiga.

CONCLUSÃO - PARTE I

O "fenômeno Oficina" não é um produto do acaso, mas de um ambiente de notável fertilidade, inclusive com repercussões no presente, a considerar o fato de que, mesmo com todas as transformações desses cinquenta anos, São Paulo ainda dá lugar ao maior volume de produção, circulação e público teatral do país, da produção mais comercial à mais experimental.

Da mesma geração, ou convivendo com o Oficina, tivemos o Teatro Brasileiro de Comédia, o TBC, do dramaturgo Jorge Andrade e de grandes diretores como Antunes Filho e atores como Paulo Autran, Cacilda Becker, Tônia Carrero, Fernanda Montenegro e Sérgio Cardoso; o Teatro Maria Della Costa, fundado em 1954, com grandes atores e importantes cenógrafos, como Gianni Ratto e Franco Zampari; o Teatro de Arena, que também explorou nova relação palco-platéia, com encenadores como Gianfrancesco Guarnieri, Oduvaldo Viana Filho e Augusto Boal e atores como Eva Wilma, John Herbert, Flávio Migliaccio, Milton Gonçalves e, mais tarde, Paulo José, Juca de Oliveira, Lima Duarte, Dina Sfat; também do Arena, a fase de releitura da história brasileira, com Zumbi e Tiradentes, e a música de Edu Lobo, Caetano, Tom Zé, Gal e Maria Bethânia; o Teatro Ruth Escobar, depredado pela polícia durante a montagem do Oficina para *Roda viva,* de montagens

antológicas como *Cemitério de automóveis* e *O balcão*, de produções com Victor Garcia, Jean Genet e Fernando Arrabal. Ainda da geração do final dos anos 1960 e início de 1970, nomes como Plínio Marcos, Antônio Bivar, Zé Vicente, Mário Prata.

Todos foram, indistintamente, atingidos pela repressão política pós-1964. Yan Michalski, em *O teatro amordaçado,* faz um histórico do que ele chama de "guerra dos quinze anos entre a Censura e o Teatro" (1964/1979), mostrando a irregularidade, a irracionalidade, as proibições instantâneas, por vezes mais moralistas do que políticas, as prisões e exílio relatados em cerca de trezentos episódios em todo o país, sem exceção. Segundo Michalski, essa era a época em que o lendário general Juvêncio Façanha dizia: "ou vocês mudam, ou acabam!".

Quase todos se localizavam no Bexiga – TBC, Maria Della Costa e Ruth Escobar – e o Arena, na praça Roosevelt. TBC e Arena não mais existem, os teatros Maria Della Costa e Ruth Escobar continuam existindo, não como companhias, mas como salas de espetáculo.

Nesse aspecto, o que distingue o Oficina de todos eles é a continuidade. Não a longevidade, o que já seria muito, mas a permanência com renovação, permanência lastreada no vínculo com o presente, com o lugar, com a Terra – como em Canudos – e com a cidade. E nisso o edifício e sua inserção explicam muita coisa; são, ao mesmo tempo, causa e consequência.

Aí estaria também, em parte, a razão do tema ter motivado o debate, interno ao Iphan, sobre um eventual registro do Teatro Oficina como patrimônio imaterial, provavelmente na categoria de Lugar, debate de forma alguma desprovido de sentido, mas que não encontra coerência com o previsto no Decreto n. 3.551/2000, nem com as políticas e critérios que vêm sendo adotados pelo DPI.

A descrição detalhada dessa trajetória evidencia a densidade e a dimensão de um fato cultural cuja proximidade temporal traz o risco de nos deixar indiferentes ou menos atentos. Feito isso, entendo que não faltam argumentos para reconhecer, no edifício da rua Jaceguay, 250, a representação material desse fato e, portanto, opinar pela sua inscrição no Livro do Tombo Histórico.

A arquitetura

O *Oficina não é o portal da Catedral de Colônia do século XVIII,*
mas é o marco importante de um caminho difícil.

A epígrafe é de Lina Bo Bardi, registrada no livro *Teatro Oficina,* parte da série sobre seus projetos publicada pelo Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi sobre a obra da arquiteta e seus colaboradores. O livro contém rica documentação sobre o projeto de Lina em parceria com Edson Elito, a partir de um conceito, ainda anterior, do Teatro-Rua, de autoria dela própria e do arquiteto Marcelo Suzuki.

Edson Elito é arquiteto pela FAU/Mackenzie, 1971, com vasta e importante produção, inclusive de novos edifícios teatrais, restaurações, além de atuação profissional destacada nas organizações profissionais e nos debates sobre arquitetura e urbanismo em São Paulo.

Em texto de sua autoria na publicação mencionada, o arquiteto refere-se a

> *um saudável, por vezes complexo processo de integração de diferenças culturais e estéticas: de um lado nós arquitetos e nossa formação modernista, os conceitos de limpeza formal, pureza de elementos, less is more, ascetismo; e do outro, o teatro de José Celso, com o simbolismo, a iconoclastia, o barroco, a antropofagia, o sentido, a emoção, e o desejo de contato físico entre atores e plateia, o "te-ato".*

Os princípios do programa eram

> *(...) os conceitos de rua de passagem, de passarela de ligação entre a rua Jaceguay, o viaduto e os espaços residuais (...) e grande área livre ao fundo; de espaço transparente, do (...) espaço cênico unificado – "todo espaço é cênico", flexibilidade de uso, (...) recursos técnicos contemporâneos ao lado do despojamento (...).*

Ainda, segundo Elito:

> *A leitura do texto* As bacantes *e os conceitos do teatro* Nô *direcionaram os estudos iniciais com passarelas interligadas e cobertura de lona plástica alusiva à provisoriedade desejada, sem poltronas – apenas bancos que os espectadores movimentariam conforme a cena.*

Descreve, também, a impossibilidade de aproveitamento do interior do edifício existente e a decisão por manter apenas as paredes envoltórias, com seus arcos de tijolos de embasamento.

O projeto é desenvolvido com o palco percorrendo toda a extensão do teatro, um palco-passarela, palco-passagem, marcado por uma faixa central onde aflora a terra, em 1,50 m de largura. Esse palco-rua é margeado pela plateia, que se dispõe em andares de galerias construídas com tubos desmontáveis, semelhantes a andaimes. Essa solução faz com que o espectador percorra o espaço do teatro durante o espetáculo, transitando conforme seu desejo de recepção da cena. A teoria sobre a linguagem do teatro remete esse partido às ideias de Brecht e Antonin Artaud, de um teatro não ilusionista, onde, segundo Elito, "os atores, atrizes, os técnicos, o público, bem como todo o equipamento objeto da cena ou não, fazem parte do espetáculo, comungam ou se contrapõem". Assim, são dispostos equipamentos de iluminação cênica, som e controles eletrônicos e, posteriormente, introduzidas captação e distribuição de vídeo para todo o teatro, possibilitando ações simultâneas em diferentes lugares. Mais uma vez Elito descreve a solução dizendo:

> *O ator, pela proximidade e por estar visível sob todos os pontos de vista, em oposição ao palco italiano, torna-se exposto em todas as dimensões, mas também tem a oportunidade de se expor, como em um espelho, ao público, a sua condição demasiadamente humana.*

Além da rua que adentra o teatro transformando-se em palco, a relação interior/exterior no Oficina é explorada no limite do impensável, especialmente em se tratando de um espaço teatral onde tradicionalmente seria de se supor uma caixa hermeticamente fechada por isolamento acústico, sonoro e visual. A cobertura tem abóbada de aço deslizante que "platonicamente contempla o elemento ar, e um jardim existente, a terra". Essa terra resulta de pequeno recuo lateral da esquadria, onde uma enorme árvore – um angico, ou gurucaia, hoje com mais de doze metros de altura – encosta-se nos vidros de uma janela de cerca de doze metros largura por toda a altura do edifício. A parede envidraçada descortina o lote vizinho, o Minhocão, a cidade, a vida lá fora. O espectador fica fora e dentro e o espaço dramático tradicional, essencialmente metafórico, é confrontado com o concreto da cidade e seu cotidiano.

O projeto tinha ainda a previsão, indicada por croquis da arquiteta e por vãos deixados na parede de fundos, de desembocar numa praça pública posicionada em lote perpendicular ao do teatro. A importância do Oficina, a escassez de espaços públicos que deem vazão à riqueza cultural do Bexiga, a intensidade de percursos a pé em um bairro popular e tão próximo do centro de São Paulo eram, e continuam sendo, motivos mais do que suficientes para se almejar essa escala. Tais projetos nunca foram detalhados pela arquiteta, tendo em vista não se ter a propriedade dos imóveis, e estão na base do debate político e jurídico que vem sendo travado pelo Teatro Oficina desde então.

O oficina e a arquitetura teatral contemporânea

A arquitetura teatral contemporânea segue a tendência de aproximar ator e espectador, palco e plateia em espaços contíguos e, ainda, de flexibilização do espaço arquitetônico, de forma processual e dinâmica, onde a presença do indivíduo é fundamental para que o espaço se realize.

Não se trata de algo totalmente novo: Vitrúvio, em *De Architectura libri decem,* previa uma cena arquitetônica total que cercava o palco, o espectador, o anfiteatro e a paisagem. Mais tarde, o palco elisabetano, do Globe Theatre de Sheakspeare, o Teatro Olímpico de Andréa Palladio ou o Palco Noh japonês são estruturas de maior aproximação com o público, ou com o ambiente, ou mesmo onde se experimentam simultaneidades. A própria revisão do palco italiano não é nenhuma unanimidade, novos palcos italianos continuam sendo construídos e espetáculos de grande qualidade seguem sendo exibidos naqueles existentes.

No entanto, refletir sobre a arquitetura teatral é um exercício cada vez mais complexo e transdisciplinar. Especialmente após a Segunda Guerra, a busca de novas relações entre o indivíduo e o espaço teatral se acentua e diretores e encenadores como Antonin Artaud, Bertolt Brecht, Jerzy Grotowski induzem à procura de reconfigurações espaciais capazes de aprofundar a relação entre cena e público. O palco italiano é questionado total ou parcialmente, o que implica modificá-lo fisicamente ou promover, pela encenação, a remoção da chamada "quarta parede", explodindo a conformação física.

O cenógrafo e mestre em arquitetura Cristiano Cezarino Rodrigues, no artigo denominado *Cogitar a arquitetura teatral,* revista *Vitruvius*, jan-2009, ao investigar interfaces transdisciplinares entre a arquitetura e o teatro, elege três projetos para ilustrar os caminhos rumo a uma nova síntese entre esses dois: o Teatro Total (1927), de Walter Gropius; o Fun Palace (1961), de Cedric Price, e o Teatro Oficina (1984), de Lina Bo Bardi e Edson Elito.

Segundo descreve o autor, a arquitetura teatral teve amplo espaço de discussão na Bauhaus, onde se questionava a rigidez do palco tradicional e as formas de relação entre a cena e o público, com base no conceito de Teatro Total, de Moholy-Nagy, que defendia a utilização de recursos capazes de "produzir um tipo de atividade cênica que não mais coloque as massas como espectadores impassíveis, e lhes permita 'fundir-se com a ação do palco'". O exemplo mais famoso é o projeto de Walter Gropius para o Total Theatre, 1927, que nunca chegou a ser construído. Junto com o diretor teatral Erwin Piscator e o encenador russo Meyerhold, Gropius propôs um edifício flexível, ovalado, com auditório conversível em palco italiano, arena ou palco projetado. Segundo o arquiteto, essas opções permitiriam um

> *ataque ao espectador, alterando sua posição quando a peça está sendo encenada (...) transformando a escala de valores vigente, colocando o espectador diante de uma nova consciência do espaço e fazendo com que ele partícipe da ação.*

Segundo a cenógrafa Lidia Kosovski,

> *a partir desta intensa investigação de técnicas óticas, de expedientes cinéticos e de novos materiais para o palco, a Bauhaus tornou-se um dos primeiros núcleos de estudos a perceber a cidade como campo de aplicação dos recursos utilizados na cena, sobretudo no uso da luz como linguagem.*

O Fun Palace (1961) resulta de parceria entre o arquiteto britânico Cedric Price e a encenadora Joan Littlewood. O edifício proposto por Price, que também nunca foi construído, tinha um programa de atividades aberto e indeterminado: uma estrutura metálica com paredes, teto, escadas, plataformas pré-fabricadas, que poderiam ser montados por guindastes, possibilitando os mais diferentes usos e as mais inusitadas formas, fosse um teatro, um restaurante, um cinema, oficinas ou arena. O mais relevante no estudo do Fun Palace é que a noção de público ativo e participante ultrapassa o espaço-tempo do evento em si e amplia-se para o edifício, elevando exponencialmente o diálogo entre ambos. O Fun Palace não determina a forma como o espectador experimenta o evento, enquanto que no Teatro Total de Gropius, por mais que os arranjos da plateia mudem, a maneira com

que o espectador experimenta o evento continua a mesma. No Fun Palace as formas de relação entre a cena e o público e a participação deste não dependem exclusivamente do artista, como é o caso do Teatro Oficina, descrito a seguir.

O estudo de Rodrigues oferece como grande contribuição situar o Teatro Oficina no debate internacional sobre a arquitetura teatral contemporânea. A começar, o caso do Oficina alinha-se com a tendência mundial de um teatro para cada encenador e não mais de uma ideia universal do que seja o teatro. As discussões sobre o palco italiano, sobre o papel do espaço não apenas como suporte, mas como agente da cena, estão todas presentes no projeto, que, segundo a ótica mencionada por Rodrigues e confirmada pelos depoimentos, é de autoria de Lina/Edson/Zé Celso. Da proposta da Bauhaus, o Oficina, com seu palco-rua, experimenta concretamente o que Lidia Kosovski diz: "tratar a cidade como campo de aplicação dos recursos utilizados na cena". Um passo adiante do Teatro Total no que se refere à relação ator-público e menos ambicioso que o Fun Palace quanto à flexibilidade e à simultaneidade de recursos, o fato é que, dos três, o Oficina é a única proposta realizada, construída e utilizada à exaustão por mais de vinte anos.

A metáfora da rua é o paradigma da concepção do Oficina, a rua como sendo o que permite sair da experiência da contemplação para a esfera da ação . A rua é o lugar de se encontrar o outro e o Oficina funda seu teatro nesse símbolo, no desejo de contato físico, numa linguagem que se aproxima das raízes da cultura brasileira e aborda o indivíduo, segundo seu encenador, "pela *psyché*, pela 'possessão' e não apenas pela razão". Conforme Rodrigues, é no "teatro-rua que o extraordinário se insere no ordinário do cotidiano" e a vida oferece a matéria-prima para a reflexão, para a transformação do espaço e do próprio indivíduo. A relação edifício/cidade, aqui discutida para o caso do Oficina, ainda tem muito espaço para aprofundamento e investigação. Ainda que raros, em todo o mundo surgem trabalhos como o do Teatro da Vertigem, grupo também baseado em São Paulo, que experimenta radicalmente a utilização de espaços não convencionais para encenação, como as ruas, as igrejas, os hospitais da cidade.

As considerações presentes no dossiê sobre o possível registro do Oficina como bem imaterial têm, certamente, um lastro na constatação desse fenômeno, ou seja, de um espaço que somente se realiza mediante a ação, profundamente enraizado em um território que é São Paulo e que é o Bexiga e, sobretudo, de um espaço conformado pela imaterialidade da prática teatral. Embora a indagação seja corretamente motivada, a solução, ou seja, o registro, não parece compatível com a definição de Lugar decorrente da legislação em vigor e da sua experiência de aplicação.

CONCLUSÃO - PARTE II

Toda essa reflexão, no entanto, me parece mais do que suficiente para motivar o reconhecimento do valor excepcional dessa – para usar a analogia com os termos do imaterial – "arquitetura viva", que, por vezes se retrai e permite, por vezes se impõe e induz a cena, o rito, o encontro e o confronto. Mais uma vez, conforme Rodrigues, "arquitetura e teatro, no Oficina, são, ao final, a mesma coisa: espaços conformando sujeitos".

Assim é que essa arquitetura, entalada em um lote exíguo, limitada por todos os lados, feita de um aparente provisório, entre andaimes e fragmentos de terra batida, encravada em um bairro cuja riqueza e diversidade têm sido tão maltratadas pela cidade, merece ser gravada no Livro do Tombo das Belas Artes.

Tanto pelo que, sem nenhum favor, ela já provou ser quanto pelo que pode instigar sobre o próprio sentido do belo, o belo que, invocando Lina Bo Bardi, seja capaz de demolir dicotomias entre forma e função e de produzir metáforas realizáveis. Não o portal da Catedral de Colônia, mas o marco importante de um caminho difícil.

A relação entre o Teatro Oficina e o Bexiga e as recomendações quanto ao entorno

Os imigrantes italianos pobres, que se instalaram nos pequenos lotes do parcelamento da Chácara do Bexiga no final do século XIX, encontraram ali o núcleo semirrural de Saracura, onde existia um remanescente de quilombo. Uma situação topográfica complicada, a proximidade do centro e da avenida Paulista fizeram do Bexiga um reduto de trabalhadores domésticos das casas de alto padrão, operários, trabalhadores informais, pequenos comerciantes. Esse modelo, que, segundo Raquel Rolnik, em *A cidade e a lei – Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo,* se reproduziu em vários bairros da cidade, explica por que o Bexiga é hoje não apenas o bairro dos italianos, mas o lugar das festas populares, do samba paulista, de uma das mais importantes escolas de samba do país – a Vai Vai e dos terreiros de candomblé. Em torno dos anos 1960-1970, o Bexiga se tornou um polo da vida boêmia da cidade, lugar dos teatros (ainda são mais de dez), bares e cantinas, hoje integrados a um circuito turístico-cultural de São Paulo.

Encontra-se em desenvolvimento, pelo Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan, o Inventário de Referências Culturais da região, que poderá oferecer insumos importantes para a salvaguarda desses valores culturais. Tombamentos municipais (cerca de novecentos imóveis) e zonas especiais (ZEPCs - Zonas Especiais de Patrimônio Cultural e ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social) previstas pelo Plano Diretor atestam a importância do bairro e o interesse de se preservar ali não apenas edificações, mas os usos e a diversidade, que são o seu maior valor.

É imediato associar o Teatro Oficina a esse contexto, por duas vias: tanto o Oficina pode ser tomado como elemento chave de um processo de reabilitação, quanto a preservação dos valores do bairro é essencial à vitalidade do Oficina.

O que não fica claro – e deveria merecer uma avaliação mais aprofundada – é o motivo por que uma cidade como São Paulo, onde se tem a maior e mais consolidada experiência de aplicação de instrumentos urbanísticos, como a Transferência do Direito de Construir e as Operações Urbanas, não elegeu o Bexiga para a aplicação prioritária desses mecanismos, justo uma região tão bem localizada, que tem potencialmente muito mais valor para São Paulo – até mesmo sob o ponto de vista estritamente financeiro – pela sua diversidade cultural do que pela quantidade de metros quadrados que se possa construir ali. Edificações com destinações comerciais e de serviços, que não tenham outros requisitos locacionais a não ser a acessibilidade, podem ser deslocadas dentro do espaço da cidade utilizando instrumentos dessa natureza. Já o lugar das práticas culturais é ali e só ali. Se não for ali, o Bexiga como tal deixará de existir.

CONCLUSÃO

Opino pela inscrição do Teatro Oficina no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo das Belas Artes. Opino pela adoção da delimitação do entorno conforme proposta pelo Depam/Iphan e opino que este Conselho manifeste-se ao ministro da Cultura, sugerindo que o ministério e o governo federal identifiquem mecanismos que viabilizem a destinação do terreno contíguo ao Teatro Oficina para um equipamento cultural de uso público, utilizando mecanismos tais como a aquisição, a desapropriação ou a conjugação destes com instrumentos urbanísticos a serem identificados em cooperação com o município e com o estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 2010.



Registro e Iguape – SP | 2010

Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira

PROCESSO: 1.565-T-08

RELATOR: ROSINA COELI ALICE PARCHEN

REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 24 DE JUNHO DE 2010

INTRODUÇÃO

Em meados do mês de maio, em um telefonema, o arquiteto Dalmo Vieira Filho, diretor do Depam/Iphan, consultava-me sobre a possibilidade de relatar o Processo de Tombamento sobre os "Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira". Aceitei com prazer, pois este tema sempre foi de meu interesse.

Com o apoio da 10ª SE do Iphan no Paraná, visitei o município de Registro, no dia 9 de junho de 2010, acompanhada pelo arquiteto José La Pastina Filho. Lá nos encontramo com a arquiteta Flávia Brito do Nascimento, da 9ª SE do Iphan em São Paulo, coordenadora deste trabalho.

A Superintendência de São Paulo organizou uma reunião, pela manhã, na Associação Cultural Nipo-Brasileira de Registro, com representantes e proprietários das áreas em processo de tombamento, do poder público municipal e da diretoria da Associação. À tarde percorremos a área rural para conhecer os bens e a plantação das primeiras mudas de chá, da variedade assam, objetos deste processo. Duas das edificações estão no município de Iguape e não foi possível visitá-las por absoluta falta de tempo. Expresso aqui os agradecimentos pela logística perfeitamente organizada e pela atenção dos proprietários em nos receber, especialmente à diretoria da Associação Bunkyo. Aos técnicos do Iphan, Superintendência de São Paulo e ao Depam, os nossos cumprimentos pelo exemplar e exaustivo trabalho realizado com a pesquisa e a formulação deste dossiê. Confesso que, diante de assunto tão instigante, senti não poder ter participado por mais tempo deste processo.

DO PROCESSO

O presente processo é composto de quatro volumes com os seguintes documentos:

Residência Shimizu, Registro. Foto: Simone Scifone, 2008.

> um volume composto por pareceres e documentos, em capa de processo do Governo Federal, com 284 páginas;

> um volume, denominado Dossiê de Tombamento, Anexo I, intitulado Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira;

> um volume, denominado Errata, Capítulo 5, Proposta de Proteção;

> um volume com a cópia da dissertação de mestrado de Rogério Bessa Gonçalves, com o tema Arquitetura dos Imigrantes Japoneses na Cidade de Registro, Estado de São Paulo.

Em 28 de outubro de 2008, o presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida, solicitou à Gerência de Documentação Arquivística e Bibliográfica (Copedoc) a abertura do processo de tombamento relativo aos "Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira, Estado de São Paulo", protocolo nº 01450.014370-2008-54, de 29 de outubro de 2008. O Processo de Tombamento recebeu o número 1.565-T-08.

Em 11 de novembro de 2008, a arquiteta Maria Regina Weissheimer enviou ao diretor do Depam/Iphan, Dalmo Vieira Filho, a instrução do processo de tombamento, para os devidos encaminhamentos.

Nele consta um parecer técnico onde está relatado, com muita clareza, o caminho trilhado pelo Iphan e instituições de tombamento estaduais para a proteção de bens de imigração no Brasil. Iniciativas como as realizadas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul demonstram-nos como são necessárias as ações e a eficácia com que elas têm sido realizadas, como a de 1939, quando o Iphan, em seus primeiros passos na proteção de assuntos relativos à imigração, tombou o Palácio dos Príncipes de Joinville, de arquitetura teuto-brasileira; nos anos 1980, marcado por muitos estudos e inventários relativos a esta temática, dentre os quais, no Rio Grande do Sul, foram iniciadas as ações de «Preservação e Valorização da Paisagem Urbana dos Núcleos de Imigração Alemã e Italiana», culminando com o Tombamento Nacional do Núcleo de Antônio Prado; o tombamento do Casarão do Chá, em Moji das Cruzes, também em 1980, que até hoje é o único bem da imigração japonesa reconhecido como Patrimônio Nacional, e os estudos iniciados em 1983, em Santa Catarina, que levaram ao desenvolvimento dos "Roteiros Nacionais de Imigração". Agora, em 2010, estamos diante da proposta de reconhecimento de um conjunto de bens materiais da imigração japonesa no Brasil, que foi desenvolvida pela Superintendência do Iphan de São Paulo, sob a coordenação da arquiteta Flávia Brito do Nascimento e equipe, composta pela geógrafa Simoni Scifoni e pela antropóloga Simoni Toji, com o apoio e a participação da comunidade local.

O embrião deste processo foi o trabalho realizado sobre a Paisagem Cultural do Vale do Ribeira, um inventário multidisciplinar regional, identificando o rio Ribeira do Iguape como o articulador dos diversos elementos que a compõem. A etapa inicial deste trabalho contribuiu decisivamente para a atuação do Iphan no Vale do Ribeira, levantando dados e estabelecendo as redes para uma atuação local. Contém este processo o Inventário do Patrimônio da Imigração Japonesa dos municípios de Registro e Iguape, desenvolvido pelo escritório de advocacia Bitencourt, Cardoso e Carravieri Sociedade de Advogados, com o levantamento, localização e dados das propriedades rurais de interesse neste processo e as cópias de documentos cartoriais. Constam também documentos da Advocacia Geral da União, culminando com o parecer 003-2010-PF-IPHAN-SEDE-GM.

Na sequência do processo administrativo, encontram-se os documentos relativos às notificações em Diário Oficial da União, às cópias entregues aos proprietários e o encaminhamento a esta Conselheira.

Vale destacar as considerações da Advocacia Geral da União sobre a contextualização histórica, contidas no corpo da análise jurídica do parecer da procuradora federal Genésia Marta Alves Camelo, em 24 de maio de 2010, aprovado pelo procurador-geral, doutor Antônio Fernando Alves Leal Neri, a seguir:

> *O dossiê de tombamento anexo registra que as autoridades japonesas não pensaram a emigração apenas como escoadouro de excedente de população, mas como possibilidade de consolidar o próprio Japão, fazendo com que seus cidadãos emigrantes contribuíssem com a nação a partir de outros espaços geográficos.*

> *Diversos países se mostraram receosos de uma dominação japonesa em massa, tendo a América do Norte imposto restrições que fizeram com que os japoneses se interessassem por países da América Latina. O Japão celebrou diversos tratados com países da América Latina. Em 1895, firmou o Tratado de Amizade com o Brasil. Vale mencionar que os asiáticos eram considerados uma raça inferior, tendo sido vítimas de vários preconceitos.*

> *Há de se asseverar que a emigração de japoneses atingiu o Brasil em 1908, formando a maior comunidade nipônica fora do Japão. Cabe salientar que o interesse do governo brasileiro em fomentar a vinda de imigrantes asiáticos intensificou-se em 1902, com a proibição pelo governo italiano da vinda de imigrantes para o Brasil, agravando o problema de falta de mão de obra nas lavouras de café. Em 2008, comemorou-se o centenário da imigração japonesa no Brasil. São Paulo foi o estado brasileiro que mais recebeu imigrantes vindos do Japão.*

> *O Dossiê de Tombamento esclarece que os imigrantes japoneses se estabeleceram no Brasil de três formas: a) mão de obra nas fazendas de café; b) arrendatário ou meeiro; c) proprietário de terras.*

> *O Vale do Ribeira foi palco de várias experiências de colonização: alemães, italianos, poloneses, suecos e austríacos. No entanto, não obtiveram sucesso devido às dificuldades enfrentadas do ponto de vista ambiental. Apenas os três núcleos japoneses fundados a partir de 1913 prosperaram.*

> *Impende registrar que o parecer técnico reconhece que o Vale do Ribeira é caso singular e único, pois abrigou as três maiores e mais prósperas colônias japonesas: Registro, Katsura e Sete Barras.*

Ainda no corpo do parecer jurídico, destaca-se o item relativo aos motivos ensejadores do tombamento:

> *O tombamento dos Bens Culturais da Imigração no Vale do Ribeira visa a complementação de um trabalho que continua em desenvolvimento no Iphan e que possui como temática central a história e o patrimônio cultural decorrentes da imigração estrangeira para o Brasil.*

> *Segundo o parecer técnico, "a presente proposta é, por assim dizer, não apenas uma tentativa de correção de distorções e injustiças causadas a milhares de imigrantes, derivadas da Segunda Guerra Mundial, mas também a continuação de uma ação de proteção que tem como proposta central a ação sistêmica, de abordagem territorial e que visa à construção do que se propõe ser a Rede Nacional de Patrimônio. Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo e Santa Catarina são outros estados que possuem ações de proteção em desenvolvimento com esta temática".*

> *O significado da imigração japonesa no Vale do Ribeira, consoante o parecer técnico mencionado, transcende o quadro nacional, "por ter sido uma das raras experiências de sucesso da implantação de colônias em núcleos rurais na América que mantém até hoje parcela significativa de suas características".*

> *A maior parcela dos remanescentes materiais da imigração japonesa no Vale do Ribeira encontra-se nas áreas rurais da antiga Colônia de Registro.*

> *Também merecem destaque as tradições construtivas trazidas pelos imigrantes japoneses desenvolvidas no Vale do Ribeira.*

A paisagem cultural do Vale do Rio Ribeira do Iguape

Conforme o Dossiê da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira (Iphan-SP, 2009):

> *O rio Ribeira do Iguape vincula-se à história da ocupação do território paulista, porque serviu de elemento aglutinador das cidades, eixo de ligação entre o litoral e o planalto, principal via de comunicação e fonte de recursos para a economia regional. O rio Ribeira de Iguape pode ser considerado como um corredor cultural, onde transitaram e intercambiaram-se mercadorias, objetos e valores materiais e também modos de vida, tradições, técnicas, conhecimentos e informações. Um corredor conector de fluxos imateriais e materiais indispensáveis à formação social. Muito antes da chegada do colonizador europeu, vivia na região uma população de canoeiros, cuja base de alimentação era a pesca e a coleta de mariscos e o rio era a ligação entre os grupos do litoral e do planalto. Um segundo momento na história da paisagem do Vale surge com a mineração, que desde o início do século XVII ocupou o papel de principal atividade econômica. As incursões em direção ao planalto aumentaram e o rio Ribeira estabeleceu uma ponte entre as cidades do alto da serra, onde estava o ouro de aluvião, e os portos do litoral por onde este era exportado. Portos como o de Registro e o de Iguape escoavam a produção de serra acima. Estavam estrategicamente ligados ao rio Ribeira, via de ligação natural, e articulados a estradas de terra, de caráter complementar, que respondiam pelo trânsito de tropas de muares. O esgotamento das jazidas auríferas na região proporcionou uma fase de decadência, superada, no século XIX, pela monocultura comercial do arroz, que tomou grandes proporções e reacendeu a importância das terras cortadas pelo rio Ribeira. Ao longo de suas margens, os moradores preencheram a maior parte dos vazios entre Iguape e Xiririca. A riqueza econômica expressou-se espacialmente no casario urbano dos núcleos de Iguape, Iporanga e Cananeia e nas fazendas distribuídas pela extensa área rural da região. No início do século XX, as políticas oficiais de imigração promoveram a ocupação do território, o Vale do Ribeira. As áreas drenadas do rio Ribeira de Iguape foram fundamentais aos empreendimentos de colonização imigrante, como os da empresa Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK). Nas colônias foram cultivados produtos com estreita ligação cultural aos japoneses, como o arroz, o chá e o junco, também escoados pelo porto ao longo do Ribeira, configurando mais um momento da paisagem cultural dessa região. A partir de meados de 1950, o Vale do Ribeira passa por um processo de estagnação econômica, deixando de competir com as demais áreas do estado, pelo seu caráter de área rural, marcada por uma agricultura de pequenos proprietários, com produção de alimentos para o mercado interno, sem iniciativas de industrialização. Nem mesmo o cultivo da banana foi suficiente para reverter essa condição, o que por outro lado garantiu a conservação da vegetação nativa remanescente. Contemporaneamente a paisagem está marcada pela criação de inúmeras áreas naturais protegidas e pela definição de um novo papel da região no conjunto do estado: o da conservação da biodiversidade. Neste novo cenário, o rio Ribeira deixa de ser somente meio de vida e de transporte, para reforçar o seu papel de esteio da memória coletiva da região, fato este evidenciado pela luta histórica da sociedade civil para a sua preservação.*

A imigração japonesa no Brasil

Segundo o Dossiê de Tombamento:

> *Desde 1895 que Japão e Brasil mantinham relações de amizade oficializadas com o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. A imigração europeia para as lavouras de café e para os núcleos coloniais no interior do país atendia às necessidades do Brasil, até o final do século*

> *XIX. Com a proibição, pelo governo italiano, ao movimento emigratório ao Brasil, em 1902, o governo brasileiro passou a considerar a possibilidade de permitir a entrada de japoneses, devido à necessidade urgente de mão de obra para as lavouras de café. Também se alia a esse contingente a assinatura do Gentlemen's Agreement, entre países da América do Norte e o Japão, restringindo a saída de japoneses para aquelas localidades. Assim sendo, o governo japonês passou a considerar o Brasil como alternativa para dar continuidade à sua política de emigração. Dentro dessa confluência de interesses é que os dois países entraram em acordo sobre a migração de um grande contingente de pessoas. Em 1907, foram assinados compromissos com o governo da província de São Paulo, envolvendo principalmente a Secretaria de Agricultura. No primeiro acordo estipulou-se a entrada de 3 mil imigrantes japoneses como trabalhadores contratados para as lavouras de café em terras paulistas. Em 1908 o interesse japonês de realizar a imigração, com o assentamento das famílias japonesas em solo brasileiro, o representante da empresa particular, Sindicato de Tókio, assinou com o governo da província de São Paulo a concessão de 50 mil hectares de terras devolutas na zona do rio Ribeira do Iguape. De 1919 em diante, o governo japonês envolveu-se diretamente com os projetos de imigração e colonização no Brasil e todas as companhias de iniciativa privada foram fundidas e formou-se a Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (Companhia Ultramarina de Desenvolvimento), conhecida como KKKK. Como crescia o interesse do Japão na consolidação de uma política de emigração que assentasse japoneses em terras de além-mar, fundou-se, em 1929, a Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda., conhecida como Bratac (Burajiro Takushoku Kumiai), que tinha como orientação a formação e administração de todas as* iju-sha *estabelecidas no país.*

Destacam-se três períodos da imigração dos japoneses no Brasil: o primeiro, 1908-1925, com 47 mil imigrações; o segundo, 1925-1941, com 145,5 mil imigrações; o terceiro, após a Segunda Guerra. Em 1908, no dia 18 de junho, quando aportou a primeira embarcação, o navio Kasato Maru, em Santos, desembarcaram em terras brasileiras 165 famílias de japoneses. Diz-se que ali se iniciou a "saga dos japoneses em terras brasileiras":

> *O primeiro e o segundo períodos corresponderam à imigração como frente de colonização na região de Registro e Vale do Ribeira do Iguape. A grande maioria desses imigrantes, que trabalharam como colonos em frentes de imigração vinculadas à expansão da lavoura do café, eram organizados e parcialmente subvencionados pelas companhias de imigração japonesa e pelo governo do estado de São Paulo.*
>
> *Os caminhos das vias ferroviárias definiram a distribuição das famílias dos imigrantes, que se dispersaram pelo estado, conforme a distribuição das terras das fazendas ao longo desses caminhos.*

Um pedaço do Japão no Brasil. O chá e o junco

O Dossiê de Tombamento relata importante e expressiva fase do desenvolvimento da região de Registro – o cultivo do chá:

> *Além dos produtos cultivados já conhecidos na região, como o arroz, o milho, a mandioca e o feijão, os três últimos para subsistência, a colônia de Registro se destacou pela introdução da cultura do chá. Segundo Pasquale Petrone, em seu clássico estudo sobre o Vale do Ribeira, a paisagem do chá é típica de Registro, pois fora desta área é esporádica. Ocupa os terrenos nas colinas suaves, ficando, desse modo, ao abrigo das cheias dos rios. Em geral é plantada seguindo as curvas de nível, garantindo a proteção do solo, já que, com o seu crescimento, as mudas se unem formando uma cobertura densa, fechada e homogênea. A beleza da paisagem do chá, em Registro, é produto desse conjunto de fatores, de um lado o sítio físico propício e, de outro, a*

forma como as lavouras foram dispostas. Essa paisagem por vezes é rompida por um trecho de mata atlântica preservada.

A uniformidade é dada pelo cuidado com a planta, uma vez que, desde a formação dos "chasais", há a incansável tarefa de reposição das mudas que morreram, garantindo dessa forma as fileiras sempre contínuas. Outro cuidado é com a altura das touceiras, mantida homogênea quando ocorre a colheita das folhas. O resultado é uma paisagem singular, mantida por uma forma de apropriação do espaço em consonância com as características naturais do terreno.

A vocação natural da região favoreceu o plantio. A origem dos terrenos propiciou a formação de solos com boa drenagem, condição essencial para o desenvolvimento da cultura do chá. O chá, assim como o arroz, acompanha a trajetória dos imigrantes japoneses em terras brasileiras, aliado ao cotidiano desses colonos, seja para consumo próprio, seja como fonte de renda.

*O plantio do chá em Registro teve início em 1922, quando Torazo Okamoto, imigrante japonês que havia chegado a Registro três anos antes, plantou as primeiras sementes da variedade chinesa (*thea sinensis*), buscando abastecer o consumo local por chá verde. Em 1935 ele introduziu em suas terras a variedade assam, com folhas mais largas e por isso mais produtiva, procurando atingir o mercado brasileiro, já que a variedade chinesa não produzia chá preto de boa qualidade.*

A introdução das primeiras mudas de chá assam no Brasil é bastante curiosa. O senhor Okamoto, retornando do Japão, ao passar pelo Sri Lanka, visitou uma plantação de chá e obteve, a muito custo, algumas sementes dessa variedade. Como não era permitido embarcar com as sementes, escondeu-as dentro de um pão e, na viagem de volta, conseguiu fazê-las brotar. Ao desembarcar no porto de Santos, havia 65 mudas de chá em suas mãos, que se tornaram as matrizes de uma variedade que se espalhou por Registro. Essas matrizes, hoje, se encontram preservadas em um canteiro cercado no interior da Fazenda Chá Ribeira, da família Okamoto.

O sucesso do senhor Okamoto com o chá preto estimulou vários colonos a plantar em suas terras e, na década de 1930, fundou-se a fábrica Tupy. A produção era grande e, para garantir acesso de todos ao mercado, formou-se naquele momento uma cooperativa que se encarregava também de possibilitar a melhoria na produção. Nessa mesma década veio a Registro um técnico japonês responsável pela orientação no processo de beneficiamento do chá, o que resultou na melhoria do produto final e, consequentemente, um aumento nas exportações.

Durante a Segunda Guerra Mundial, as dificuldades com o comércio internacional no Pacífico estimularam a exportação do chá de Registro, transformando o Brasil da condição de importador à de exportador. Nessa época, Registro chegou a ter 42 fábricas de chá, espalhadas pelos bairros rurais, sendo a maior parte delas de pequeno porte. O chá preto exportado por Registro atingiu mercados como Argentina, Chile, EUA, Holanda e Alemanha. Seguiram-se dificuldades com a perda de mercado, após a Segunda Guerra; houve a busca por melhorias técnicas na produção, mas a concentração de capital acentuou-se com o tempo e as pequenas unidades foram fechando e a produção da folha vendida diretamente às beneficiadoras que ainda subsistem. A expansão do cultivo em Registro foi de tal ordem que o município concentra hoje quase a totalidade da produção brasileira, aproximadamente 98% a 99% do chá preto exportado.

A produção, hoje, em Registro está concentrada em pequenos e médios proprietários, em propriedades de vinte a cinquenta hectares, muitos dos quais vendem sua produção para as fábricas que funcionam no município. A mais tradicional delas é a Chá Ribeira, empresa fundada por Torazo Okamoto, ainda hoje de propriedade da família. Outro importante

produtor é o Chá Amaya, em cuja propriedade, além da fábrica, há a antiga residência dos colonos japoneses.

Outro produto típico que os japoneses exploraram nas várzeas foi o junco. Introduzido no Brasil, em 1931, pelo imigrante Shigeru Yoshimura. As mudas foram trazidas de Okiyama para Registro, embrulhadas em um pedaço de estopa escondida no bolso. Plantadas as mudas, Yoshimura as distribuiu entre companheiros de viagem, formando plantações que se espalharam pela colônia. O calor e a umidade locais deram condições de três colheitas ao ano, ao contrário do Japão, que se dá apenas uma vez ao ano. O beneficiamento foi iniciado em 1934, com teares apropriados para a produção de um artigo tipicamente regional, as esteiras. Toda a produção sempre foi e ainda é familiar. Além das esteiras e dos chinelos de junco, a produção se diversificou, a partir de um projeto conjunto com o Sebrae. Hoje se produzem bonés, chapéus, pufes, almofadas e mochilas. O junco, hoje, é encontrado plantado nos vales de fundo plano que separam as colinas suaves de Registro. Sua textura e altura uniforme formam uma espécie de tapete verde nesses vales. O processo de beneficiamento, que começa com a secagem ao sol, em terreiros ou nas suaves encostas das colinas, mantém sua textura uniforme, agora em tons amarronzados. Em ambos os momentos de produção, o junco define uma paisagem típica e única, de grande beleza e ao mesmo tempo de enorme simplicidade.

A arquitetura japonesa, do imigrante japonês, e a brasileira

O Dossiê relata, de maneira muito didática,

como, de modo descontínuo, as manifestações da arquitetura popular despertaram interesse por parte dos arquitetos e pesquisadores, dentro e fora da academia. Como o Iphan, desde os primeiros anos, ocupou-se dessa arquitetura, produzindo inúmeros estudos e ações de salvaguarda, porém, ao longo dos anos, ela deixou de ser alvo de atenção, dando lugar a outras demandas. Nos anos 1980, Pedro de Alcântara chamou atenção para a falta de trabalhos sistemáticos de inventário nesse campo, gerando um desconhecimento do universo dos bens e a ausência de políticas de preservação na área. Era necessário, como apontava o arquiteto, naquela época, distinguir "as edificações e ou conjuntos que mereceriam apenas documentação daquelas que mereceriam tombamento de conjunto, seja pela homogeneidade tipológica que apresentavam, seja por constituírem série histórica significativa". A arquitetura popular tem por característica a simplicidade, como resultado da utilização de materiais fornecidos pelo ambiente, e a adaptabilidade, com a criatividade resultante da adaptação das técnicas aos materiais disponíveis. A arquitetura feita pelos imigrantes de diversas origens, em todo o território nacional, é testemunho da adaptabilidade e da criatividade na adoção de materiais e técnicas a partir da cultura da origem.

Entender sob a denominação de «popular» a arquitetura japonesa praticada no Brasil pode ser, segundo descreve o dossiê, uma vertente possível de interpretação. Muitas vezes, como é o caso do Casarão do Chá, havia mestres carpinteiros que vieram do Japão para tentar a vida no país e aqui exerceram sua profissão.

As contribuições dos imigrantes japoneses no Brasil são relativamente pouco conhecidas, se comparadas às dos alemães, italianos e eslavos. A maestria dos carpinteiros japoneses resultou em casas de vivenda e palácios amplamente reconhecidos pelos arquitetos e admirados pelos grandes mestres do movimento moderno, como Walter Gropius e Frank Lloyd Wright. As afinidades mais evidentes entre a arquitetura moderna e a japonesa são a utilização de estrutura independente e de um sistema modular.

A arquitetura rural japonesa

Segundo o arquiteto Rogério Bessa Gonçalves, em sua dissertação de mestrado, peça componente deste processo,

> *a arquitetura desenvolvida pelo imigrante japonês pertencente à frente de imigração de Registro se caracterizou por um processo de sincretismo entre o modo construtivo da arquitetura cabocla, preexistente na região rural do Vale do Ribeira, e o modo construtivo milenar da arquitetura rural japonesa. A necessidade premente de compreender as imposições climáticas do Vale do Ribeira tornou-se uma das maiores dificuldades para esses imigrantes. Para contornar esse problema, eles tiveram primeiramente de observar a arquitetura tradicional da região, para poder compreender o padrão construtivo mais usual entre os caboclos moradores do lugar. A escolha do sítio para a implantação do imóvel, portanto, era, sem dúvida, uma das maiores preocupações dos construtores, acompanhada da orientação do edifício, dos materiais a serem utilizados, dos sistemas de fundações, da forma das coberturas, entre outras. O tempo fez a adaptação das construções às condições climáticas e o domínio dos materiais disponíveis para as edificações, bem como o modo de construir, deu a essa arquitetura a sua forma "um pouco cabocla e um pouco japonesa". Algumas soluções desse novo repertório construtivo resultaram muito satisfatórias ao bioclima da região, segundo a pesquisa do arquiteto. Entre elas, a elevação do piso do edifício em relação ao solo, permitindo a aeração sob a moradia e evitando a penetração da umidade ascendente, tanto pelo piso como pelas paredes de taipa. Os beirais amplos, essa outra solução do repertório técnico de edifícios vernáculos japoneses, são obrigatórios quando se emprega a taipa na vedação das paredes. A forma da cobertura das casas dos imigrantes também está relacionada à melhoria do conforto dos ambientes internos. Com uma solução bastante empregada no Japão, utilizada nos palácios dos senhores feudais, o telhado tipo irimoya foi amplamente utilizado pelos imigrantes japoneses em suas residências e nas fábricas de chá. Esse elemento, além de sua composição volumétrica, pode servir à ventilação cruzada sob a cobertura. Os pontos de ventilação, que também proporcionam forma à cobertura, por vezes são fechados por lâminas de madeira tipo venezianas ou simplesmente com a estrutura da taipa de mão, sem o barro, somente a trama. Havia também a preocupação com a ventilação cruzada no interior das edificações, assim o construtor utilizava as bandeiras das portas como elementos de ventilação entre os cômodos, que além de permitir a aeração dos ambientes, reduzia a temperatura e eliminava o excesso de umidade no interior da casa. Grandes beirais ou, por vezes, varandas e generosos vãos de portas e janelas auxiliavam na melhoria da condição térmica. Outra preocupação era a orientação do imóvel em relação ao sol, na sua implantação. Identificou-se um padrão na orientação das fachadas em relação à trajetória solar nos edifícios rurais de Registro; na maioria dos casos as fachadas estavam orientadas no sentido nordeste. Em literatura sobre o tema, a orientação correta é aquela em que as fachadas mais extensas estão direcionadas perpendicularmente ao eixo norte-sul, reduzindo a insolação direta, em ângulos críticos, durante o nascente e principalmente no poente. Nessas considerações, o arquiteto Rogério Gonçalves finaliza afirmando que "podemos atestar que representam soluções híbridas de duas culturas construtivas". Em termos de durabilidade e conforto térmico, constituem exemplos de adaptações de sucesso, fruto da interação de conhecimento entre duas culturas totalmente distintas.*
>
> *Em todo o conjunto de componentes de madeira, esses edifícios não utilizam pregos ou outros elementos metálicos como componentes de fixação. A técnica construtiva do imigrante aponta para o uso extensivo da matéria-prima. Identificaram-se também várias alternativas pertinentes à tecnologia da madeira (tratamento e conservação) que poderiam colaborar com a solução de determinados problemas crônicos da indústria da construção civil e moveleira. Consistem*

em propostas técnicas milenares e simples, relacionadas ao processo de abate, desdobramento, tratamento, secagem e aparelhamento de componentes de madeira.

Conforme estudo realizado por Adriana Aoki,

> *os imigrantes, durante o processo de instalação, desde a sua chegada até a efetiva morada, trocavam de casa três vezes. A primeira, provisória, inicial, feita de modo rudimentar, atendia às necessidades do abrigo imediato. A segunda era construída com mais tempo, quando já se tinha atingido situação financeira pouco mais estável. Esta, em geral, é a casa caracterizada como sendo a de imigrantes japoneses, pela representatividade cultural e também por ser a que persistiu até o presente. A terceira casa é a que corresponde àquela construída na atualidade, frequentemente localizada muito próxima ou mesmo anexa à original e que visa atender aos confortos da vida contemporânea. O abandono da casa tradicional está relacionado à mudança de* status *social e aos novos símbolos das gerações atuais.*
>
> *No Vale do Ribeira do Iguape, o japonês não pode construir casas de bambu forradas de papel, com janelas e portas corrediças. Mas ele pode aplicar à habitação traços de arquitetura nipônica (...). É na forma dos telhados, na divisão interna dos cômodos e sua destituição, bem como na aplicação sistemática de vigas de madeira bem plainadas, de metro em metro, e nas paredes, que se nota a influência do estilo oriental nas casas de Registro (ALMEIDA, 1953:67).*

Os objetos da proteção

Nos municípios de Registro e Iguape estão os exemplares objeto deste processo de tombamento. Onze edificações e a área onde estão as primeiras mudas de chá, em Registro, e mais um objeto composto por duas edificações, em Iguape. Conforme descrição do dossiê:

> *As tipologias arquitetônicas encontradas em Registro e Iguape, e propostas para o tombamento em nível federal, podem ser divididas em três grupos, conforme seu uso: edificações funcionais (fabris e administrativas), edificações residenciais e edificações religiosas.*
>
> *A mais marcante edificação de uso fabril, em Registro, é a sede da KKKK. Ela foi o elemento estruturante da ocupação da região que é, hoje, o município de Registro e que deu início à urbanização da cidade, a partir do rio Ribeira do Iguape. Construída em tijolos aparentes, de acordo com as características da arquitetura industrial, seus quatro galpões são exemplares únicos dessa arquitetura.*
>
> *As fábricas de chá são outro grupo de edificações fabris importantes na ocupação da região, presentes como atividade principal ou como alternativa econômica ao café, desde o início da imigração.*
>
> *O segundo grupo de tipologias arquitetônicas é o das residências. Nele estão evidenciadas as relações entre a tradição local e as técnicas dos imigrantes, materializadas em edificações de muita singularidade nessa arquitetura. As residências das famílias Hokugawa, Amaya, Fukasawa, do senhor Gozo Okiyama e da senhora Susu Okiyama, segundo o dossiê, foram destacadas, ao longo do processo de estudo, como representativas, por apresentarem entre si grande diversidade de soluções, ao mesmo tempo em que conservam a unidade como "arquitetura japonesa. Todas são ricas no que se refere à técnica e à plasticidade. São construídas com estrutura autoportante em madeira, com madeiramento encaixado (sambladura), sem a utilização de pregos e com vedações em pau a pique, que utilizou a palha de arroz misturada ao barro. O telhado era feito primeiramente em palha, substituído por telhas de barro e, mais recentemente, por fibrocimento. A estrutura das casas é suspensa do chão, com embasamento em tijolos e em pedras.*

> *Há ainda as edificações religiosas. São duas as relacionadas: a Igreja de São Francisco Xavier e a Igreja Episcopal Anglicana. As duas são construções muito distintas entre si e revelam o caráter da religiosidade dos imigrantes e seus processos históricos de adaptação e transformação. A Igreja de São Francisco Xavier, construída no centro da cidade de Registro, junto ao KKKK, remete ao esforço de uma conjugação aos valores religiosos brasileiros do catolicismo. A Igreja Episcopal representa o esforço dos colonos em manter a própria cultura e religiosidade.*
>
> *E, por fim, complementando o conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico da imigração japonesa no Vale do Ribeira, estão incluídas nesta proposta de tombamento as primeiras mudas de chá, da variedade assam (chá preto), trazidas para o Brasil no início dos anos 1920, que se tornaram as matrizes para toda a produção nacional existente hoje.*

O Dossiê de Tombamento descreve detalhadamente cada uma das edificações em seus aspectos históricos, arquitetônicos, de conservação, de utilização, bem como traz a descrição pormenorizada de suas áreas envoltórias de proteção, devidamente mapeadas.

É evidente o valor desse conjunto de bens representativos da imigração japonesa no Vale do Ribeira e não resta dúvida, após a leitura atenta de toda a documentação que compõe este processo de tombamento, quanto à necessidade e a importância do reconhecimento, pelo governo federal, do valor desse patrimônio cultural.

Dessa forma, apresento meu parecer que submeto à apreciação dos membros deste Conselho.

PARECER

Um mundo desconhecido os esperava.

Um ambiente natural desconhecido, a terra, a vegetação, os insetos, os animais, o calor, a chuva, a umidade, tudo aquilo que não fazia parte de seu *habitat* de origem.

A língua, como se comunicar, com tantas diferenças...

A distância do seu mundo, do outro lado do mundo.

A saga.

O contínuo construir, o produzir sem esmorecer.

O domínio do desconhecido.

A união.

A família unida, o trabalho exaustivo.

A preservação dos costumes, da cultura, do saber fazer.

A maneira singela de conjugar os conhecimentos, o amálgama de duas culturas.

Plantar, construir e manter a ligação com a terra natal.

Isso pode parecer um conjunto de palavras, mas é pouco se comparado ao que de fato foi a realidade desses imigrantes que chegaram ao Brasil para construir seu novo mundo. Com conhecimento e respeito à sua cultura, fizeram deste o seu país. Dominaram o ambiente, instalaram sua morada, cultivaram a terra, participaram e progrediram, contribuindo para o crescimento do Brasil. Aprenderam o idioma português, tão diverso. Suas marcas não poderão ser esquecidas.

Proteger pelo tombamento nacional a arquitetura das colônias japonesas da região do Ribeira, como «Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira", componentes do Patrimônio Cultural do Brasil, é, sem dúvida, o modo de reconhecer *e* valorizar o quanto esse povo, incansável, contribuiu para a cultura brasileira. Sou de parecer favorável à proteção dos edifícios já relacionados e à área da plantação das primeiras mudas do chá do tipo assam como bens culturais do Brasil que deverão ser inscritos nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico e das Belas Artes, do Iphan, a seguir indicados:

Sede da Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha-KKKK (valor histórico); Fábrica de Chá Amaya (valores histórico, arquitetônico, etnográfico e paisagístico); Fábrica de Chá Kawagiri (valores histórico, arquitetônico, etnográfico e paisagístico); Fábrica de Chá e Residência Shimizu (valores histórico, arquitetônico, etnográfico e paisagístico); Engenho, Sede Social e Residência Colônia Katsura (valores histórico, etnográfico e paisagístico); Residência Fukasawa (valores histórico, arquitetônico, etnográfico e paisagístico); Residência Gozo Okiyama (valores histórico, arquitetônico, etnográfico e paisagístico); Residência Senhora Susu Okiyama (valores histórico, arquitetônico, etnográfico e paisagístico); Residência Família Hokugawa (valores histórico, arquitetônico, etnográfico e paisagístico); Residência Família Amaya (valores histórico, etnográfico e paisagístico); Igreja Episcopal Anglicana (valores histórico, arquitetônico, etnográfico e paisagístico); Igreja de São Francisco Xavier (valor histórico); e Primeiras Mudas de Chá da Variedade Assam (valores histórico, etnográfico e paisagístico). Incluem-se neste tombamento as respectivas áreas envoltórias definidas no processo.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 2010.



XII. Conjunto da Obra do Arquiteto Oscar Niemeyer

Conjunto da Obra de Oscar Niemeyer | 2007

Relatório

PROCESSO: 1.550-T-07

RELATOR: NESTOR GOULART REIS FILHO

REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 6 DE DEZEMBRO DE 2007

A inicial do processo é uma carta de Oscar Niemeyer dirigida ao ministro da Cultura, Gilberto Gil, aceitando a sugestão de tombamento de algumas de suas obras, incluindo uma lista das que considera mais relevantes ou ameaçadas de descaracterização. A carta foi protocolada em 12 de julho de 2007 e encaminhada ao presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida, que em seguida a enviou ao diretor do Depam, arquiteto Dalmo Vieira Filho, para as providências cabíveis. Parte do processo nos chegou às mãos em 28 de novembro, com ofício daquele diretor, solicitando parecer para o Conselho Consultivo, a ser apreciado na reunião de 6 de dezembro, no que se refere a uma parte significativa das obras listadas pelo arquiteto, no conjunto de Brasília.

Trata-se de uma incumbência extremamente honrosa e um prazer especial para este conselheiro, formado intelectualmente com base nos princípios do Movimento Moderno e também porque estão presentes neste Conselho ilustres colegas, amigos pessoais e antigos colaboradores do arquiteto na construção de Brasília, que certamente estariam mais qualificados para exame do assunto.

A relação contida no ofício de encaminhamento não contempla todas as obras relacionadas por Oscar Niemeyer, pois inclui apenas obras de Brasília. Ainda assim, deixa de lado algumas, por razões burocráticas.

O processo está instruído com um parecer do antropólogo Giorge Bessoni, da 15ª Superintendência Regional, um ensaio do arquiteto e antropólogo Lauro Cavalcanti, diretor do Paço Imperial e autor de diversos livros sobre o Movimento Moderno no Brasil, um estudo do professor Matheus Gorovitz, da UnB, sobre o valor estético da obra de Oscar Niemeyer em Brasília, e o parecer do procurador federal Antônio Leal Neri.

Não teria sentido nos alongarmos sobre os detalhes construtivos das obras de Oscar Niemeyer, conhecidas pelos intelectuais brasileiros e pelo público, o que já está feito com a sempre eficiente instrução do processo pelos quadros técnicos do Iphan. O processo contou com a análise da arquiteta do Depam Maria Regina Weissheimer, que se manifestou favoravelmente ao tombamento do conjunto da obra de Oscar Niemeyer em Brasília, com inscrição no Livro de Tombo de Belas Artes, e alguns no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Incluiu

As colunas do Palácio do Planalto, Brasília. Foto: Caio Reisewitz/Acervo Iphan, 2008.

também manifestação pelo tombamento da Casa das Canoas, no Rio de Janeiro. O trabalho foi concluído com manifestação do diretor do Depam favorável ao tombamento das obras de Oscar Niemeyer em Brasília e no Rio de Janeiro, segundo relação indicada.

À vista de tão extensa documentação, consideramos que nossa responsabilidade é abordar de forma sucinta os fundamentos da proposta de tombamento, o que sempre implica a seleção e o reconhecimento do valor artístico do bem em questão, nos termos do inciso V do artigo 216 da Constituição. Em primeiro lugar, na seleção da obra de Oscar Niemeyer dentre todos os arquitetos brasileiros; em segundo lugar, na seleção de algumas de suas obras entre a quase totalidade das reconhecidas, pelos historiadores de arquitetura, críticos e profissionais, graças às suas qualidades incomuns.

Nosso ponto de partida, portanto, deve ser, necessariamente, o da identificação dessa excepcionalidade entre o que é excepcional.

As obras de Oscar Niemeyer foram e continuam a ser avaliadas, há muitas décadas, em conjunto e em detalhes, por diferentes autores, em livros e artigos em quase todas as línguas. Não teria sentido, portanto, pretendermos apresentar aqui uma avaliação estética de uma obra de arte já consagrada no país e no exterior, através de prêmios numerosos e avaliações competentes, correndo o risco de repetir desnecessariamente comentários já feitos, sobretudo nos últimos meses, em decorrência das comemorações de passagem do centésimo aniversário do arquiteto.

Neste parecer, buscaremos manter a máxima objetividade e atender o quanto possível aos padrões correntes em textos desse tipo. Considerando o processo e o tempo concedido, a magnitude da obra e as limitações do relator, ainda que envaidecido pela incumbência, que é um desafio, cabe a busca de uma forma concisa de expressar o parecer. Quanto mais não seja, para acompanhar de longe a extraordinária competência do arquiteto, no uso das formas arquitetônicas e, não menos importante, na construção de seus textos, pela incomum capacidade de síntese no uso das palavras, para expressão de seus pensamentos.

EXCEPCIONALIDADE

O principal critério que vamos utilizar para avaliação da obra de Oscar Niemeyer, justificando a proposta de seu tombamento, com inscrição nos Livros do Tombo Histórico, das Belas Artes e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, há de ser o da excepcionalidade. Dada a importância da obra, devemos examinar a questão sob diferentes perspectivas.

Não se trata, no caso, de "tombamento" do arquiteto e sua vida, já por si excepcionais. Oscar Niemeyer é o mais conhecido dos arquitetos brasileiros, com uma obra extraordinariamente diversificada e de valor sem paralelo em todo o Movimento Moderno. Ao mesmo tempo, é o último dos participantes do Movimento que continua ativo.

Com excepcional longevidade, é caso único de profissional que continua realizando obras de importância, marcando sua presença na vida cultural brasileira, sempre com o mesmo destaque, desde 1936, quando revelou seu talento profissional na equipe que projetou o Ministério da Educação, marco do processo cultural que tornou a arquitetura moderna brasileira conhecida no cenário mundial.

Essa excepcionalidade de caráter pessoal seria suficiente para justificar as comemorações que estão ocorrendo e justificar o entusiasmo de todos nós, seus colegas, atuantes profissionalmente na área da cultura. Mas não se trata aqui de registro comemorativo e sim de registro oficial do valor das obras, por sua importância no cenário cultural.

Nossas observações têm como objetivo mostrar o papel fundamental da obra de Oscar Niemeyer na construção da identidade da arquitetura moderna brasileira, a sua especificidade no quadro da arquitetura mundial.

EXCEPCIONALIDADE NO QUADRO DA ARQUITETURA BRASILEIRA

Por diversos motivos, a obra de Oscar Niemeyer é excepcional no cenário brasileiro. Trata-se do arquiteto que recebeu os mais importantes prêmios no Brasil e no exterior.

Desde cedo, foi o que mais se destacou entre os que integraram a equipe do projeto do Ministério da Educação. A importância do trabalho daquela equipe é um assunto de interesse especial, que deve ser registrado na sua exatidão histórica. Alguns arroubos regionalistas procuraram limitar a importância histórica do projeto, como compensação a alguns exageros na leitura do fato, compreensíveis em uma época em que as regiões do Brasil não apresentavam as facilidades de comunicação e acesso que hoje nos unem.

O projeto do Ministério da Educação e sua execução não marcam certamente o início do Movimento Moderno no Brasil. Não seria possível ignorar a existência de alguns projetos de excelentes arquitetos, não apenas do Rio de Janeiro como de outros estados, caso da equipe de Luís Nunes em Pernambuco, entre 1935 e 1937. E não seria possível ignorar os vários arquitetos que atuaram em São Paulo, durante a década de 1920-1930, e em outros estados, até 1936.

A diferença fundamental no desenvolvimento do projeto do Ministério da Educação não foi a presença de Le Corbusier, que orientou a elaboração da primeira versão, mas o fato da segunda versão ter sido elaborada após a partida do mestre suíço-francês, marcando uma virada fundamental na arquitetura brasileira que lhe conferiu um caráter específico, reconhecido muito cedo em âmbito mundial. Não se trata, portanto, de uma referência histórica regional ou de competição entre a arquitetura e esforços de arquitetos em diferentes regiões do Brasil, mas do reconhecimento desse fato como referência histórica fundamental para uma produção cultural cujos méritos têm sido reconhecidos em âmbito mundial. Os detalhes dessas especificidades serão discutidos a seguir.

EXCEPCIONALIDADE E ALGUMAS QUESTÕES GERAIS

Trata-se do mais importante conjunto de obras do Movimento Moderno no Brasil. Oscar Niemeyer esteve na origem do processo de reorientação da arquitetura brasileira, conferindo-lhe características especiais. Esteve presente em 1936, com destaque no projeto do Ministério da Educação, o primeiro marco de referência. Dois anos depois, em 1938, com Lucio Costa, foi autor do projeto do pavilhão do Brasil na Feira Mundial de Nova York, que chamou a atenção em nível internacional para as inovações que estavam ocorrendo. Apenas dois anos mais tarde, em 1940, foi autor dos projetos do conjunto de obras para a Pampulha, destacadas como referências básicas no livro *Brazil builds*, de 1943, que consolidou o prestígio internacional dessa arquitetura ao longo da década seguinte. Em 1947, com Le Corbusier e W. Harrison, fez parte da equipe que projetou o edifício da ONU em Nova York.

Estamos, portanto, tratando da obra do arquiteto responsável pelos projetos das edificações da sede do governo do Brasil em Brasília, entre 1955 e 1960, e um dos autores do projeto da sede da Organização das Nações Unidas dez anos antes. Essas são formas de reconhecimento oficial de seus méritos, às quais se soma um número extraordinário de prêmios nacionais e internacionais conferidos por especialistas, por críticos e por entidades de arquitetos, em diferentes etapas de sua vida profissional, em reconhecimento a uma obra que tem continuidade no presente, com os mesmos níveis de qualidade.

EXCEPCIONALIDADE EM ÂMBITO INTERNACIONAL

É difícil descrevermos a consagração da obra de Oscar Niemeyer no Brasil sem nos referirmos ao reconhecimento internacional de sua excepcionalidade.

Sua obra é indiscutivelmente excepcional, por ser inovadora em relação a algumas questões centrais referentes à renovação do próprio Movimento Moderno.

Em primeiro lugar, pela mudança nas razões das formas na arquitetura, com o uso do concreto armado. Até cerca de 1940, em sua quase totalidade, as formas dos edifícios modernos eram dadas pelos processos de cálculo de estruturas metálicas, paradigma estabelecido nos países da Europa Central, valorizando a ortogonalidade, com o uso de linhas retas. Havia exceções, como algumas obras de Mendelsohn, mas eram raras. Por rotina, ao cálculo de concreto aplicavam-se os mesmos métodos de cálculo de estruturas metálicas, com pilastras, vigas e lajes, isto é, conjuntos de linhas retas. Essas formas, que eram consideradas como racionais, correspondiam também aos conceitos e tipologias do repertório acadêmico. Essas linhas foram reforçadas na arquitetura do chamado *International Style*, versão simplificada da arquitetura europeia de caráter racionalista, difundida em âmbito mundial nos anos pós-1945, com pretensões "oficiais".

Em 1940, com o conjunto da Pampulha, Oscar Niemeyer rompe com esse modelo e estabelece uma nova linguagem para o Movimento Moderno.

No dizer de Ítalo Campofiorito,

> *foi Niemeyer quem, de repente, para surpresa de todo o mundo, concebeu, em 1942, com toda a plasticidade formal que o concreto armado permitia (...) as formas curvas e livres da Pampulha, em Minas Gerais. A cobertura ondulante da igreja sobre um muro quase imaterial de azulejos e a marquise do Baile, lançada melodiosamente, solta, sinuosa, barroca – são formas impensáveis em qualquer escritório modernista do tempo. Foram recebidas com estranheza pelas personalidades conservadoras, mas pelos jovens arquitetos como verdadeira abertura (...).*

Naquele momento e ao longo de mais de sessenta anos de atividade constante e coerente, como também neste início de século, Niemeyer sempre elaborou sua arquitetura em concreto armado, procurando explorar ao máximo as potencialidades plásticas e estruturais desse material. Suas linhas estiveram muitas vezes próximas das formas livres da linguagem abstrata das "amebas", como dizíamos naquele tempo, uma das modalidades mais criativas da Arte Moderna. Repetindo as palavras do arquiteto: "Não é o ângulo reto que me atrai. Nem a linha reta. Dura, inflexível, criada pelo homem. O que me atrai é a curva livre e sensual". Inovou nas coberturas, com as formas livres de suas lajes e marquises, inovou nas formas dos apoios, com colunas e pilastras de formas elegantes, soltou e inovou as formas de suas escadas e rampas.

Segundo o parecer do professor Matheus Gorovitz, poderíamos repetir: "Oscar Niemeyer imprimiu dramaticidade explorando os recursos da técnica do concreto armado, seja reduzindo as dimensões dos comprimentos estruturais, tornando-os mais delgados, esbeltos e filiformes ou, alternativamente, conferindo expressividade pelos apoios monolíticos e os grandes vãos (...)". Suas estruturas apresentam poucos pontos de apoio, sempre parecendo estar soltas no ar. Exemplos mais sugestivos talvez sejam os da Casa das Canoas, na qual uma única laje nos dá a impressão de estar flutuando em meio às arvores, e o do Museu de Arte Contemporânea de Niterói, com um único ponto de apoio.

Uma segunda questão muito relacionada à anterior, que nos leva a reconhecer a excepcionalidade de sua contribuição, é a da preocupação com a qualidade estética de suas obras. No quadro das rotinas cartesianas, das estruturas com linhas ortogonais, haveria a convicção de que os projetos estivessem resolvendo apenas questões de uso e estrutura, e não de forma. A arquitetura da era industrial estaria apenas solucionando problemas de ordem prática. Isso foi reforçado com a corrente da Nova Objetividade, que extremava a preocupação com a relação entre formas e processos construtivos e foi reforçada ainda mais por Zdanov, para quem as preocupações estéticas seriam um equívoco da cultura burguesa.

O assunto tem sido discutido com competência por Miguel Alves Pereira, que mostra os equívocos dessas interpretações. Para nós, é importante registrar que a arquitetura de Oscar Niemeyer abriu caminho, desde 1936,

para a superação dessa estreiteza de visão. Sua preocupação foi sempre a de que a arquitetura possa surpreender ou desconcertar, isto é, romper os equilíbrios até então construídos, com os conceitos estabelecidos, obrigando o observador a descobrir as novas possibilidades apresentadas pelo arquiteto. E, muito claramente, constatar que sua capacidade de surpreender decorre de sua competência para pensar as formas como estruturas e estas como formas, com extraordinário domínio sobre as razões do projeto. Hoje, quando estão sendo valorizados, em vários países, edifícios onde se ostentam artifícios formais de caráter arbitrário, fica mais evidente o excepcional domínio do arquiteto Oscar Niemeyer sobre a relação entre forma e estrutura e seu poder inovador.

Uma terceira questão a fundamentar o reconhecimento da excepcionalidade de suas obras é a que se refere à elaboração, pelos arquitetos brasileiros, de um novo paradigma para a arquitetura do Movimento Moderno nos países tropicais. O assunto já estava presente em discussões da equipe que projetou em 1936 o Ministério da Educação, sob a coordenação de Lucio Costa. Este formulou por escrito algumas soluções, com base em seus conhecimentos sobre a arquitetura civil do período Colonial. As soluções práticas já estavam presentes no edifício do Ministério. Seu desenvolvimento se configurou explicitamente no conjunto da Pampulha.

Os projetos das primeiras fases do Movimento Moderno na Europa, assim como estiveram presos a uma estética que correspondia aos sistemas de cálculo de estruturas metálicas, estavam também condicionados pelos invernos rigorosos, pelos ventos frios e pela neve. Eram fechados para evitar os ventos e envidraçados para deixar passar o sol. No Brasil, o Movimento Moderno estabeleceu diretrizes em sentido inverso, abrindo para deixar passar a brisa, recuando as aberturas sob as lajes para evitar o sol e, ao mesmo tempo, permitir o contanto entre o exterior e o interior. Esse paradigma, que dificilmente pode ser empreendido à distância por um europeu, já estava bem definido na Casa do Baile, na Pampulha e assumiu forma completa na Casa das Canoas. Walter Gropius, que a visitou e não a compreendeu, estava enganado: em termos ambientais, a Casa das Canoas pode e deve ser objeto de repetição. É um exemplo excepcional de adaptação da arquitetura ao meio ambiente. É uma obra-prima.

CONCLUSÕES SOBRE O TOMBAMENTO

Há algumas observações de ordem geral que devem ser feitas sobre os aspectos burocráticos do processo. Em primeiro lugar, é preciso deixar consignado que, para as obras de Brasília, este processo refere-se especificamente ao registro no Livro do Tombo das Belas Artes. Em 1990 foi realizado o tombamento com registro no Livro do Tombo Histórico, complementado pela Portaria 314/92, nos termos do parecer do Conselheiro Ítalo Campofiorito. Trata-se de um parecer inovador, que enfrentou com êxito os problemas de tombamento em escala urbanística. Sua finalidade foi preservar um conjunto de excepcional importância histórica, com sua escala e demais características do plano, no conjunto e em suas partes.

Trata-se agora, portanto, do tombamento dos edifícios, por suas qualidades estéticas, com inscrição no Livro das Belas Artes.

A segunda questão que se apresenta é a da relação dos bens a serem inscritos no Livro do Tombo das Belas Artes e, em alguns casos, também no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. A lista que nos foi encaminhada refere-se a obras de Brasília e corresponde apenas a uma parte das que estão relacionadas por Oscar Niemeyer em sua carta. Dado o ritmo com que foi preparado o processo, a lista do Depam refere-se às obras para as quais a Superintendência de Brasília preparou a documentação para fundamentar a decisão. Todavia, pelos entendimentos verbais mantidos com o Dr. Dalmo Vieira, poderemos nos manifestar pela inclusão de outras obras.

A documentação apresentada nos permite concluir favoravelmente ao tombamento de todas as obras relacionadas na tabela apresentada no parecer do procurador federal Antônio Fernando Alves Leal Neri, inclusive com referência aos Livros do Tombo em que deverão ser inscritas.

A lista inclui, além das obras de Brasília, a Casa das Canoas, no Rio de janeiro, que igualmente merece aprovação.

Esses foram os bens cuja documentação foi considerada adequada para a fundamentação das decisões do Conselho Consultivo.

Restam, porém, em aberto duas questões:

> As demais obras listadas por Oscar Niemeyer, que em nosso entendimento devem ser tombadas pelo Iphan, cuja documentação não foi anexada ao processo.

> Outras obras de interesse, de autoria do arquiteto, não incluídas em sua relação, que possam ser objeto de análise e deliberação.

Considerando ser evidente o valor artístico dessas obras, nosso parecer é favorável:

> ao tombamento das obras cuja documentação foi anexada, nos termos da tabela apresentada pelo procurador federal;

> ao tombamento das demais obras listadas pelo arquiteto, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, Rio Grande do Norte e Minas Gerais (menos as obras já tombadas, como a Capela da Pampulha), desde que a Diretoria do Iphan possa assegurar a apresentação da documentação adequada, no prazo de trinta dias, visando responder, na íntegra, à solicitação do arquiteto. A esse respeito, estamos anexando ainda, como fundamentação, a carta de Ana Lúcia Niemeyer de Medeiros, diretora executiva da Fundação Oscar Niemeyer, enviada ao nosso presidente Luiz Fernando de Almeida, em 28 de abril de 2007, na qual expõe as razões do arquiteto para recomendar o tombamento das obras de Niterói (o Museu de Arte Contemporânea e o Caminho Oscar Niemeyer); um texto de autoria do conselheiro Ítalo Campofiorito, com razões que nos parecem corretas e adequadas para a preservação daquelas obras e sua ambientação; e, finalmente, outro do mesmo conselheiro, analisando as qualidades arquitetônicas do MAC de Niterói. Acreditamos que, com tais elementos, fica explicitado o valor dessas obras, que tanto preocupam o arquiteto;

> à realização de um levantamento do conjunto da obra do arquiteto, sob coordenação de um grupo de conselheiros, visando sua futura apreciação pelo Conselho Consultivo, tanto quanto a sua divulgação, com apoio do Iphan.

Em 6 de dezembro de 2007.

Conjunto da Obra de Oscar Niemeyer | 2008

Adenda do Relator

PROCESSO: 1.550-T-07

RELATOR: NESTOR GOULART REIS FILHO

REUNIÃO DO CONSELHO: SALVADOR, 15 DE JULHO DE 2008

ADENDA DO RELATOR AO SEU PARECER SOBRE A PROPOSTA DE TOMBAMENTO DOS BENS REPRESENTATIVOS DO CONJUNTO DA OBRA DO ARQUITETO OSCAR NIEMEYER

O expediente começa com o ofício ao presidente, ao qual são anexadas especificações sobre as obras de Oscar Niemeyer, cujo tombamento foi aprovado na última reunião do Conselho Consultivo. Como se poderá constatar, ressalvamos os casos em que há necessidade de definição do perímetro de proteção. Ao mesmo tempo, destacamos da lista constante do processo aquelas obras que, por serem de propriedade privada, poderiam necessitar de prazo para eventual contestação. Finalmente, separamos aquelas sobre as quais havia insuficiência de informações e que devem, portanto, ser objeto de instrução pelas Superintendências, para posterior apresentação ao Conselho Consultivo. Considerando o pedido dos conselheiros no final daquela reunião, de que seja realizado um levantamento completo das obras de Oscar Niemeyer nas diferentes regiões pelas Superintendências Regionais, para posterior apreciação, permaneceremos à disposição para a colaboração que se fizer necessária.

De nossa parte, estamos realizando um levantamento informal na USP, que será posto à disposição tão logo possível. Ao final, chegamos a algumas alternativas que vão ser objeto de decisão da Diretoria. O documento básico que apresentarei a seguir é um adendo, com especificações, ao parecer aprovado na última reunião do Conselho Consultivo, a que antecedeu a 4 de março, que é a data do ofício. Texto do documento:

> Do conjunto de obras listadas e aprovadas na reunião do Conselho Consultivo, bem como das mencionadas pelos conselheiros, cuja inclusão foi recomendada, cabe identificar situações diferentes quanto aos procedimentos a serem adotados, o que nos leva a apresentar as listas que seguem, com as respectivas situações e especificidades, bem com as ressalvas necessárias.

LISTA A – BENS CULTURAIS CONSTANTES DA LISTA ELABORADA PELA PROCURADORIA, TODOS COM NOTIFICAÇÕES JÁ EFETIVADAS E, PORTANTO, COM O "TOMBAMENTO PROVISÓRIO", DEVENDO SEGUIR PARA HOMOLOGAÇÃO DO MINISTRO DA CULTURA

Distrito Federal

> Praça dos Três Poderes, nela incluídos:

a) os edifícios do Palácio do Planalto, do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional, com os respectivos anexos, estes como partes do entorno dos edifícios principais;

b) a Escultura Arquitetônica do Pombal, a Casa de Chá e todos os elementos escultóricos que complementam a praça em seu estado atual, inclusive o Panteão, a Pira e o Monumento ao Fogo Simbólico, as esculturas existentes e o Espaço Lucio Costa, obras a serem inscritas no Livro das Belas Artes, como já o foram no Livro do Tombo Histórico, quando do tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília, com parecer do conselheiro Ítalo Campofiorito, que acompanhou todo o nosso trabalho de especificação desse processo que precisa ficar registrado;

c) os palácios do Itamaraty, da Justiça e todos os edifícios dos Ministérios, como referências integradas.

Devemos fazer aqui uma especificação. Na definição das ambiências e vizinhanças desses bens tombados, ficam considerados *non-aedificandi* terrenos não ocupados da Praça, bem como de todo o canteiro central, com a Esplanada dos Ministérios, em cujas sedes ficam protegidas as volumetrias dos edifícios, as esquadras e marquises das fachadas leste, *brise-soleil* das fachadas oeste e o revestimento de cerâmica Gressit. Em todas essas áreas ficam proibidas quaisquer construções, mesmo de caráter temporário, sendo as áreas livres existentes espaços *non- aedificandi.*

> Outros tombamentos no Distrito Federal: O Teatro Nacional, com ambiência e vizinhança a ser definida (portanto, ela precisa ser definida no órgão) de acordo com a proposta da Superintendência Regional, segundo o mesmo princípio já indicado para a Praça dos Três Poderes e a Esplanada dos Ministérios. Vale dizer, áreas *non- aedificandi,* ao redor, que são consideradas como partes integrantes desses espaços.

> O Conjunto Cultural Sul, hoje denominado Complexo Cultural da República João Herculino, com o Museu Honestino Guimarães e a Biblioteca Leonel de Moura Brizola. As ambiências e as vizinhanças deverão ser definidas seguindo os mesmos princípios indicados para a Praça dos Três Poderes e a Esplanada dos Ministérios, assegurando-se que não haja quaisquer construções, mesmo temporárias, na área envoltória, entre e ao redor dos edifícios do Complexo Cultural. Estas ressalvas são repetidas para que não paire a menor dúvida e para amparar a fiscalização, em qualquer tempo, inclusive com a exclusão de construções temporárias.

> Quartel General do Exército, e espaços externos, necessários à sua visibilidade, nos termos a serem definidos, nas informações da Superintendência Regional, como proteção da área envoltória.

> O Palácio Jaburu, residência do vice-presidente da República, com os mesmos princípios de ambiência e vizinhança indicados anteriormente para a Praça dos Três Poderes e a Esplanada dos Ministérios.

> O Memorial JK, também com os mesmos princípios de ambiência e vizinhança indicados para a Praça dos Três Poderes e a Esplanada dos Ministérios.

Rio de Janeiro

> Casa das Canoas, proibindo-se construções no âmbito da propriedade territorial e nas vizinhanças, com ambientação a ser definida pela Superintendência Regional. Todas essas ambiências deverão ser fornecidas pelas regionais para complementar este processo.

> O Conjunto da Passarela do Samba (Sambódromo) e todos os edifícios e espaços externos, com ambientação a ser definida pela Superintendência Regional.

> Museu de Arte Moderna de Niterói, com toda a área envoltória, entre o mar e os gradis do terreno do prédio tombado, ficando vedadas em toda a área quaisquer construções, mesmo temporárias, bem como dentro ou fora do edifício, e ainda quaisquer instalações, mesmo artísticas, que possam interagir fisicamente, modificar ou acrescentar obras que possam ser confundidas com a arquitetura.

> O Caminho Niemeyer, em Niterói, com os edifícios já existentes, os em conclusão e os projetados, bem como os espaços livres previstos ao seu redor, que jamais poderão ser ocupados mesmo com construções provisórias de qualquer tipo, nos termos do parecer de Rodrigo Melo Franco, no processo referente ao Aterro do Flamengo. Trata-se de um "tombamento preventivo", no dizer daquele ilustre presidente do Iphan, com a finalidade de preservar a ambientação e a monumentalidade das obras, individualmente e, sobretudo, como um conjunto.

O perímetro de proteção será indicado pela Superintendência Regional, com base na planta que anexamos a este parecer, podendo ser mais amplo do que o perímetro que consta no processo.

Obs.: A Superintendência Regional deverá também completar a documentação dos processos. O que não foi feito. Trata-se, portanto, de uma lista para permitir a operacionalização desse tombamento, pois o processo corre com características excepcionais.

São Paulo

> O Memorial da América Latina e Parlamento. A definição do perímetro e das ambiências deverá ser feita pela Superintendência Regional, sendo que não deverá haver ocupação de seu entorno imediato e, nessa faixa, como internamente, não serão permitidas quaisquer edificações, mesmo provisórias, que não correspondam ao projeto original e às alterações que estão sendo projetadas pelo arquiteto. Este é um comentário paralelo, pois recebi uma informação, no Memorial, de que haveria a intenção de aumentar o pavilhão de serviços, de acordo com o escritório do arquiteto, solução que não altera o conjunto, pois estava em processo. A Superintendência deverá também completar a documentação do processo.

> Conjunto do Parque Ibirapuera, com o Teatro, o Pavilhão Ciccillo Matarazzo Sobrinho, o Pavilhão dos Estados e a Marquise. A definição dos perímetros e das condições de ambiência deverá ser realizada pela Superintendência Regional.

LISTA B – BENS CULTURAIS CONSTANTES DA LISTA ELABORADA PELA PROCURADORIA, MENCIONADOS NA REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO, QUE, POR SEREM DE PROPRIEDADE PRIVADA, DEPENDEM DE NOTIFICAÇÃO DE TOMBAMENTO PARA QUE, EVENTUALMENTE, OS PROPRIETÁRIOS APRESENTEM SUAS CONTESTAÇÕES

Distrito Federal

> Touring Club (pertencente à Globo Distribuidora de Combustíveis Ltda.). Fica situado na Plataforma Rodoviária, face ao Setor de Diversões Sul. É um prédio tombado como parte de um conjunto, no nível superior da plataforma, já protegida pela Unesco e inscrita no Livro do Tombo Histórico.

O tombamento e inscrição no Livro das Belas Artes incluirá as duas fachadas. A ambiência deve ser definida pela Superintendência Regional, estendendo-se a toda a "Esplanada Transversal" ao Eixo Monumental, preservando-se sempre as visuais sobre este.

> Igreja de Nossa Senhora de Fátima (SQ 307-308 Sul). Está afeta ao patrimônio da Terracap, devendo portanto aguardar o prazo para contestação, ainda que formalmente. A Superintendência Regional deverá providenciar a definição do perímetro e eventuais restrições por condições de ambiência.

São Paulo

> Edifício Copam. É um condomínio, seguindo-se portanto os procedimentos e prazos para eventual contestação à Notificação de Tombamento.

Obs.: Neste caso, como não houve inclusão prévia na lista da Procuradoria, nem notificação antecipada, o processo deverá ter andamento normal e retornar ao Conselho Consultivo, para manifestação formal.

LISTA C – BENS CULTURAIS SOBRE OS QUAIS HAVIA INFORMAÇÕES INSUFICIENTES, CUJOS PROCESSOS DEVERÃO SER OBJETO DE INSTRUÇÃO COMPLETA, RETORNANDO DEPOIS AO CONSELHO CONSULTIVO

Distrito Federal

> Casa do Teatro Amador.

> Memorial Israel Pinheiro.

> Cruz e Capela do Eixo Monumental.

> Memorial dos Povos Indígenas.

Goiás

> Centro Cultural Oscar Niemeyer. O perímetro e as condições de ambiência deverão ser definidos pela Superintendência Regional, que deverá também completar a documentação dos processos.

Paraná

> Museu Oscar Niemeyer. O perímetro e as condições de ambiência deverão ser definidos pela Superintendência Regional, que deverá também completar a documentação dos processos.

LISTA D – NOSSA PROPOSIÇÃO DE INCLUSÃO NA LISTA DE OBRAS MENCIONADAS PELOS CONSELHEIROS NA REUNIÃO DE 6/12/2007

> Dentre as primeiras obras da UnB, os quatro edifícios do Ceplan e do antigo Icafau (Instituto Cultural de Artes e Faculdade de Arquitetura), que, pelo seu sistema estrutural, sua simplicidade construtiva e formal, além da riqueza incomum dos espaços internos, merecem registro no Livro das Belas Artes e no Livro do Tombo Histórico, pelo seu papel de espaço fundador da Universidade.

> Nesta lista se incluem as obras mencionadas pelos conselheiros, na última reunião, das quais não dispomos de documentação. No final da reunião, foi solicitado pelos conselheiros ao presidente Luiz Fernando de Almeida que determine às Superintendências Regionais a realização de um levantamento de obras de Oscar Niemeyer existentes nos vários estados (além do recolhimento da documentação pertinente, para as já mencionadas acima), para que o assunto possa voltar à pauta em outra oportunidade.

São Paulo, 4 de março de 2008.
Nestor Goulart Reis Filho

Terminando a leitura do documento, nossa sugestão seria que as Regionais fizessem apenas o arrolamento. As Superintendências estão sobrecarregadas. Elas poderiam fazer apenas o arrolamento dos projetos elaborados, das obras realizadas, das obras destruídas. Como estamos desenvolvendo um trabalho desse tipo na USP, poderíamos, em colaboração com os nossos bolsistas, fazer a documentação fotográfica, com o que já teríamos um arrolamento completo e documentação fotográfica necessária para informações futuras sobre o conjunto da obra de Oscar Niemeyer. Não é questão de data, o trabalho será feito. Se for de interesse do Iphan, podemos fazer um convênio com a nossa Fundação para cobrir pequenos gastos que isso possa acarretar, para desenvolvermos um trabalho conjunto. Já estamos com uma equipe há uns dois anos estudando a obra de Oscar Niemeyer. Temos muita coisa fotografada, de forma que não teria sentido pedir às Regionais para recomeçarem esse trabalho. Nós poderíamos completá-lo em conjunto, informar ao Conselho no próximo ano e nas comemorações dos cinquenta anos de Brasília, seria uma boa oportunidade para se divulgar a relação. Até porque o arquiteto tem as suas suscetibilidades e, às vezes, renega certas obras. Ele jura a quem o vê e ouve que não fez a obra, que ele não sabe que obra é essa. Essa não é a posição do Conselho. A nossa posição, com relatores e pesquisadores, é fazer a documentação muito além da lista que ele propõe e julgar a partir do conjunto.

NOTA DOS ORGANIZADORES

Após a aprovação do tombamento de 23 bens na 55ª Reunião do Conselho (dezembro/2007) e da lista adenda apresentada à reunião de julho/2008 pelo conselheiro relator, prof. Nestor Goulart Reis Filho, em maio/2016 o conselheiro Carlos Eduardo Dias Comas elaborou o parecer conclusivo do processo, que culminou com o tombamento de três outros bens. Tal documento está na Ata da 82ª Reunião do Conselho, disponível no *site* do Iphan.

C. Paisagismo



Manaus, Iranduba e Careiro da Várzea – AM | 2010

Encontro das Águas dos Rios Negro e Solimões

PROCESSO: 1.599-T-10
RELATOR: EDUARDO GÓES NEVES
REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 4 DE NOVEMBRO DE 2010

No início da colonização europeia, em 1542, uma pequena expedição exploradora partiu dos Andes Equatorianos e desceu os rios Napo e Amazonas até a sua foz, no Oceano Atlântico. A expedição, chefiada por Francisco de Orellana, teve um cronista, frei Gaspar de Carvajal, que nos deixou o primeiro relato escrito sobre os povos indígenas da bacia amazônica. Desde sua redescoberta, no final do século XIX, o relato de Carvajal tem servido como uma fonte preciosa, embora às vezes vaga, sobre os modos de vida desses povos nos períodos que antecederam a colonização europeia. O relato de Carvajal nos traz também o primeiro texto escrito sobre o encontro dos rios Negro e Solimões, também conhecido como "encontro das águas". De acordo com Carvajal:

> *(...) proseguiendo nuestro viaje, vimos una boca de otro rio grande a Ia mano siniestra, que entraba em el que nosotros navegávamos, el água dei cual era negra como tinta, y por esto le pusimos el nombre dei Rio Negro, el cual corria tanto y con tanta ferocidad que en más de veinte léguas hacía raya en el água sin revolver Ia una con Ia otra.*

O relato de Carvajal é também importante porque ele nos fala de uma Amazônia diferente da qual o senso comum está acostumado: há no texto referências a grandes aldeias densamente ocupadas, a chefes supremos capazes de liderar flotilhas com centenas de guerreiros, a estradas permitindo o comércio de longa distância, à construção de paliçadas defensivas em torno de alguns assentamentos, a vasos cerâmicos tão belos como os de Málaga. A Amazônia do senso comum, por outro lado, é um grande vazio, um lugar da natureza por excelência, uma floresta pristina, às vezes inóspita, que espera pelo momento de sua ocupação racional.

Durante boa parte do século XX, os relatos de Carvajal e de outros cronistas europeus dos séculos XVI e XVII foram rejeitados por arqueólogos e antropólogos interessados em entender a história da ocupação da Amazônia. Na raiz dessa rejeição estava a concepção de que o meio ambiente da floresta equatorial teria uma série de

Encontro das águas dos rios Negro e Solimões. Foto: Ademir Santos, 2013. CC.

limitações físicas – seja na baixa fertilidade dos solos, seja na pouca disponibilidade de proteína de origem animal – para sustentar populações sedentárias e grandes adensamentos demográficos. Consequentemente, tais relatos foram interpretados como construções fantasiosas, cujo objetivo era superestimar as riquezas amazônicas a fim de obter mais recursos que justificassem a colonização e a exploração da região.

Pesquisas realizadas nos últimos anos têm levado a uma revisão dessa perspectiva e mostrado que os relatos dos primeiros cronistas não estavam longe de trazer um registro fiel dos modos de vida nativos da Amazônia nos séculos XVI e XVII d.C. Nesse processo de revisão, a arqueologia tem tido um papel importante: de toda a bacia amazônica, e não apenas nas áreas adjacentes aos grandes rios, têm surgido evidências que mostram sinais claros de que a região foi densamente ocupada nos milênios que antecederam a chegada dos europeus ao novo mundo. Dentre esses sinais, há: a construção de aterros geométricos artificiais, conhecidos como geoglifos, no Acre, Amazonas e Rondônia; a formação de férteis solos antrópicos, conhecidos como terras pretas, em diferentes locais no Amazonas, Pará, Rondônia, Mato Grosso e Amapá; a construção de aterros artificiais, os "tesos", na ilha de Marajó, e de sambaquis no Maranhão, Pará e Rondônia; os alinhamentos de pedra no Amapá; a ocupação de grandes aldeias conectadas por estradas lineares no alto Xingu. Em muitos desses contextos, além do mais, tais estruturas são acompanhadas por objetos de cerâmica e pedra de alta qualidade estética.

Esse movimento de redescoberta do passado amazônico, a par de possibilitar um entendimento mais completo da história da região, traz também uma importante contribuição conceitual. Ele nos mostra, a partir das evidências empíricas, que a noção de natureza virgem ou intocada é incompleta para o bom entendimento da Amazônia e toda a sua complexidade ambiental. Em outras palavras, é cada vez mais claro que o estudo da história natural dos biomas amazônicos requer também o estudo de sua história cultural. Fazer referência, no entanto, à "história cultural de biomas" é, em outras palavras, referir-se ao conceito de "paisagem", porque: o que são paisagens se não o meio físico transformado continuamente pela ação humana, sempre culturalmente mediada, ao longo dos tempos?

O uso do conceito de paisagem e suas implicações para o estabelecimento de critérios de proteção ao patrimônio cultural amazônico serão retomados em breve. Antes de seguir adiante, gostaria de voltar ao relato de Carvajal e discutir brevemente outro aspecto relevante para o embasamento deste parecer. Esse aspecto diz respeito à aparente contradição entre o conteúdo de sua narrativa e o quadro sobre a ocupação humana construído pela arqueologia e antropologia amazônicas, no século transcorrido desde o final do século XIX ao final do século XX. A conciliação entre perspectivas tão díspares deve ser feita à luz da história colonial da Amazônia e do quadro histórico particular da inserção das ciências nesse processo.

Como em outras áreas "periféricas" do planeta, foi no final do século XIX que os primeiros antropólogos iniciaram suas atividades de campo na Amazônia. Ora, esta foi também a época do apogeu do ciclo da borracha, ciclo esse, é sabido, baseado em um modo de exploração brutal de mão de obra indígena, descrito por Sir Riger Casement, e apropriadamente denominado de "economia do terror" pelo antropólogo inglês Michael Taussig. As sociedades indígenas estudadas por esses pioneiros da antropologia, como, por exemplo, Von den Steinen, Koch-Grünberg, Nimuendaju e Roquete-Pinto, sofriam os efeitos diretos e indiretos do ciclo da borracha e, por isso, tinham modos de vida bastante diferentes dos descritos pelos cronistas do início do período colonial. O ciclo da borracha, adicionalmente, foi o clímax de um processo de diminuição demográfica iniciado já no século XVI, consequência da propagação de doenças infecciosas, guerra e escravidão. Isso explica por que, embora muitas das principais terras indígenas na Amazônia contemporânea se encontrem localizadas longe do rio Amazonas – no alto Xingu, alto Rio Negro, em Roraima, na fronteira com as Guianas ou no Acre –, a arqueologia das margens desse rio seja riquíssima, com vestígios que remontam até o início do período colonial: tais áreas ribeirinhas foram esvaziadas de seus ocupantes indígenas nos séculos XVI e XVII.

A diminuição demográfica que se sucedeu ao início da colonização europeia da Amazônia pode, paradoxalmente, ter levado à expansão da floresta sobre áreas anteriormente ocupadas. Esse foi, aparentemente, o caso da baía de Guanabara, onde o historiador Warren Dean, em seu clássico *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira,* relata, a partir de fontes do século XVI, como a vegetação dessa região parecia ser composta por áreas de capoeira ou mata secundária no século XVI. Resumindo o argumento, parece certo que áreas atualmente cobertas por florestas aparentemente primárias na Amazônia resultam também de uma história de ocupação humana que em muitos casos remonta à história pré-colonial da região. Tais florestas são, portanto, paisagens, pois sua história deve ser entendida a partir dos componentes naturais e culturais que as compõem. A essa constatação deve-se acrescentar que a presença de solos antrópicos e plantas economicamente ou culturalmente importantes confere hoje a esses locais relevância material e simbólica.

O processo em questão propõe o tombamento do local de confluência dos rios Negro e Solimões, bem como parte de seu entorno, nos municípios de Manaus, Iranduba e Careiro da Várzea, no estado do Amazonas. Esse local, doravante aqui referido como "encontro das águas", reúne, por suas características naturais e culturais, atributos que o qualificam, por excelência, como uma paisagem passível de reconhecimento como patrimônio cultural de alta relevância, tanto de acordo com os conceitos previamente, e de maneira breve, aqui alinhavados, como pela importância simbólica e concreta que tem para as sociedades manauara, amazonense e brasileira contemporâneas.

Dentro do quadro de grande diversidade ecológica e geográfica da Amazônia, a região do encontro das águas pode ser vista como um microcosmo: o rio Solimões, na tipologia clássica dos rios amazônicos proposta por Alfred Russel Wallace ainda no século XIX, é um rio de águas brancas, barrento, cujas cheias anuais fertilizam, com sedimentos recentes de origem andina, antigos meandros abandonados que formam planícies de inundação de tamanho variável, restingas e praias, em complexos conhecidos como várzeas. A fertilização regular das várzeas cria microambientes ricos em nutrientes, o que favorece o desenvolvimento de uma complexa cadeia alimentar composta por peixes, crustáceos, aves, répteis e mamíferos. Além disso, as planícies aluviais são também compostas por um mosaico de tipos de vegetação que incluem igapós, aningais e áreas de mata que abrigam grande biodiversidade. Desde os trabalhos do geógrafo brasileiro Hilgard Sternberg, professor emérito da Universidade da Califórnia em Berkeley, sintetizados em seu clássico *A água e o homem na Várzea do Careiro*, de 1956, sabe-se que os ambientes de água branca são extremamente dinâmicos, devido à intensidade do fluxo das correntezas do rio Solimões. A ilha do Careiro, por sinal, fica próxima aos polígonos propostos para o tombamento.

O rio Negro, como o próprio nome diz, é um rio de águas pretas, cujas cabeceiras drenam os terrenos antigos do planalto das Guianas. Ao contrário do Solimões, que constrói, destrói e reconstrói constantemente suas margens, o Negro é um rio menos dinâmico, com uma carga sedimentar significativamente mais baixa. A coloração escura de suas águas é devido à diluição, na água da chuva, dos compostos secundários das folhas e cascas das árvores que ocupam suas áreas de captação. Esse tipo de vegetação, que cresce sobre os solos arenosos da bacia do rio Negro, é conhecido como campinarana, ou caatinga amazônica. Apesar de ter sediado, em seu médio curso, a primeira capital da província de São José do Rio Negro, a cidade de Barcelos, ainda no início do século XVIII, o rio Negro é, com exceção da cidade de Manaus, um rio hoje de ocupação essencialmente cabocla e indígena. Para muitos desses povos, o encontro das águas é referido como uma das "casas de transformação" pelas quais passou a sucuri ancestral em sua viagem de criação do mundo.

No encontro das águas, o regime hídrico é semelhante para os rios Negro e Solimões: dos meses de janeiro a julho, aproximadamente, os rios estão cheios, as praias e várzeas desaparecem e a pesca fica mais difícil.

De agosto a dezembro, o verão, os rios vazam, praias e várzeas aparecem e a pesca torna-se abundante. É também durante esse período que afloram alguns dos pedrais, que permanecem submersos durante o inverno, tanto no Solimões como no Negro. O relevo é variável: na margem esquerda do rio Negro e na margem esquerda do rio Amazonas ocorrem escarpas de altura variável, onde estão geralmente implantados sítios arqueológicos; na margem direita do rio Negro, em ambas as margens do Solimões e na margem direita do Amazonas, os terrenos são mais baixos e sujeitos a alagações, embora sítios arqueológicos tenham também sido ali registrados.

Mais que, portanto, o encontro de dois rios, o encontro das águas é um encontro de dois biomas distintos, síntese da biodiversidade amazônica. Há na região outros notáveis encontros de rios, como é o caso do encontro do Amazonas e do Tapajós em Santarém. O rio Negro, no entanto, é o único rio de águas pretas de dimensões continentais na bacia amazônica, já que tem suas nascentes na Colômbia e tangencia também a Venezuela, antes de entrar o território brasileiro, em Cucuí, a montante de São Gabriel da Cachoeira. O encontro das águas é, desse modo, único, não havendo equivalente algum em toda a Amazônia e em qualquer outro local do planeta, já que não há no mundo bacia hidrográfica comparável em escala à amazônica.

A importância simbólica do encontro das águas é visível em alguns emblemas contemporâneos da sociedade amazonense: com referências nos brasões do estado do Amazonas, da Universidade Federal do Amazonas, do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e do município de Manaus. No largo de São Sebastião, em frente ao Teatro Amazonas, a decoração do piso, feita em pedra portuguesa, imita o padrão de encontro das águas do Solimões e Negro, formando um mosaico em preto e branco, depois utilizado para decorar o piso da orla da praia de Copacabana, no Rio de Janeiro.

A intersecção entre a importância material e a simbólica do encontro das águas para a sociedade manauara contemporânea pode ser exemplificada por um tipo de peixe comum em suas águas, de grande relevância econômica e cultural: o jaraqui. Os jaraquis, que pertencem à ordem dos Characiformes, são os peixes mais populares da região de Manaus, sendo considerados símbolos da cidade. Por serem capturados em grandes cardumes, são peixes baratos, de grande apelo popular, vendidos aos centos nas épocas de safra (final da cheia e vazante/seca). No início da enchente, época de chuvas, os cardumes de jaraquis se reúnem em locais de encontros de águas (sempre envolvendo um rio de água branca/barrenta e outro de água clara ou preta) para desovar. Os ovos rapidamente eclodem e as larvas são carreadas pela enchente para os lagos e planícies inundáveis de rios de águas brancas, locais altamente produtivos, onde a água invade extensos terrenos e disponibiliza uma quantidade enorme de matéria orgânica e microrganismos que são consumidos pelos peixes jovens. Quando os peixes crescem, após cerca de dois ou três meses, os cardumes de jovens das duas espécies se reúnem e migram rio acima para os afluentes de águas pretas ou claras (no caso do encontro das águas de Manaus, das várzeas do rio Solimões para o rio Negro). Nesses afluentes os jaraquis crescem se alimentando de algas e detritos encontrados nas florestas alagadas. No segundo ano de vida, já adultos e prontos para se reproduzir, esses peixes retornam ao encontro das águas para a desova. Além da importância econômica, nutricional e cultural dos jaraquis para a população de Manaus e da Amazônia Central, esses peixes são verdadeiros ícones do encontro das águas: o padrão de coloração da cauda, formado por faixas amareladas e escuras alternadas, remete imediatamente às cores dos rios Negro e Solimões.

Atualmente, a visitação ao encontro das águas é uma das atividades mais importantes no turismo em Manaus. Tais visitas são feitas em passeios diários e envolvem uma mão de obra permanente que inclui guias, barqueiros, além de pequenos restaurantes localizados em seu entorno. A cidade de Manaus tem crescido em um ritmo vertiginoso e desordenado nos últimos anos e um dos eixos desse crescimento tem sido justamente a região do

entorno do encontro das águas, nas margens esquerdas dos rios Negro e Amazonas. O tombamento proposto, além de permitir a proteção física do entorno do encontro das águas, poderá de algum modo exercer algum papel no ordenamento desse processo de crescimento. A construção de uma ponte sobre o rio Negro, já quase concluída, e o projeto de construção de outra ponte atravessando o rio Solimões, próximo à cidade de Manacapuru, causarão sem dúvida um imenso impacto ao patrimônio arqueológico da área de confluência dos rios Negro e Solimões, onde dezenas de sítios já foram identificados, tendo sido objeto de estudos por brasileiros e estrangeiros, em, até o momento, quatro teses de doutorado e doze dissertações de mestrado, sem contar as em andamento. Na cidade de Manaus, os exemplos de destruição de sítios são inúmeros e os casos recentes incluem os sítios Nova Cidade, praça Dom Pedro e Japiim. É de se esperar que o mesmo destino não aguarde os sítios da área do encontro das águas, já parcialmente impactados pela construção do Porto das Lages.

Em suma, espero ter brevemente demonstrado as relevâncias histórica, cultural, ecológica, econômica e geológica do fenômeno do encontro das águas. Por todas essas razões, o considero paisagem repleta de fundamentais significados locais e nacionais, o que justifica sua proteção pelo Estado brasileiro.

Antes de concluir, gostaria de fazer uma última observação, que diz respeito ao objeto do tombamento. Parece-me mais adequado que o tombamento proposto seja o da "área de entorno do encontro das águas" e não do próprio encontro, dada a natureza dinâmica que tem esse fenômeno hidrológico. Se realizado dessa forma, o tombamento permitirá ao menos o desenvolvimento de mecanismos de proteção física da área do entorno, da vegetação e dos sítios arqueológicos nela presentes. É também importante a articulação, entre o Iphan, prefeituras municipais de Iranduba, Manaus e Careiro da Várzea, Suframa e Superintendência da Região Metropolitana de Manaus, para a boa gestão da área tombada. Assim, proponho que seja aceito o polígono apresentado no processo de instrução.

Por todas as razões acima citadas, emito parecer favorável ao tombamento das áreas em questão no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Em 3 de novembro de 2010.



Palmeiras – BA | 1999

Morro do Pai Inácio

PROCESSO: 1.356-T-95
RELATOR: ROBERTO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 15 DE JUNHO DE 1999

O Presidente do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) submete a este Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural o processo n. 1.356-T-95, em que propõe o tombamento do Conjunto Paisagístico do Morro do Pai Inácio, Palmeira (BA).

Trata-se de monumento natural, localizado na Chapada Diamantina, Bahia, de interesse geomorfológico, ecológico, paisagístico e simbólico.

Sob o aspecto geomórfico, o sítio localiza-se nas encostas orientais da Chapada Diamantina, em altitudes superiores a mil metros. O Morro assume a forma de imponente afloramento rochoso, com cristas residuais assimétricas e montículos sobrepostos, testemunhos da disposição anterior dos dobramentos de relevo hoje erodido.

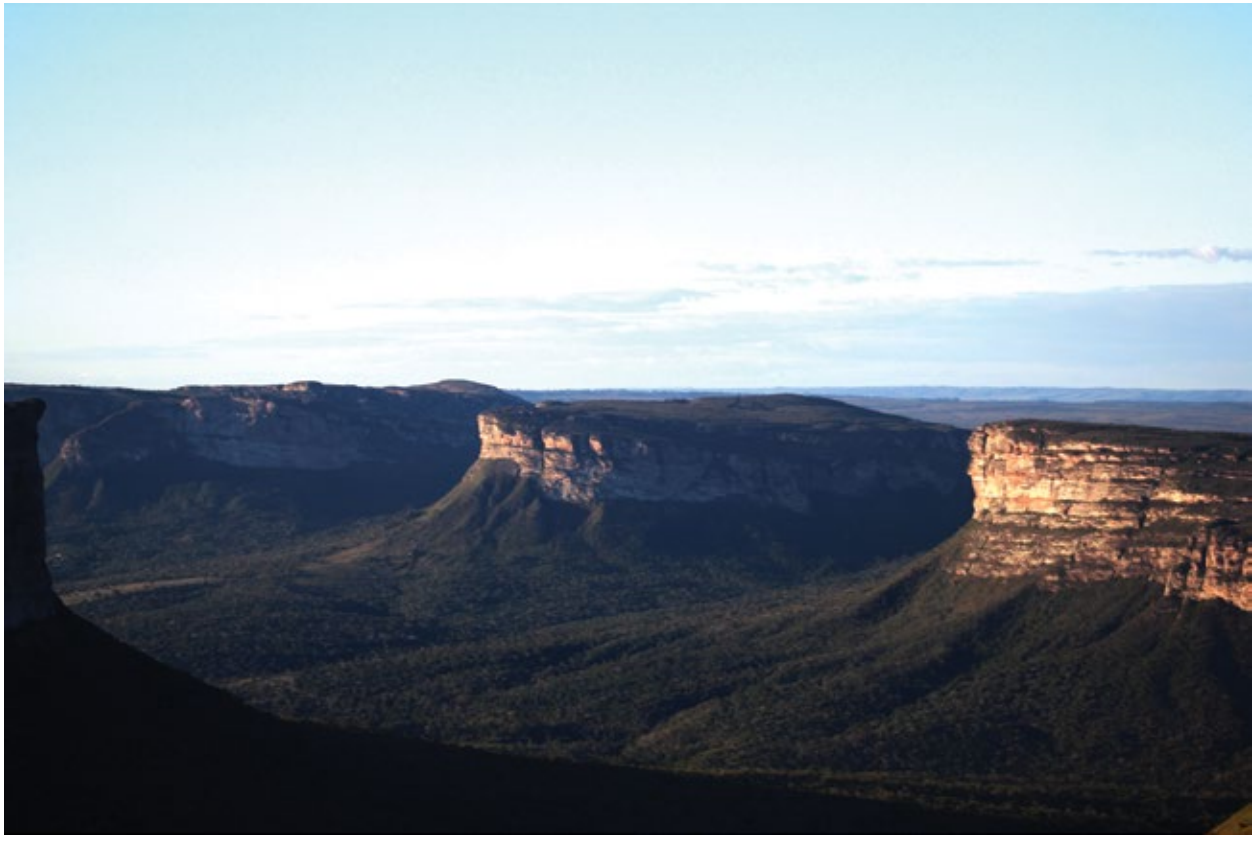
Do ponto de vista ecoambiental, o Morro, de clima subúmido de altitude, é ocupado por rica flora rupestre, com destaque para variada cobertura floral disposta sob vegetação arbustiva de médio porte. Em sua fauna, singulariza-se o beija-flor-de-gravatinha, peculiar à área e ameaçado de extinção. A pequena extensão do sítio, contudo, e o grau de alteração antrópica que alcançou desaconselhariam sua proteção como unidade de conservação da vida rupestre.

Como paisagem, o Morro, visto de longe, sobressai imponente; olhado de perto, desdobra-se em sucessão de belos e diversificados jardins, de organização natural; e, de seu cume, descortina-se vasto panorama em que se alternam vales e montanhas.

Simbolicamente, o sítio é relevante para a cultura negra no Brasil, seja fato ou mito o episódio a que está associado: perseguido, acuado no topo do Morro, Pai Inácio, escravo foragido, teria se atirado no abismo, buscando na morte a liberdade.

O processo em exame, a despeito de estar bem documentado (contendo, inclusive, brilhante parecer do Deprot), reveste-se de complexidade pelas seguintes razões:

Vista da Chapada Diamantina, com Morro do Pai Inácio em primeiro plano, Palmeiras. Foto: Cleide Isabel, 2013. (CC).



Vista da Chapada Diamantina, com Morro do Pai Inácio à direita, Palmeiras. Foto: Javier Loeza.

> seu tombamento foi proposto em 1995 pelo Movimento Avante Lençóis, município adjacente a Palmeiras, sob o argumento de que o Morro do Pai Inácio, "nosso símbolo", fora comprado por "um empresário de Itabuna, Bahia, onde pretende montar complexo turístico que inclui um teleférico, cercando e isolando a área";

> embora se tenha constatado que o Morro do Pai Inácio não pertence ao Parque Nacional da Chapada Diamantina, a proteção de seu singular e frágil ecossistema é da responsabilidade do Ibama;

> o sítio insere-se na Área de Proteção Ambiental (APA) Maribus Iraquara, delimitada pelo governo da Bahia, havendo, ademais, bons argumentos para recomendar o tombamento do sítio em nível estadual, e não federal;

> o Ministério Público Federal (Bahia), em ofício de 26 de fevereiro de 1998, recomendou ao Iphan a "aceleração do processo de tombamento", o "esforço imediato no sentido de ser procedida, com a máxima urgência, a notificação legal de todos os proprietários" e a "remessa de cópia integral do processo de tombamento", além de ter dado prazo de trinta dias para que a Procuradoria da República fosse "informada sobre as providências adotadas para a efetivação das medidas pleiteadas, ou as razões em contrário";

> ao receber a notificação de tombamento, o proprietário da área, que é um imóvel rural (Fazenda Agaphy I), opôs-se à medida, argumentando:

1. que o Morro do Pai Inácio insere-se em Área de Proteção Ambiental estabelecida pelo governo do estado da Bahia;

2. que o monumento integra um dos roteiros turísticos definidos por aquele governo para a Chapada Diamantina, o que motivou a compra do imóvel para fins de exploração turística;

3. que o projeto do Posto de Apoio ao Turista, iniciativa dele, proprietário (que não consta do processo em exame, depreendendo-se porém que dele não consta a instalação de teleférico), foi aprovado pelo Centro de Recursos Ambientais e pela Gerência de Ecoturismo da Bahia. O Posto, segundo ele, visa dar mais conforto aos turistas e assegurar proteção ambiental ao monumento. O projeto, cuja execução já foi iniciada, teria envolvido desembolsos de R$ 40 mil, até fins do ano passado.

Ponderando detidamente essas razões, meu parecer resulta favorável ao tombamento proposto do Conjunto Paisagístico do Morro do Pai Inácio, situado em área rural do município de Palmeiras, Bahia, conforme poligonal traçada para delimitar a área de proteção e minudentemente descrita no processo em exame.

Meu parecer favorável estriba-se no seguinte:

> configura-se no processo a necessidade de urgente proteção do referido sítio;

> há justificativa suficiente para inclusão do monumento no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, por seu valor paisagístico;

> o caminho alternativo, o tombamento em nível estadual, não foi cogitado em tempo hábil: adotado agora, poderá retardar a definitiva proteção do sítio, embora esta já se configure, em princípio, com a notificação de tombamento;

> os temores do proprietário quanto aos seus direitos de exploração econômica do imóvel não se justificam, pois o tombamento não deverá inviabilizá-la: ao contrário, o tombamento deverá valorizar o sítio, inclusive para fins turísticos.

Caberia, em casos como este, onde há competências concorrentes entre o Iphan e o Ibama, não apenas ouvir previamente o Ibama sobre o assunto como estreitar a colaboração institucional entre essa entidade e o Iphan, com vistas inclusive a tornar menos redundante e mais efetiva a proteção conferida aos bens naturais tombados do país.

Na verdade, cabe a esse propósito sugerir que o Iphan submeta à apreciação deste Conselho e do Ministério da Cultura critérios objetivos e seguros para o tombamento, em nível federal, de bens de valor paisagístico, inclusive com o objetivo de distinguir com mais clareza o que, nesta área, deva ser objeto de tombamento por ter valor paisagístico do que deva ser apenas objeto de proteção ambiental.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1999.



Quixadá – CE | 2004

Conjunto Paisagístico dos Serrotes

PROCESSO: 1.377-T-96
RELATOR: PEDRO IGNÁCIO SCHMITZ
REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 20 DE MAIO DE 2004

O objeto de proteção do presente processo consiste numa extensa área rural, lindeira à cidade de Quixadá, no sertão central do Ceará, cujo ambiente encerra um conjunto invulgar de serrotes, formações rochosas que historicamente vêm gozando do olhar admirado das sociedades que viveram e vivem na região ou por ela passam.

As qualidades paisagísticas e culturais da região, espécie de síntese do semiárido nordestino em escala monumental, fazem que ela seja bastante utilizada como locação para produções cinematográficas e ensaios fotográficos e tenha servido para ambientar os escritos da acadêmica Raquel de Queiroz, cuja família é tradicional na região.

Os serrotes são formações graníticas – de morfologia curiosa, com um mínimo de cobertura vegetal arbórea ou arbustiva – que sobressaem numa paisagem aplainada, na qual estão instaladas fazendas de criação.

Do conjunto desses serrotes, oito subconjuntos próximos entre si foram incluídos na área prevista para o tombamento. Apesar de sua importância, foram excluídos os monólitos contíguos à barragem do Cedro, bem tombado anteriormente (processo 1.082-T-83), sugerindo-se que eles sejam incluídos numa oportuna e previsível extensão do tombamento da barragem.

Devem ser protegidos tanto os monólitos que formam os conjuntos selecionados quanto os vazios que separam os diversos subconjuntos.

Com isso, a proposta de delimitação passa a abranger o território de várias fazendas. Mas, para não estender as limitações impostas pelo tombamento a todas as propriedades, a 4ª Superintendência Regional do Iphan propôs uma delimitação que exclua toda área que não esteja diretamente ligada à percepção dos monólitos.

O tombamento, ao afirmar o extraordinário valor paisagístico e cultural do conjunto dos serrotes, busca impedir a depredação selvagem, mais iminente para os monólitos de excelente granito, bem como controlar o avanço desordenado da área urbana e as atividades do crescente fluxo turístico.

Conjunto Paisagístico dos Serrotes, Quixadá. Foto: Fabio Barros, 2007. (CC).



Conjunto Paisagístico dos Serrotes, Quixadá. Foto: Fabio Barros, 2007. (CC).

O pedido inicial de tombamento é de autoria da escritora Raquel de Queiroz, datado de 19 de junho de 1995, ratificado por abaixo-assinado de quase quinhentos cidadãos quixadenses, datado de 15 de outubro de 1996 e encaminhado pela professora Marcélia Marques, da Universidade Estadual do Ceará.

A instrução processual do tombamento foi feita pela 4ª Superintendência Regional do Iphan.

A área, equivalente a 5.828,09 ha, em área rural, limitando com o espaço urbano, pertence a 43 proprietários de domínio, que foram notificados por edital.

No processo, consta a delimitação precisa da área. Mas não se propôs uma delimitação do entorno, talvez até pelas características singulares do conjunto, implantado em área rural, as quais permitem que estudos sejam futuramente desenvolvidos para atendimento dessa questão.

Constam também os critérios iniciais de intervenção apresentados pela 4ª SR/Iphan, relacionados com as construções (distância dos serrotes, altura, aprovação pelo Iphan e Prefeitura Municipal), o revestimento das estradas, a proibição de *out-doors*, o padrão e a localização de placas de sinalização, o parcelamento do solo, a proibição do extrativismo e da colocação de caixas de água, antenas e outros equipamentos em cima dos serrotes, a obrigação dos proprietários de garantir as condições naturais, a proibição de obras de saneamento e de engenharia civil sem prévia aprovação do Iphan, a proibição de ocupar área de sítios arqueológicos registrados ou não e a aplicação de todas as formas de proteção legal sob atribuição de outros órgãos.

A área escolhida já se encontra, em parte, sob a responsabilidade legal do Iphan, por abrigar sítios arqueológicos cadastrados.

Também constam no processo informações de que a Secretaria de Turismo do Ceará (Setur) tem a intenção de transformar o local em parque de âmbito nacional, onde conviveriam medidas de proteção e uso do solo sob o ponto de vista ecológico, turístico, esportivo, rural e agora também cultural.

Por essas razões, o Iphan já deu conhecimento do tombamento do Conjunto Paisagístico dos Serrotes (formações geomorfológicas em monólitos ou "inselbergs") aos seguintes órgãos e entidades de licenciamento e/ou fiscalização:

> município de Quixadá, por sua localização geográfica propriamente dita;

> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por sua localização em área rural;

> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), pelas características naturais do local;

> Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), pela presença no local de granito e outros minerais sujeitos a exploração;

> Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), por sua localização no sertão, em área de secas.

Por fim, segundo a doutora Beatriz da Rosa Miguel, em manifestação no Parecer/Profed/Iphan n. 061/03, de 27 de dezembro de 2003, não restam dúvidas de que os autos se encontram instruídos em atendimento à legalidade do ato, reverenciando satisfatoriamente os valores paisagísticos do aludido conjunto e que a matéria contida no processo n. 1.377-T-96 está em condições de ser submetida à apreciação deste Conselho, que deverá decidir acerca do tombamento do Conjunto Paisagístico dos Serrotes, constituído por formações geomorfológicas em monólito, no município de Quixadá, no Ceará, e dos critérios de intervenção propostos para o local.

Por todos esses antecedentes, este relator é favorável a que o projeto seja aprovado em sua integridade e que o Conjunto Paisagístico dos Serrotes (formações geomorfológicas em monólitos ou "inselbergs"), por sua excepcional beleza e unicidade de conjunto, seja inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

São Leopoldo, 11 de maio de 2004.



Teresina – PI | 2008

Floresta Fóssil do Rio Poti

PROCESSO: 1.510-T-03
RELATOR: SÉRGIO ALEX KUGLAND DE AZEVEDO
REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 11 DE SETEMBRO DE 2008

PARECER

Trata-se de processo de tombamento solicitado pelo Conselho Estadual de Cultura do Estado do Piauí em junho de 2003, referente à "Floresta Fóssil do Rio Poti", visando à proteção da área de modo a assegurar sua integridade e valorização. A proposta tem com principais argumentos a ameaça de destruição que o sítio paleontológico, de relevante valor científico, enfrenta em função de sua localização em uma das áreas mais valorizadas do espaço urbano da cidade de Teresina.

No corpo do processo, existe documentação relativa ao tombamento provisório pelo estado do Piauí, datada de novembro de 1997 e janeiro de 1998, assim como cópia de seu decreto de tombamento estadual, em 16 de março de 1998. O processo ainda apresenta documentação da Universidade Federal do Piauí e da Procuradoria da República no Estado do Piauí, dando conta da preocupação em relação ao estado de conservação da área.

O processo de tombamento pela União, instituído pela 4ª Regional do Iphan em julho de 2003, sob o número 1.510-T-03, inclui parecer favorável da 1ª SubRII/Iphan, assim como do Departamento de Patrimônio Material do Iphan, que, inclusive, apresenta subsídios ao plano de manejo do parque elaborado pelo Deprot/Iphan.

Durante a instrução do processo, por solicitação da Procuradoria da União no Estado do Piauí, foi anexado laudo do geólogo Artur Andrade, do DNPM do Ceará, datado de março de 2003, que, embora não tenha constatado degradação ambiental significativa, alerta para a carência de manutenção do "Parque Floresta Fóssil", como é conhecida a área em questão. Posteriormente, em informação técnica da 19ª SR/Iphan, datada de outubro de 2006, é relatada degradação ambiental em função de queimadas, depósito de lixo e entulho de construção.

Em determinado momento, são feitas algumas exigências técnicas, que recebem resposta, a meu ver plenamente adequada, do arquiteto Carlos Francisco Moura Delphim, do Depam/Iphan, sobre a impossibilidade de enquadrar determinado tipo de sítio a alguns formulários gerais padronizados.

Floresta fóssil do rio Poti, Teresina. Foto: Acervo Iphan, 2006.



Floresta fóssil do rio Poti, Teresina. Foto: Acervo Iphan, 2006.

Em outubro de 2006, a 19ª SR/Iphan anexa ao processo uma delimitação mais detalhada do perímetro do tombamento proposto, corrigindo algumas inexatidões no perímetro inicialmente apresentado, além de registro fotográfico atualizado.

Em dezembro de 2006, o processo recebe parecer favorável do Depam/Iphan, sugerindo sua inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Questões relativas à posse legal da área são levantadas e diversos documentos são anexados.

Em setembro de 2007, o procurador federal Antônio Fernandes Alves Leal Neri, da Advocacia Geral da União, apresenta, após minuciosa análise do processo, parecer em que explicita, no item 33:

> *Em razão especialmente do elevado valor científico de que é portadora a Floresta Fóssil do rio Poti, a mesma merece proteção federal pelo veio do tombamento, devendo ser inscrita no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, consoante estabelece o art.4°, inciso I do Decreto-Lei n. 25, de 30.11.1937.*

Nesse parecer, aprovado pela procuradora-chefe da Advocacia Geral da União, constam ainda instruções sobre as comunicações e notificações necessárias ao andamento do processo e o considera em condições de ser submetido ao este Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

As notificações solicitadas são apresentadas e é anexada correspondência do diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral manifestando sua expressa anuência à iniciativa de proteção dos fósseis em apreço, posição confirmada em janeiro de 2008, após análise da área técnica e da Procuradoria Jurídica, que se manifestaram favoráveis ao tombamento proposto.

Do ponto de vista geopaleontológico, a ocorrência é constituída por troncos permineralizados, alguns em posição vertical atestando posicionamento "em vida", em sua maioria pertencentes ao gênero *Psaronius* (grupo das gimnospermas), datados do Permiano (há cerca de 250 milhões de anos) e contidos nos estratos regressivos e subambientes associados da Formação Pedra de Fogo, bacia do Parnaíba. Destaca-se aí a presença de *Teresinoxylon euisebioi*, 1989, assim denominado em homenagem à cidade de Teresina e ao cientista Eusébio de Oliveira, pela renomada paleontóloga Diana Mussa.

A solicitação apresenta adequada contextualização histórica e tem como principal justificativa a recuperação, o desenvolvimento turístico e o incentivo ao conhecimento científico desse importante sítio paleontológico. Nesse sentido, considero ainda estar pendente no processo uma contextualização da real importância para a ciência da ocorrência paleontológica em questão. Assim, gostaria de anexar ao processo a seguinte obra: CALDAS, Eva Batista; MUSSA, Diana; LIMA FILHO, Francisco Pinheiro e ROSIER, Oscar. Nota sobre a ocorrência de uma floresta petrificada de idade permiana em Teresina, Piauí. *Boletim IG/USP,* Publicação Especial 7: Paleobotânica e Palinologia na América do Sul, 1987, p. 69-87. Essa obra transmite de forma adequada e em linguagem científica a grande importância do sítio paleontológico em questão e contou com a marcante participação da recentemente falecida e eminente paleontóloga, doutora Diana Mussa, professora titular do Museu Nacional, com importantes contribuições à paleobotânica brasileira.

Ressalto, ainda, que se encontra explicitado em todas as justificativas ser a área importante fonte de pesquisa para estudiosos brasileiros e estrangeiros e que acredito que o tombamento não deve implicar em obstáculos à continuidade das atividades de pesquisa científica no local.

Assim sendo, em função do mérito evidenciado na proposta e em concordância com os diversos pareceres apresentados, considero adequado o tombamento em nível federal da "Floresta Fóssil do Rio Poti" e sua inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2008.

Floresta fóssil do rio Poti, Teresina. Foto: Acervo Iphan, 2006.





Rio de Janeiro – RJ | 1965

Aterro do Flamengo

PROCESSO: 748-T-64

RELATOR: PAULO F. SANTOS

REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 20 DE ABRIL DE 1965

O processo teve início com um ofício do governador Carlos Lacerda ao senhor diretor da Dphan, solicitando o tombamento do Parque do Flamengo.

Para instruir o processo e atendendo a pedido da Dphan, foi fornecida pela senhora Maria Carlota Costellat de Macedo Soares, presidente do Grupo de Trabalho para a Urbanização do Aterro, uma especificação das obras de utilidade pública feitas ou por fazer no parque em causa, acompanhada dos esclarecimentos seguintes:

> *Foi sempre a intenção do Grupo de Trabalho, desde o começo da planificação – diz o documento – promover a fundação do Parque do Flamengo, e pedir ao digno Patrimônio Histórico e Artístico o Tombamento da área. Creio termos chegado à etapa do Tombamento, já que graças ao apoio incondicional do governador Carlos Lacerda pudemos chegar à quase conclusão das obras, sem que estas tenham sofrido uma quebra de unidade do projeto, ou a desvirtuação do conceito pelo qual elas foram criadas. Sobretudo acreditamos que o nível tanto estético quanto social da obra venha a ser aceito pelos altos padrões que sempre nortearam o Serviço do Patrimônio.*
>
> *Pelo seu Tombamento – prossegue o documento –, o Parque do Flamengo ficará protegido da ganância que suscita uma área de inestimável valor financeiro e da extrema leviandade dos poderes públicos quando se trata da complementação ou permanência de planos. Uma obra que tem como finalidade a proteção à paisagem e um serviço social para o grande público obedece a critérios ainda muito pouco compreendidos pelas administrações e pelos particulares.*

O chefe da Seção de Arte, arquiteto Paulo Thedim Barreto, opinou pelo tombamento, tendo em vista o "significado social-paisagístico do Parque do Flamengo e o valor dos elementos arquitetônicos".

O diretor da Divisão de Estudos e Tombamento, arquiteto Lucio Costa, manifestou-se "De acordo".

O senhor presidente do Conselho Consultivo, doutor Rodrigo M. F. de Andrade, analisou a questão com clareza e precisão, concluindo pelo tombamento, como segue:

Vista do Parque do Flamengo, Rio de Janeiro. Foto: Cyro Correia Lyra, 2014.



Vista da Baía de Guanabara, com a Marina da Glória e Parque do Flamengo, Rio de Janeiro. Foto: Rodrigo Soldon, 2009. (CC).

Egrégio Conselho:

Por se originar o presente processo de um requerimento formulado pelo senhor governador do Estado da Guanabara, no sentido de ser inscrita nos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a área do território do mesmo estado denominada Parque do Flamengo, a matéria é da competência desse colendo Conselho, uma vez que se configura na espécie a modalidade do tombamento voluntário, prevista no art. 7º do Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937.

Redigida embora em termos sucintos a manifestação da vontade do chefe do poder executivo estadual, as razões que a motivaram e os objetivos visados foram, entretanto, expostos circunstanciadamente pela presidente do Grupo de Trabalho incumbido da urbanização e beneficiamento da área em causa, que juntou à exposição o projeto integral das obras ali em curso de execução, inclusive das construções e agenciamentos já concluídos, iniciados e pretendidos, para valorização do Parque do Flamengo. Aos elementos enumerados o órgão competente desta Diretoria acrescentou o texto ilustrado de um artigo do engenheiro Enaldo Cravo Peixoto, na revista especializada Módulo, pondo em destaque outros aspetos do importante empreendimento da administração da Guanabara.

Instruído assim o presente processo, o chefe da Seção de Arte e o diretor da Divisão de Estudos e Tombamento opinaram em sentido favorável ao tombamento requerido, atendendo ao que o arquiteto Paulo Thedim Barreto chamou "o significado social-paisagístico do Parque do Flamengo e o valor de seus elementos arquitetônicos".



Quanto a esses elementos arquitetônicos, poder-se-ia objetar que seria descabido tombá-los enquanto a respectiva construção não estivesse totalmente terminada, assim corno a urbanização e o ajardinamento do aterro, pois que só em conjunto e favorecidos com os acabamentos pretendidos poderão ser apreciados no seu devido valor. Não obstante, cumpre considerar que o objetivo da medida pleiteada pelo senhor governador do estado é, principalmente, a proteção da paisagem, no trecho conquistado ao mar compreendido entre a praia de Santa Luzia e o morro da Viúva. E, em relação tanto à utilidade quanto à oportunidade do tombamento para esse fim, quer parecer-me que não poderá pairar dúvida alguma. Opino, pois, de acordo com o órgão competente desta Diretoria, pela conveniência da inscrição do Parque do Flamengo no Livro do Tombo Paisagístico.

O egrégio Conselho, no entanto, deliberará a respeito com critério superior.

Em 8 de janeiro de 1965.
Rodrigo M. F. de Andrade
Diretor do Dphan

Para tomar conhecimento direto com o assunto, fui procurar a doutora Carlota Macedo Soares nos escritórios do Grupo de Trabalho do Aterro, examinei *in loco* maquetes, projetos, fotografias etc., que reforçaram minha opinião sobre o acerto da medida desejada pelo governador

O projeto urbanístico e arquitetônico de Afonso Eduardo Reidy e sua equipe e os jardins de Roberto Burle Marx formam um conjunto de grande beleza e interesse social de que muito pode se orgulhar a cidade do Rio de

Janeiro e que deve ser preservado, não só para que não seja alterado no seu traçado pelas administrações futuras, como para ser convenientemente conservado.

O perigo maior consiste na inclusão futura, na área ajardinada, de pavilhões de diversões, restaurantes, cinemas e quejandas edificações, como assim de bustos de figuras nacionais etc., inclusão que, tendo a justificá-la o interesse prático ou cívico das iniciativas, pode sacrificar irremediavelmente a beleza do conjunto.

Os pavilhões erguidos ou por erguer no Aterro já representam, a meu ver, o máximo que a área comporta e podem justificar-se menos pela sua finalidade prática do que em razão de conferirem escala urbanística ao conjunto, mas, mesmo esta será sacrificada se não houver contenção na distribuição dos valores que a determinaram.

Por tudo isso, a ideia do tombamento me parece a única capaz de preservar esses valores. Mas, uma dificuldade haveria: a da falta de recursos da Dphan para arcar com os ônus de conservação, seja das edificações, seja do jardim. Também nesse ponto foi feliz a iniciativa do governador, assessorado por Dona Carlota de Macedo Soares, quando admitiu, correlatamente, a criação de uma Fundação, não só com finalidades técnicas e administrativas como ainda financeiras, de modo a isentar completamente a Dphan de encargos que, por mínimos que sejam, ela absolutamente não poderia suportar.

Nessas condições, endossando a douta opinião do doutor Rodrigo Melo Franco de Andrade e dos demais técnicos que opinaram no processo, sugiro o tombamento do Parque do Flamengo de acordo com o que se vê na planta anexa, a saber:

1. Clubes náuticos reunidos em 3 ou 1 edifício
2. Garagem da Fundação do Parque do Flamengo - 1 edifício
3. Pavilhão - Sede da Fundação - edifício de 1 andar - 400 m²
4. Estacionamentos (8) e abastecimento (2) Shell:
   - Aeroporto - 3 bombas de gasolina - 1 posto
   - Antônio Carlos - 3 bombas de gasolina - 1 posto e 1 controle (100 vagas)
   - Rio Branco - 1 controle (90 vagas)
   - Monumento aos Mortos (148 vagas)
   - Glória - 4 bombas de gasolina - 1 posto e 1 controle (212 vagas)
   - 2 de Dezembro - 4 bombas de gasolina - 1 posto e 1 controle (320 vagas)
   - Morro da Viúva - 3 bombas de gasolina - 1 posto e 1 controle (132 vagas)
   - Privativo do restaurante (62 vagas)

   Abastecimento (2):
   - Botafogo - 7 bombas e 1 posto
   - Marítimo - 2 bombas
5. Museu de Arte Moderna - teatro e dependências
6. Viaduto Paulo Bittencourt
7. 2 sanitários públicos
8. Monumento aos Pracinhas
9. Estação do trenzinho (2)
10. Pista do trenzinho
11. 2 pistas de aeromodelismo
12. Passarela para pedestres (4)

13. 2 sanitários públicos
14. Grandes ripados - alojamentos (encarregados)
15. Gaiolas de pássaros
16. Grandes aquários e peça d'água para plantas aquáticas
17. Marinas
18. Rock-Garden
19. Telefones públicos
20. Área de piquenique, bancos, mesas e cestas
21. Espigão para defesa da praia e área para pescaria
22. Praia de 1.500 m
23. Pista de dança e pequenos espetáculos
24. Cabines para mudança de roupa (6)
25. Escultura (3)
26. Coreto (2)
27. Tanque de Modelismo Naval
28. 8 áreas de pelada
29. Playground - entrada
30. Pavilhão do playground
31. Aldeia das meninas
32. Campos de vôlei
33. Biblioteca infantil
34. Áreas de brinquedos
35. 8 campos de vôlei e basquete
36. Grande brinquedo ao ar livre
37. Pequeno pavilhão para o Livro Eterno
38. Teatro de Marionetes e Fantoches
39. Túnel para trenzinho
40. Restaurante
41. Jardim formal
42. Monumento a Guattemoc
43. Playground do Morro da Viúva - entrada
44. Pavilhão do playground
45. Escolinha de tráfego
46. Passagens subterrâneas – 2 de Dezembro, Tucúman e Morro da Viúva – com sanitários.

Sugiro ainda o tombamento da área marítima abrangida pelo Parque até cem metros da praia, em toda a extensão, a fim de evitar que se possam erguer ali no futuro construções espúrias que, igualmente, poderão sacrificar a beleza do conjunto.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 1965.



Rio de Janeiro – RJ | 1998

Marina da Glória – Revitalização

PROCESSO: 01500.000016/98-95
RELATOR: CLÁUDIA M. GIRÃO BARROSO
REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 26 DE NOVEMBRO DE 1998

ANTEPROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA MARINA DA GLÓRIA

Inicialmente, quero agradecer ao doutor Glauco Campello a oportunidade de trazer esclarecimentos a este Conselho Consultivo sobre uma questão que envolve o Parque do Flamengo, obra notável de urbanismo e arquitetura de Affonso Eduardo Reidy e paisagismo de Roberto Burle Marx, cujo cunho sociocultural mais a dignifica. A questão diz respeito, especificamente, ao trecho da Marina da Glória, sendo relevante historiar de modo sucinto a sua trajetória: plano original, projetos aprovados, o que foi e o que não foi executado. Para melhor expor o assunto, peço que os Senhores Conselheiros acompanhem a exposição observando os anexos do Parecer n. 51/98.

No Anexo 1, vê-se um trecho da planta do plano original do Parque do Flamengo, abrangendo a área da enseada da Glória. Os estudos finais do plano original datam de 1965, ano em que se pleiteia e se obtém o tombamento. Nas palavras de Dona Carlota de Macedo Soares, presidente do Grupo de Trabalho para a Urbanização do Aterro, o objetivo desse tombamento atípico, com a obra ainda por terminar, é protegê-lo "da ganância que suscita uma área de inestimável valor financeiro e da extrema leviandade dos poderes públicos quando se tratar da complementação ou permanência de planos". Ou seja, ao tombá-lo sem que se tivesse completado a execução dos pavilhões e agenciamentos previstos, visava-se salvaguardar o Parque da especulação econômica e garantir a implementação integral do plano original, a despeito da possível descontinuidade de interesses das gestões subsequentes.

Essa preocupação norteia o parecer de tombamento proferido pelo professor Paulo Santos, acatado pelo Conselho Consultivo em abril de 1965. No parecer, ele enumera os itens constantes no plano, estabelecendo a primeira premissa de preservação do parque: observância do programa original. Há nesse parecer um trecho que penso ser importante destacar, pois firma outra premissa: a obediência à escala urbanística prevista. Adverte o conselheiro que

Vista da Baía de Guanabara, com a Marina da Glória em primeiro plano, Rio de Janeiro. Foto: Rodrigo Soldon, 2009. (CC).

> *o perigo maior consiste na inclusão futura, na área ajardinada, de pavilhões de divertimentos, restaurantes, cinemas e quejandas edificações (...). Os pavilhões erguidos ou por erguer no Aterro [ou seja, os previstos no Plano], já representam (...) o máximo que a área comporta e podem justificar-se menos pela sua finalidade prática do que em razão de conferirem escala urbanística ao conjunto.*

O Anexo 6 traz o programa na enseada da Glória: píeres sobre o espelho d›água para atracação de barcos (ou "marinas", na antiga acepção do termo) e em terra grandes aquários, peça d'água para plantas, gaiolas de aves, jardim de pedras, grande ripado para plantas, com sede para os encarregados das instalações e, ao longo da área, uma pista de trenzinho. Desse programa só se implementaram o serviço de trenzinho, depois desativado, e pequeno píer.

Sucedem-se várias propostas de ocupação. No Anexo 6 estão as principais. O Conjunto de Recreação Cultural, de 1969, que cumpriria o programa original com inserções novas, não chega a ser submetido ao Iphan. Em 1976 é autorizado o projeto de implantação da Marina da Glória proposto pela Riotur, erguendo-se pavilhão-sede com aproveitamento do talude, de modo a não ser visível a partir das autopistas do Aterro. No pavilhão passam a funcionar serviços básicos e seis lojas, e constroem-se dois píeres. Com a permissão de uso das lojas, tem início o processo de privatização da área. Em 1987, um projeto de modificações e acréscimos regulariza, junto ao Iphan, a adição de cinco lojas e outros serviços e no mesmo ano é apresentado o anteprojeto Centro Cultural da Glória. O Anexo 2 mostra a sua representação gráfica e o Anexo 6, o seu programa, que atende a alguns itens do plano original – aquários e área de viveiros e exposição de plantas (o umbráculo) – e acrescenta auditório, área de *fast food,* restaurante e circo aquático. A situação do Parque do Flamengo como um todo preocupa o Iphan, pois estão sendo examinadas várias propostas relativas a trechos distintos do Parque. O anteprojeto é denegado e dirigido por duas vezes para exame por este Conselho Consultivo.

Em agosto de 1988, é acolhido pelo Conselho o parecer do relator Gilberto Ferrez, que se manifesta favorável a parte do Centro Cultural – propondo a supressão do restaurante e do circo aquático –, com estas conclusões:

> *Quanto à Marina, julgo necessário terminar com a sua privatização, que impede a livre utilização pelo público e, bem assim, limitar os locais de comércio (...). Para finalizar, sugiro que salvo as construções previstas no projeto original, toda a área do parque seja definida como non-aedificandi.*

A decisão explicita a condição não edificável aplicável a tudo o que exceder a escala urbanística prevista e chama a atenção para a observância da essência do programa original: funções de uso público, com limitação de comércio. Decorridos dez anos dessa decisão, considerada histórica, verifica-se que o Centro Cultural aprovado não se executou e não há interesse em executá-lo: apesar das recomendações do Iphan, a gestão da área transfere-se da Riotur para uma empresa privada, com prazo de concessão de 25 anos (renováveis por mais 25). A Marina da Cidade Ltda., subsidiária da Empresa Brasileira de Terraplanagem, contrata um outro anteprojeto para Revitalização da Marina da Glória, que é indeferido pela 6ª Regional, por ter "como único objetivo a exploração comercial da área", incompatibilizando-se "com os ideais socioculturais que levaram à criação do parque e que, posteriormente, foram garantidos pela instituição do tombamento". Ao Departamento de Proteção é solicitada uma análise geral, de modo a subsidiar a apreciação pelo Conselho Consultivo. E é esta a questão que examinamos aqui: a análise desta proposta de revitalização, que já sofreu algumas adaptações e se apresenta em sua última versão, de julho de 1998.

Nos Anexos 3 e 7 entende-se melhor a proposta: visa-se não somente a modernização das instalações da Marina, mas a implementação de complexo náutico de lazer e turismo que concentre as principais representações da indústria, comércio e serviços do ramo em um único local do Rio, principal polo do país no setor. Além de criar novos usos, o empreendimento prevê expansão territorial tanto no solo quanto sobre e ao longo do espelho

d'água, atingindo a área de regatas junto ao Museu de Arte Moderna (MAM). O programa consiste basicamente em: centro de exposições náuticas; auditório de 850 lugares (indicado como "centro de convenções"); terminal turístico com cinquenta lojas; via pública de carros no contorno da baía; sede para a área de regatas; área de lazer no pavilhão-sede da Marina; grandes estacionamentos; quatorze píeres; e infraestrutura de apoio. O terminal turístico, relativo a passeios de barco a Angra, Parati e outros pontos da costa, a Prefeitura pensou antes em instalar junto à estação de barcas, na praça XV.

Não se trata de julgar o mérito da proposta de criação de um complexo destinado a náutica de lazer e turismo no Rio de Janeiro, o qual certamente atrairá investimentos importantes para o município. No caso, o problema é a escolha do sítio. Por esse motivo, a análise do anteprojeto se resume à sua adequação às premissas de preservação firmadas: observância da escala urbanística prevista e da essência do programa original. Entendo ser possível uma Marina acolhedora, adaptada ao sítio tombado, e mais moderna, ajustada às recomendações técnicas internacionais, sem necessidade de dimensionar-se um programa de vulto que visa sobretudo o favorecimento excessivo da exploração econômica.

Com relação à escala urbanística, o anteprojeto atual apresenta soluções melhores do que o projeto aprovado em 1988: a implantação é praticamente a mesma, com menor volume aparente e maior integração paisagística, mediante os recursos de pavimentos semienterrados, expansão do subsolo e coberturas em terraço-jardim. Mas, agridem a paisagem as proposições de quatorze píeres (recortando o espelho d'água), de grandes estacionamentos (incluindo um de ônibus, junto à orla) e, sobretudo, de gradeamento (criando obstáculo visual inaceitável entre o Parque e a baía de Guanabara). Nesse sentido, mas em menor grau, também seria melhor evitar a via pública de carros no contorno da baía, proposta para dar acesso direto da Marina à área de regatas junto ao MAM. Há o risco de essa via acabar, na prática, sendo privatizada, sem falar na possibilidade de se transformar em mais uma via urbana que privilegie os carros em detrimento dos pedestres para os quais o Parque foi criado. Note-se que as pequenas vias e os estacionamentos previstos no plano original se dispuseram de forma perimetral, de modo a estimular caminhadas e passeios a pé.

Quanto ao programa, convém insistir que toda e qualquer atividade praticada deve-se relacionar, necessariamente, à fruição paisagística e ao lazer, enfatizando-se o caráter lúdico inerente à concepção do Parque e diminuindo-se o caráter de centro de negócios que a visão empresarial vai, inevitavelmente, tentar imprimir ao local. Nesse sentido, não me parece inadequado um terminal turístico restrito ao embarque e desembarque de visitantes, ou mesmo um centro de exposições de náutica e pesca com apoio de auditório. Mas são inadequados os atrativos adicionais de centro de convenções e centro comercial naquela área, ou em qualquer outra daquelas paragens. Pois permanece ali o plano geral de parque ajardinado com traçados característicos, recantos e vistas deslumbrantes e espaços projetados com apuro para o lazer público em diferentes atividades.

Não tenho dúvidas ao afirmar que o tombamento contribuiu para que essas funções tenham-se mantido até hoje em tão valorizada área urbana. Mas devo dizer serem evidentes os sinais de uma transformação em curso, uma transformação que se processa há algum tempo e que não é desconhecida do Iphan, que acompanha o Parque desde os seus primeiros anos. Parece-me que a atenção dispensada há dez anos ressurge sob luzes mais fortes.

A área vem sendo alvo de investimentos pesados, como o projeto estadual de despoluição da baía de Guanabara. Está sendo implantado pelo município o projeto Riomar, abrangendo a revitalização do Parque, cujos projetos parciais vêm sendo submetidos à 6ª Regional e incluem recomposição paisagística, disposição de quiosques padronizados semelhantes aos da Lagoa, construção de grandes estacionamentos subterrâneos e do teatro previsto no MAM, dentre outras propostas ainda ignoradas. Da iniciativa privada, juntamente com a Prefeitura, surge o grande empreendimento náutico de lazer e turismo proposto para revitalização da Marina, e o Restaurante Rio's, conforme noticiado pela imprensa, também foi privatizado.

Parece-me que o papel precípuo do Iphan é disciplinar essas ideias e assegurar que o processo histórico-cultural de um patrimônio como esse prossiga sem que se desvirtue em nome de interesses menores ou passageiros, cujo maior legado, muitas vezes, consiste mais em devastação do que na criação de algo que realmente valha a pena, por superar ou, ao menos, equiparar-se ao que podem acabar por destruir. Posturas institucionais, não raro encaradas como radicais, não o são depois do distanciamento no tempo, ao considerarmos que foi graças a esses desvelos que áreas como o Parque do Flamengo ainda se preservam, apesar do sensível desinteresse em conservá-lo em boas condições e assegurar o belo conjunto de paisagens que, aliás, é o principal móbil de iniciativas no sentido de restringir a poucos o que foi feito para servir a todos.

Como conclusão, no Anexo 8 apresento recomendações objetivas com relação a cada item do programa de revitalização. Em minha opinião, devem-se suprimir: o gradeamento, o estacionamento quadrangular e o estacionamento de ônibus; seria preferível suprimir: a via de carros e o centro de exposições; devem-se reduzir: os píeres (em número e extensão), assim como o terminal turístico (ficando este restrito a ponto de embarque/desembarque aberto, excluindo-se as cinquenta lojas e permitindo-se somente as onze anteriormente autorizadas no pavilhão-sede); o restante parece-me admissível com limites mínimos, isto é, mediante redução ao mínimo indispensável a seu funcionamento.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1998.

NOTA DOS ORGANIZADORES

Por sugestão do conselheiro Modesto Carvalhosa, acatada pelos demais membros, o conselheiro Ítalo Campofiorito redigiu a seguinte declaração de voto, aprovada por unanimidade:

> *Com relação ao Anteprojeto de Revitalização da Marina da Glória (Processo n. 01500.000016/98-95), para ser implantado no Parque do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro, proponho que este Conselho reafirme a sua posição a favor do tombamento voluntário, em 1965, do Plano do Parque do Flamengo, de autoria de Affonso Eduardo Reidy (urbanismo e arquitetura) e Roberto Burle Marx (paisagismo), de forma a que sejam considerados* non-aedificandi *todos os terrenos cuja ocupação não tenha sido prevista no referido Plano. Reafirma-se, portanto, o aprovado por este Colegiado em sua 134ª Reunião, em 19 de agosto de 1988. Nestes termos, o anteprojeto em pauta, na forma em que foi apresentado, não será examinado.*



Palmeiras do jardim da Marina da Glória, Rio de Janeiro. Foto: Lílian Simões, 2016.



Rio de Janeiro – RJ | 2000

Sítio Roberto Burle Marx

PROCESSO: 1.131-T-84
RELATOR: ÍTALO CAMPOFIORITO
REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 10 DE AGOSTO DE 2000

O Sítio de Santo Antônio da Bica foi residência de Roberto Burle Marx e hoje, no âmbito deste Iphan, ainda é sede do Viveiro, da plantação e demais instalações que constituíram a Coleção de Plantas, a residência, as oficinas, os ateliês e a capela, enfim, o acervo básico que ensejou e abrigou a produção internacionalmente reconhecida e admirada de Roberto Burle Marx – o botânico, o paisagista, o artista plástico, o músico e, *last but not least*, o homem do mundo que o mundo, sempre que pôde, veio ali reverenciar. Pois descobri, com surpresa, que ainda não está inteiramente sob a proteção federal, devidamente homologado pelo senhor ministro da Cultura.

Vicissitudes administrativas e contingências políticas adiaram até hoje um tombamento definitivo que já foi, entretanto, reconhecido como justo por este colegiado, em sua 113ª reunião, em 22 de janeiro de 1985. Tal decurso de prazo permitirá o acabamento necessário, agora acrescido de correção do endereço e delimitação da área protegida, bem como – se este for o entendimento do Conselho – de complementação da coleção de plantas e dos imóveis já apreciados, pela "coleção museológica", constituída de objetos de arte, de uso técnico ou doméstico, e documentos ali conservados e organizados.

O extenso conjunto em causa soma-se ao já referido, para informar sobre os valores culturais e históricos envolvidos nos processos científicos e criativos de que é testemunho o sítio, hoje Sítio Burle Marx, em plena continuidade de trabalho, tanto no que diz respeito às plantas como no que se refere à residência, transformada em sede do ecomuseu que se abre ao público visitante.

> *A Coleção do Sítio é um grande viveiro e, portanto, o acervo básico da produção Burle Marx; conservá-la é mais do que guardar o que está plantado – é proteger um extraordinário depósito científico e preservar incontáveis jardins do futuro; trata-se do resultado de uma generosa obra de botânico e artista plástico, inseparável de uma longa luta – desde 1928 – pela paisagem brasileira e pela defesa de nossa identidade natural.*

Sítio Roberto Burle Marx, Rio de Janeiro. Foto: Gabrielle Rangel/Acervo Iphan, 2007.

> *Preservar a produção botânica e artística de Roberto Burle Marx levou, na época, o Inepac ao reconhecimento do fascinante e surpreendente conjunto de bens culturais que constitui a Coleção de Plantas do Sítio Santo Antônio da Bica, em Guaratiba.*
>
> *Antiga, a capela data de fins do século XVII, mas foi integralmente restaurada, sob a orientação de Carlos Leão e Lucio Costa. A casa original, de edificação modesta e mais nova, sofreu diversos acréscimos, mantendo-se, entretanto, a linha arquitetônica, harmonizada com a da capela, com a qual faz um conjunto, somando-se a ligação, por* loggia*, com arcada em granito de demolições antigas e painel de cerâmica criado por Roberto Burle Marx*[1].

Notei, contente, que o tombamento provisório, sem prazo de validade e com valor de efeito igual ao definitivo, processou-se entre o Inepac- RJ, o secretário de Ciência e Cultura e o governador em não mais de três dias. Atendia-se à urgência de evitar litígio familiar, que permitiria a divisão e loteamento "urbano" do sítio. O diretor do Inepac era eu e, permito-me, despreocupado, repetir excertos daquela época.

No primeiro impulso do tombamento estadual já se mencionavam, no interior da residência, valiosas coleções, destacando-se as cerâmicas pré-colombianas e as cerâmicas do vale do Jequitinhonha, além de cristais e inúmeras peças de arte popular e quadros de Roberto Burle Marx e de outros autores, ou seja, o que hoje se apresenta como "acervo museológico" organizado e pronto para a proteção, que se mantenha, como um testemunho global e excepcional de atividade científica e artística, bem como da vida residencial privada e, às vezes, pública, de Roberto Burle Marx, no Rio de Janeiro.

> *Para que se avalie o interesse em tombar o acervo museológico em pauta, é indispensável rememorar – ainda que apenas pela sonoridade fascinante e vital caleidoscópica de nomes com que as mais doutas autoridades descreveram e recomendaram as coleções de plantas e mudas do Grande Viveiro, bem como de toda a cobertura vegetal – o conjunto, enfim, que é a razão de ser – junto ao gênio artístico de Roberto Burle Marx – de todo o universo que agora se pretende complementar. A sede retrata a personalidade de Burle Marx. É emoldurada por uma monumental Congea tomentosa, trepadeira de beleza inigualável, revestida de brácteas cor-de-rosa. No pátio gramado fronteiriço, um grupo de* Neodypsis decaryi*, uma das mais belas palmeiras, de folhas pinadas grandes e verde-acinzentadas, dispostas em três planos verticais. Lateralmente, ganhando altura, outra trepadeira,* Noranthea guianensis*, com grandes inflorescências cilíndricas, vermelho brilhante. Toda a volta restante da sede é tomada pelas coleções de velosiáceas, plantas cultivadas com exclusividade por Burle Marx, nativas em regiões peculiares do País.*
>
> *O cultivo dessas plantas é feito sobre ou entre rochas preparadas para esse fim, em solo dotado de drenagem, repetindo-se as condições de sua vida nativa. Outras coleções deslumbram o visitante. São já célebres os filodendros, antúrios e outras aráceas. As helicônias, cujas inflorescências grandes ou pequenas, pendentes ou eretas, vermelhas ou de outras cores, tornam-nas plantas fascinantes. As bromeliáceas brasileiras ocupam amplas instalações e constituem coleção conhecida como a mais completa. Veem-se ainda, no sítio, zingiberáceas, comelináceas, begoniáceas e balsamináceas extraordinárias. Entre as zingiberáceas, os* Costus *e afins, de flores brilhantes. Entre as balsamináceas, são fantásticas as variedades de beijo-turco (*Impatiens*), com flores de colorido incomum e mais de 5 cm de diâmetro. Plantas aquáticas também comparecem à nossa sinfonia. As primeiras flores desabrocharam no lago construído especialmente para elas, com tons raros, jamais vistos no país. Ao lado das ninféias, as canas índicas e mais: árvores, arbustos e palmeiras; bombacáceas da Bahia (*Ceiba*) e do Caribe (*Pseudobombax *de flores*

1. Nota dos organizadores: Os textos citados são assinados por Ítalo Campofiorito, então diretor do Inepac (1983).



Sítio Roberto Burle Marx, Rio de Janeiro. Foto: Gabrielle Rangel/Acervo Iphan, 2007.

> *solferinas), apocináceas de flores vistosas e as bignoniáceas, aparentadas dos ipês, a desenvolver-se e multiplicar-se com intensidade. Com destaque especial, a* Syagrus vagans*, palmeira da Bahia que cresce horizontalmente sobre a superfície do solo*[2].

Repeti tudo isso porque, à falta de uma visita ou filme colorido, parece-me que é a abertura indispensável à imaginação do verde mundo vivo no qual, *contrario sensu*, progressivamente brotaram, surgiram e se acumularam os bens artificiais de cultura, arte e deleite com que se nutriu a vida pessoal e social do mais importante paisagista contemporâneo.

Dois cadernos anexos, abarrotados com o registro explicitado de mais de 3 mil itens, expõem-se à nossa decisão. Mais de setenta folhas do rol de bens móveis compõem o acervo da Casa Principal: obras de arte de diferentes autores, que incluem coleções de cerâmica do Vale do Jequitinhonha; objetos de criação popular em geral, potes, copos, compoteiras, serviços de cristal e louça de épocas e procedência variada; pinturas, esculturas e desenhos contemporâneos – um incontável conjunto que só a vida vivida ali associa e impregna de significação. Mais dez folhas para o prédio da Administração. O ateliê abriga mais de alguns milhares de obras de arte realizadas sobre papel por Roberto Burle Marx, além de esculturas, pinturas e desenhos ou objetos criados por autores de sua preferência. Distingue o nº de registro 3.108 como referência à quantidade total.

Diante desse mar de coisas, acompanho o historiador do Iphan Marcus Tadeu Daniel Ribeiro e a arquiteta Helena Mendes dos Santos quando consideram o todo, como é, inicialmente, sugerido por Iara Valdetaro Madeira, museóloga, e Roberio Dias, diretor do Sítio, isto é, todos os bens arrolados e, de fato, vinculados à biografia do paisagista de forma indissociável. Não vejo como, nem quando, teria cabimento selecionar valores antropológicos históricos ou artísticos individualmente, para efeito de tombamento. Passou-me pela cabeça a preocupação bíblica de "separar o joio do trigo". E ponderei, divertido, que Roberto jamais aceitaria a discriminação do joio, planta da família das gramíneas, conhecida dos especialistas como *Lolium temelentum*, face à tradicional e grata importância do trigo. Como dizem os franceses: *justement.* Acredito que, excepcionalmente, agora é o momento de proteger sem exceções. Proponho o tombamento do Sítio Burle Marx – tal como é detalhado na página 2 do Memorando n. 378/99 do nosso Deprot, nos termos assinados por Cláudia Girão Barroso, chefe da Divisão de Acautelamento – e do acervo museológico lá instalado, conforme os já referidos registros.

2. Ofício 130/Inepac/1983 e anexos, neste processo de tombamento.

D. Sítios arqueológicos de interesse histórico e etnográfico especial



São Raimundo Nonato, São João do Piauí e Canto do Buriti – PI | 1992

Parque Nacional da Serra da Capivara

PROCESSO: 1.322-T-92

RELATOR: ARNALDO CAMPOS DOS SANTOS COELHO

REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 2 DE OUTUBRO DE 1992

Trata o presente processo da proposta de tombamento do Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no sudeste do estado do Piauí, ocupando áreas dos municípios de São Raimundo Nonato, São João do Piauí e Canto do Buriti, com vistas à maior proteção dos acervos culturais existentes em seus sítios arqueológicos e paleontológicos. Cabe ressaltar ter sido solicitada, também, a ampliação do tombamento a áreas não incluídas no perímetro do Parque Nacional representadas por sítios de mesmo teor nos serrotes e cavernas calcárias.

Quanto ao Parque Nacional da Serra da Capivara, instituído em 1979, com a principal finalidade de proteger o patrimônio cultural e ecológico da região, o processo está devida e adequadamente instruído, evidenciando a relevância das descobertas do acervo arqueológico e paleontológico, bem como das atividades culturais/científicas documentadas em bibliografia numerosa. Tão justificadas condições propiciaram sua inscrição como sítio cultural na Lista do Patrimônio Mundial, efetivada na XV Reunião do Comitê do Patrimônio Mundial, da Unesco, realizada em dezembro de 1991.

Quanto à proposta complementar de tombamento para a preservação de sítios arqueológicos e paleontológicos existentes nos serrotes calcários, não compreendidos nos limites do referido Parque Nacional, tem-se a informação da falta de conhecimento técnico suficiente sobre os ecossistemas subterrâneos e da reclamada destruição de boa parte deles, com a consequente perda de material e registros rupestres de importância. Não constam do processo as coordenadas necessárias das áreas correspondentes aos três quadriláteros, bem como as fichas cadastrais de todos os sítios mencionados.

Diante da sintética exposição, tendo como base as considerações técnicas apresentadas pelo Departamento de Proteção e Procuradoria Jurídica do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, sou de parecer favorável ao tombamento exclusivo do Parque Nacional da Serra da Capivara e, tanto quanto possível, privilegiando os aspectos histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, paleontológico e ecológico, permitidas as atividades culturais e científicas que se fizerem necessárias, atendidas as normas vigentes.

Rio de Janeiro, 28 setembro de 1992.

Boqueirão da Pedra Furada, Serra da Capivara. Foto: Cristiane Dias, 2016.



Florianópolis – SC | 2000

Ilha do Campeche

PROCESSO: 1.426-T-98
RELATOR: LUIZ FERNANDO DIAS DUARTE
REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 13 DE ABRIL DE 2000

O presente processo foi constituído por iniciativa da 11ª SR (SC) em 24 de junho de 1998. O pedido de tombamento – "em caráter emergencial, para que se possa controlar processos de especulação financeira e degradação patrimonial em curso" – visa garantir a melhor preservação do que se supõe constituir, entre outras qualidades patrimoniais, o "maior conjunto de inscrições rupestres do litoral brasileiro".

A abertura do processo de tombamento foi formalizada em 27 de julho de 1998, tendo sido realizadas as necessárias comunicações de proteção especial a autoridades e instituições civis envolvidas na posse e uso da área.

O objeto do processo é uma ilha ao largo da costa do estado de Santa Catarina, com cerca de 500 mil metros quadrados, de propriedade da União, dotada de qualidades naturais e paisagísticas notáveis, bastante bem preservadas (até o momento), e de um importante acervo arqueológico, sobretudo pré-histórico. A ilha é fartamente coberta por formações da Mata Atlântica (floresta ombrófila densa e vegetação pioneira de restinga e de costões rochosos) e apresenta afloramentos rochosos de grande impacto visual, onde se encontram oito conjuntos de inscrições e numerosos vestígios de oficinas líticas (num total de 167 petroglitos) de grande antiguidade, atribuíveis às populações pré-históricas que ocuparam o litoral sul do país. Há ainda um sítio arqueológico pré-histórico do tipo sambaqui e outro histórico, com os vestígios dos tanques de óleo de baleia de uma antiga armação vizinha.

Todo esse patrimônio se encontra comprovadamente ameaçado pela ação de um fluxo de turismo crescente, proveniente da vizinha ilha de Santa Catarina, apesar de incipientes tentativas de orientação preservacionista de uma instituição civil dedicada à área. Os pareceres técnicos do pessoal do Iphan (ou por eles encomendados a especialistas externos), unânimes em recomendar o tombamento federal, recomendam-no, em alguns

Petroglito. Ilha do Campeche, Florianópolis. Foto: Acervo Iphan.

casos, como recurso suplementar de defesa da integridade desse precioso acervo. Como se ressalta, o caráter da proteção arqueológica decorrente da Lei n. 3.924/1961, de que poderiam se beneficiar os importantes sítios e testemunhos citados, seria insuficiente no caso em questão, em que as próprias características naturais representam uma ameaça à integridade do patrimônio arqueológico, pelo seu fascínio visual e impossibilidade de isolamento.

Com efeito, a característica de ser uma ilha que abriga testemunhos arqueológicos disseminados em toda sua área é, no momento, um fator de intensificação da destruição antrópica, pela impossibilidade de cercamento dos sítios. Poderá vir a ser, porém, um fator de melhor conservação, caso seja acolhida a proposta de tombamento de toda a ilha, integrando o patrimônio histórico, artístico e arqueológico ao patrimônio natural e paisagístico, em uma preciosa demonstração da consciência da necessidade de proceder – sempre que possível – a uma preservação entranhada, holista, em que se leve em conta o conjunto de fatores e valores envolvidos.

Como bem ressalta o parecer da arqueóloga do Deprot, Regina Coeli Pinheiro da Silva, o argumento formal fundamental para o tombamento do patrimônio arqueológico não pode ser, porém, o da maior garantia de preservação (que se chocaria com a claríssima letra e intenção do legislador de 1961), mas sim o da excepcional idade do sítio em questão – que é, por outro lado, claramente atestada.

O tombamento em questão certamente reafirmaria, por outro lado, a consciência da responsabilidade do Iphan pelo patrimônio arqueológico – particularmente pré-histórico – do país, uma vez que o Instituto tem certamente agido com mais intensidade na proteção dos bens de valor arquitetônico. O fato de não termos abrigado em nosso território culturas de "civilização" com vestígios arquitetônicos imponentes não diminui – pelo contrário, enfatiza – a necessidade de atentar para a preservação dos testemunhos das culturas consideradas de pequena escala que ocuparam e interferiram durante milênios no espaço geográfico em que ora vivemos. A arqueologia nacional passa por um processo de grande amadurecimento, afinado com as novas perspectivas internacionais da própria disciplina – além da antropologia física, da paleontologia humana e da antropologia cultural –, que colocam em questão, por exemplo, as teorias estabelecidas sobre a ocupação primitiva das Américas e especulam sobre uma insuspeitada influência de sua intervenção cultural sobre as formações botânicas consideradas "naturais" (notadamente no caso da floresta amazônica).

Ilha do Campeche, Florianópolis. Foto: Juarez Libaino, 2003.



O acervo da Ilha do Campeche é uma preciosa fonte de informação sobre esses processos culturais milenares e a pesquisa dedicada e minuciosa que o caráter insular, autocontido da área propiciará, certamente virá a iluminar graves questões da expansão e diversificação cultural da espécie humana. É, ainda mais do que isso, porém, um magnífico caso de patrimônio "artístico" a ser preservado. Embora seja temerário aplicar linearmente a categoria ocidental de "arte" a qualquer manifestação humana oriunda de outras culturas, é inevitável reconhecer que as inscrições rupestres do Campeche testemunham e expressam esse "a mais" em relação às atividades de reprodução e subsistência que sempre representa o mais propriamente humano do humano: a expressão simbólica, religiosa, filosófica, científica, artística, do "valor" que se acrescenta e ultrapassa as coisas imediatas. A pedra inscrita é a pedra transfigurada, transcendentalizada, "estetizada" segundo os cânones de linguagem e crença desses nossos longínquos antepassados.

Sou, por todos esses motivos, convencidamente favorável ao tombamento da área em questão, o que proponho, aos companheiros deste Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, venha a ser feito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, com a denominação de "Sítio Arqueológico e Paisagístico da Ilha do Campeche, Florianópolis, Santa Catarina".

Rio de Janeiro, 16 de março de 2000.



E. Áreas de terreiros e antigos quilombos



Salvador – BA | 2003

Terreiro de Candomblé do Bate-Folha Manso Banduquenqué

PROCESSO: 1.486-T-01

RELATOR: LUIZ FERNANDO DIAS DUARTE

REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 14 DE AGOSTO DE 2003

O presente processo foi constituído por iniciativa da Sociedade Cruz Santa do Axé Opô Afonjá, ratificada pela Sociedade Beneficente Santa Bárbara, ambas de Salvador, Bahia, no ano de 2000.

A abertura do processo de tombamento foi devidamente formalizada no Iphan, através da 7ª Superintendência Regional, tendo sido realizadas as necessárias instruções técnicas e jurídicas e as comunicações de proteção especial a autoridades e instituições civis envolvidas na posse e uso da área.

O objeto do processo é um imóvel de 14,88 hectares, com edificações e outros elementos de culto e moradia e mata ciliar atlântica remanescente, pertencente à Sociedade Beneficente Santa Bárbara e à Prefeitura Municipal de Salvador, que constitui um espaço de culto religioso, mais exatamente um terreiro de candomblé de rito congo-angola, desde 1916.

O processo se encontra muito bem documentado, com pareceres de especialistas convidados, como os antropólogos Ordep Serra e Raul Lody, e de técnicos do Iphan, todos favoráveis ao tombamento proposto.

O presente tombamento – caso se efetive – representará a quinta ocorrência relativa a terreiros de culto afro-brasileiro. O primeiro, do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, também em Salvador, ocorreu em 1984. Seguiram-se os dos terreiros – também baianos – do Axé Opô Afonjá (1999) e do Gantois (2002) e do terreiro maranhense da Casa das Minas (2001). Os pareceres técnicos sublinham a oportunidade do tombamento do primeiro terreiro de rito congo-angola (tradição banto), que completaria a referência essencial ao conjunto religioso do candomblé brasileiro, já que os tombamentos anteriores representam os ritos nagô-keto (tradição iorubá) e jeje (tradição fon).

O fato de se inserir numa série ainda restrita e muito peculiar dos monumentos tombados como patrimônio histórico e cultural brasileiro permite reiterar os pontos primordiais que a ensejaram e continuam a justificar. Já o conselheiro Gilberto Velho, ao relatar o processo pioneiro desse tipo, em 1984, sublinhava a importância do acolhimento de um conceito de "cultura" que não se restringisse à herança da civilização de origem

Terreiro do Bate-Folha, Salvador. Foto: João Santos, 2017.

europeia, que constituiu a viga mestra da cultura nacional brasileira, mas que fosse compreendida como "um fenômeno abrangente que inclui todas as manifestações materiais e imateriais que expressam as crenças, valores e visões de mundos existentes em uma sociedade". Nesse sentido, lembrava a oportunidade de "reconhecer o candomblé como um sistema religioso fundamental na constituição da identidade de significativas parcelas da sociedade brasileira".

Esse ponto tem sido reiterado nos sucessivos pareceres favoráveis a tombamentos de terreiros de candomblé, suscitando desde logo elogios ao pioneiro Projeto MAMNBA (Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia), desenvolvido entre 1982 e 1987 pela antiga Fundação Nacional Pró-Memória e pela Prefeitura Municipal de Salvador, cobrindo um conjunto de cerca de 2 mil centros de culto afro-brasileiros somente na cidade de Salvador da Bahia.

Permite também a série em questão evocar com muita oportunidade as circunstâncias específicas em que se encontram os esforços de preservação dos testemunhos da tradição afro-brasileira no contexto de uma política cultural nacional abrangente e dinâmica. Como disse o conselheiro Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, em seu recente parecer relativo ao tombamento do Terreiro do Gantois (processo n. 1.471-T-00):

> *Reconhecer a importância e valor desses santuários, que abrigam em sua história toda a diáspora dos povos africanos, é, portanto, trabalhar, ainda que de forma modesta, para a sua proteção e, assim fazendo, cumprir uma obrigação constitucional de defesa da cultura do país. Tão expressiva é a carga de contribuições que os centros de culto afro-brasileiros abrigam para o entendimento do Brasil de hoje que o ato de tombamento assume, neste caso, a plenitude de seus múltiplos significados. O primeiro deles tem o sentido de proteção e valorização de um bem cultural inestimável, mas há também o significado de reconhecimento, ainda que tardio, do legado imaterial, ou ainda o sentido de penitência face ao sacrifício desumano a que foram submetidas estas populações e que a nação não tem, de fato, como resgatar; e finalmente o sentido de homenagem a todos aqueles que anonimamente lutaram durante séculos pela preservação dos ritos religiosos para que chegassem até os dias de hoje.*

Parece oportuno mencionar – agora que já foi inaugurada a prática do registro do chamado patrimônio imaterial –, o modo pelo qual a presente série representa, na verdade, uma ponte entre o "patrimônio material" e o "patrimônio imaterial". Com efeito, o patrimônio físico que é objeto deste processo vem ao nosso exame imantado por condições imateriais peculiares que lhe conferem a aura cultural necessária à chancela de um patrimônio nacional. Poderíamos especular se não é finalmente esse o caso de qualquer patrimônio material, já que são os nossos conceitos hegemônicos de valor artístico e histórico que conferiam e continuam conferindo aos bens de pedra e cal o gênio necessário à sua consagração. O que difere nesta série, porém, é justamente o fato de que não se trata dos conceitos hegemônicos tradicionais, mas de uma disposição valorativa mais abrangente, propriamente "cultural" (no sentido abrangente mencionado). Descrevi essa disposição em outra ocasião, neste Conselho, defendendo o registro do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (ES), pelo fato

> *de estar [esse fenômeno] animado de um "espírito" oposto ao das formas hegemônicas do poder, político, econômico ou ideológico. Como bons herdeiros do Romantismo, atribuímos uma particular força de vida aos fenômenos sociais que parecem se reproduzir independentemente das necessidades canônicas da reprodução do Estado, da produção mercantil-industrial-fabril e da produção intelectual erudita. (...) É legítimo e interessante por ser "privado"; é legítimo e interessante por ser "artesanal"; é legítimo e interessante por ser "popular".*

Essas são as circunstâncias que também animam a série dos tombamentos das casas de culto da tradição afro-brasileira, como a que nos ocupa no dia de hoje. Trata-se de eminentes monumentos do patrimônio nacional, porque se encontram carregados da aura de "autenticidade" popular, privada e artesanal.

A instrução técnica do processo nos oferece todos os meios de aquilatar essas qualidades. Encontramos aí o testemunho da longa vida social do fenômeno localizado nesse imóvel (desde a fundação em 1916), a continuada legitimidade religiosa e social dos sacerdotes e da comunidade aí sediados, a especificidade das características do culto e de sua atualização física (incluindo sobretudo o uso intenso da vegetação circundante), o interesse da comunidade e do poder público em assegurar a continuidade daquelas práticas valiosas naquele lócus específico (a Fundação Cultural Palmares já o definiu como Território Cultural Afro-brasileiro e o município de Salvador o incluiu em área de preservação). Como bem resume o parecer de Márcia Sant'Anna, constante do processo:

> *No conjunto dos terreiros congo-angola existentes na Bahia, o Terreiro do Bate-Folha, ou Manso Banduquenqué, é, reconhecidamente, o mais antigo em funcionamento e aquele que logrou preservar de modo mais bem-sucedido seu espaço e suas tradições. É inegavelmente uma referência nacional do rito angola e de sua tradução espacial, bem como uma inestimável fonte de informação sobre as tradições religiosas e línguas trazidas pelo povo banto para o Brasil. O Terreiro do Bate-Folha é ainda um exemplo de resistência popular à degradação ambiental de nossas cidades e de preservação do uso ritual e medicinal da nossa flora. Juntamente com outros terreiros de candomblé, testemunha a resistência cultural do povo negro no Brasil e a lenta e penosa construção de espaços para sua expressão religiosa e civil no seio de uma sociedade hostil. Testemunha ainda a contribuição negra ao nosso processo de urbanização e como modelos de organização especial de origem africana foram também responsáveis pela configuração de alguns bairros de nossas cidades.*

Como sempre ocorre com as questões patrimoniais em nosso país, espera-se que a oficialização do interesse público caracterizado pelo tombamento represente um apoio às ações de proteção física do bem. Ameaças de invasão do parque, de poluição das fontes, de depredação das construções – decorrentes do adensamento de uma ocupação urbana precária no entorno do Terreiro – dificilmente serão contidas pela alteração formal do estatuto da instituição e do bem. Esperamos todos que a Superintendência Regional possa agir, porém, de modo a maximizar os recursos políticos locais agregáveis em torno do valor simbólico de nossa intervenção propiciatória.

O parecer de Sista Souza dos Santos, pela Procuradoria do Iphan, assegura finalmente que todos os requisitos técnicos da perfeita delimitação do bem e da boa condução jurídica do processo se encontram assegurados.

Sou, por todos esses motivos, convencidamente favorável ao tombamento do imóvel em questão, o que proponho, aos companheiros deste Conselho, venha a ser feito nos Livros do Tombo Histórico e do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, com a denominação de "Terreiro de Candomblé do Bate-Folha Manso Banduquenqué, Salvador, Bahia".

Creio que é conveniente ressaltar que o tombamento de um bem como este, animado de uma qualidade imaterial precisa e insubstituível, deve suscitar nos quadros técnicos do Iphan uma disposição particularmente sensível à transformação dentro da identidade. Como já dizia Gilberto Velho em seu parecer pioneiro: "o acompanhamento e supervisão do Sphan deve, mantendo seus elevados padrões, incorporar uma postura adequadamente flexível, diante desse fenômeno religioso". Ou ainda, "[será necessário] procurar uma adequação para lidar com o fenômeno social em permanente processo de mudança" (parecer lançado no processo de tombamento do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, Salvador, 1984).

Acredito que essa sensibilidade seja sempre necessária nas negociações técnicas que envolvem o continuado uso social legítimo de qualquer bem tombado. Mas ela se torna particularmente essencial no caso de bens do tipo em questão. Tudo faz crer que fosse conveniente mesmo que o Iphan incluísse, em sua política regular de acompanhamento dos efeitos dos tombamentos, uma avaliação periódica das circunstâncias socioculturais desses atos sobre os bens protegidos, a ser trazida a este Conselho Consultivo – tal como se previu explicitamente no caso do registro do "patrimônio imaterial". Não posso compreender que este Conselho possa cumprir indefinidamente com a sua tarefa consultiva, de modo lúcido, sem se instruir dos efeitos de suas decisões acumuladas no tempo.


LEMARIOLAU

Salvador – BA | 2004

Terreiro do Alaketo – Ilê Maroiá Láji

PROCESSO: 1.481-T-01

RELATOR: LUIZ PHELIPE DE CARVALHO CASTRO ANDRÈS

REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 1º DE DEZEMBRO DE 2004

Foi com satisfação que recebemos do senhor presidente do Iphan, Antônio doutor Augusto Arantes Neto, através da professora Anna Maria Serpa Barroso, a tarefa de examinar e opinar sobre o processo de tombamento de mais um importante centro de religião afro-brasileira, denominado Terreiro Olga do Alaketo, ou Ilê Maroiá Láji, situado no bairro de Matatu, na cidade de Salvador, Bahia, em especial pela oportunidade de estarmos mais uma vez contribuindo para uma tendência que se afirma no âmbito do Iphan, qual seja, a adoção de uma política de proteção a bens originários da vertente cultural afro-brasileira, corrigindo, ainda que de forma inicial, a enorme dívida do Estado para com os afrodescendentes, através do reconhecimento do valor fundamental de sua valiosa contribuição na formação do povo brasileiro.

O presente processo dá continuidade a uma série de tombamentos de sedes de cultos africanos no Brasil, com a aprovação do primeiro deles em 1986, que foi o Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho – Ilê Axé Iyá Nassô Oká – no Livro do Tombo Histórico e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Já em 1999, este egrégio Conselho aprovou o tombamento do Terreiro do Ilê Axé Opô Afonjá; em agosto de 2002, o da Casa das Minas Jeje – Querebentam de Zomadonu –, de São Luís do Maranhão, logo seguido, em novembro de 2002, do Terreiro do Gantois – Ilê Iyá Omin Axé Iyamassé –, estes dois que tivemos a honra de relatar, e na sequência, em agosto de 2003, o sítio Terreiro de Candomblé do Bate-Folha Manso Banduquenqué.

É de se destacar em particular o esforço da 7ª Superintendência Regional do Iphan em Salvador, que vem liderando, no plano nacional, as iniciativas nesta seara e aperfeiçoando, a cada novo caso, os estudos técnicos, pareceres e procedimentos para preparação e instrução dos processos. Inicialmente sob a inspiração da museóloga Adalgiza Bonfim d'Eça, essa equipe, como bem frisa a arquiteta Márcia Sant'Anna em seu parecer[1]: "implantou e vem executando uma política de proteção de bens e sítios vinculados ao patrimônio cultural afro-brasileiro que não somente tem apresentado bons resultados mas, também, grande coerência e fundamentação".

1. Parecer n. 0163/04-7ª SR.

Terreiro do Alaketo, Salvador. Foto: João Santos, 2017.

Fica também patente que essas conquistas tiveram como marco fundador a realização do Projeto MAMNBA (Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia)[2], desenvolvido entre 1982 e 1987, a partir de convênio entre a antiga Fundação Nacional Pró-Memória e a Prefeitura Municipal de Salvador, que mapeou um conjunto de cerca de 2 mil centros de cultos afro-brasileiros somente na cidade de Salvador.

Assim é que, após receber o dossiê do processo de tombamento para análise, manifestei a necessidade de conhecer de perto o terreiro sobre o qual iria preparar meu parecer. Prontamente atendido pelo Iphan, no último dia 16 de setembro realizei uma visita de reconhecimento àquela casa de culto na cidade de Salvador, em companhia do Superintendente Regional, professor doutor Eugênio Lins, e do arquiteto João Legal Leal, que proporcionaram todo o apoio necessário ao êxito da missão, e tive a honrosa oportunidade de entrevistar a sacerdotisa – ialorixá – conhecida como Olga de Alaketo.

Nessa agradável conversa, pude confirmar o que já havia lido sobre ela nos autos deste processo e no livro de Teresinha Bernardo, que se denomina *Negras, mulheres e mães. Lembranças de Olga de Alaketu*. Mulher altiva, vivaz e inteligente, do alto de seus 79 anos de luta, que assumiu a direção daquela casa ainda muito jovem, aos 23 anos, e é consensualmente a maior conhecedora de suas tradições orais. Recebeu-nos de muito bom humor e contou-nos de viva voz alguns episódios que marcaram a origem e a permanência desse terreiro.

Olga Francisca Régis, mãe de santo da casa há mais de cinquenta anos, falou-nos com orgulho de suas origens, descendente direta em 5ª geração de Otampê Ojarô, uma das princesas meninas raptadas na região de Ketu, na costa ocidental da África, trazidas para o Brasil como escravas no final do século XVIII e que, após ser libertada, voltou ao seu país de origem, casou-se e em seguida retornou ao Brasil para fundar em Salvador essa casa de culto religioso que desde então se denominou Ilê Maroiá Láji.

Ao mesmo tempo, ao examinar os autos deste dossiê, pude constatar que o mesmo está muito bem instruído e atende às normas exaradas pelo Iphan para a preparação de processos de tombamento.

Aqui encontramos os seguintes itens técnicos exigidos:

> O processo se origina com a solicitação formal para as providências de tombamento, que neste caso é o ofício n. 68, datado de 10 de abril de 2001 e assinado pelo prefeito da cidade de Salvador, Antônio Imbassahy. E aí temos uma boa indicação de que existe comprometimento do poder local, no que tange às futuras ações em prol da preservação deste bem cultural.

> Documentação original manuscrita com data de 19 de junho de 1858, indicando que foi inscrita, no Registro Imobiliário de Salvador, a roça de João Francisco Regis, com área de 16 braças de frente, com terrenos foreiros laterais e tendo, aos fundos, a quinta das Beatas.

> O Estatuto da Sociedade São Jerônimo do Alaketo, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, criada para atuar como entidade mantenedora do Terreiro de Candomblé do Alaketo, com duração indeterminada, bem como a Ata da 1ª Reunião de sua Assembléia Geral, reunida em 13 de maio de 1988.

> Documentos de recolhimento de IPTU e certidões negativas de débito, demonstrando que o imóvel que sedia o terreiro tem a situação fundiária regularizada perante os órgãos públicos.

> Os Diários Oficiais do Município, do Legislativo e do Estado da Bahia, que divulgam a aprovação do Projeto de Lei n. 96/98, de 25 de maio de 1998, declarando de utilidade pública a Sociedade de São Jerônimo de Alaketo.

2. Projeto coordenado pelos antropólogos Olympio Serra e Ordep Serra. Contando com a participação de Clara Andrade Alvim, coordenadora da área de Contextos e Etnias Culturais da Pró-Memória. Os arquivos e resultados do projeto MAMNBA se encontram em poder da Fundação Gregório de Matos, da Prefeitura Municipal de Salvador.

> A documentação de rotina, comunicados e memorandos internos do Iphan, necessários para a abertura do processo de tombamento, conforme os termos do artigo 4° da Portaria n. 11, de 11 de setembro de 1996.

> A documentação exarada pela Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, que reconhece o Terreiro Ilê Maroiá Láji como Território Cultural Afro-brasileiro, e a competente publicação no Diário Oficial da União, em fevereiro de 2002, incluindo-se aí o Memorial Descritivo detalhado do perímetro da área, devidamente acompanhado do respectivo mapa, na escala técnica apropriada.

> Documentos que dão conta de iniciativa conjunta entre o Iphan e a Prefeitura de Salvador no sentido de proporcionar a realização de obras de reparos e melhorias físicas nas edificações e áreas integrantes do conjunto do terreiro, incluindo-se aí um detalhado Plano de Reforma da Cozinha e Anexos, acompanhado do respectivo projeto arquitetônico elaborado pela equipe técnica da 7ª SR do Iphan, em Salvador.

> A documentação cartográfica – como as plantas urbanas da Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura, definindo as quadras, o entorno imediato e a planta de situação – da área onde se encontra o terreiro, no contexto da cidade de Salvador.

> Mapas cadastrais que demonstram que parte do terreiro está inserida em área não edificável, segundo o Decreto n. 4.756, de 13 de março de 1975, que delimitou as áreas verdes do município, e a outra parte na área de proteção sócio-ecológica, conforme a Lei Municipal n. 3.592, de 16 de novembro de 1985.

> O Memorial Descritivo que define a poligonal da área a ser tombada pelo Iphan, bem como aquele que delimita a área de entorno, traçadas pela 7ª Superintendência Regional e acolhidas sem questionamentos pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, acompanhados dos respectivos critérios para intervenção e dos mapas, na escala técnica recomendada.

> Um estudo denominado *Notícia sobre o Terreiro do Alaketo*, de autoria do professor Júlio Braga, que se concentra numa biografia de Olga Francisca Régis, a atual ialorixá, registrando vários de seus depoimentos e remarcando sua brilhante trajetória como mãe de santo, fala-nos de suas viagens pelo mundo, especialmente do retomo ao território de origem de sua linhagem real na África Ocidental, de sua ativa participação em congressos e seminários, proferindo conferências, assim como da facilidade com que se expressa em iorubá, sempre difundindo a importância cultural de sua tradição religiosa e, com isso, mantendo viva e atualizada a memória coletiva de seu grupo. De fato ela tem sido nas últimas décadas a principal fonte de informações orais para os estudiosos que se dedicaram aos trabalhos de pesquisa sobre a cultura afro-brasileira.

> Dois detalhados estudos de autoria do professor doutor Renato da Silveira, que lhes dedicou 25 anos, aprofunda pesquisas sobre o tema e são denominados *Sobre a fundação do Terreiro do Alaketo,* datado de 16 de fevereiro de 2004, e *Sur le mouvement de foundation du Candomblé de la Barroquinha à Salvador de Bahia – 1764-1851,* uma versão revista e ampliada do artigo denominado "Jeje-nagô, iorubá-tapá, aon-efon, ijexá: processo de constituição do candomblé da Barroquinha", que havia sido publicado em 2000 pela revista de cultura *Vozes.*

> Os dois estudos se completam e através deles o autor realiza uma volta às origens raciais, mergulhando na história dos reinos africanos de origem iorubá, desde o século X, quando aconteciam os movimentos migratórios que iriam definir as etnias e nações que nos séculos seguintes povoariam a África Ocidental, e, indo mais adiante, até o século XVIII, momento em que essas nações passaram a se confrontar em guerras fratricidas, com captura e escravização dos inimigos.

Ao reconstituir essa dramática trajetória, sempre se referenciando a uma gama de estudos científicos de renomados pesquisadores e comparando os dados da historiografia africana com as informações orais e documentais obtidas dos terreiros da Bahia a partir dos séculos dezoito e dezenove, o autor analisa finalmente as cisões internas do primeiro terreiro que havia se localizado inicialmente no antigo bairro da Barroquinha e depois se deslocado para o bairro do Engenho Velho, onde se tornou conhecido como Terreiro da Casa Branca, que por sua vez deu origem aos principais templos que já mereceram estudos e foram tombados por este Conselho.

Em suas análises, o antropólogo Renato da Silveira alcança novas conclusões sobre o assunto, dentre elas, a de que o Terreiro do Alaketo é ao mesmo tempo originário e contemporâneo ao da Barroquinha e, portanto, anterior aos da Casa Branca, Axé Opô Afonjá e Gantois, fato que lhe acrescenta também o valor de antiguidade. Um de seus estudos, que faz parte destes autos, é acompanhado de extensa bibliografia e tem ainda como anexos um mapa do continente africano focalizado na Costa da Mina e o país nagô-iorubá conforme situação do século dezenove, evidenciando a localização do reino de Ketu, e uma árvore genealógica comprobatória da descendência direta da atual ialorixá a partir do rei Alaketu Akibiohu Aro, que reinou entre 1780 e 1795.

Parecer n. 0163/04-7ª SR, de 13 de março de 2004, assinado pela arquiteta Márcia Sant'Anna: um texto que, facilitando a vida deste relator, acaba por realizar uma síntese muito objetiva de todas as informações disseminadas no corpo do processo e vai mais além, acrescentando acuradas observações sobre a documentação original do século dezenove, que permitem uma visão das origens e dos antecedentes históricos do terreiro, desde sua fundação até os nossos dias, e que definem sua trajetória ao longo de quase dois séculos, cotejando-a com a história das outras casas matrizes, discorrendo sobre a hierarquia religiosa ao mesmo tempo que identifica a gênese dos candomblés com a trajetória dos povos africanos escravizados e explicitam como os diferentes grupos étnicos acabaram por constituir a tradição de um sistema religioso afro-brasileiro. Prossegue descrevendo sua situação atual e estabelecendo a precisa relação entre os espaços físicos e os rituais que ali se realizam. A forma como o terreiro se organiza de acordo com o modelo espacial jeje-nagô, onde se distinguem as áreas destinadas às construções de uso religioso e habitacional, o barracão ou templo principal, os santuários individuais e o espaço reservado ao mato, a área verde onde estão localizadas as árvores sagradas, as fontes ou nascentes e os assentamentos de alguns dos Orixás, e a forma como esta disposição visava sempre estabelecer, no pequeno espaço de um terreno, um microcosmo de seu país de origem.

A arquiteta Márcia Sant›Anna faz também uma análise do processo de ocupação, muitas vezes irregular, da gleba de terra – antiga roça de João Porfírio, localização original do terreiro – e como ao longo do tempo ela vem sendo sucessivamente prejudicada por invasões e construções precárias, que diminuíram sua área verde e cujo episódio mais grave parece ter sido aquele ocorrido em 1963, quando um tio materno da ialorixá se aproveitou de sua ausência, em viagem ao exterior, para promover intervenções que culminaram com o aterro das nascentes, localizadas no sopé da encosta. Mas também evidencia como situações dessa natureza são ainda presentes e ameaçam a integridade das áreas sagradas remanescentes que ainda permitem a perpetuação do culto, exigindo, portanto, medidas de proteção.

Analisa ainda a legislação que incide sobre aquela área urbana e a poligonal de tombamento aqui proposta, esclarecendo por que ela será mais abrangente do que aquela definida pela Fundação Cultural Palmares como "Território Cultural Afro-brasileiro" e explicitando os critérios que

presidiram a definição desses limites, bem como da área de entorno. Seu parecer conclui com uma criteriosa justificativa para o tombamento.

> A documentação fotográfica dos imóveis, bem como do entorno, focalizando a densa ocupação irregular do casario adjacente e evidenciando que as únicas manchas verdes remanescentes são aquelas que se encontram nos domínios do terreiro.

> O competente e detalhado parecer da doutora Sista Souza dos Santos, procuradora-chefe do Iphan, nos dando conta de que os requisitos técnicos e a correta condução jurídica do processo estão atendidos, bem como foram devidamente publicados os editais de notificação aos proprietários e as demais comunicações que se fizeram necessárias para prevenir qualquer possibilidade de contestação quanto à situação fundiária do terreiro.

> O parecer do gerente de Bens Arquitetônicos, Móveis e Integrados, arquiteto José Leme Galvão Júnior, que analisa com objetividade o conjunto de edificações e bens móveis a ela associados e conclui pelos valores afro-brasileiros aí presentes[3]:

Em suma, larga e profundamente estudados e relevados neste processo, os valores étnicos, que, em perspectiva histórica, dão ao conjunto a necessária excepcionalidade para constituir o patrimônio cultural brasileiro.

Assim, constatamos que, do ponto de vista formal, os requisitos técnicos, jurídicos e burocráticos exigidos pela regulamentação do Iphan, mais especificamente pela Portaria n. 11, de 11 de setembro de 1986, foram bem atendidos e estão presentes neste processo.

Entretanto, não poderia deixar de mencionar aqui um outro documento, citado nas bibliografias, que é o livro *Negras, mulheres e mães. Lembranças de Olga de Alaketu,* de autoria de Teresinha Bernardo.

O livro, que foi sua tese de livre-docência, é uma antropologia das relações raciais no Brasil, orientada segundo dois eixos: gênero e religiosidade. Com dados muito objetivos, baseados em farta documentação, a autora situa a mulher na sociedade brasileira para mostrar as condições de inferioridade com que era referida no passado recente, sobretudo nos jornais da capital da Bahia, estado usado para fazer mostrar como a mulher, quando negra, fica posta em condições ainda mais adversas[4].

O livro nos traz uma importante série de entrevistas, resultado de muitos anos de convivência em que se estabeleceu uma relação de amizade, e reconstitui parte da trajetória de vida da ialorixá. Nessa abordagem, e realizando um estudo de gênero, ela abre uma nova vertente na avaliação das condições de adaptação das mulheres negras que aqui chegaram na condição de escravas. De fato, através desse estudo de caso ela acaba por explicitar, de forma cientificamente ordenada, outra injustiça dentro da injustiça racial. Pior que a discriminação contra os negros em geral é a discriminação contra a mulher negra.

Assim é que a generosa documentação encontrada neste dossiê passa a se constituir num bom modelo de trabalho, realizado para a necessária comprovação do valor cultural do bem e de sua relevância para a memória nacional do ponto de vista cultural, histórico, étnico, antropológico e social. Tarefa essa facilitada pelo fato de tratarmos de bens do patrimônio cultural nacional cuja importância está expressa em dezenas de publicações, ao longo de mais de 120 anos, a partir da pesquisa pioneira de Nina Rodrigues, ainda na última década do século XIX, registrada em sua obra *O animismo fetichista dos negros baianos.*

3. Memorando da Gearq/Depam n. 043/04, de 8 de abril de 2004.
4. Reginaldo Prandi, na Apresentação do livro *Negras, mulheres e mães...*, de Teresinha Bernardo (São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Pallas/Educ, 2003).

A partir daí, temos às mãos uma respeitável bibliografia, suficiente para não deixar dúvidas sobre o valor do acervo para a cultura nacional. É expressivo o número de pesquisadores que se dedicaram a comprovar a importância social, cultural, antropológica e etnográfica da própria casa, dos rituais e das celebrações que nela se processam.

Além de Renato da Silveira, Júlio Braga e Márcia Sant'Anna, que assinam artigos e pareceres integrantes do processo, temos a presença constante de citações bibliográficas que se referem à indispensável contribuição dos estudos pioneiros de Vivaldo Costa Lima, que construiu uma obra basilar nessa vertente da antropologia e da etnologia, mas também a Edison Carneiro (1948), Elbein dos Santos, Melville J. Herskovits (1943), Ruth Landes (1967), Roger Bastide (1961; 1989), Pierre Verger (1957; 1962; 1981), Kátia Matoso (1988), Ordep Serra (1997), apenas para citar alguns dos renomados pesquisadores e estudiosos que se debruçaram sobre esse tema.

De fato, o Terreiro do Alaketo passou a ser reconhecido como um dos mais antigos e notáveis templos afro-brasileiros ainda hoje em atividade em nosso país e a fazer parte das instituições que melhor representam as religiões de origem africana no Brasil. Entre todos os especialistas que o estudaram, já existe o consenso de que essa casa forma, ao lado do Terreiro da Casa Branca, do Axé Opô Afonjá, e do Terreiro do Gantois (já tombados), a matriz que preside e de onde emanam as influências que afetam instituições congêneres, as casas de candomblé, que se espalharam pela Bahia e por diversas regiões do país.

Ao mesmo tempo, há o reconhecimento de que essa casa alcançou notoriedade também pelo desempenho de suas "chefas". E, dentre elas, a atual, Olga do Alaketo, notável pela capacidade de liderança, generosidade na forma de compartilhar e transmitir os ensinamentos sagrados à suas filhas de santo, desprendimento dos valores materiais com que vem governando seu santuário e pela influência que sempre exerceu como guia espiritual.

Não cabe aqui nenhuma pretensão de analisar o mérito da questão do culto do candomblé, da natureza religiosa do riquíssimo patrimônio imaterial que pulsa vivo no cotidiano desse terreiro. Nem de longe penetrar na diversidade linguística carregada de expressões do idioma ancestral africano, o iorubá. Esses aspectos já foram brilhantemente abordados por especialistas como o professor doutor Renato da Silveira e pela arquiteta Márcia Sant'Anna em seus respectivos textos que constam dos autos deste processo.

Entretanto, considero justo reiterar algumas considerações que são válidas também para este caso, como o fato de que o bem cultural que ora se propõe tombar muito se avizinha de um caso de patrimônio imaterial. Concordando com o que afirmou o professor Luiz Fernando Dias Duarte em seu parecer sobre o Terreiro Bate-Folha:

> *Parece oportuno mencionar – agora que já foi inaugurada a prática do registro do chamado patrimônio imaterial – o modo pelo qual a presente série representa, na verdade, uma ponte entre o "patrimônio material" e o "patrimônio imaterial".*

Cumpre-nos mais uma vez avaliar a materialidade desse patrimônio, reconhecendo, entretanto, ser muito forte a ligação entre a tipologia arquitetônica, a morfologia urbana do conjunto e o sentido religioso da casa. De fato, o partido interno das construções e a sua disposição no terreno são fortemente influenciados pela necessidade dos rituais e celebrações.

E ainda, como nos demais casos similares, o Terreiro do Alaketo "sobreviveu até os nossos dias porque os rituais foram preservados, e os rituais foram preservados porque eles possuem seu *locus* de celebração, que é o seu território"[5].

Consideramos oportuno reiterar o reconhecimento de que o estudo dos terreiros tem permitido melhor entendimento sobre a formação do povo brasileiro. De fato, além das pesquisas antropológicas e etnográficas

5. Processo n. 1.471-T-00 – Terreiro de Candomblé Ilê Iyá Omin Axé Iyamassé, p. 5. Relator: Luiz Phelipe Andrès.

já realizadas, temos todo um campo aberto à sociologia política que pode ser traçada a partir da trajetória dos terreiros, em decorrência de sua grande vascularização e presença em todas as camadas da sociedade e em todos os tempos.

A vida pública de Olga do Alaketo, cuja trajetória se pode reconstituir através de recortes de notícias publicadas na imprensa e que estão anexados ao segundo volume deste processo, nos permite entrever e confirmar que, embora muitas vezes não assumissem publicamente, muitos dos líderes da política nacional, e em todas as épocas, reverenciaram as mães ou chefes de terreiros na busca de proteção pessoal, ou de força e orientação para as decisões que iriam afetar a vida de milhões de cidadãos.

Conforme nos informa Renato da Silveira, no texto *Sobre a fundação do Terreiro do Alaketo,* p.17:

> *(...) desde 1810 o conde dos Arcos, que veio modernizar a Bahia após a transferência da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, realizou uma administração dinâmica e empreendedora, conduzindo uma política social de tolerância para com as tradições culturais dos africanos. Por cálculo político, é verdade, mas para os jeje-nagôs o importante é que a postura do conde dos Arcos lhes abria um bom espaço para a ação social. Em 1811 o conde tornou-se inclusive irmão honorário da irmandade negra do Senhor Bom Jesus dos Martírios – ou seja, tornou-se protetor da organização oficial que abrigava o grupo jeje-nagô, a mesma que, segundo as tradições orais Casa Branca e suas filiais, acobertou a fundação do candomblé da Barroquinha.*

Assim é que a pesquisa desses santuários, o decifrar de seus rituais, modos e tradições permitem cada vez mais aprofundar os estudos na busca de compreensão do fenômeno de constituição da nação brasileira e de seu comportamento ao longo dos séculos, ampliando conhecimentos sobre a influência da cultura africana na gênese da sociedade contemporânea.

No caso particular de Salvador é possível, através da observação do posicionamento dos terreiros no mapa atual, ampliar a compreensão acerca dos caminhos que determinaram sua evolução urbana a partir do núcleo original localizado na área que hoje é reconhecida como "centro histórico".

O fato é que, ao procurar locais ermos e isolados em busca de discrição e refúgio contra as perseguições policiais que sofriam na época, os terreiros se constituíram em novos focos de urbanização. Construções simples foram pouco a pouco se agregando em seu entorno, motivadas pela atratividade gerada na celebração de festas e rituais religiosos.

> *Trata-se de mais uma vez reconhecer que uma boa parcela da memória nacional, do ponto de vista social, antropológico, político, cultural e também arquitetônico, está traduzida no contexto da morfologia urbana de nossos humildes bairros periféricos*[6].

De forma muito semelhante ao que observamos no Terreiro do Gantois, no casario que se edificou em torno da antiga "roça do Alaketo", a ocupação de toda a colina se fez de maneira peculiar em função e em torno da presença daquela instituição. A disposição espacial do terreiro, mais uma vez, neste caso, parece admitir influências dos *coumponds*, já identificados como um modelo que buscava reproduzir, no exíguo espaço disponível, os territórios de origem no continente africano, constituindo-se de uma casa principal ao redor da qual se organizavam as demais moradias dos integrantes do culto.

É válido ainda reiterar neste parecer o que já afirmáramos antes, que também os terreiros, as suas sedes e entorno imediato hoje não só se tornaram como repositórios de conceitos sociais, antropológicos e religiosos disponíveis ao melhor entendimento de nossa cultura urbana, mas como arquivos vivos, onde os estudiosos podem ler os

6. Processo n. 1.471-T-00 – Terreiro de Candomblé Ilê Iyá Omin Axé Iyamassé, p. 7. Relator: Luiz Phelipe Andrès.

signos que traduzem as origens culturais de nosso povo ou pelo menos da imensa parcela que coube aos negros africanos na construção do país.

À luz dessa vasta e generosa documentação ficam evidentes as fortes razões pelas quais o Terreiro do Alaketo se afirma como um dos mais antigos centros de cultos afro-brasileiros que ainda mantêm incólumes grandes parcelas de suas características originais e de seus rituais sagrados, que ao seu turno vêm sendo cada vez mais e mais pesquisados e valorizados, na medida em que se dissipa a névoa do preconceito e da discriminação racial.

Reconhecer a importância e valor desses santuários, que abrigam em sua história toda a diáspora dos povos africanos, é, portanto, trabalhar, ainda que de forma modesta, para a sua proteção e, assim fazendo, cumprir uma obrigação constitucional de defesa da cultura do país. Tão expressiva é a carga de contribuições que os centros de culto afro-brasileiros abrigam para o entendimento do Brasil de hoje que o ato de tombamento assume, nesse caso, a plenitude de seus múltiplos significados.

Reiteramos aqui a nossa crença de que

> *o ato de proteção, que está implícito na figura do tombamento, vai muito além do que sugere a materialidade da questão, ele incide também sobre a autoestima das pessoas diretamente envolvidas, bem como da comunidade envoltória, ele não atribui apenas o poder de coerção, de vigilância, de fiscalização, mas também confere valor. E como valoriza, ele eleva e estabelece uma aura de respeito sobre o bem que se pretende preservar. O tombamento não é somente um ato jurídico e burocrático, mas uma estratégia de distinguir, de divulgar, de fortalecer argumentos de defesa e, portanto, um caminho para consolidar as perspectivas de continuidade para o futuro*[7].

E para concluir esta avaliação, recorro aqui às palavras de Márcia Sant'Anna em seu parecer integrante deste processo, que tão bem sintetizam a importância do acervo:

> *O Ilê Maroiá Láji, é testemunho vivo da transferência de cultos africanos tribais, familiares, dinásticos e urbanos para o Brasil, bem como de sua universalização e transformação em uma das mais importantes religiões nacionais. É, ainda, um documento da aclimatação de parte fundamental da cultura e da organização social e política de povos de origem jeje e iorubá em terra estrangeira, assim como das tentativas de reconstrução dessa organização em circunstâncias extremamente adversas (...).*
>
> (...)
>
> *O tombamento do Terreiro do Alaketo se impõe, entretanto, não somente pelo reconhecimento do seu valor como documento da história e da resistência cultural negra no Brasil, mas também pela necessidade de proteção e resgate de um espaço que abriga importantes testemunhos desta história e onde se preservam e transmitem valiosas tradições e conhecimentos.*

Acervos como o Terreiro do Alaketo, por se constituírem em importante foco de resistência da cultura negra, não só têm relevância para o estado da Bahia e para o país, mas se revestem de um valor universal, como lição de humanidade. E concluindo, assim, sou de parecer favorável ao tombamento como patrimônio cultural do Brasil, para que seja inscrito nos Livros do Tombo Histórico e do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, denominando-se "Terreiro do Alaketo, Ilê Maroiá Láji".

São Luís, 25 de setembro de 2004.

7. Processo n. 1.464-T-00 – Terreiro Casa das Minas, p. 8. Relator: Luiz Phelipe Andrès.



Terreiro do Alaketo, Salvador. Foto: João Santos, 2017.



Salvador – BA | 2002

Terreiro do Gantois
Ilê Iyá Omin Axé Iyamassé

PROCESSO: 1.471-T-00

RELATOR: LUIZ PHELIPE DE CARVALHO CASTRO ANDRÈS

REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 21 DE NOVEMBRO DE 2002

Foi com muita honra que recebemos do senhor presidente do Iphan, doutor Carlos Henrique Heck, através da professora Anna Maria Serpa Barroso, a tarefa de examinar e opinar sobre o processo de tombamento daquele que vem a ser o mais conhecido de todos os centros de religião afro-brasileira, denominado Terreiro do Gantois, ou Ilê Yiá Omin Axé Iyamassé, situado no bairro da Federação, na cidade de Salvador, na Bahia, e em especial pela oportunidade de estarmos participando de um momento histórico, em que o Iphan, como instituição, evidencia uma efetiva ampliação no enfoque da questão patrimonial.

O presente processo dá continuidade a uma série de tombamentos de sedes de cultos africanos no Brasil, com a aprovação do primeiro deles em 1984, que foi o Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho – Ilê Axé Iyá Nassô Oká, no Livro do Tombo Histórico e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Hoje, passados dezoito anos, são amplamente reconhecidos os benefícios que aquele ato assegurou ao bem tombado. Já em 1999, este egrégio Conselho aprovou também o tombamento do terreiro do Ilê Axé Opô Afonjá. E, muito recentemente, em agosto último, a Casa das Minas Jeje – Querebentam de Zomadonu, de São Luís, no Maranhão, processo que também tivemos a satisfação de relatar.

Identificamos nesses casos os sintomas claros de uma tendência que se consolida cada vez mais no seio da instituição, no sentido de assumir uma política de proteção a tais bens, de forma que se possa minorar a enorme dívida do Estado para com os povos de raça negra, através do reconhecimento, cada vez maior, do valor fundamental de sua valiosa contribuição na formação do povo brasileiro.

Terreiro do Gantois, Salvador. Foto: João Santos,2017.

Fica também patente que esses avanços no campo institucional tiveram como marco fundador a realização o Projeto MAMNBA (Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia)[1], desenvolvido entre 1982 e 1987, a partir de convênio entre a antiga Fundação Nacional Pró-Memória e a Prefeitura Municipal de Salvador, que mapeou um conjunto de cerca de 2 mil centros de cultos afro-brasileiros somente na cidade de Salvador, o que faz persistir a certeza de que o tombamento de apenas três terreiros ainda representa muito pouco em favor da proteção legal.

Entretanto, gostaríamos de reiterar a observação feita em parecer anterior[2]:

> *(...) diante da grandeza do número de terreiros já identificados e ainda mais se fizermos uma projeção estimativa para outros estados brasileiros, podemos inferir que ainda está havendo um grande descompasso entre o acervo existente no Brasil, e que se confere na casa dos milhares, e estes poucos casos que até hoje foram efetivamente objeto de estudos e pesquisas, até chegarem ao ponto de se tornarem merecedores de um ato legal e formal de proteção no âmbito do governo federal.*

Este fato, em si, torna urgente a necessidade de que o Iphan possa ser aparelhado para realização dessa imensa tarefa.

Assim é que, ao examinar detidamente os autos deste dossiê, constatamos com satisfação que o mesmo está muito bem instruído e atende às normas exaradas pelo Iphan para a preparação de processos de tombamento.

Aqui encontramos os seguintes itens técnicos exigidos:

> A solicitação formal para as providencias de tombamento, que neste caso é assinada por Mônica Millet, neta de Mãe Menininha do Gantois, datada de 30 de junho de 2000.

> A Lei Municipal n. 3.590, de 16 de dezembro de 1985, que cria, delimita e institucionaliza como área sujeita a regime específico na categoria de Proteção Cultural e Paisagística, a área do Candomblé Ilê Iyá Omin Axé Iyamassé (Terreiro do Gantois) e dá outras providências.

> O decreto da Fundação Palmares, datado de 23 de fevereiro de 2000, que reconhece o referido terreiro como "Território Cultural Brasileiro".

> Encontramos aqui dois brilhantes estudos, sendo o primeiro deles um Laudo Antropológico de autoria do pesquisador e professor doutor Ordep Serra e o segundo, o Parecer Técnico elaborado pela arquiteta Márcia Sant'Anna. Ambos contêm um relato das origens e dos antecedentes históricos do terreiro desde a sua fundação até os nossos dias e que definem sua trajetória ao longo de mais de um século e meio, descrevendo a morfologia e estabelecendo a precisa relação entre os espaços físicos e os rituais que ali se realizam, discorrendo sobre a hierarquia religiosa ao mesmo tempo em que identificam a gênese dos candomblés com a trajetória dos povos africanos escravizados e explicitam como os grupos étnicos jejes e nagôs acabaram por constituir a tradição de um sistema religioso afro- brasileiro.

> A documentação cartográfica, como as plantas cadastrais urbanas, definindo as quadras, o entorno imediato, e a planta de situação no espaço urbano, no contexto da cidade de Salvador.

> As definições precisas de limites de terreno na quadra a que pertence e os competentes documentos de contrato de aforamento, com a devida Certidão do Histórico da Propriedade, firmados em 29 de dezembro de 1982 ainda por Mãe Menininha do Gantois e exarados pelos cartórios locais.

1. Projeto Coordenado pelos antropólogos Olympio Serra e Ordep Serra. Contando com a participação de Clara Andrade Alvim, coordenadora da área de Contextos e Etnias Culturais da Pró-Memória.Os arquivos e resultados do Projeto MAMNBA se encontram em poder da Fundação Gregório de Matos, da Prefeitura Municipal de Salvador.
2. Processo n.1.464-T-00 – Terreiro Casa das Minas Jeje, p. 1-2. Relator: Luiz Phelipe Andrès.

> A poligonal que define a área precisa de tombamento, bem como a poligonal de entorno, traçadas pela 7ª Superintendência Regional e acolhidas pelo Departamento de Proteção, nos termos do Memorando n. 193/2002 Protec/Deprot, de 17 de setembro de 2002.

> Cópia dos estatutos da secular Associação de São Jorge Ebé Oxossi, fundada em 1849, que desde então administra a vida daquele terreiro, mostrando ser uma das mais antigas agremiações beneméritas e sem fins lucrativos da cidade de Salvador ainda em atividade.

> A documentação fotográfica dos imóveis, bem como do entorno, focalizando os bens móveis, indumentárias, imaginária e instrumentos de culto.

> O competente e detalhado parecer da Assessoria Jurídica, bem como o edital de notificação aos proprietários e as demais comunicações que se fizeram necessárias para prevenir qualquer possibilidade de contestação quanto à situação fundiária do terreiro.

Assim, constatamos que, do ponto de vista formal, os requisitos técnicos, jurídicos e burocráticos exigidos pela regulamentação do Iphan, mais especificamente pela Portaria n. 11, de 11 de setembro de 1986, foram bem atendidos e estão presentes neste processo.

Resta-nos proceder a uma avaliação dos aspectos que se referem à necessária comprovação do valor cultural do bem e de sua relevância para a memória nacional do ponto de vista cultural, histórico, étnico, antropológico e social. Tarefa esta facilitada pelo fato de tratarmos de um dos bens do patrimônio cultural nacional de reconhecida relevância e cuja importância está expressa em dezenas de publicações, ao longo de mais de 120 anos, com ênfase para a pesquisa pioneira de Nina Rodrigues, que se dedicou especialmente ao estudo dessa casa, ainda na última década do século XIX, e o registrou em sua obra *O animismo fetichista dos negros baianos.*

A partir daí, temos às mãos uma respeitável bibliografia, suficiente para não deixar dúvidas sobre o valor do acervo para a cultura nacional. Grande foi o número de pesquisadores que se debruçaram em seu estudo, a comprovar a importância social, cultural, antropológica e etnográfica da própria casa, dos rituais e das celebrações que nela se processam há mais de um século e meio.

Neste ponto transcrevemos um trecho do parecer técnico do professor Ordep Serra, que integra este dossiê:

> *Já no tocante a documentos de caráter científico que interessam ao assunto, e confirmam a excepcional significatividade do monumento em apreço, uma vasta bibliografia pode ser invocada: inúmeros estudiosos fazem referências ao Terreiro do Gantois, lembram suas origens, assinalam seu prestígio, indicam seu valor e destacam sua importância. Os registros se sucedem ao longo de muitas décadas, por dois terços de século. Basta invocar, a propósito, a autoridade de Nina Rodrigues (1935; 1945), Manoel Querino (1938), Edison Carneiro (1948), Arthur Ramos (1940), Melville J. Herskovits (1943), Donald Pierson (1945), Ruth Landes (1967), Roger Bastide (1961; 1989), Pierre Verger (1957; 1962; 1981), Vivaldo Costa Lima (1977; 1981; 1984; 2000), Deoscóredes Maximiliano dos Santos (1962), Juana Elbein dos Santos (1986), Marco Aurélio Luz (1995), Káüa Matoso (1988), Muniz Sodré (1988), Maria Stella de Azevedo Santos (1993), Ralph Becker (1995), Ordep Serra (1997), H. J. Drewall & J. Mason (1998), Volney J. Berkenbrook (1999), Renato da Silveira (2000). Não se trata de uma relação exaustiva: outros poderiam ser citados (...).*

De fato, o Terreiro do Gantois foi classificado como um dos mais antigos e notáveis templos afro-brasileiros ainda hoje em atividade em nosso país e faz parte da trindade de instituições que melhor tipificam e representam as religiões de origem africana no Brasil. Entre todos os especialistas que o estudaram, existe o consenso de que essa casa forma, ao lado do Terreiro da Casa Branca e do Axé Opô Afonjá (ambos já tombados), a matriz que preside e de onde emanam as influências que afetam instituições congêneres, as casas de candomblé que se espalharam pela Bahia e por diversas regiões do país.

Entretanto, das três, foi o Gantois que alcançou a maior notoriedade, especialmente pelo desempenho da mais famosa de suas "chefas", que foi eternizada com o nome de Mãe Menininha do Gantois, notável pela capacidade de liderança, bondade, benemerência e desprendimento dos valores materiais com que governou seu santuário e pela influência que exerceu na vida do país como guia espiritual. Essa casa é também citada na obra literária de Jorge Amado, na poesia de Vinícius de Moraes, pelo gênio de Glauber Rocha, nos traços mágicos de Carybé, ou nas canções de Dorival Caymmi, Maria Bethânia, Gilberto Gil e Caetano Veloso, entre outros importantes intérpretes e compositores nacionais.

Sobre a cadeia sucessória de Mães que conduziram o Gantois, assim nos informa o laudo de Ordep Serra, citando os antigos estatutos em seu artigo 1°:

> *Associação de São Jorge (Ebé Ochossi), fundada nesta Capital em 1849, pela preta africana (nagô) Maria Júlia da Conceição Nazaré, prosseguida depois, em 1900 por Pulquéria Maria da Conceição Nazareth', consecutivamente, em 1918 por Maria da Glória Nazareth e reorganizada em 1926 por D. Escolástica Maria da Conceição Nazareth (...).*

E prossegue:

> *Esta veio a se tornar a mais famosa Ialorixá do Brasil, com o nome carinhoso de MÃE MENININHA DO GANTOIS, pontificou entre 1926 e 1986. Depois de um interregno de um ano, sucedeu-a a venerável Cleusa Millet, sua filha, falecida em 1999. No interregno subsequente, que durou até fins de maio de 2002, o Ilê Iyá Omin Axé Iyamassé, Terreiro do Gantois, esteve sob a regência da venerável Ialaxé Carmen Oliveira, que então ascendeu ao cargo de Ialorixá.*

Mas, o tombamento que é solicitado neste processo é o do terreiro em si, o conjunto das edificações e áreas envoltórias onde se encontram as árvores sagradas, a fonte de água e os trechos de mata, e devemos conduzi-lo através de procedimentos utilizados normalmente para a proteção de bens imóveis.

Portanto, não cabe aqui nenhuma pretensão de analisar o mérito da questão do culto do candomblé, da natureza religiosa do riquíssimo patrimônio imaterial que pulsa vivo no cotidiano deste terreiro. Nem mesmo de penetrar na diversidade linguística carregada de expressões do idioma ancestral africano, o iorubá. Esses aspectos já foram brilhantemente abordados por especialistas como o professor doutor Ordep Serra e a arquiteta Márcia Sant'Anna, em seus respectivos pareceres, que por sua vez remetem a uma vasta bibliografia e constam dos autos deste processo.

Cumpre-nos avaliar a materialidade desse patrimônio, mas, para tanto, como na medicina tradicional, cuidaremos de não separar "o corpo da alma", reconhecendo ser muito forte a ligação entre a tipologia arquitetônica, a morfologia urbana do conjunto e o sentido religioso da casa. De fato, o partido interno das construções e a sua disposição no terreno são inteiramente determinados pela necessidade dos rituais e celebrações.

Como nos demais casos similares, o Terreiro do Gantois sobreviveu até os nossos dias porque os rituais foram preservados; e os rituais foram preservados porque eles possuem seu lócus de celebração, que é o seu território.

Portanto, vamos nos restringir em avaliar o imóvel propriamente. E sob esse aspecto é sem dúvida notável a estreita ligação entre a disposição das casas, no terreno e os cultos que aí se processam. O terreiro é ritual e hierarquicamente dividido e cada setor é habitado pelos parentes dos principais orixás. A propósito, aqui transcrevo uma parte do laudo de Ordep Serra:

> *Todo o sítio acha-se demarcado por referências simbólicas que o tornam ponto de apoio para uma identificação étnico-religiosa. As reiterações de liturgias cíclicas em torno a monumentos do terreiro assinalam sua área total com um templo. E conforme ao padrão desse tipo de assentamento a existência de um edifício nuclear, verdadeira matriz do conjunto, onde se encontram o salão de*

> *festas públicas, a clausura, a cozinha sagrada e alguns dos principais sacrários, além de cômodos residenciais onde se alojam hierarcas de alta posição, uma sala refeitório onde são comungadas as oferendas alimentares, nas grandes festas públicas, um vestuário onde os iniciados em transe se paramentam e outros anexos. Este edifício é geralmente designado como barracão e tem uma estatura de estabelecimento conventual, com um claustro Provisório e "celas" para sacerdotes graduados, além de dependências outras dedicadas a usos práticos domésticos ou usos religiosos. Além dos sacrários e nichos incluídos no interior do barracão, há outros que constituem pequenos prédios independentes, os quais são chamados (também) de ilê orixá. Ainda de acordo com o padrão de assentamento em apreço, existem no terreiro do gantois outros sacras: monumentos não edificados (naturais), que integram o conjunto do ilê axé, a saber: arbustos e árvores sagradas, fonte, mancha de vegetação – itens considerados hierofanias, ou investidos de papel simbólico que lhes é adscrito segundo o modelo de uma cosmologia tradicional, de inspiração religiosa.*

Consideramos oportuno reiterar o reconhecimento de que o estudo dos terreiros tem permitido uma melhor compreensão dos meandros da formação do povo brasileiro. De fato, além das pesquisas etnográficas e antropológicas já realizadas e ainda por serem efetivadas, temos toda uma sociologia política que vem sendo traçada a partir da trajetória dos terreiros, em decorrência de sua grande vascularização e presença na sociedade em todos os tempos, desde as pessoas mais humildes, oriundas das camadas menos favorecidas, até os grandes personagens da política nacional.

Entre outras conclusões, os trabalhos já realizados demonstram que, embora muitas vezes não assumissem publicamente, boa parte dos próceres da política nacional reverenciou e se ajoelhou perante as mães ou chefes de terreiros na busca de proteção pessoal, ou de força e orientação para as decisões que iriam afetar a vida de milhões de cidadãos.

A pesquisa desses santuários, o decifrar de seus rituais, modos e tradições permitem cada vez mais aprofundar os estudos na busca de compreensão do fenômeno de constituição da nação brasileira e de seu comportamento ao longo dos séculos, ampliando conhecimentos sobre a influência da cultura africana na gênese da sociedade contemporânea.

Neste ponto, gostaria de destacar alguns trechos do parecer de Márcia Sant'Anna:

> *As últimas levas de escravos vindos para o porto da cidade da Bahia, entre o final do século XVII e meados do século XIX, eram procedentes da costa oeste da África, mais especificamente da região da baía que banha os atuais países do Togo, Benin (antigo Daomé) e Nigéria. Esses negros jejes e nagôs – designativo que engloba vários grupos étnicos de língua iorubá – vieram se juntar aos outros contingentes provenientes das regiões da chamada Guiné portuguesa, de Angola e do Congo, que, desde o século XVI, eram regularmente trazidos para os trabalhos nas lavouras, nas cidades e nas minas do Brasil. As trocas culturais entre jejes e nagôs já existiam em território africano, pois esses povos mantinham intensas relações comerciais e de disputa territorial que produziram importantes reflexos tanto em sua religião como em sua vida tecnológica e social. As circunstâncias da escravidão fizeram com que essas trocas se aprofundassem no Brasil e transpusessem para as nossas terras um complexo cultural cuja influência é especialmente visível na religião fundada por esses povos na Bahia.*
>
> *Certamente por chegarem por último e por possuírem um sistema religioso mais sofisticado e estruturado desde a áfrica, os jejes e nagôs (especialmente esses últimos) logo impuseram uma hegemonia religiosa e cultural sobre os outros grupos que aqui viviam há mais tempo. Em 1986, Nina Rodrigues, pioneiro dos estudos da cultura afro-brasileira, observava que a mitologia e o culto dos jejes e dos iorubanos preponderava no Brasil, absorvendo todos os outros e prevalecendo*

> *"como a única forma ritual organizada dos nossos negros fetichistas". Nina atribuía esse fato ao grande predomínio numérico dos nagôs, à melhor organização do sacerdócio no seio dessa etnia e à difusão de sua língua. Sob essa influência, organizavam também terreiros e candomblés "à moda dos nagôs", nos quais suas divindades específicas recebiam "ao lado dos orixás iorubanos e dos santos católicos, um culto externo mais ou menos copiado das práticas nagôs" (...).*
>
> *A constituição do sistema religioso afro-brasileiro a partir do modelo jeje-nagô não se deu, contudo, da noite para o dia. As práticas religiosas negras, durante todo o período da escravidão e muito tempo após a abolição, foram duramente perseguidas, proibidas e taxadas de bruxaria, magia negra e toda sorte de fantasias sobrenaturais. Os historiadores mostram que, nestas circunstâncias, as primeiras associações negras de caráter religioso se organizavam clandestinamente sob o manto protetor de irmandades religiosas, lançando mão de sincretismo de divindades africanas com santos católicos, como uma das formas de preservar seus cultos e torná-los mais aceitos pela sociedade cristã. Outras estratégias de sobrevivência consistiam na atração de personalidades influentes na sociedade para suas hostes – mediante a concessão de cargos honoríficos na hierarquia sacerdotal – e na instalação dos lugares de culto ou terreiro em áreas afastadas da parte mais habitada da cidade, mais ou menos a salvo da repressão policial.*

No caso particular da Bahia é possível, através da observação do posicionamento dos terreiros no mapa atual de Salvador, realizar uma leitura voltada para esses outros marcos urbanos em que eles se tornaram no cotidiano da cidade e ampliar os entendimentos acerca dos caminhos que determinaram sua evolução a partir do núcleo original localizado na Barroquinha, no centro histórico.

Avaliações como essas permitem confirmar o fato de que ao procurar locais ermos e isolados em busca de discrição e refúgio contra as perseguições policiais que sofriam na época, esses locais de culto acabaram se constituindo em novos focos de urbanização a partir do casario que pouco a pouco se agregou em seu entorno, atraídos pela movimentação gerada na celebração de festas e rituais religiosos. Trata-se de mais uma vez reconhecer que uma boa parcela da memória nacional, do ponto de vista social, antropológico, político, cultural e também arquitetônico, está traduzida no contexto da morfologia urbana de nossos humildes bairros periféricos.

Assim é que se pode realizar uma outra leitura da configuração da cidade, seguindo a localização dos terreiros. E como bem antecipou o arquiteto italiano G. Giovannoni (fundador de uma verdadeira doutrina de conservação do patrimônio urbano), ainda no início do século XX, os fragmentos urbanos antigos, incluindo seus casarios mais singelos,

> *constituem-se em monumentos que não só devem ser conservados, como integrados a um plano local, regional e territorial que simboliza sua relação com a vida presente e seu valor de uso é legitimado "pela manutenção do caráter social da população.*

No caso de uma interpretação atual da malha urbana, que se assentou e veio a constituir o sítio que se convencionou chamar de Alto do Gantois, a ocupação de toda a colina se fez de maneira peculiar, em função e em torno da presença daquela instituição. A própria configuração do terreiro acusa influências dos *coumponds*, já identificados como um modelo que buscava reproduzir, no exíguo espaço disponível, os territórios de origem no continente africano, constituindo-se de uma casa principal ao redor da qual se organizavam as demais moradias dos integrantes do culto.

Gostaria neste ponto de evocar uma assertiva de Araújo Porto Alegre, poeta, pintor, arquiteto do início do século XIX, segundo o qual "cada pedra colocada pela mão do homem na construção de uma cidade é uma letra no alfabeto da civilização", para remarcar que também os terreiros, as suas sedes e entorno imediato funcionam hoje não só como repositórios de conceitos sociais, antropológicos e religiosos, mas como verdadeiras enciclopédias a se oferecerem ao melhor entendimento de nossa cultura urbana. Em síntese, os terreiros são como arquivos



Fachada do Terreiro do Gantois, Salvador. Foto: João Santos, 2017.

vivos, onde os estudiosos podem ler os signos que traduzem as origens culturais de nosso povo ou pelo menos da imensa parcela que coube aos negros africanos na construção do país.

Mas, voltando à análise das condições de conservação do bem aqui proposto para tombamento, torna-se ainda oportuno lembrar que o Terreiro do Gantois mereceu atenção especial da Prefeitura de Salvador, na gestão do prefeito Manoel Figueiredo Castro, que sancionou a Lei n. 3.590, de 16 de dezembro de 1985, que o institucionalizou como Área de Proteção Cultural e Paisagística, estabelecendo os rigores de um perímetro de proteção legal, o que implica a observância de critérios de intervenção que se estendem à área envoltória e que muito têm contribuído para sua conservação.

Já em 1994, a prefeita Lídice da Mata inaugurava uma importante intervenção urbanizadora do entorno, construindo a praça Pulchéria, restringindo e disciplinando de vez o tráfego de veículos, que se tornara agressivo e prejudicial aos trabalhos do culto.

Mais recentemente, em 16 de julho de 1998, a municipalidade voltou a intervir favoravelmente. Desta feita sob a administração de Antônio Imbassahy, que, através do Decreto n. 12.037/98, declarou como de utilidade pública e desapropriou duas áreas de terrenos adjacentes, integrando-os ao perímetro do terreiro.

Também é dessa última gestão municipal a iniciativa de realizar recentes obras de benfeitoria, como a construção da fonte de Oxum, resgatando um dos aspectos importantes para as celebrações religiosas, que é a fonte de águas puras, bem como as escadarias que lhe dão acesso.

Essas intervenções atestam um bom nível de comprometimento do poder local para com a conservação do bem que se pretende tombar e que, esperamos, venha a se aprofundar ainda mais no futuro próximo, com a definitiva ação regularizadora da situação fundiária de todo o sítio.

À luz desta vasta e generosa documentação, ficam evidentes as fortes razões pelas quais o Terreiro do Gantois se tornou um dos mais antigos centros de cultos afro-brasileiros que ainda mantêm incólumes grandes parcelas de suas características originais e de seus rituais sagrados, que ao seu turno vem sendo cada vez mais e mais pesquisados e valorizados, na medida em que se dissipa a névoa do preconceito e da discriminação racial.

Conforme vimos nos autos, transparece todo o tempo um esforço secular de transmissão de conhecimentos originais de geração para geração. Também o corpo da casa vem sendo mantido, com as conhecidas dificuldades, pelas sucessivas Mães que a governaram e que agora aspiram ao reconhecimento oficial do Ministério da Cultura. É notável e comovente o esforço de organizar e manter o belíssimo memorial dedicado a Mãe Menininha do Gantois, conservado com muito sacrifício pela Associação de São Jorge, que administra o terreiro.

Cumpre-nos aqui destacar o papel fundamental dos atores locais, a começar pela atual superintendente-geral da Associação de São Jorge, Mãe Carmen Oliveira da Silva, que desde maio de 2002 ascendeu ao cargo supremo de ialorixá, bem como pela senhora Mônica Millet e seu irmão Zeno Eduardo Millet, netos de Mãe Menininha do Gantois. Do doutor em antropologia, professor Ordep Serra, que assina o laudo antropológico e, ainda, do valoroso trabalho que vem realizando nesta seara a arquiteta Márcia Sant'Anna, não só pela sua participação pioneira e decisiva no Projeto MAMNBA, mas pela coerente trajetória que vem desenvolvendo em defesa da valorização da cultura afro-brasileira, ao contribuir decisivamente para o êxito dos demais procedimentos que resultaram em tombamentos anteriores de terreiros e que abriram o caminho para o reconhecimento de sua importância para a cultura nacional.

Igualmente importante o esforço realizado pela equipe da Superintendência Regional do Iphan em Salvador, que vem realizando um trabalho consistente, instruindo e desde já colocando em marcha outras iniciativas similares. Em especial, na pessoa da superintendente Adalgisa Maria Bonfim d'Eça, que se empenhou com decisão na retomada do presente processo e que nos conduziu em recente visita que fizemos à casa, motivados pela necessidade de esclarecer dúvidas sobre este parecer.

Já se passaram mais de 110 anos desde que Nina Rodrigues realizou seus pioneiros estudos que acabaram por se constituir em referência, para todos os que o seguiram, como elementos de defesa do valor desses núcleos de cultura negra. Ainda temos muito a percorrer, mas o Iphan e este Conselho Consultivo ao qual temos a honra de pertencer, no entanto, estarão assegurando uma ainda pequena mas importante contribuição no sentido de atenuar essa dívida.

Esta sim a primeira das grandes dívidas que, como cidadãos, herdamos desde o nascimento. Aquela que parece ser impossível de saldar. Pois, como indenizar o sacrifício de milhões de seres humanos que, julgados inferiores, foram violentamente arrancados de suas casas e apartados de suas famílias e subjugados para um terrível cruzeiro marítimo e depois agrilhoados à solidão do trabalho escravo num continente distante e sem chance de retorno? Como pagar todo o sofrimento vivido na construção do Brasil nos períodos da Colônia e do Império e que, como uma herança espúria, ainda persiste, ainda que em menor grau, no cotidiano dos cidadãos de origem negra?

Como nos lembra de forma contundente Darcy Ribeiro, em sua obra *O povo brasileiro:*

> *Nenhum povo que passasse por isto como sua rotina de vida, através de séculos, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente. Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal que também somos. Descendentes de escravos e de senhores de escravos seremos sempre servos da malignidade destilada e instalada em nós, tanto pelo sentimento da dor intencionalmente produzida para doer mais quanto pelo exercício da brutalidade sobre homens, sobre mulheres, sobre crianças convertidas em pasto de nossa fúria.*

Mas, mesmo assim, os povos africanos retribuíram. E retribuíram não só com o suor de seu trabalho, mas irrigando nossa cultura com o sangue enriquecedor de sua contribuição étnica. É de se perguntar, sempre, de que forma retribuir também a sua participação decisiva na harmonia e no ritmo forte de toda a musicalidade brasileira, no sabor e na rica diversidade da culinária, na magia da alegria que extravasa nas nossas grandes festas populares, como o Carnaval, único no mundo, e também no vigor dos nossos esportistas.

E como poderíamos imaginar em todo o país a nossa cultura, nas expressões da dança, da literatura, da poesia, do teatro, da religiosidade, das demais manifestações de espiritualidade, se não fosse a contribuição genética e cultural do negro? E ainda a sua presença na força da nossa cultura popular, nas cores vibrantes e no sonho criativo de toda a arte e mesmo na beleza plástica e no colorido da pele?

Reconhecer a importância e valor destes santuários, que abrigam em sua história toda a diáspora dos povos africanos, é, portanto, trabalhar, ainda que de forma modesta, para a sua proteção e, assim fazendo, cumprir uma obrigação constitucional de defesa da cultura do país. Tão expressiva é a carga de contribuições que os centros de culto afro-brasileiros abrigam para o entendimento do Brasil de hoje, que o ato de tombamento assume, neste caso, a plenitude de seus múltiplos significados. O primeiro deles tem o sentido de proteção e valorização de um bem cultural inestimável, mas há também o significado de reconhecimento, ainda que tardio, do legado imaterial, ou ainda o sentido de penitência, face ao sacrifício desumano a que foram submetidas essas populações e que a nação não tem, de fato, como resgatar; e finalmente o sentido de homenagem a todos aqueles que anonimamente lutaram durante séculos pela preservação dos ritos religiosos para que chegassem até os dias de hoje.

Reiteramos aqui a nossa crença de que

> *o ato de proteção, que está implícito na figura do tombamento, vai muito além do que sugere a materialidade da questão, ele incide também sobre a autoestima das pessoas diretamente envolvidas, bem como da comunidade envoltória; ele não atribui apenas o poder de coerção, de vigilância, de fiscalização, mas também confere valor. E como valoriza, ele eleva e estabelece uma aura de respeito sobre o bem que se pretende preservar. O tombamento não é somente um ato jurídico burocrático, mas uma estratégia de distinguir, de divulgar, de fortalecer argumentos de defesa e, portanto, um caminho para consolidar as perspectivas de continuidade para o futuro*[3].

Acervos como o Terreiro do Gantois, por se constituírem em importante foco de resistência da cultura negra, não só têm relevância para o estado da Bahia e para o país, mas se revestem de um valor universal, como lição de humanidade. E concluindo assim, sou de parecer favorável ao tombamento, para que seja inscrito nos Livros do Tombo Histórico e do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, denominando-se "Terreiro do Gantois, Ilê Iyá Omin Axé Iyamassé".

São Luís, 18 de novembro de 2002.

3. Processo n. 1.464-T-00 – Terreiro Casa das Minas Jeje, p. 8. Relator: Luiz Phelipe Andrès.



São Luís – MA | 2002

Terreiro Casa das Minas Jeje

PROCESSO: 1.464-T-00
RELATOR: LUIZ PHELIPE DE CARVALHO CASTRO ANDRÈS
REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 22 DE AGOSTO DE 2002

Foi com muita honra que recebi do senhor presidente do Iphan, doutor Carlos Henrique Heck, através da professora Anna Maria Serpa Barroso, a tarefa de examinar e opinar sobre este processo. Esta é a minha primeira missão como relator no âmbito deste Conselho e, sendo assim, foi grande minha apreensão ao ser incumbido desta irrecusável e nobre tarefa.

É, portanto, com emoção que o faço, por se tratar da proposta de tombamento de uma casa de cultura afro-maranhense, denominada Casa das Minas, ou Querebentam de Zomadonu, localizada em São Luís, cidade onde me radiquei desde a década de 1970 e onde me dedico desde então, exclusivamente, às atividades de um programa de preservação do seu magnífico centro histórico.

De início considero relevante lembrar que até hoje somente dois outros terreiros de culto afro-brasileiro alcançaram a inscrição no Livro do Tombo Histórico e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. O primeiro deles, no ano de 1987, foi o Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho – Ilê Axé Yyá Nassô Oká, seguido pelo tombamento do Terreiro Axé Opô Afonjá no ano de 1999, ambos localizados na cidade de Salvador, na Bahia.

Trata-se de números modestos em favor da proteção legal, se considerarmos que o Projeto MAMNBA[1] (Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia), desenvolvido entre 1982 e 1987 a partir de convênio entre a antiga Fundação Nacional Pró-Memória e a Prefeitura Municipal de Salvador, mapeou um conjunto de cerca de 2 mil centros de cultos afro-brasileiros somente na cidade de Salvador.

1. Projeto coordenado pelos antropólogos Olympio Serra e Ordep Serra. Contando com a participação de Clara Andrade Alvim, coordenadora da área de Contextos e Etnias Culturais da Pró-Memória. Os arquivos e resultados do projeto MAMNBA se encontram em poder da Fundação Gregório de Matos, da Prefeitura Municipal de Salvador.

Terreiro Casa das Minas Jeje, São Luís. Foto: Danielle Faccin.

Evidente que este numeroso acervo não foi pesquisado de forma individualizada, para que se pudesse reconhecer ou aquilatar valores culturais e etnográficos suficientes, e é muito provável que a maior parte deles não venha a reunir as condições essenciais para justificar atos de tombamento.

Entretanto, observando-se a grandeza do número de terreiros identificados, ainda mais se fizermos uma projeção estimativa para outros estados brasileiros que, no período colonial, assim como a Bahia, foram recebedores de grandes levas de escravos negros e dos quais destacamos, Minas Gerais, Pernambuco e Maranhão, mesmo sem aprofundados estudos, podemos inferir que está havendo um descompasso entre o acervo existente no Brasil, que se confere na casa dos milhares, e esses dois únicos casos que até hoje foram efetivamente objeto de estudos e pesquisas, até chegarem ao ponto de se tornarem merecedores de um ato legal e formal de proteção, como é o instituto do tombamento pelo Iphan.

Como observa Márcia Sant'Anna em parecer anterior[2], do ano de 1999:

> *Não há dúvida que é grande a dívida do Iphan para com o inventário e a proteção de bens culturais vinculados à cultura afro-brasileira. Estudos amplos dessa natureza são de fato necessários e é urgente o estabelecimento de uma política institucional de proteção dos referidos bens (...).*

Prosseguindo, ela observa mais adiante que, dos poucos sítios previamente selecionados para proteção, somente o Terreiro da Casa Branca havia sido declarado até então como patrimônio cultural da nação. Em seguida, menciona:

> *(...) na década de 30, Edison Carneiro, em sua inestimável contribuição à etnologia nacional, observou que os cultos afro-brasileiros, em suas diversas variações, se espalham por quase todo o Brasil, especialmente na faixa litorânea que vai da Bahia ao Maranhão*[3].

E finalmente enfatiza: "No Maranhão, por exemplo, a célebre Casa das Minas, em São Luís, minuciosamente estudada por Nunes Pereira, constitui, certamente, um monumento a ser preservado"[4].

Ao receber a missão de relatar justamente o processo da Casa das Minas, me vi diante da possibilidade de prestar uma contribuição para minorar, ainda que de forma muito modesta, esta dívida social e cultural com a memória brasileira, bastando para isso que o mesmo estivesse bem instruído, para que a oportunidade não se perdesse.

Mas, examinando detidamente os autos, constatei com satisfação que o mesmo está bem e generosamente instruído e que atende a todos os quesitos das normas exaradas pelo Iphan para a preparação de processos de tombamento.

Neste ponto, entendo que é meu dever como relator o exercício de trazer aos meus pares conselheiros, de forma isenta, uma síntese dos elementos que constam desta coleção de documentos, explicitando, sim, os valores através dos quais se busca justificar a ação de tombamento solicitada, mas também indicando possíveis lacunas ou incongruências que poderiam comprometer a força desse ato.

Aqui encontrei os seguintes itens técnicos exigidos:

> O estudo das origens e dos antecedentes históricos desde a sua fundação até os nossos dias, que definem sua trajetória ao longo de mais de um século e meio.

> O levantamento arquitetônico, com planta baixa, cortes e fachadas na escala 1:50.

2. Processo de tombamento do Terreiro do Axé Opô Afonjá – Parecer n. 020/99, de 22 de abril de 1999, exarado pelo Deprot, p. 2.

3. CARNEIRO, Edison. *Candomblés da Bahia*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967, p 23-25.

4. Página 3 do citado Parecer n. 020/99.

> A sua delimitação no espaço urbano, no contexto do centro histórico de São Luís, através de documentação cartográfica, como as plantas cadastrais urbanas definindo as quadras, o entorno imediato, memorial descritivo da poligonal do entorno imediato e as plantas de situação.

> As definições precisas de limites de terreno na quadra a que pertence e os competentes documentos de propriedade exarados pelos cartórios locais.

> A planta baixa que indica a divisão do partido interno da casa, segundo os domínios estabelecidos pelas divindades para as suas respectivas famílias.

> A documentação fotográfica exaustiva do imóvel, do entorno, bem como dos bens móveis, indumentárias, imaginária e instrumentos de culto que pertencem à Casa das Minas.

Estão também corretos os demais documentos com informações complementares que foram aduzidos no correr do processo por solicitações diversas.

Cumpre elogiar o papel dos protagonistas locais, a começar pela própria chefe da Irmandade da Casa das Minas, senhora Denil Prata Jardim, bem como dos integrantes da Comissão Maranhense de Folclore, Zelinda Lima, Maria Michol e seu presidente, o doutor em antropologia, professor Sérgio de Figueiredo Ferretti, a quem devemos a maior e mais recente obra científica sobre o acervo em questão, obra esta que está muito bem representada neste processo por artigos e livros publicados anteriormente, e ainda o valoroso trabalho da Superintendência do Iphan em São Luís, especialmente da funcionária Stella Regina Soares de Brito, que se empenhou com dedicação no preparo de minuciosos dossiês e relatórios de inspeção técnica.

Assim, repito que, do ponto de vista formal, não me restaram dúvidas de que os requisitos técnicos, jurídicos e burocráticos exigidos pela regulamentação do Iphan, mais especificamente pela Portaria n. 11, de 11 de setembro de 1986, foram bem atendidos e estão presentes neste processo, que por sua vez apresenta um prazo de percurso bastante razoável, se considerarmos que foi iniciado em abril de 2000.

Vale dizer que não foi um processo «relâmpago», que não permitisse o tempo de maturação necessário para a troca de informações e a sua boa instrução, mas também não se demorou excessivamente nos trâmites burocráticos, fato este que, quando ocorre, acaba ensejando uma perda nas motivações que deram razão à sua existência.

Resta-nos proceder a uma avaliação dos aspectos que se referem à necessária comprovação do valor cultural do bem e de sua relevância para a memória nacional do ponto de vista cultural, histórico, étnico, antropológico e social.

Primeiramente, é notável que, embora os estudos aqui constantes não tenham sido adredemente preparados pela equipe técnica do Iphan, tenhamos às mãos uma respeitável bibliografia, suficiente para não deixar dúvidas sobre o valor do acervo para a cultura nacional. Senão, vejamos, nesta breve cronologia retirada de um dos trabalhos[5] do professor doutor Sérgio Ferretti, segundo a qual, já a partir da década de 1930, diversos intelectuais e pesquisadores começam a se interessar em conhecer e pesquisar a Casa das Minas:

> Em 1938, o escritor espanhol Álvaro de Las Casas e o etnolinguista português Edmundo Correia Lopes visitaram demoradamente a Casa das Minas e publicaram artigos, sendo que este último analisou, sobretudo, elementos da língua mina-jeje, utilizada na casa e chamada na África de Ewê-Fon, enfatizando o "vasto patrimônio musical, coreográfico, psicológico, histórico e folclórico desse grande terreiro jeje".

5. FERRETTI, Sérgio Figueiredo. Importância da Casa das Minas do Maranhão. In: SEMINÁRIO DIVERSIDADE, IDENTIDADE E DIREITO CULTURAL, 26 de abril de 2000.

> Em 1947, o médico veterinário e etnógrafo maranhense Raimundo Nunes Pereira publicou alentados escritos sob o título de "A Casa das Minas", baseado em memórias de sua própria infância, quando conviveu na casa, e também a partir de pesquisa inovadora que ali realizou entre 1941/1942.

> Em 1948, foi publicado em Nova York o resultado de pesquisas que o antropólogo paulista Octávio da Costa Eduardo, sob orientação de Melville Herskovits, da Universidade de Colúmbia, realizou, estudando cuidadosamente a Casa das Minas e o povoado de Santo Antônio dos Pretos em Codó, com o título *O negro no noroeste do Brasil*. Também em 1948, Pierre Verger esteve pesquisando e fotografando exaustivamente a casa antes de se deslocar para a África, onde chegou em fins de 1948, na cidade de Abomé, capital do antigo reino do Daomé.

> Em 1952, Verger publicou importante artigo em que revela a identificação entre os voduns cultuados no Maranhão e divindades protetoras de reis que governaram o Daomé até 1779. Nessa ocasião, apresentou a hipótese de que Na Agontimé, uma das viúvas do rei Agonglô e mãe do futuro rei Ghezo, que havia sido vendida como escrava por Adandosã, seu meio-irmão, foi provavelmente quem trouxe para São Luís o culto dos voduns.

> Em 1953, Roger Bastide, sociólogo francês de renome, visitou também a casa e sobre ela escreveu vários artigos que discutiam aspectos do culto aos voduns. E estudando a área religiosa afro-maranhense, considerou São Luís uma ilha de resistência daomeana, onde os negros estiveram isolados do contato com outras civilizações, mantendo-se assim bastante fiéis às suas origens, para em seguida afirmar que a Casa das Minas "é um pedaço do Daomé do lado de cá do Atlântico". Em diversos livros que escreveu, Bastide faz referências aos ritos de iniciação na Casa das Minas.

> Na Década 1960, foi a vez da escritora norte americana Judith Gleason investigar a casa, publicando, em 1967, seu romance sobre a vida de Na Agontimé.

> Em 1975, depois de prolongada investigação documental, o escritor Josué Montello publicou seu importante romance *Os tambores de São Luís*, em que faz, o tempo todo, referências à Casa Grande das Minas Jeje.

> Em 1977, Maria Amália Pereira Barreto escreve e publica sua dissertação de mestrado sobre a Casa das Minas.

> Em 1982, o romancista e fotógrafo alemão Hubert Fichte passou oito meses estudando a Casa das Minas e publicou vários trabalhos em seu país sobre a mesma.

> Em 1985 e 1995, o próprio antropólogo Sérgio Figueiredo Ferreti, radicado no Maranhão desde o início da década de 1970, e após muitos anos de pesquisa, publica respectivamente sua dissertação de mestrado e a tese de doutorado, além de diversos artigos. Esse trabalho, de persistente rigor científico, é também fruto de uma sólida e permanente relação de convivência e amizade com a Casa das Minas, que lhe proporcionou muitas ocasiões de observar o seu cotidiano com paciência e discrição e assim estudar a vida do culto em todas as suas nuances e rica diversidade.

Esses exemplos de manifestação de interesse da parte de importantes autores e especialistas comprovam o fascínio que a Casa das Minas exerce sobre os pesquisadores, que já a elegeram de longa data como um verdadeiro laboratório de pesquisas étnicas, etnolinguísticas, etnomusicológicas, antropológicas e históricas. E atestam o grande valor e a riqueza do acervo para a cultura nacional.

De fato, a Casa das Minas é considerada como a mais antiga casa de religião afro-brasileira do Maranhão, por haver sido fundada em meados do século XIX, no mesmo momento da chegada de negros escravizados e originários do sul de Benin, antigo Daomé, com a finalidade de cultuar as divindades da família real de Abomey através da Mãe Maria Jesuína.

Foi, por todos os especialistas que a estudaram até hoje, classificada como a única no nosso país que cultua divindades originárias do antigo Reino do Daomé e que tem como principal manifestação religiosa as divindades denominadas de voduns, que são invocadas através de cânticos e danças cuja maioria se vincula à família real do Daomé.

Aqui é importante que eu possa registrar uma impressão que guardo a respeito da legitimidade daquele ambiente, como testemunho de quem já teve oportunidade de acompanhar *in loco* algumas das celebrações, dos rituais e das festividades no interior da casa.

Durante o ano, são pelo menos seis grandes eventos, como a Festa de São Sebastião, a Festa do Divino Espírito Santo, a de Quarta-feira de Cinzas, a de São Cosme e São Damião, a de Santa Bárbara, a de São Sebastião e a de São Lázaro. Toda a comunidade contribui, comparece e participa. Entretanto, mesmo nessas ocasiões festivas, pode-se notar o seu caráter delicadamente intimista, sem nenhum sentido de espetáculo turístico, ou como se diz popularmente: "para inglês ver"!

Outro aspecto peculiar dessa casa é o fato de se constituir numa gerontocracia feminina, onde o poder vai sendo transferido em cadeia sucessória, de forma respeitosa e consensual, de uma liderança para outra, segundo os dotes de sabedoria, antiguidade no culto e equilíbrio, demonstrados ao longo da convivência entre elas.

Mas, o tombamento que é solicitado neste processo é o da casa em si, a edificação propriamente dita, como sede da instituição, e devemos conduzi-lo através de procedimentos utilizados normalmente para a proteção de bens imóveis. Cabe então analisar um tanto mais detidamente este aspecto da questão.

E, neste ponto, gostaria de emitir opinião favorável às ponderações contidas no parecer da Procuradoria Jurídica integrante do presente processo, segundo o qual o acervo de bens móveis não deve ser incluído neste tombamento, em virtude da natureza efêmera e facilmente perecível de numerosas das peças arroladas no inventário fotográfico, "que por sua natureza são impróprios e até incompatíveis com os preceitos do tombamento, cuja conservação e preservação constituem a essência deste ato"[6].

Sugerimos que, no presente momento, as mesmas figurem como um efeito ilustrativo da vida ativa da casa, como elementos enriquecedores dos autos, e iremos sugerir posteriormente também ao grupo de culto que futuramente destine uma área do imóvel para instalar uma pequena exposição de alguns objetos significativos que não estejam sendo utilizados ritualmente.

Portanto, vamos nos restringir em avaliar o imóvel propriamente. E sob esse aspecto é sem dúvida notável a estreita ligação entre a estrutura física da casa, o partido interno, a disposição dos cômodos, os materiais construtivos e os cultos que nela se processam.

A casa é ritual e hierarquicamente dividida e cada setor é habitado pelos parentes dos principais voduns. Assim, temos as três casas principais Zomadonu, Sepazin e Dadarrô e as famílias de Quevioçô, de Davice e do Dambirá, onde outros voduns têm também um cômodo ou quarto em que residem de fato os seus parentes.

Assim é que, se a varanda de dança ou "guma" tem piso de chão ou terra batida é porque ali dançam os voduns. Ou seja, o piso é assim porque os voduns determinam e o contato com a terra é um fundamento vital.

Não há dinheiro que possa fazer assentar ali um belo assoalho de madeira ou um faiscante piso de cerâmica. Qualquer tentativa nesse sentido, mesmo conduzida com a melhor das intenções, seria fatal para o prosseguimento do culto.

6. Parecer PROJUR/1PHAN/RJ n. 032/02, elaborado pela doutora Tereza Beatriz da Rosa Miguel, referendado pela doutora Sista Souza dos Santos.

Em última análise, o Querebentam de Zomadonu sobreviveu até os nossos dias porque os rituais foram preservados; e os rituais foram preservados porque eles possuem seu lócus de celebração, que é a casa. A casa é o corpo e como tal é "orgânica" em seus materiais e formas.

Um observador atento pode perceber mudanças nos jogos de claro e escuro projetados pelas estratégicas localizações das aberturas de vãos e varandas posteriores. Sentir a luz e o calor de um fogão a lenha queimando no chão de terra batida, entre três pedras grandes, chamadas de "tacurubas".

Perceber a maciez do chão de terra do "gume", na umidade e na temperatura diferente de cada cômodo, nuanças silenciosas nos compartimentos que são vedados à visitação de pessoas alheias ao culto.

Paredes de taipa, telhas de barro reverberam os sons de maneira especial, cheiros provenientes das árvores sagradas emanam do quintal. Existem razões místicas para os detalhes das cores escolhidas para as paredes e móveis.

Enfim, a casa é o templo sagrado e funciona como tal; qualquer alteração inadvertida pode comprometer ainda mais o tênue equilíbrio que tem assegurado a perpetuação desses rituais tão ricos de valores humanos através das gerações, por quase duzentos anos.

A propósito, e me utilizando novamente da objetividade dos conceitos técnicos, quero citar um trecho da súmula de avaliação técnica de José Leme Galvão[7]:

> *Contudo, os materiais e técnicas construtivas, assim como a sua inserção no espaço, são frutos do desenho e de desígnio urbanos de São Luís. O aproveitamento obediente de um quadrante de quarteirão, o grande quintal, os volumes em apenas um pavimento e a disposição dos cheios e vazios das fachadas não são em si mesmos destaques reveladores de um templo. Portanto, desta simbiose resulta uma arquitetura civil vernácula, típica na sua externalidade urbana e única em seu papel cultural.*
>
> *Como conteúdo, já bastante estudado e revelado neste processo, destacam-se os valores étnicos, que, em perspectiva histórica, dão ao local e àquela arquitetura a necessária excepcionalidade para constituir o patrimônio cultural brasileiro.*

Assim, como uma Mãe da Casa das Minas, se observada na rua exercendo uma tarefa doméstica, ou dentro de um coletivo, jamais deixa transparecer, por nenhum detalhe, a imensa herança de conhecimentos ancestrais de que é portadora, a própria casa, em sua aparência externa, não se distingue muito das demais casas do entorno. Ambas as situações fazem parte de uma estratégia secular de sobrevivência, espécie de mimetismo social diante de uma classe dominante escravocrata, preconceituosa e hostil.

E sobre o entorno da casa, também aqui encontramos sólidas informações técnicas do Iphan e do texto preparado pelo professor doutor Sérgio Ferretti denominado *Sobre o entorno da Casa das Minas Jeje do Maranhão.* Em ambos os casos, as referências são ricas em valores sociais, culturais e ambientais.

É oportuno lembrar que a casa encontra-se localizada em área tombada pelo governo estadual e, portanto, já beneficiada também pelos rigores de um perímetro de proteção legal. Este fato desde já responde a outra preocupação manifesta no parecer n. 032 da Projur/Iphan, recomendando que "no futuro sejam fixados os critérios de intervenção a serem adotados para a área envoltória do bem objeto deste tombamento".

Diante de tantas evidências de valores, cumpre-me ainda citar a recomendação contida no memorando do assessor David Chalub Martins:

7. Memorando n. 039/2002 Protec/Deprot, de 12 de março de 2002, integrante deste processo.

> *Ressalto ainda que a Casa das Minas, por se tratar de um importante foco de resistência da cultura negra no Brasil, não só tem relevância para o estado do Maranhão como, também, para o país como um todo. Sendo assim sugiro que o Terreiro Casa das Minas seja tombado, uma vez que seus valores históricos, étnicos e culturais ratificam o caráter multicultural da sociedade brasileira*[8].

À luz dessa documentação, sou levado a acreditar que não terá sido por acaso que a Casas das Minas, ou Querebentam de Zomadonu, se tornou um dos mais antigos terreiros de cultos afro-brasileiros que ainda mantém incólumes grandes parcelas de suas características originais e de seus rituais sagrados.

Conforme vimos nos autos deste processo, transparece todo o tempo um esforço secular de transmissão de conhecimentos originais de geração para geração. Também o corpo da casa vem sendo mantido, com as conhecidas dificuldades, pelas sucessivas Mães que a governaram e que agora apelam para o reconhecimento nacional, porque compreendem que o tombamento não é somente um ato jurídico e burocrático, mas uma estratégia de agregar valor, de tornar mais respeitado, de distinguir, de divulgar, de fortalecer argumentos de defesa, solicitações de ajuda e, portanto, um caminho para consolidar as perspectivas de continuidade para o futuro.

E neste ponto, senhores conselheiros, eu me permito fazer reparo a um único trecho do parecer da Projur/Iphan, que diz: "uma vez que o ato de proteção incide exclusivamente sobre a integridade do imóvel". Acredito que o ato de proteção, que está implícito na figura do tombamento, vai muito além do que sugere a materialidade da questão: ele incide também sobre a autoestima das pessoas diretamente envolvidas, bem como da comunidade envoltória; ele não atribui apenas o poder de coerção, de vigilância, de fiscalização, mas também confere valor. E como valoriza, ele eleva e estabelece uma aura de respeito sobre o bem que se pretende preservar.

Visto sob esse prisma, podemos arriscar que, em poucas palavras, o tombamento pode funcionar como uma profecia, cuja existência em si mesma já contribui para a realização do que profetiza. Ou ainda, se assim o desejarmos, o tombamento poderá ser a profecia da preservação.

Quero lembrar que a atual chefe da irmandade, Mãe Denil Prata Jardim, ela própria assina o documento que deu origem a este processo. E revelar que, em recente visita que fiz à casa, motivado pela necessidade de esclarecer dúvidas sobre este parecer, ouvi-a afirmar que os voduns indicaram agora que o caminho do tombamento federal será a forma mais eficiente de resistir e permanecer; e assim reiterou-me pessoalmente o desejo da comunidade da casa que ela representa.

Sendo assim e corroborando as recomendações e pareceres diversos exarados nas várias instâncias que percorreram os autos deste processo, e acatando as condições sugeridas pela Procuradoria Jurídica do Iphan, ou seja, não incluindo no tombamento os bens móveis, declaro-me favorável ao tombamento como patrimônio cultural do Brasil, para que seja inscrito nos Livros do Tombo Histórico e do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, denominando-se "Terreiro Casa das Minas Jeje, situado na rua de São Pantaleão 857, no Município de São Luís, Estado do Maranhão".

São Luís, em 17 de agosto de 2002.

8. Memorando Protec/Deprot n. 038/2002, de 12 de março de 2002.



Ibiá – MG | 2000

Quilombo do Ambrósio

PROCESSO: 1.428-T-98
RELATOR: IVETE ALVES DO SACRAMENTO
REUNIÃO DO CONSELHO: RIO DE JANEIRO, 9 DE NOVEMBRO DE 2000

O processo em epígrafe objetiva proceder a estudos para levantamento de elementos necessários ao tombamento do sítio histórico do Quilombo do Ambrósio, localizado na Serra da Canastra, Município de Ibiá, em Minas Gerais.

A escolha do referido sítio e a consequente abertura deste processo de tombamento cumprem um dispositivo constitucional que impõe a obrigação do Estado de proteger a memória dos quilombos no Brasil, conforme o que dispõe o artigo 216, inciso V, parágrafo 5° da Constituição Federal do Brasil de 1988: "Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos".

A persistência dos grupos negros quilombolas no meio rural brasileiro no período colonial e a recente visibilidade dos mesmos com a promulgação do artigo 68 dos Atos e Disposições Transitórias Constitucionais, na Carta de 1988 – "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos" –, reforça a ideia de que esses grupos representam um extraordinário patrimônio para se compreender o significado dos quilombos na história do Brasil.

Igualmente importante são as contribuições de estudiosos e de pesquisadores vinculados às instituições acadêmicas para o estudo desses grupos sociais na realidade atual, tendo em vista proporcionar uma visibilidade não alcançada por esses grupos em toda a história do Brasil, como também para facilitar possíveis ações públicas governamentais. A esse propósito, as políticas de ação afirmativa são hoje instrumentos indispensáveis para o reconhecimento de direitos de populações socialmente marginalizadas. O processo n. 1.428-T-98, de tombamento dos "Remanescentes do sítio do antigo Quilombo do Ambrósio", enquadra-se perfeitamente nesta preocupação.

O tombamento do Quilombo pelo Iphan, mais do que um ato formal de reconhecimento de um fato histórico, revela por parte da instituição uma sintonia com as mais recentes preocupações dos historiadores, antropólogos, sociólogos e ativistas dos movimentos sociais negros, que consideram a visibilidade das culturas dos povos negros uma importante arma na recuperação dos seus direitos históricos. E isto significa, antes de tudo, propor

Quilombo do Ambrósio, Ibiá. Foto: Acervo Iphan/Superintendência em MG.

novos olhares sobre suas histórias de constituição, o que vai exigir também dos estudiosos um enorme esforço para reconstituir trajetórias que nem sempre estão registradas nas fontes tradicionais de arquivamento.

Para Valdélio Santos Silva, no seu artigo "Rio das Rãs à luz da nação de quilombo", *(Afro-Ásia*, n. 23, p. 272), muitos historiadores "tendem a transportar para a atualidade conceitos e fatos produzidos pelos agentes da administração colonial e imperial, os quais se referiam aos quilombos num contexto de repressão a estas formações".

Para a historiadora Sílvia Lara, o conceito histórico de quilombo foi mais "uma definição política" da parte dos administradores coloniais (*Afro-Ásia*, n. 23, p. 97). Para João José Reis, essa ideia de difundir informações sobre as populações dos quilombos, de acordo com a conveniência política dos administradores coloniais e as negociações que empreendiam com a coroa portuguesa, Palmares poderia ter 20 ou 30 mil habitantes. Semelhante dificuldade enfrentam, hoje, os historiadores, para determinar com precisão a população do Quilombo do Ambrósio. A esse respeito, Carlos Magno Guimarães, no texto "Mineração Quilombos e Palmares - Minas Gerais, no século XVIII", afirma: "Sobre o Quilombo do Ambrósio, destruído em 1746, existem documentos que falam de mais de seiscentos, e até mais de mil habitantes"[1].

Essas diferentes interpretações decorrem de inúmeras limitações existentes nos documentos oficiais, que são – é importante ressaltar – relatos das forças políticas e militares, interessados em destruir as formações quilombolas. Outra limitação é a de que os quilombos que ficaram conhecidos foram aqueles reprimidos e/ou destruídos pelos diferentes agentes administrativos das províncias. Assim, o método de combinar a pesquisa documental com os estudos arqueológicos e os depoimentos dos descendentes dos antigos quilombos é uma alternativa mais do que válida para a compreensão e interpretação da história dessas populações. Daí, também, a importância do trabalho arqueológico que se desenvolveu no Quilombo do Ambrósio.

Muito além da preocupação preservacionista, o que se quer, de fato, é desvelar e reconstituir a história de um grupo social. Essa é uma valiosa contribuição para apresentar traços culturais inteiramente desconhecidos dos estudiosos. O aperfeiçoamento metodológico das ciências que estudam as formações quilombolas é, dessa forma, um elemento fundamental para se conhecerem as formas de organização social e política, a divisão do trabalho, as técnicas de produção, os padrões alimentares, as religiões e muitos outros aspectos dos quilombos brasileiros até hoje ignorados.

Nesse sentido, deve-se ter o máximo de prudência com a concepção sobre o que se entende por quilombo. As noções mais recentes têm se preocupado em refutar as ideias de isolamento dos quilombos, ou a ausência de interação destes com a sociedade envolvente; da incapacidade que eles supostamente tinham de se organizar e produzir regularmente os bens necessários à sobrevivência, e de que os quilombos se constituíram apenas de escravos fugidos. Contribuições de alguns historiadores e antropólogos sugerem que o processo de aquilombamento pode ser "analisado a partir da multiplicidade de intenções, instrumentos e estratégias de constituição de um espaço autônomo dentro do regime escravista, (e que) as definições estáticas perdem validade como ferramenta de análise" (Valdélio Silva, op. cit., p. 295).

Essas concepções estão embasadas na definição do Grupo de Trabalho da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em parecer de 1994, que teve como elemento referencial a aplicabilidade do artigo 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988:

> *O termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos*

1. REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs). *Liberdade por um fio:* história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

> *insurreicionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio.*

O citado texto continua: "Constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar filiação ou exclusão".

O processo de estudos do sítio do Quilombo do Ambrósio, orientado para o seu tombamento, quando concluído, representará um passo significativo na direção do resgate e preservação dos valores históricos e culturais da população negra, enquanto elemento fundamental no processo de construção e luta por justiça e direitos humanos no Brasil.

A exemplo do sítio dos Quilombos dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, município de União dos Palmares, em Alagoas, o sítio do Quilombo do Ambrósio representa um patrimônio de relevante valor enquanto capital cultural para toda a sociedade brasileira.

Por todas as argumentações aqui arroladas, o tombamento do sítio onde se localiza o Quilombo do Ambrósio não só é necessário para se preservar os bens históricos já identificados como para ajudar na elucidação das lacunas já referidas. Acrescentamos, também, que a determinação do tombamento influencia positivamente para que ações do mesmo teor se estendam às áreas de preservação até aqui não priorizadas pelo Iphan, conforme atestam os comentários constantes neste processo.

Justifica-se também o tombamento porque os elementos físicos (como fragmentos de pisos, paredes, utensílios, restos alimentares e outros) já identificados poderão se deteriorar e, consequentemente, perder o valor de prova histórica de que se revestem. Igualmente preocupante é a ação de pessoas desinformadas sobre o valor histórico desses bens, ou de inescrupulosos, que possam danificar os objetos já identificados.

Outra argumentação a favor do tombamento é a de que há uma plena aceitação por parte do proprietário da fazenda onde se localiza o referido sítio histórico, isto é, não há óbice jurídico no ato de tombamento. Além disso, há um manifesto de interesse do governante municipal de Ibiá, local onde está situado o Quilombo, o que torna mais fácil ainda a decisão administrativa do Iphan.

Vale ressaltar que este parecer leva em conta o nosso ponto de vista à luz de toda a documentação examinada, bem como do parecer da douta Procuradoria do Iphan (Parecer Projur/Iphan/RJ n. 68/00, de 23 de outubro de 2000), que afirma:

> *Os autos, portanto, atendem aos aspectos de regularidade do ato, fornecendo dados suficientes à instrução administrativa, notadamente no que diz respeito aos valores históricos do aludido bem, os quais estão consubstanciados em vários expedientes do Departamento de Proteção (Deprot/Iphan), entre os pareceres 047/98 e 055/98, ambos de autoria do historiador Adler Homero Fonseca de Castro e da arqueóloga Regina Coeli Pinheiro da Silva, o memorando 602/98, da arquiteta Cláudia Maria Girão Barroso, além da farta documentação fornecida pelos pesquisadores Carlos Magno Guimarães, que também em muito enriqueceu o referido processo.*

Conclusivamente, o processo "Remanescentes do antigo Quilombo do Ambrósio, no município de Ibiá, estado de Minas Gerais", submetido a nossa apreciação, além de atender aos expressos mandamentos constitucionais, traz elementos subsidiários fundamentais, a considerar pelos pareceres dos especialistas nele contido. Por tudo isso, o processo merece nosso parecer favorável a sua aprovação.

Salvador, 6 de novembro de 2000.


centro
luciocosta
IPHAN 80 ANOS 1937 2017
MINISTÉRIO DA
CULTURA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL


centro
luciocosta
IPHAN 80 ANOS 1937 2017
MINISTÉRIO DA
CULTURA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL